

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

DISCURSOS
ACADÊMICOS

2006 - 2011

VOLUME XXX



Rio de Janeiro
2012

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

DIRETORIA DE 2012

Presidente – *Ana Maria Machado*
Secretário-Geral – *Geraldo Holanda Cavalcanti*
Primeiro-Secretário – *Domício Proença Filho*
Segundo-Secretário – *Marco Lucchesi*
Diretor-Tesoureiro – *Evanildo Bechara*

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Bosi
Antonio Carlos Secchin
Ivan Junqueira

Produção editorial
Monique Mendes

Projeto gráfico
Victor Burton

Editoração eletrônica
ABL

(Este volume foi editado no 2.º semestre de 2012)

ISSN 1677-7239

A Academia Brasileira de Letras não é responsável pelas opiniões manifestadas nos trabalhos assinados em suas publicações.

Sede da ABL: Avenida Presidente Wilson, 203
Castelo – 20030-021
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (0xx21) 3974-2500 / Fax : (0xx21) 2220-6695
E-mail: publicacoes@academia.org.br
Site: <http://www.academia.org.br>

DISCURSOS ACADÊMICOS

SUMÁRIO

Vol. XXX

Recepção de Nelson Pereira dos Santos (17 de julho de 2006)

- I - Discurso do Sr. Nelson Pereira dos Santos 9
- II - Resposta do Sr. Cícero Sandroni 25

Recepção de Domício Proença Filho (28 de julho de 2006)

- I - Discurso do Sr. Domício Proença Filho..... 45
- II - Resposta do Sr. Evanildo Cavalcante Bechara..... 77

Recepção de José Mindlin (10 de outubro de 2006)

- I - Discurso do Sr. José Mindlin 89
- II - Resposta do Sr. Alberto da Costa e Silva 103

Recepção de Celso Lafer (1.º de dezembro de 2006)

- I - Discurso do Sr. Celso Lafer 111
- II - Resposta do Sr. Alberto Venancio Filho 135

Recepção de Luiz Paulo Horta (28 de novembro de 2008)

- I - Discurso do Sr. Luiz Paulo Horta 157
- II - Resposta do Sr. Tarcísio Padilha 175

Recepção de Cleonice Serôa da Motta Berardinelli (05 de abril de 2010)

- I - Discurso da Sr.^a Cleonice Serôa da Motta Berardinelli..... 191
- II - Resposta do Sr. Affonso Arinos de Mello Franco..... 205

<i>Recepção de Geraldo Holanda Cavalcanti (18 de outubro de 2010)</i>	
I - Discurso do Sr. Geraldo Holanda Cavalcanti.....	219
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella.....	237
<i>Recepção de Marco Lucchesi (20 de maio de 2011)</i>	
I - Discurso do Sr. Marco Lucchesi	255
II - Resposta do Sr. Tarcísio Padilha	273
<i>Recepção de Merval Pereira (23 de setembro de 2011)</i>	
I - Discurso do Sr. Merval Pereira	287
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella.....	307

Discurso do
SR. NELSON PEREIRA DOS SANTOS

e

Resposta do
SR. CÍCERO SANDRONI

*Sessão solene extraordinária do dia
17 de julho de 2006*

I

DISCURSO DO SR. NELSON PEREIRA DOS SANTOS

Esta é a segunda vez que tomo posse da Cadeira cujo patrono é Castro Alves. A primeira aconteceu em São Paulo, em outra academia, é claro, a Academia Nativista de Letras do Colégio do Estado Presidente Roosevelt, presidida pelo então colega Dante Moreira Leite que se revelaria alguns anos depois eminente sociólogo, autor de extensa obra na área da Psicologia Social, na qual se destaca *O Caráter Nacional Brasileiro*. Era o ano de 1946, e me preparava para o vestibular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

A velha escola do Largo de São Francisco atraía os colegiais pela sua tradição libertária. Ainda era muito comentado nos recreios escolares o episódio, ocorrido, em 1944, da resistência dos estudantes de Direito à polícia da ditadura do Estado Novo, a famigerada polícia especial, impedindo-a de invadir o sagrado território livre das Arcadas. Embora mais afastada no tempo, também era muito lembrada a participação da juventude acadêmica nos acontecimentos de 1932. E, na história da Cultura, mantinha-se fiel à herança literária dos grandes românticos do século XIX que por lá passaram.

O projeto de ingressar na Faculdade continha também uma motivação pessoal e, por isso, predominante. Desde menino, frequentava a Faculdade, porque o meu padrinho de batismo, José Epaminondas de Oliveira, era o porteiro das Arcadas e seu filho, Joaquim de Oliveira, bedel da Casa. Sempre que me dirigia ao Centro da Cidade, passava pelo Largo de São Francisco para pedir a bênção ao padrinho. De sua sala, bem à entrada do prédio, podia enquadrar, no alto de uma coluna, as placas que homenageiam até hoje três

ex-alunos: Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e Castro Alves. Desde então, sentia-me motivado para seguir um caminho na vida que, mesmo sem saber ainda qual seria, tinha a certeza de que começaria ali, sob as Arcadas.

Estou ciente de que neste ato solene de hoje o que mais conta é o desejo da Academia de homenagear o Cinema Brasileiro, como reconhecimento pela sua participação na vida cultural do País. Estou certo de que a generosa amizade de meus colegas cineastas me autoriza a manifestar, em nome de todo o Cinema Brasileiro, profundo agradecimento à Academia Brasileira de Letras, aos acadêmicos que sufragaram o meu nome e, de modo muito particular, aos que me incentivaram a candidatar-me à ABL: Lêdo Ivo, em 1992, quando celebrava-se o Centenário de Nascimento de Graciliano Ramos, e, desde 2004, Ana Maria Machado, Tarcísio Padilha, Cícero Sandroni, Alberto Venancio Filho, José Murilo de Carvalho, Ivan Junqueira e o Mestre Eduardo Portella.

Sinto-me imensamente honrado, porque o que serve de pretexto para a homenagem é a história deste cineasta veterano e profundamente feliz por estar tendo o privilégio de tornar-se confrade de grandes brasileiros, entre os quais alguns teve a sorte de conhecer antes e fora da ABL:

Zélia Gattai, em incontáveis encontros ao lado do amado Jorge, em diversos lugares do Brasil e do mundo, e especialmente nos tempos das filmagens na Bahia, onde também conheci João Ubaldo e seu Sargento Getúlio, que virou filme dos bons; Lygia Fagundes Telles, nos encontros da Cinemateca e na memória de Paulo Emílio de Salles Gomes, fundador do primeiro curso de graduação em Cinema na Universidade de Brasília, a Universidade de Darcy Ribeiro, onde também se achava Affonso Arinos de Mello Franco, cinéfilo corajoso que ousou participar do júri do agitado Festival de Cinema Brasileiro de Brasília; Candido Mendes de Almeida, de quem recebi, em 1958, aulas inesquecíveis no efêmero Instituto Superior de Estudos Brasileiros, na mesma classe em que nos honrava a presença do então deputado José Sarney; Ivo Pitanguy, confrade da Associação Brasileira da Legião de Honra e a quem devo até hoje a generosidade de ter acolhido, em 1966, em sua casa, durante duas semanas, minha devastadora equipe de filmagem, acompanhada de exigentes atores e ruidosa figuração; Marco Maciel, quando Presidente da

Câmara Federal, ao apoiar a criação da lei que regulamenta a profissão de ator e técnicos de Teatro e Cinema, e, em outros momentos de grata memória, como o dia em que se iniciou na Fundação Gilberto Freyre a produção do filme “Casa-Grande & Senzala”; Sergio Paulo Rouanet, com quem tive o prazer de colaborar com seu esforço, como Secretário de Cultura da Presidência da República, para restabelecer as relações do Estado com o Cinema Brasileiro, e quando, Cônsul do Brasil em Berlim, recepcionou a delegação brasileira ao Festival Internacional de Berlim de 1993; Arnaldo Niskier, nos meados dos anos 1980, quando trabalhávamos na TV Manchete, sob o teto da Casa de Adolfo Bloch, onde também atuavam Murilo Melo Filho e Carlos Heitor Cony; o nosso presidente, Marcos Vinícios Vilaça, quando Secretário de Cultura do Ministério da Educação e Cultura ao participar, com brilhante depoimento, do programa inaugural da TV Manchete de Pernambuco, e Cícero Sandroni, quando, ainda muito jovens, compartilhamos ideias e projetos cinematográficos.

Foi Rodolfo Nanni quem me abriu a porta para o “outro lado da tela”, convidando-me, em 1952, para assistente de diretor do filme “O Saci”, uma feliz adaptação do livro homônimo de Monteiro Lobato. Em seguida, a convite de Ruy Santos, fotógrafo e documentarista, vim para o Rio de Janeiro, para ajudá-lo a completar o filme “Agláia”. Fui assistente e discípulo de Alex Vianny, o crítico, historiador e diretor, que me acolheu na equipe de “Aguilha no Palheiro”, obra marcante dos anos 1950. Tive o privilégio de conviver com Alinor Azevedo, um dos fundadores da Atlântida, roteirista de “Moleque Tião” e “Somos todos Irmãos”, filmes corajosamente inovadores na temática do Cinema Brasileiro. E conheci Humberto Mauro, que emprestou em 1954 a câmara para filmar “Rio 40 Graus”, e que, em 1970, escreveu os diálogos em tupi para o filme “Como Era Gostoso o Meu Francês”.

Participo, pois, há meio século, do processo de crescimento e afirmação do Cinema Brasileiro, apesar dos acidentes de percurso em suas relações imprescindíveis com o Estado. O que importa, porém, é que o Cinema Brasileiro atual demonstra vitalidade, potência criativa e pluralidade temática, tornando-se cada vez mais representativo da múltipla e rica Cultura do País.

No plano da linguagem, é também um cinema que procura inovar e renovar-se, preservando a sua originalidade artística, tradição fundada por Mário Peixoto e Humberto Mauro e recriada por Alberto Cavalcanti e Glauber Rocha.

Quero lembrar que, ao lado dos grandes cineastas de todas as épocas, podemos encontrar sempre um empresário de atuação tão ousada quanto a dos artistas renovadores, como o foram, por exemplo, os produtores Adhemar Gonzaga, que fez a Cinédia, Franco Zampari, o engenheiro da Vera Cruz, e Mario Audrá, da Maristela, que produziu Alberto Cavalcanti no Brasil.

CINEMA E LITERATURA

O Prof. João Manuel dos Santos Cunha, em sua Tese de Doutorado, “Uma Lição Aprendida”, faz um excelente resumo de todas as abordagens teóricas sobre o assunto. Demonstra exaustivamente que é mais do que consagrada a constatação de que o Cinema influenciou as artes narrativas, em especial o Romance.

Em contrapartida, cita autores que apontam a influência da Literatura no Cinema, especialmente no Cinema de vanguarda e nos filmes pós *nouvelle vague*, enquanto outros provam que a linguagem cinematográfica está presente na Literatura, desde a Antiguidade Clássica. João Manuel dos Santos Cunha registra em seu trabalho que o teórico francês Paul Lèglise escreveu um “ensaio de análise fílmica do primeiro canto de Eneida”, de Virgílio, e cita, a propósito, outro importante teórico da Sétima Arte, Henri Agel, que afirmou: “[...] existe um cinema em estado latente, presente desde sempre, e de forma especial, nas literaturas antigas.”

No lugar de textos da Antiguidade Clássica, pode-se também exemplificar a questão com a análise que o ilustre confrade Alberto da Costa e Silva fez do poema “O navio negreiro” em seu afetuoso ensaio biográfico de Castro Alves recentemente publicado.

Se “O navio negreiro” tivesse sido escrito atualmente, diríamos que Castro Alves utilizou, no curto terceiro movimento, técnica cinematográfica: a câmara, funcionando como o olhar do espectador, começou a baixar lá do alto, de onde se via o barco pequenino, e a dele se aproximar, até chegar às personagens no convés. Ou se poderia imaginar, de uma perspectiva mais moderna, que o poeta empregou um *zoom*.

É o albatroz, que Castro Alves invocara no fim do primeiro movimento, que faz o papel da câmara:

Desce do espaço imenso, ó águia do oceano!
 Desce mais, inda mais... não pode o olhar humano
 Como o teu mergulhar no brigue voador.
 Mas que vejo ali... que quadro de amarguras!
 É canto funeral!... Que téticas figuras!...
 Que cena infame e vill!... Meu Deus! Meu Deus! Que horror!

E as relações do Cinema Brasileiro com a Literatura Brasileira? No começo, não foram boas. Um renomado escritor cujo nome não me foi possível conferir, mas que nas citações orais se designa como Olavo Bilac, manifestou-se com algum rigor contra “a utilização dessa máquina maravilhosa (o cinematógrafo) para reproduzir aspectos negativos da nossa realidade. Não foi para isso que inventaram o cinema”, protestou. Referia-se aos filmes “naturais”, os documentários que, esgotados os assuntos urbanos, buscavam nos ambientes rurais cenas realistas, inéditas, mas reveladoras da pobreza e da existência degradante dos ex-escravos.

Os modernistas, que tanto buscavam assimilar a linguagem cinematográfica, desconheciam o cinema feito no Brasil ou, antes, o desprezavam. Mário de Andrade, cinéfilo, era vítima de escárnio por parte dos amigos, porque, ávido de cinema, assistia também aos poucos filmes brasileiros que surgiam esporadicamente. Por sua vez, os cineastas brasileiros importantes, como Mário Peixoto e Humberto Mauro, nunca ouviram falar da Semana de Arte Moderna nem do Movimento Modernista. Humberto Mauro, por exemplo, vivia em Cataguases, na mesma Cidade onde repercutiu o Modernismo na obra e na atuação de Rosário Fusco com a Revista *Verde* e, no entanto, encontrava-se distanciado do movimento, ignorando-o e ignorado por ele.

Em relação a Mário Peixoto, afirma Ismail Xavier em seu livro *Sétima Arte – Um Culto Moderno* que o filme “Limite”, acontecimento isolado no contexto brasileiro, “confirma a defasagem entre o Cinema Brasileiro e outros setores da Cultura na terceira década do século”, visto que foi obra de um

jovem poeta “muito mediatizada com o modernismo dos anos vinte”, mas desenvolvida completamente à margem do ideário modernista dos paulistas.

Em *Cinema – Trajetória no Subdesenvolvimento*, Paulo Emílio de Salles Gomes conclui: “Os modernistas ignoraram o cinema nacional, ao mesmo tempo em que os cineastas brasileiros não sabiam sequer que o Modernismo existia.”

Esse distanciamento entre Cinema Brasileiro e Literatura Brasileira verificava-se na área dos autores: se, por um lado, os escritores assim agiam, os cineastas, diga-se a seu favor, sempre cortejaram a Literatura. São muitas e frequentes as tentativas de adaptação cinematográfica de obras literárias, feitas por cineastas, mas poucas as participações de escritores na criação de roteiros e diálogos de filmes.

Exemplos: *A Carne* de Júlio Ribeiro; *Lucíola* de José de Alencar; *São Jorge de Ilhéus*, de Jorge Amado (no cinema, “Terra Violenta”). No segundo caso, Rachel de Queiroz, que escreveu os diálogos do clássico *O Cangaceiro*, de Lima Barreto.

Desde o começo do cinema “posado” (Cinema de Ficção) no Brasil, os cineastas procuravam nos autores consagrados da Literatura o que seria a “alma brasileira”, o “conteúdo nacional”, a “temática nacional” e, principalmente, a sempre controversa “realidade brasileira”. Apoiando-se na Literatura, acreditavam superar as barreiras do preconceito e da extensão oficial deste: a censura. Os temas mais ousados – raciocinava-se – poderiam ser apresentados na tela, desde que já devidamente tratados por consagrados escritores...

“A ideia do cinema” – diz José Carlos Avellar em *Cinema e Literatura no Brasil* – “tão logo iluminou a tela se refletiu na Literatura – renovou a escrita, permitiu a descoberta de novas histórias e de novos modos de narrar, que, por sua vez, mais adiante, iluminaram a renovação da escrita cinematográfica.”

Além de adaptações, cujos títulos originais eram anunciados como chamariz para o público que se supunha também leitor, sempre foram realizados filmes com histórias originais, mas visivelmente inspirados por livros ou por escritores.

Meu primeiro filme, “Rio 40 Graus”, é um caso de adaptação de obra literária não declarada. Argumento e roteiro são de minha autoria, mas é transparente a influência de Jorge Amado: os principais personagens, que conduzem todas as histórias e sub-histórias do filme, são meninos que vivem no

morro, negros e pobres, bem como o olhar amadiano de *Jubiabá* e *Capitães da Areia* da cidade dividida entre ricos cínicos e pobres honestos, sobre a qual paira a nuvem vermelha da Revolução...

Ao lembrar-me de “Rio 40 Graus”, sinto-me no dever de manifestar a minha gratidão aos intelectuais, a maioria escritores, pelo apoio à campanha pela liberação do filme que fora proibido pelo Chefe de Polícia. Sob a liderança do Jornalista Pompeu de Souza e com a assistência jurídica dos eminentes Evandro Lins e Silva e Victor Nunes Leal, a campanha terminou vitoriosa na Justiça.

EUCLIDES DA CUNHA

Quando surge esse nome, não consigo evitar a lembrança de mais uma proeza que cometi nos tempos de estudante do Colégio Presidente Roosevelt. No curso clássico, havia um professor de Português e de Literatura da Língua Portuguesa que incentivava os alunos a ler os clássicos da História Luso-Brasileira, de Alexandre Herculano a Euclides da Cunha. *A História de Portugal* não atraía muita gente, enquanto *Os Sertões* tornou-se o preferido, especialmente o capítulo “A Luta”, o que desagradava um pouco o nosso professor.

“– Quem não leu o livro inteirinho, desde ‘A Terra’ até ‘Últimos Dias’, não pode dizer que leu *Os Sertões*.”

Aceitei o desafio do mestre. Fui um dos poucos a realizar a leitura completa de *Os Sertões*. Tinha para me ajudar o *Dicionário Enciclopédico Lello Universal*, comprado em fascículos por meu pai.

Na Faculdade de Direito, filiei-me, logo no primeiro ano, a um grupo de colegas que se dedicava a estudar a obra de Euclides da Cunha e participei da romaria anual dos “euclidianos” à Cidade de São José do Rio Pardo, onde aconteciam os seminários e debates sobre grandes questões nacionais.

E *Os Sertões* nunca mais saiu da minha cabeça.

Educou o olhar de forma a fazê-lo reconhecer em qualquer cena do cotidiano signos da dicotomia básica da sociedade brasileira. Serviu-me para criar o roteiro de “Rio 40 Graus”. Descontado o radicalismo de primeiro filme, nele está bem evidenciado o conflito interminável entre sertão e litoral.

Como não lembrar de Canudos, quando, recentemente, vimos blindados invadirem favelas, reproduzindo, ou modernizando, a “matadeira”, o

canhão que ameaçava os casebres de Canudos, do cimo do morro da Favela? Junto com esse humilde topônimo, reproduziu-se nas grandes cidades o modo de tratar a questão social. Impossível deixar de citar o próprio Euclides, que diz, na Nota Preliminar de *Os Sertões*, que a destruição do arraial de Antônio Conselheiro “foi, na significação integral da palavra, um crime”, crime – acrescenta – cometido pelos próprios brasileiros, os do “litoral” que exerceram o “papel singular de mercenários inconscientes”.

O mesmo interesse por Euclides da Cunha fui encontrar na Bahia em meados dos anos 1950, no grupo de jovens intelectuais liderados por Glauber Rocha. Discutia-se muito a história de Canudos, e havia uma onda artística inspirada nesse acontecimento histórico, especialmente nas Artes Plásticas, onde se destacavam Calazans Neto, Dante Sacaldaferrri e Rogério Duarte.

Desde “Deus e o Diabo na Terra do Sol” – afirma Ismail Xavier em *Cinema Brasileiro Moderno* –, “é nítida a influência de um velho debate sobre as formas de consciência do oprimido. Tais preocupações, no caso de Glauber, derivam de seu diálogo com *Os Sertões*, de Euclides da Cunha”.

Pode-se concluir que é o livro que se encontra nos fundamentos do Cinema Novo.

Estamos na Bahia, com Euclides da Cunha e Glauber Rocha...

A cena pede a presença de Castro Alves.

É Euclides da Cunha quem o recebe com as palavras que empregou em *Castro Alves e seu Tempo*, palavras que poderiam servir também para ele mesmo ser apresentado aos brasileiros:

O aparecimento de Castro Alves, certo e oportuno, como o de todo grande homem, é, em grande parte, inexplicável. Ele não teve precursores, na sua maneira predominante. Os grandes pensamentos sociais e políticos que agitou não lhe advieram, como em geral sucede, de longas ou bem acentuadas correntes, nos agrupamentos que o rodeavam. Pertenciam generalizados à sua época. Nasciam do patrimônio comum das conquistas morais da humanidade. A sua grandeza está nisso: ele os viu antes do que os seus contemporâneos.

Habituei-me a ouvir os versos condoreiros desde os tempos em que visitava com meus pais, aos domingos, a casa do padrinho Epaminondas, no então distante Bosque da Saúde de São Paulo. Nas festas de aniversário, sempre havia um conviva para assumir o palco e declamar “O navio negreiro”. O mesmo ritual já presenciara na casa de companheiros da Rua Genebra, no cortiço do Anhangabaú.

Não se restringia às casas dos afrodescendentes o hábito de declamar Castro Alves em festas familiares. Na família de Laurita, minha primeira mulher, o declamador era seu pai, o saudoso Prof. João Gabriel Sant’Anna, ilustre genealogista e historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Nos saraus literomusicais da Juventude Comunista, repetia-se a devoção ao poeta, muito incrementada, é bom lembrar, pela publicação de *ABC de Castro Alves*, apaixonante biografia escrita por Jorge Amado.

Cultivava-se sem pudor entre os estudantes o estereótipo de ter Castro Alves, o poeta do povo, como estandarte em todas as lutas consideradas políticas, desde a defesa da meia-entrada nos cinemas até a campanha pela Defesa do Petróleo ou pela Paz no mundo. Ou nos comícios de campanhas eleitorais. Repetia-se como refrão: “A praça é do povo...”

O Poeta dos Escravos, o romântico intelectual militante, era, portanto, o modelo a ser seguido. Acrescente-se a isso que a sua invejável popularidade, hoje muito diminuída, era comprovada em pesquisas acadêmicas, das quais *Leituras de Operárias*, de Ecléa Bosi, foi a mais concludente.

Com tais antecedentes, não poderia recusar o convite de Rudá de Andrade para escrever e dirigir um filme de ficção com o tema “Castro Alves em São Paulo”. Uma pesquisa sobre a trajetória do poeta na vida paulista foi realizada pelos seguintes especialistas: Ilka Brunhilde Laurita, professora de Literatura na Universidade de São Paulo; Ricardo Maranhão, historiador, professor de História na Universidade Estadual de Campinas; José Roberto Graciano, arquiteto e urbanista; professor da Fundação Armando Álvares Penteado; Plácido de Campos Jr., professor de Produção Cinematográfica na Faculdade Álvares Penteado; Dalton de Luca, professor da Fundação Armando Álvares Penteado e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O coordenador-geral da comissão, o próprio Rudá de Andrade, cineasta, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e, na época, diretor do Museu da Imagem e do

Som de São Paulo. Como consultor, o poeta, escritor e crítico de cinema Francisco de Almeida Salles e Guilherme Lisboa como produtor executivo.

O trabalho integrado das diversas áreas (História, Literatura, Arquitetura, Fotografia e Música) permitiu um rico detalhamento da pesquisa, uma vez que cada proposta apresentada por uma área exigia levantamentos e respostas das demais.

Desde a sua chegada a São Paulo, ao lado de Eugênia Câmara e acompanhado do colega Rui Barbosa, Castro Alves enredou-se na agitada vida política da província. Era o ano de 1868, o quarto da guerra no Paraguai. O prolongamento do esforço bélico descontentava os fazendeiros de café, por causa dos impostos elevados, e aos brasileiros livres pelo recrutamento forçado de soldados para as forças armadas. O desejo de paz refletia-se no seio do Partido Liberal e nas páginas da imprensa ligada ao partido, ao qual pertencia o Chefe do Gabinete Ministerial, Conselheiro Zacarias de Góis.

Já na semana seguinte, compõe e declama “As duas Ilhas” e “A Visão dos Mortos”, em Sarau realizado no Salão do Clube Concórdia. Colabora com Eugênia Câmara na preparação da montagem de sua peça “O Gonzaga – A Revolução de Minas”, ao mesmo tempo em que produz os poemas de *Os Escravos*, como “Lúcia”, “Prometeu”, “Vozes d’África” e os líricos “A canção do boêmio”, “Fábula” e “O pássaro e a flor”.

Esse conflito político mobilizava a juventude acadêmica através das lojas maçônicas, que funcionavam como verdadeiros partidos políticos clandestinos. O poeta logo ingressou na Loja América, ao lado de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e do poeta satírico, rábula e ex-escravo, Luís Gama.

A crise política agravou-se em nove de junho, quando, no Parlamento, o deputado José Bonifácio, o Moço, o professor e líder dos acadêmicos, pronunciou veemente discurso para denunciar a corrupção nos negócios da guerra e propor a paz com Solano Lopez, a fim de, liberada a nação do esforço bélico, pudesse cuidar das grandes questões internas, de alta prioridade, como a questão do trabalho escravo.

Os poemas muito inspirados nos acontecimentos políticos do momento brotaram em reuniões públicas, nos salões e teatros da Cidade. As mais destaca-

das e ruidosas foram: a de desagravo pela queda do Gabinete Liberal em 22 de agosto, no Ateneu Paulistano, onde vibraram as estrofes de “Pedro Ivo”.

República! Voo ousado
do homem feito condor!

E, como síntese dos acontecimentos, em plena comemoração do 7 de setembro, o poeta declama “O navio negreiro”:

Meu Deus! Meu Deus! Mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?!...
Silêncio! Musa! Chora, chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto...

Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra,
E as promessas divinas da esperança...
Tu, que da liberdade após a guerra,
foste hasteado dos heróis na lança,
antes te houvessem roto na batalha,
que servires a um povo de mortalha.

Para o poeta, a abolição era a questão básica da nacionalidade, acima mesmo de patriotismo guerreiro nacionalista.

A pesquisa indicou que o universo político do poeta, “o bardo que fulminou a escravidão e a injustiça”, segundo Antonio Candido, não era formado apenas pela sua imaginação e conhecimento histórico-literário; na sua lira refletiam-se os acontecimentos dos quais foi testemunha e protagonista.

“Ele foi” – disse Jorge Amado em *ABC de Castro Alves* – “o poeta da Abolição, da República e da Liberdade, além de ter sido o mais enternecido poeta de amor.”

No lirismo de Castro Alves, encontram-se os mais sublimes pensamentos de devoção à mulher. Se o poeta foi um corajoso tribuno popular com a sua arte participante, nos seus poemas líricos legou aos jovens modelos de comportamento amoroso e de respeito à personalidade femi-

nina. Versos “de exemplar simplicidade” – disse Manuel Bandeira – que só podem ser a expressão de vivências reais desse “poeta de comício e de alcova”, conclui Lêdo Ivo.

OS ANTECESSORES

Do primeiro ocupante da Cadeira 7, o poeta Valentim Magalhães, disse o seu sucessor, Euclides da Cunha:

Destacara-se na faculdade de Direito de São Paulo entre companheiros que se chamavam Júlio de Castilho Silva Jardim, Eduardo Prado, Ezequiel Freire, Raul Pompeia, Lúcio de Mendonça, Assis Brasil, Afonso Celso, Luís Murat, Júlio de Mesquita, Raimundo Correia. Ora, Valentim foi a figura representativa no meio de tão díspares tendências, por isto mesmo que lhe faltou sempre uma diretriz à atividade dispersiva.

A produção literária do Valentim foi múltipla e variada: dedicou-se à Poesia, ao Conto, à Crônica, ao Romance e ao Teatro. Como diretor da revista literária *A Semana*, que, além de servir à Literatura, fazia propaganda do Abolicionismo e da República, se tornou o baluarte dos jovens escritores e poetas.

A partir de 1911, a Cadeira 7 foi ocupada por Afrânio Peixoto, escritor e médico legista, o mesmo que assinara, em 1909, o laudo cadavérico de Euclides da Cunha, seu antecessor. Além de importante contribuição à Medicina Legal, foi político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário e primoroso conferencista.

Deve-se a Afrânio Peixoto a primeira edição das obras completas de Castro Alves, com minuciosas anotações, bem como uma biografia intitulada *Castro Alves, o Poeta e o Poema*, uma das leituras obrigatórias quando dos primeiros passos nos estudos de Literatura Brasileira.

O site da ABL nos informa que, quando Presidente da Casa em 1923, Afrânio Peixoto promoveu, junto ao embaixador da França, Alexandre Conty, a doação pelo governo francês deste prédio, o Petit Trianon, construído para a Exposição da França no Centenário da Independência do Brasil.

Em prefácio a *Arte de Furtar e o seu Autor*, na edição comentada por Henrique Leal, Sergio Correa da Costa caracteriza como “um monumento

que enriqueceu a nossa Cultura” a pesquisa de Afonso Pena Junior, à qual dedicou 20 anos de sua vida.

Ao recebê-lo na Academia Brasileira em 1948, assim se expressou Alceu Amoroso Lima: “Vosso livro é um modelo de pesquisa literária feito com grande estilo [...] trabalho rigoroso e impessoal [...] sois um pesquisador de palhetas espirituais e a pepita que restituístes ao verdadeiro dono enaltece a vossa longa vida de sábio e batalhador.”

De Hermes Lima, o terceiro ocupante desta Cadeira, a primeira imagem que me vem à mente é a da figura construída por Graciliano em *Memórias do Cárcere*:

Foi a pessoa mais civilizada que já vi. Naquele ambiente, onde nos movíamos meio nus, admitindo linguagem suja e desleixo, ele vestia pijama – parecia usar traje rigoroso. Amável, polido, correto de amabilidade, polidez e correção permanentes.

Jornalista, jurista, professor, ensaísta, memorialista e, sobretudo, político, fundador da Esquerda Democrática, Hermes Lima foi Ministro do Trabalho, Presidente, Primeiro-Ministro do Conselho de Ministros, Ministro das Relações Exteriores do Governo João Goulart e, finalmente, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Em seu discurso de posse, Dinah Silveira de Queiroz reproduz a descrição de como vivia e trabalhava o jurista Pontes de Miranda, o quarto ocupante da Cadeira 7, seu antecessor: “É um ambiente de artista que conduz a uma biblioteca de 70 mil volumes, do direito mundial e ciências matemáticas, físicas, biológicas, antropológicas e sociológicas, distribuída em dois pavimentos, nos quais, o mestre circula lepidamente, sem dificuldades.”

Na sua obra imensa, destaca-se a bibliografia jurídica, de espírito múltiplo: concepção científica do Direito, progresso científico, liberdade, humanismo, visão poética, antitotalitarismo, senso de democracia, inspiração filosófica, preocupação ética.

A segunda mulher a ser aceita pela Academia, a autora de *Floradas na Serra*, *A Muralha*, *Eles Herdarão a Terra*, Dinah Silveira de Queiroz, foi recebida pelo acadêmico Raimundo Magalhães Júnior com estas palavras:

Impressiona a qualquer observador atento a multiplicidade de vossa obra, a variedade de vossa inventiva, a segurança com que passais de um a outro gênero, do Conto ao Romance, da Crônica à Biografia, da Literatura Infantil ao

Teatro, da recriação do nosso passado histórico às projeções futuroológicas da Ficção Científica e aos temas religiosos, na reinterpretação da vida de Cristo.

Ela havia registrado em seu discurso de posse que: “O destino, aliado a meus confrades, permitiu-me que eu fosse o sétimo ocupante da Cadeira 7, neste dia sete” (ela tomou posse no dia 7 de abril de 1981), “e que por uma dessas incríveis e misteriosas destinações chegasse aqui trazendo o próprio nome de Castro Alves, pois pela lei assim me chamo.”

(Dinah Silveira de Queiroz referia-se ao fato de estar casada com o escritor e diplomata, Dario de Castro Alves).

Senhores acadêmicos, senhoras acadêmicas, meus amigos,

Sinto também algo “incrível” e “misterioso” nos caminhos que me conduziram até aqui para ganhar o privilégio da imortalidade acadêmica. Mas, se me fazem sentir quase um predestinado a flutuar na glória machadiana, a que honra, [...], consola e eleva, me trazem também a lembrança de que estou assumindo o compromisso de honrar a Cadeira 7, tal como o fez o ilustre historiador, escritor e diplomata Sergio Corrêa da Costa, meu proeminente antecessor.

Em seu discurso de posse, ele apontou, como “denominador comum”, no patrono e nos sete acadêmicos que o antecederam na Cadeira 7, “um traço vigoroso de nacionalismo, de exaltação da terra e do homem, de amor romântico pelo Brasil, de afirmação do singular destino brasileiro”.

Como historiador, combinou essas características com a racionalidade do pesquisador desde o início de sua “longuíssima carreira” diplomática, quando foi designado para cuidar do precioso arquivo histórico do Itamaraty. Segundo revela no capítulo inicial de *Brasil, Segredo de Estado*, deparou-se naquela ocasião com “avenidas de estantes de metal abarrotadas, de alto a baixo, de embrulhos de papel pardo, cuidadosamente alinhados. No lugar de fichários, livros de registros, cadastros, apenas etiquetas com três tipos de classificações: “Vários”, “Diversos” e “Miscelânea”.

Graças ao imenso apetite de trabalho dos seus 20 anos, dedicou-se a classificar os documentos acumulados há séculos. Identificou e reconstituiu o chamado Arquivo Militar de Lisboa, esquecido no Brasil por D. João VI e

considerado perdido; reuniu mais de 300 cartas do Marquês de Pombal, documentos devolvidos a Portugal por proposta sua; reconstituiu o arquivo do Conselho de Estado da Monarquia, o que resultou em seu primeiro trabalho histórico, publicado sob o título *Pareceres do Conselho de Estado e do Consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros – 1842 – 1889*; encontrou a documentação inédita que proporcionou a elaboração de seu livro de estreia, *As Quatro Coroas de D. Pedro I*, seguido de *Dom Pedro e Metternich, Traços de uma Guerra Diplomática, A Diplomacia Brasileira na Questão de Letícia, A Diplomacia do Marechal – a Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada*, em que desvenda a figura enigmática de Floriano Peixoto.

Segue-se um livro originalíssimo, *Palavras sem Fronteiras*, um livro de linguística cujo autor não é um linguista, mas antes um humanista, e um humanista do seu século – afirma Maurice Druon, da Academia Francesa, no prefácio dessa obra que qualificou de “inteiramente original”.

Após a aposentadoria como Embaixador, Sergio Corrêa da Costa mergulhou no vasto material de arquivo acumulado, para escrever *Brasil, Segredo de Estado – Uma Incursão Descontraída pela História do País*. Original e descontraído, esse livro apresenta novas versões e revelações surpreendentes para acontecimentos históricos.

No prefácio, o ilustre confrade Eduardo Portella conclui:

Brasil, Segredo de Estado concilia, de maneira exemplar, a veracidade da documentação (*history*) com a versatilidade do estilo narrativo (*story*). A história narrada jamais avilta a história acontecida. Pode e costuma iluminá-la, torná-la mais fascinante e convincente. Os grandes escritores sempre foram admiráveis narradores, que escreveram identificando e criando o discurso da História. É o que ocorre quando o historiador dispõe de elevada ética, solidez argumentativa, prosa fluente no melhor registro ensaístico – como é o caso de Sergio Corrêa da Costa.

Somente alguém possuído por um “amor romântico” por seu país teria ousado viver a aventura da mocidade que resultou, “no ocaso da vida”, a *Crônica de uma Guerra Secreta*, livro que focaliza a presença do Nazismo na América, durante e após a II Guerra Mundial.

A aventura, que conservou em segredo absoluto, até mesmo de seus familiares, aconteceu nos tempos de Perón e Evita. Conseguiu penetrar nos recintos mais vigiados do Arquivo Nacional Argentino e fotografar documentos ultrassecretos, altamente comprometedores do governo argentino. Isso

aconteceu, fez questão de salientar em entrevista por ocasião do lançamento do livro, “muito antes de James Bond nos ter ensinado o caminho”.

Na mesma entrevista, explica que preferiu chamar o ensaio de crônica, porque gostaria de juntar a evocação de experiências pessoais ao resultado de pesquisas sobre a penetração nazista no continente.

“Reflete também – continua – minha preocupação com o desconhecimento da nossa mocidade sobre os riscos que rondaram o País na década de quarenta.”

A elaboração do livro custou-lhe imenso esforço, “que foi reviver aquela experiência no panorama da guerra secreta que se travou naqueles anos e da qual não extraímos ainda as lições que nos podem oferecer.”

Quais são essas lições?

“A mais importante – legou-nos Sergio Corrêa da Costa – é a de que não se pode brincar com a democracia. Nela se encontra a vocação legítima do Brasil.”

“Não há segredo para a História” – advertiu.

Gostaria de homenagear na pessoa de Sergio Corrêa da Costa, pelo seu histórico nas fileiras do Itamaraty, a figura do diplomata brasileiro, aquele profissional de altas e complexas qualidades que se ocupa do Brasil no Brasil e fora do Brasil, na Política, na Economia e na Cultura.

Quantas figuras ilustres das fileiras do Itamaraty, no trânsito de suas ocupações rotineiras, se dedicaram a expandir as fronteiras do País através das imagens cinematográficas brasileiras, aproximando a nossa Cultura dos povos mais distantes.

Foi através desses embaixadores que chegamos com nossos filmes aos principais festivais de Cinema e pudemos dialogar em igualdade de condições com as diferentes linguagens cinematográficas de tantos países em todo o mundo.

Devemos a dedicação de tantos deles, que se torna difícil enumerá-los, mas não podemos esquecer de Raul de Sá Barbosa, Vinicius de Moraes, de Arnaldo Carrilho, do Wladimir Murtinho, Vera Pedrosa, Antônio Houaiss, Celso Amorim e tantos outros que, no anonimato de suas funções, ajudaram a difundir pelo mundo a língua falada do povo brasileiro.

Muito obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. CÍCERO SANDRONI

Sr. Nelson Pereira dos Santos,

Nos meses finais de 2003, quando o poeta Ivan Junqueira, presidente da Academia Brasileira de Letras, pediu aos seus colegas de diretoria, o Acadêmico Evanildo Bechara e este orador, um programa de conferências para o ano seguinte, lembrei-me de que em 2004 o filme “Rio 40 Graus”, de Nelson Pereira dos Santos completaria meio século de existência e que o cineasta, no curso de sua carreira, realizara pelo menos uma dezena de filmes baseados em romances e contos de autores brasileiros. Sugerir então a inclusão, no programa, de um ciclo dedicado à obra de Nelson, homenagem que a Academia prestaria não só ao cineasta hoje por todos os méritos o patriarca do Cinema Brasileiro, mas também ao Cinema, uma expressão artística de valor universal.

A sugestão do ciclo sobre o cinema de Nelson e a Literatura foi aceita com entusiasmo, mas... há sempre um mas quando se discute uma quebra da ortodoxia. Cinema na ABL? Vou explicar: para Glauber Rocha, o autor de um filme, isto é, aquele cineasta que trabalha segundo sua própria estética, suas ideias e seu modo de ver o mundo, este artista independente e muitas vezes irritadiço e ríspido, embora genial, surge aos olhos de muitos produtores como um monstro. Consagrado na galeria dos imortais, mas ele mesmo um dos animais desse bestiário criado pelo mercado, Glauber tinha consciência de que o monstro, para os financiadores do Cinema, é aquele devorador dos

recursos do fechado sistema industrial, ávido por conquistas comerciais ou então das verbas liberadas por um sistema de poder que exige e enquadra o Cinema no figurino do proselitismo das políticas do momento.

Neste sentido, sob esta ótica feroz dos adoradores do dinheiro, daquelas para quem o ter é muito mais importante do que o ser, discípulos fiéis do deus mercado, o cineasta Nelson Pereira dos Santos talvez fosse parecido com o monstro glauberiano.

Por ser um dos acadêmicos que o conhecia há mais tempo, eu sabia que, se ao dirigir e produzir seus filmes a independência artística era ponto de honra para Nelson, a convivência com ele constituía um doce privilégio.

Fizemos o ciclo com grande sucesso de público, e aconteceu o que eu previra: surgiu um caso de amor entre Nelson e a Academia, um encantamento das acadêmicas e acadêmicos por aquele senhor gentil, afável, engraçado, inteligente, culto, autor de obra fundamental, patrimônio da Cultura Brasileira, enfim alguém que, ao reunir tantos atributos, poderia ser, um dia, candidato perfeito à nossa enganosa e tão frágil imortalidade. Lembramos naquele então que no correr de três séculos a história da nossa instituição registrou e registra a presença de inúmeros acadêmicos – patronos, fundadores e sucessores ligados ao Teatro, a exemplo do nosso querido companheiro Sábado Magaldi, crítico, ensaísta e historiador do Teatro Brasileiro, cujos primeiros 80 anos de vida, quase todos dedicados às Artes Cênicas, estaremos celebrando com alegria em 2007. Mas não encontramos um sequer ligado ao Cinema.

Quando após a Sessão de Saudade em homenagem ao grande homem que nos deixara o embaixador e historiador Sergio Corrêa da Costa sugerir candidatura de Nelson, lembramos que a Academia Francesa elegera para os seus quadros o cineasta René Clair. E o sucessor de Clair na Poltrona 19 daquela Academia é Pierre Moinot, intelectual intimamente ligado ao Cinema e à Televisão da França, responsável por vários programas de apoio do governo ao audiovisual francês e autor de mais de uma dezena de filmes para a Televisão. E também pertenceu ao quadro da Academia Jacques Cousteau, cujos estudos oceanográficos, filmados sob sua direção, constituem precioso tesouro cinematográfico. No sítio da Academia Francesa, Cousteau aparece como *oceanographe, cinéaste et essayiste*.

Sr. Nelson Pereira dos Santos,

Fundada na última década do século XIX, a Academia Brasileira de Letras celebrará o seu centésimo décimo aniversário em 20 de julho de 2007 dentro de um ano, portanto. Mas a invenção do Cinema, precedeu a Academia Brasileira de Letras em dois anos. A primeira demonstração pública do cinematógrafo, aparelho inventado pelos irmãos Auguste e Louis Lumière, ocorreu a 22 de março de 1895, e a primeira sala de cinema foi aberta em Paris a 28 de dezembro do mesmo ano, no subsolo do Grand Café.

Ao registrar os primeiros fotogramas pela sua câmara, Lumière imaginava estar inventando uma nova brincadeira para divertir as crianças; desde as primeiras rodadas da manivela, sabia que trabalhava em uma nova forma de arte. Uma arte hoje centenária, globalizada, admirada por bilhões de pessoas e capaz de se apoderar de tal forma dos artistas dedicados a criá-la, ao ponto de um dos grandes cineastas do nosso tempo, Federico Fellini, declarar que fora do estúdio, fora das luzes da sala, da materialização de fantasias ou sonhos, da maquiagem dos atores, da criação de uma ordem estética, fora da atmosfera de um momento de filmagem, se sente um pouco vazio. Em suas palavras: “Quando não estou filmando, sinto-me no exílio.”

Fellini resumiu o Drama, a Tragédia e até a Comédia do cineasta impedido de realizar sua obra, manietado por razões econômicas ou políticas, muitas vezes ignorado em seu próprio país ou garroteado por esquemas comerciais que impedem a distribuição dos seus filmes. Uma das vítimas desse assassinato cultural foi, sem dúvida, Glauber Rocha. Faço questão de transcrever suas palavras:

O drama de Eisenstein no stalinismo não é diferente daquele de Orson Welles com a RKO ou de John Huston com a Metro: o autor é um individualista feroz e agressivo, mas sua sobrevivência depende de integração numa prática coletiva: tem de ceder para não morrer (como John Huston) ou morrer para não ceder (como Eisenstein) ou fugir, driblando, para não morrer nem ceder (como Buñuel). Chaplin, Rossellini, Welles – os mais agressivos – são cercados a cada passo: Bergman, num caso excepcional, é o único que, na Suécia, consegue uma manifestação tranquila: como Antonioni ou Resnais, Bergman é um tranquilo e simultâneo cantor da decadência burguesa.

Esta fúria incontida, este desejo de criar novos mundos começa a partir das primeiras cenas de “Le Voyage à la Lune”, de Meliès, ou de “2001 – Uma Odisseia no Espaço”, de Stanley Kubrick. Sugere novas ideias, capazes de revolucionar o mundo com uma tomada na escadaria de Odessa no filme “Couraçado Potemkin”, como o fez Einstein; alimenta sonhos por um mundo melhor ao mostrar as lágrimas de uma jovem que descobre no vagabundo de Chaplin o seu benfeitor ou nas ilusões construídas por Frank Capra para amenizar a recessão americana de 1929, tão bem descrita nas “Vinhas da Ira”, de John Ford. Tudo o que é humano acontece, seja na cena de amor de “Les Amants” que escandalizou nossos pais, nas imagens inolvidáveis de “Terra”, de Dovjenko, nas palavras eternas de Shakespeare pronunciadas por Olivier no seu “Hamlet”, na amplidão neorrealista da cena final de “Roma, Cidade Aberta”, de Rossellini, nas delirantes coreografias de Bussy Berkeley, no estilo elegante e leve de Fred Astaire e na beleza melancólica de “Armacord”, de Fellini ou de sua Gelsomina, na música de Stokowski ilustrada pela “Fantasia”, de Disney, nos movimentos de câmara de Hitchcock em “The Rope”, no memorável “Festim Diabólico”, no “Nosferatu”, de Murnau, na “Intolerância” de Griffith, na navalha no olho do leão andaluz criado por Buñel.

E a luz. A luz do Sol em “Vidas Secas”, de Nelson ou em “Deus e o Diabo”, de Glauber, luz e sombra do Expressionismo alemão, o claro-escuro de Ingmar Bergman ou o zigoma iluminado de Ingrid Bergman em “Casablanca”, a luz opaca de Gregg Toland, no “Cidadão Kane”, de Orson Welles, a iluminação de Fritz Lang, ao inventar, com “Metropolis”, a cidade do futuro, a luz e as cores esmaecidas de Kubrick em “Barry Lindon”, e até mesmo a luz quase borrada do technicolor de Nathalie Kalmus nos filmes de Cármen Miranda, a luz, enfim, como se Goethe intuisse a invenção do Cinema ao pedir mais luz, mais luz em seus momentos finais.

Os cineastas citados até aqui, um pouco *à la diable*, são alguns dos meus preferidos, mas existem outros, é claro, esqueci muitos, seria infundável lembrar aqui o nome de todos os que elevaram o cinema ao patamar de Arte imortal. E é escasso o tempo para falar do cineasta, que, apesar de ter visto todos os filmes importantes e fundamentais da história do Cinema, absorveu tudo, antropofagicamente, à maneira de Oswald de Andrade, mas não se ligou a qualquer escola: criou seu estilo, sua linguagem cinematográfica, seu dizer fílmico, enfim, sua arte, à qual hoje consagramos com o adjetivo imortal,

embora, em substância, já estivesse destinada a perdurar, agora apoiada pela restauração de todos os seus filmes sob o patrocínio da Petrobras.

Se foi longo o caminho da foto em movimento à moviola, a novidade chegou com rapidez ao Brasil e, no dia 8 de julho 1896, realizou-se a primeira sessão pública, numa sala de projeções instalada na Rua do Ouvidor. Citar todos os pioneiros do Cinema Brasileiro levaria meia hora. Para homenageá-los, lembro Humberto Mauro, Mário Peixoto, Alberto Cavalcanti, Luiz de Barros. Poderia citar tantos mais, mas, para ligar o Cinema à Academia, permita-me neste momento contar a história do filho de um dos fundadores desta Casa, José do Patrocínio Filho, um apaixonado pela nova arte.

Nos Idos de 1909, o empresário Cristóvão Guilherme Auler, dono do Cine-Teatro Rio Branco, instalado na então Avenida Central, resolveu fazer cinema sonoro à sua maneira. Com uma câmara do cinema mudo, filmou resumos de “A Viúva Alegre” e “Sonho de Valsa” com os cantores acompanhados por piano, com a recomendação de que deveriam articular bem as palavras das letras das canções e dos diálogos. Quando o filme mudo era exibido, os artistas permaneciam ao lado da tela e do pianista, para dublar a eles mesmos, obedecendo rigorosamente ao movimento labial do momento da filmagem. E assim nasceu no Rio de Janeiro o Cinema Sonoro. As fitas-faladas, nome pelo qual ficaram conhecidas, demonstraram que o gênio brasileiro e a nossa capacidade inventiva, embalados pelo famoso jeitinho pátrio, anteciparam-se ao método rudimentar do Cinema Sonoro Americano que só em 1927 conseguiu fazer com que seus atores falassem e cantassem nas telas, na exibição de “O Cantor de Jazz”, estrelado por Al Jolson. E hoje, diga-se de passagem, estiveram os tímpanos dos nossos ouvidos com o exagerado som Dolby Stereo, que, até quando um lenço cai no chão, dá a impressão de que o Apocalipse começou.

No dia 14 de junho de 1909, morre o Presidente Afonso Pena e assume o poder o vice-presidente: Nilo Peçanha. No seu primeiro discurso, o Presidente Nilo declara que não tem outro programa, que não seja, em suas palavras, a política da “paz e amor”, expressão também muito em voga na Política Brasileira dos nossos dias, quase um século depois. A frase é logo glosada pela imprensa da época e acaba dando título a um filme-revista “gênero absolutamente novo e original” escrito e dirigido por José do Patrocínio Filho e lançado, com grande publicidade, no Cine-Teatro Rio Branco.

O roteiro de Patrocínio Filho para a fita-falada “Paz e Amor” foi talvez o primeiro texto escrito por um autor brasileiro diretamente para o Cinema e obteve êxito “retumbante, extraordinário e consagrador” na descrição do nosso Confrade Raimundo Magalhães Júnior. Êxito tão grande que chegou até nós, na última campanha eleitoral.

Não obstante as implicâncias de escritores brasileiros do início do século e até de alguns fundadores da Academia com o Cinema, é bom não esquecer que os nossos cineastas desde os primeiros tempos procuraram nas grandes obras da Literatura Nacional inspiração para realizar seus filmes. José de Alencar, escolhido por Machado de Assis para Patrono de sua Cadeira, será talvez o escritor brasileiro com maior número de livros levados à tela. Sua obra literária constitui um veio inesgotável para os cineastas de todos os estilos, mas eu ousou sugerir que o romance de Alencar com mais qualidades cinematográficas é a sua própria vida.

Mas, se Alencar é o romancista mais filmado, Nelson Pereira dos Santos é o cineasta brasileiro em atividade mais empenhado em filmar livros de autores brasileiros. Seu primeiro trabalho em cinema foi o de assistente de direção do filme “O Saci”, de Rodolfo Nanni, baseado no livro infantil de Monteiro Lobato. Em seguida, para citar apenas os filmes baseados em obras literárias vêm a lume “Boca de Ouro”, de 1962, baseado em peça de Nelson Rodrigues; “Vidas Secas”, de 1962/1963, baseado no romance de Graciliano Ramos; “El Justicero”, de 1966/67, baseado na novela “As Vidas de el Justicero”, de João Bethencourt; “Fome de Amor”, de 1967/68, inspirado na novela “História para se Ouvir de Noite”, de Guilherme Figueiredo; “Azylo Muito Louco”, de 1969/70, adaptação livre do conto “O Alienista” de Machado de Assis; “Tenda dos Milagres”, de 1975/77, baseado no romance de Jorge Amado; “Memórias do Cárcere”, de 1983/84, baseado no romance de Graciliano Ramos; “Jubiabá”, de 1985/86/87, baseado em novela de Jorge Amado; “A Terceira Margem do Rio”, de 1993/94, inspirado em contos do livro de Guimarães Rosa; “Cinema de Lágrimas”, de 1995, baseado na obra de Sílvia Oroz. Curtas-metragens: “Um Ladrão” baseado no conto de Graciliano Ramos; “Missa do Galo”, baseado no conto de Machado de Assis. Como produtor: “A Dama do Lotação”, de Neville d’Almeida, baseado na peça de Nelson Rodrigues. Documentário para a televisão: “Casa-Grande & Senzala”, série em quatro capítulos baseado na obra de Gilberto Freyre; “La

Drôle de Guerre”, de 1986, baseado no diário de guerra do escritor Raymond Queneau, produzido na França para o Centro Georges Pompidou.

Em 2003, realizou o documentário lançado em 2004, “Raízes do Brasil”, sobre a vida e a obra de Sérgio Buarque de Hollanda, em particular o livro cujos 70 anos de existência a ABL homenageará em seminário a realizar-se em novembro na Cidade de São Paulo em coordenação com o Itaú Cultural.

Segundo sua biógrafa, Helena Salém, autora do excelente livro *Nelson Pereira dos Santos, o Sonho Possível do Cinema Brasileiro*, o nosso novo confrade nasceu de um parto difícil. Profissional hábil, a parteira resolveu o problema, e assim D. Angelina Binari dos Santos, filha de pais italianos, emigrantes da região do Veneto, e natural de Caçapava, no interior de São Paulo, deu à luz ao meio-dia de 22 de outubro de 1928 em São Paulo. Ela desejava batizar o filho com o nome de Marco Antonio, “como marcava na folhinha”: devia ser o santo do dia. Mas o pai, Antônio Pereira dos Santos, paulista de Vargem Grande do Sul e alfaiate de profissão com oficina instalada em São Paulo, preferiu que fosse Nelson. Apaixonado por Cinema, cujas salas frequentava todas as noites, seu Antônio se encantara com um filme mudo, cujo personagem principal era o Almirante Nelson, o intrépido marinheiro inglês que derrotou a esquadra francesa de Napoleão em Trafalgar. E assim o menino foi batizado com o nome do Almirante, o que poderia tê-lo predestinado para uma carreira na Marinha: mas o nome Nelson chegou ao menino pelo Cinema, e, assim, foi o Cinema que o marcou. Todos os domingos, seu Santos levava a família para assistir a uma maratona de filmes à tarde em um camarote no Cine-Teatro Colombo, no Brás. Nelson, o caçula, embora ainda fosse um bebê, também ia. Sua mãe, precavida, levava a mamadeira. Para o casal e os filhos mais velhos, garrafas de água, leite, queijo, pão, salame e guaraná. Quatro horas de sessão, da uma às cinco, durante anos. Assim a família Pereira dos Santos viu todos os filmes considerados hoje os clássicos da época. A paixão pelo Cinema iniciou-se pela emoção e pelo prazer de conviver com a mágica dos filmes que Nelson viu na infância.

Cito palavras de nosso novo confrade:

Meu pai adorava Cinema, sabia tudo sobre os filmes e foi ele quem me iniciou nos mistérios da Arte Cinematográfica. Eles eram espectadores normais, não eram cinéfilos eruditos. iam ao cinema por prazer, reconheciam e vibravam com os seus

ídolos, os grandes atores da época. A minha primeira relação com o Cinema foi essa, o resto veio mais tarde; o cineclube, a consciência de fazer Cinema e a possibilidade de fazer Cinema no Brasil.

Com a iniciação cinematográfica em tenra idade, quando chegou ao Colégio Paulistano e mais tarde à Escola Estadual Presidente Roosevelt, já era um “cineasta”, que se politizou e aderiu ao Partido Comunista. Lia Jorge Amado e Graciliano Ramos, escritores que tiveram grande influência na sua formação. Para ajudar no orçamento familiar, trabalhava como revisor no *Diário da Noite*, antes de ir para o colégio. Ainda estudante, foi preso por pichar muros em prol da campanha pela Constituinte de 1946. Mais tarde, entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo, celeiro de um sem-número de artistas e intelectuais e polarizava a vida política dos estudantes no Centro Acadêmico II de Agosto. Nelson redigia matérias para o jornalzinho comunista da faculdade e, depois, críticas de Cinema para o *Hoje*, diário do Partido. Participava ainda do grupo de teatro Os Artistas Amadores, trabalhando como uma espécie de “ponto” nos ensaios.

Aos 20 anos, viajou para a Europa num cargueiro com amigos, acolhidos em Paris por Carlos Scliar. Por esse tempo, descobre a obra do documentarista holandês Joris Ivens, a grande influência dessa época entre os jovens aspirantes a cineastas. As ideias de Ivens valorizavam o conteúdo dos filmes e pregavam mensagens de confiança para os homens na luta por uma vida melhor. Nelson absorveu bem essas ideias e incorporou-as em seus filmes mais tarde. No entanto, a notícia inesperada da gravidez de sua namorada – a antropóloga Laurita Sant’Ana, falecida em 1999 – e o CPOR não concluído mudam os planos de Nelson de ficar dois anos em Paris e cursar o IDHEC (Institut des Hautes Etudes Cinematographiques). De volta ao Brasil, casou-se com Laurita: casado e com um filho, Nelson começou a trabalhar em jornais, como inúmeros outros cineastas de sua geração.

O primeiro contato com o fazer Cinema aconteceu em 1950, com *Juventude*, documentário em 16 milímetros sobre os jovens de São Paulo, que se destinava ao Festival da Juventude de Berlim. No ano seguinte, foi convidado por Rodolfo Nanni para ser assistente de direção em “O Saci”. Logo depois, partiu para o Rio de Janeiro a convite de Rui Santos e trabalhou como assistente de direção do filme “Agulha no Palheiro”, de Alex Viany, o crítico de

Cinema que passara anos em Hollywood como correspondente da revista *O Cruzeiro*. Gostou tanto do Rio de Janeiro que resolveu trabalhar aqui e hoje faz parte da bancada da pauliceia desvairada desta Academia.

Nelson era assistente de direção de Paulo Wanderley no filme “Balança Mas Não Cai”, baseado no famoso e popularíssimo programa da Rádio Nacional. Algumas cenas rodadas em favelas impressionaram o jovem vindo de São Paulo, extasiado com a beleza da paisagem em contraste com a pobreza dos morros. E logo surgiu a ideia de mostrar aquele descompasso em um filme de ficção. A intenção era grandiosa, como ele mesmo lembrou mais tarde: “O Cinema era o meu objetivo, mas a Literatura me influenciava muito, eu lia muito. Para filmar ‘Rio 40 Graus’, eu queria fazer uma obra inspirada na construção holística de James Joyce em *Ulisses*, criando um dia no Rio de Janeiro com muitos personagens, com muitas crianças vagando pela cidade [...]”

Embora mais tarde confessasse que não atingiu seu objetivo, pois não conseguiu estabelecer o nível de consciência desejado entre os personagens, Nelson admite que desenhou um mosaico da Cidade, dos seus habitantes, do que eles poderiam estar pensando e sonhando.

Todos os que conhecem “Rio 40 Graus” sabem que Nelson fez muito mais do que isso. Mas o modo pelo qual conseguiu produzir e dirigir aquele filme inovador, no precário cenário da nossa Cinematografia da época, lembra uma epopeia tropical, um enredo de escola de samba ou um romance tragicômico de peripécias, onde tudo pode acontecer. Nelson tinha uma ideia na cabeça, e uma boa ideia, mas faltava uma câmara na mão, isto é, faltavam recursos para financiar aquele filme pleno de calor e crítica social, imaginado por um paulista que, quando não pensava no filme, passava o tempo todo lendo, especialmente os autores brasileiros de esquerda, que os banqueiros, possíveis financiadores, queriam ver bem longe e, se possível, na cadeia.

A solução foi organizar uma cooperativa, na qual atores e técnicos trabalhariam num sistema de quotas, também compradas pelos amigos e pelas famílias dos amigos. Com este esquema, Nelson começou a filmar no dia 20 de março de 1954, ano de grande convulsão política e social que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas cinco meses depois. A primeira locação, no Estádio do Maracanã, durou apenas dois dias: o dinheiro para a produção acabou, e só foi possível retomar as filmagens três meses depois, a 26 de junho,

quando a situação política, tendo como palco a Cidade do Rio de Janeiro, começava a se agravar.

E agora dou a palavra a Helena Salém, biógrafa de Nelson, para se ter uma ideia das condições precárias em que o filme foi realizado. Reproduzo este trecho para deixar registrado nos *Anais da Academia Brasileira de Letras* alguns detalhes da “indústria” do Cinema Brasileiro, em contraste com as milionárias produções de Hollywood que, na época, invadiam sem-cerimônia o nosso incipiente mercado e, para não perder o hábito, continuam, meio século depois, se comportando da mesma maneira.

Diz Helena Salém:

O núcleo da equipe de Nelson, cuja idade média era de 23/24 anos, passara a morar junto, num apartamento de dois quartos e sala, perto da Praça da Cruz Vermelha, e naquela comunidade surgiram as maiores confusões. “É de se imaginar”, lembra o fotógrafo Hélio Silva. “Oito a dez homens jovens entre moradores fixos e flutuantes, sem dinheiro, fazendo um filme independente...” Segundo Zé Ketí, [...] Nelson procurava manter a ordem, “pois gostava das coisas certas, nas horas certas”. Então ele deu uma função para cada um: dentro da equipe de cinema e dentro de casa.

O fotógrafo Hélio Silva relata como era a vida no apartamento: “A gente se levantava mais ou menos às cinco e meia, fazia um café puro, ia para as filmagens e voltava às cinco horas da tarde, sem café, geralmente sem almoço. Quando tinha, o cardápio era macarrão ao alho e óleo, quase sempre.”

Como a maior parte do filme era rodada em exterior, nas ruas, à luz do sol, as filmagens dependiam essencialmente do bom tempo. Se chovesse, a equipe permanecia em casa, às vezes ficava-se até quase um mês sem filmar. E mesmo assim o filme foi feito.

No dia 26 de agosto de 1955 a Censura Federal liberou o filme para exibição, proibindo-o apenas para menores de dez anos. Nelson negociou com a Companhia a distribuição em todo o País, e só faltava acertar a data do lançamento quando veio a notícia que abalou a todos: o chefe do Departamento Federal de Segurança Pública decidira proibir o filme, sob alegação de que era perigoso; por mostrar apenas os aspectos negativos do Brasil, seu conteúdo tinha potencial para gerar convulsões populares. E, além disso, afirmava o chefe de Polícia, jamais a temperatura do Rio de Janeiro chegara aos 40 graus, e, dessa forma, o próprio título do filme do cineasta paulista, suspeito de per-

tencer ao Partido Comunista, já começava com o propósito de ofender a Cidade Maravilhosa. A proibição de “Rio 40 Graus” causou grande polêmica nacional, e o escritor Orígenes Lessa, mais tarde membro desta Academia, também publicitário e, portanto, conhecedor das leis do mercado, afirmou que a censura era burra, mas traria um benefício, pois, quando liberado, o filme bateria recorde de bilheteria. Na realidade, o nosso querido Orígenes enganou-se, não foi bem assim. Liberado em 1956, no primeiro ano do mandato do Presidente Juscelino Kubitschek, “Rio 40 Graus” teve realmente um bom público nos primeiros dias, mas, segundo o próprio Nelson, logo o boca a boca passou a informação de que a censura proibira o filme, não pelas cenas de sexo, mas porque só filmava gente pobre. E muitos críticos não gostaram do filme. O do vespertino *O Globo* terminou assim sua análise, iconograficamente resumida num bonequinho dormindo na poltrona:

Outrossim, não se pode deixar de focalizar o sentido intencionalmente negativo e faccioso da fita, tudo de acordo com os interesses do mencionado sectarismo ideológico que aniquila a escola neorrealista. Em suma, “Rio 40 Graus” é, antes de tudo, um filme maçante, conquanto seja panfletário, também.

Cacá Diegues disse sobre o filme:

Mais até do que uma experiência artística, “Rio 40 Graus” era um programa de vida ao qual seu autor nunca seria infiel, mesmo que seu cinema sofresse tantas transformações no futuro. Um programa de vida ao qual aderiu toda uma geração de adolescentes e universitários cinéfilos que, juntos, se tornariam, em breve, cineastas brasileiros que marcariam a história de nosso Cinema de modo seminal. Se as telas do País, tomadas pela produção internacional e sobretudo americana, eram as janelas através das quais esses jovens aprendiam a amar o Cinema, “Rio 40 Graus” foi a porta luminosa pela qual eles o invadiram.

Depois de “Rio 40 Graus”, nunca mais a Cultura Brasileira poderia ser a mesma. Ela tinha sido levada para as ruas em busca da verdade e da compaixão, em nome da justiça e da beleza, dos sonhos que alimentaram o que de melhor fizemos em nosso Cinema. Se sua contemporânea Bossa-Nova era, na Música, o que aquela geração sempre sonhara para o Brasil, um projeto de harmonia e elegância para um país miserável e em chamas, o cinema inaugura-

do por “Rio 40 Graus” nos exibia a face dolorosa do Brasil que não queríamos mais que existisse e que, portanto, não devíamos esquecer.

“Rio 40 Graus” fazia ressurgir um Cinema Brasileiro tantas vezes morto e ressuscitado ao longo do século XX, inaugurando um ciclo que, mais tarde, se encerraria como modelo econômico, mas que estaria sempre vivo e presente em tudo o que se fez depois dele até nossos dias. Um filme, portanto, fundador. Do Cinema Novo à atual pós-retomada, nenhum filme, nenhuma ideia cinematográfica, nada foi feito entre nós sem que de algum modo, direta ou indiretamente, se levasse em conta a obra de Nelson Pereira dos Santos.

De que forma Nelson se relacionou com o Cinema Novo? Cito suas palavras:

O Cinema Novo gerou um grupo de cineastas dinâmico. Cada um buscou, à sua maneira, uma forma de investigar nossa realidade com estilo próprio. Na verdade, eu comecei a esquecer o Cinema que não era feito aqui. Ficou muito mais interessante saber o que o Glauber Rocha estava escrevendo, ou o que o Leon Hirzman ou o Joaquim Pedro ou o Carlos Diegues estavam fazendo, em oposição ao que estava sendo feito pela *nouvelle vague* ou qualquer outro trabalho de qualquer outro diretor em qualquer parte do mundo, independentemente da importância de cada um deles. Estávamos muito ligados à nossa própria experiência. Entre nós mesmos a troca de ideias, de informação era tão prazerosa, tão gratificante, que trabalhávamos mais ou menos juntos, especialmente no começo.

Em “Vidas Secas”, filme de Nelson baseado na obra de Graciliano Ramos, o diretor estabeleceu pela primeira vez uma ideia clara de iluminação, com grande contribuição do fotógrafo Luiz Carlos Barreto. Assim como José Medeiros, Barreto era seguidor da escola de Cartier Bresson. Os dois vinham da revista *O Cruzeiro* e, segundo Nelson, apresentaram a fotografia europeia ao Cinema Brasileiro, até então baseado na escola do Cinema Norte-Americano. Palavras textuais de Nelson:

Luiz Carlos Barreto trouxe a luz de Cartier Bresson a “Vidas Secas”. Foi uma experiência chocante, revolucionária, radical, filmar sem filtro, com a lente nua, deixando-a brilhar diretamente sobre o rosto dos personagens. Essa foi a grande experiência do filme. Nada foi feito com luz artificial, tudo com a luz de Deus.

E assim, com a colaboração do Todo-Poderoso, acrescento eu, Luiz Carlos Barreto realizou seu trabalho exemplar, hoje um marco na história do Cinema mundial.

Quando resolveu adaptar o romance de Graciliano, Nelson ouviu vários avisos: “Você nunca será capaz de fazer a cena com a cadela Baleia porque não existe nela a consciência do ser humano. É a consciência de um cão. Como você vai transmitir o que Graciliano escreveu?” E ele empresta, atribui um aspecto psicológico ao animal, à cadela Baleia. A cada momento que passa a participar da vida da família, ela tem o seu próprio universo, suas próprias visões, as quais o escritor descreve com grande precisão e sentimento. “Então” – conta Nelson – “eu me senti obrigado a fazer o mesmo no filme. E foi realmente um grande desafio. Desafio vencido, pois a presença de Baleia pode ser sentida até o clímax do filme – sua morte. Ela vive essa cena como se fosse um ser humano.”

Nelson encontrou dificuldades para trabalhar, pois segue outra linha, na qual apenas os personagens tentam expressar seus sentimentos. Ele se preocupa com a linha de pensamento, não apenas nas relações humanas, amor, conflitos de interesses, conflitos sociais, conflitos morais, mas também no nível das ideias, como as ideias se relacionam, como elas entram em conflito com outras ideias. Por exemplo, o filme “Memórias do Cárcere” é um trabalho construído mais sobre o pensamento do personagem do que sobre os relacionamentos que ele mantém na prisão. E essa é a ideia de “Memórias do Cárcere”: uma viagem pelo plano mental.

Em 1979, um jovem diplomata cinéfilo e candidato a cineasta foi indicado para dirigir a Embrafilme. No tempo em que administrou a empresa, prestou bons serviços ao Cinema Brasileiro, mas, ao apoiar a produção de “Pra Frente Brasil”, de Roberto Farias, o primeiro filme a tratar do horror dos anos de chumbo vividos no Brasil, foi demitido, voltou aos quadros do Itamaraty e seguiu brilhante carreira até o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores, que hoje ocupa pela segunda vez. Em seu livro *Por uma Questão de Liberdade*, ensaios sobre Cinema e Política, lançado em 1985 pela Editora Tempo Brasileiro, do nosso Confrade Eduardo Portella, Celso Amorim analisa o filme “Memórias do Cárcere”:

Uma qualidade – dentre tantas outras – aproxima especialmente o cineasta Nelson Pereira dos Santos e o escritor Graciliano Ramos: o amor à verdade. E é este

amor à verdade, que já se anuncia na maneira de refletir a face exterior dos objetos, mas que penetra também na intimidade das pessoas e das coisas, que faz de “Memórias do Cárcere” um dos maiores filmes inquestionáveis da nossa Literatura, certo que Nelson e Graciliano diferem um pouco no estilo: a realidade que o romancista nos transmite é áspera, seca, cheia de arestas. Já em Nelson, os seres tendem a ser apresentados de modo mais suave, como se o olho da câmara aparasse seus traços mais angulosos. Se o amargor com que Graciliano vê o mundo não exclui a ternura por seus habitantes (viventes), em Nelson este último sentimento é que dá o tom. E por isso talvez a união dos dois se tenha provado tão fecunda. A resultante final destas duas visões superpostas é uma radical honestidade na aproximação dos personagens e situações, impregnada de uma simpatia não menos profunda pelo destino do ser humano.

Não poderia dizer mais ou melhor sobre o filme, cujos momentos iniciais, na apresentação do título e dos créditos, evocam o estranhamento do Brasil, um Brasil onde escritores, professores, médicos, cientistas, artistas e intelectuais passavam meses nas prisões. Entre eles, ao lado de Graciliano, como Nelson bem assinalou em seu discurso, esteve Hermes Lima, de pijama, mas tão elegante e ereto como se estivesse, talvez, intuindo o futuro, no seu fardão de acadêmico. Enquanto surgem os títulos, a música de fundo – a “Fantasia sobre o Hino Nacional Brasileiro”, de Louis Moreau Gottschalk – sugere o precoce modernismo na Música ao mesmo tempo em que anuncia, nos primeiros acordes, a desconstrução de um símbolo nacional, diante da desordem a que fora submetido o País, por uma suposta ordem, injusta e cruel.

A filmografia de Nelson Pereira dos Santos inclui outros títulos, além dos já citados no início, baseados em obras literárias. São nove filmes com roteiros originais, a saber: “Rio Zona Norte”, “Mandacaru Vermelho”, “Fome de Amor”, “Como Era Gostoso o Meu Francês”, “Quem é Beta”, “O Amuleto de Ogum”, “Estrada da Vida”, “Cinema de Lágrimas”, e o último, “Brasília 18%”. Mas, como o tempo é curto para estudar tantos filmes, reservo alguns momentos para falar de dois, baseados em romances de Jorge Amado, *Tenda dos Milagres* e *Jubiabá*.

Jorge Amado confessou que *Tenda dos Milagres* é um livro de grande importância:

Porque eu creio – afirmou o escritor – que nele se discute o problema do povo brasileiro, o problema da Cultura Brasileira e da originalidade do brasileiro. Quando eu era muito jovem, em 1935, escrevi um livro em que minha preocupação já era a

mesma. O livro se chamava *Jubiabá* e o problema era colocado apenas por um jovem escritor de 23 anos, cuja experiência humana, literária e política era ainda muito limitada. Vinte e cinco anos depois escrevi *Tenda dos Milagres* [...]. Nada do que está no livro, do que está no filme é inventado. São coisas que se passaram e que foram recriadas por mim e depois por Nelson. Eu recriei no livro, dentro das minhas limitações, e Nelson recriou no filme, com seu imenso talento e sua grande qualidade de cineasta. Nossa relação durante a adaptação de *Tenda dos Milagres* foi ótima. Porque Nelson não briga. Nelson concorda e depois faz o que quer. A relação foi inteiramente diferente. Porque eu nunca me meto em adaptação de livro meu, para nenhuma forma de comunicação [...]. Mas com o Nelson não, com ele eu discutia muito, conversei muito, palpitei muito. Mas o Nelson fez uma coisa inteligente, me botou para trabalhar, enquanto isso ele filmava. [...] Ele fez exatamente o que deveria ter feito – fez a sua adaptação. Ele conversou muito comigo, discutiu muito comigo. Eu disse tudo o que pensava e como pensava, e ele fez exatamente o que achou que deveria fazer. [...] O filme “*Tenda dos Milagres*” é uma obra de Nelson Pereira dos Santos, pensado, criado e concebido por ele. Mas não deixa de ser meu. Afinal, no sangue de Nelson que corre ali dentro, há um pouco de meu sangue.

Jubiabá foi o livro com o qual Jorge Amado, na época com 22 anos, se firmou no panorama literário brasileiro. Ao adaptá-lo, Nelson Pereira dos Santos realizou, como sempre, algumas modificações. A trama do livro se orienta pela trajetória do personagem Baldo – que, após a internação da tia em um hospício, vai ser criado por uma rica família, abandona-a, vira mendigo, *boxeur* e, posteriormente, encontra a razão de sua existência nos movimentos dos trabalhadores.

Jorge Amado diria ainda: “*Jubiabá* é fundamentalmente uma história de amor. Através dela quis abordar o problema racial brasileiro, principalmente do negro, do ex-escravo. A ideia do filme é contribuir nesse sentido, retomar essa questão da maneira mais simples possível.”

Na realidade, Nelson não foi apenas um adaptador de romances para Cinema, mas também amigo de Jorge e de Zélia. Conheceu o casal ainda nos tempos de militância de esquerda, em São Paulo, e mais tarde manteve com eles laços de amizade, que se estreitaram quando começou a rodar “*O Amuleto de Ogum*”, em Salvador.

Senhoras acadêmicas, senhores acadêmicos, minhas senhoras, meus senhores, em mais de meio século de atividades ininterruptas, Nelson não foi apenas o cineasta. Durante muitos anos, exerceu a profissão de jornalista e era

excelente copidesque. Trata-se também de um escritor, autor e coautor de livros sobre o Cinema e conferencista, cujas reflexões ajudaram a encontrar caminhos para o desenvolvimento do audiovisual no Brasil. Fundador de cursos de Cinema em duas universidades brasileiras, foi professor desses cursos, nos quais se formaram numerosos cineastas hoje em atividade. Produtor de Cinema, ofereceu emprego a centenas de atores, cinegrafistas, iluminadores, técnicos, artistas e operários.

Seus filmes foram apresentados no exterior, receberam prêmios e produziram divisas para a nossa balança comercial.

Trata-se de artista que contribuiu, portanto, ao seu modo, para dar uma ajuda à economia nacional. Diante de uma trajetória tão fecunda, diante deste exemplo seguido por tantos realizadores, muitos deles aqui presentes, vemos como é indispensável pensar o Cinema Brasileiro como arte, técnica, indústria e comércio, mas também como fator de identidade nacional. O termo lembra um clichê, é certo, mas o Cinema é a Arte que, por sua popularidade e caráter global, acessível a bilhões de seres humanos, pode oferecer, em um instante, o reconhecimento de uma civilização, no caso a civilização brasileira, em escala doméstica e universal. Civilização, e cultura com muitos problemas, mas estampando uma face própria, única, com seus pecados e virtudes, sua originalidade e seu marasmo nas telas do Brasil e de todo o mundo. Para se alcançar este objetivo, torna-se indispensável manter e ampliar uma política de apoio ao audiovisual, a exemplo do que fizeram todos os países hoje grande produtores, a começar pelos Estados Unidos.

Neste momento de homenagem a Nelson Pereira dos Santos, não posso deixar de pensar como seria bom se o Cinema Nacional pudesse chegar a todos os brasileiros, como seria bom se os nossos filmes estivessem ao alcance de todos os bolsos e não de uma parte mínima da população, como seria bom, enfim, se o mercado interno brasileiro pudesse sustentar o nosso Cinema. Gostaria de ver nossas crianças e jovens assistindo a produções com dicção brasileira como nós, os das gerações mais velhas, vimos – e mantivemos em nossa memória colonizada – os desenhos animados de Walt Disney, as aventuras de Tom e Jerry, os musicais em technicolor e com som estereofônico da Metro Goldwyn-Mayer, os dramas históricos em cinemascope da Twentieth Century Fox, os policiais *noir* da Columbia Pictures, os filmes de mistério da

RKO Pictures e os *westerns* de todos os tipos, desde os da classe B da Republic, com Vera Rubra Ralston, até os clássicos de John Ford, com John Wayne.

Sr. Nelson Pereira dos Santos, os ilustres brasileiros que passaram pela Cadeira 7 contam uma história rica a partir do seu Patrono, o Poeta Castro Alves, escolhido pelo Fundador, Valentim Magalhães, seguido por Euclides, Afrânio Peixoto, Afonso Pereira Júnior, Hermes Lima, Pontes de Miranda, Dinah Silveira de Queiroz e Sergio Corrêa da Costa. Este último, diplomata ocupante dos mais altos e relevantes cargos, historiador capaz de fazer-nos entender os meandros da história do passado e dos eventos recentes. Foi também um incansável pesquisador das palavras. Mas antes de tudo, Sergio, nesta Academia, representou um tempo em que a convivência viu-se elevada aos melhores *momentos*, pois estar com ele constituía para todos nós a certeza de uma conversa estimulante, um colher de experiências e sabedoria, no trato afável, no olhar sincero, no conselho sempre sensato. Sua memória, tenha certeza, será sempre cultuada e lembrada com profunda admiração nesta Academia.

Algumas vozes estranharam o fato de um diplomata e historiador ser sucedido por um cineasta. Logo se calaram, pois não há, nesta Academia, necessariamente, sucessão por afinidades intelectuais, ou vaga cativa, embora não se exclua a possibilidade de um perfil parecido entre sucessor e sucedido. Mas no caso de Sergio e Nelson existem pontos de contato. Seus filmes, quando exibidos no exterior, são embaixadores da Cultura Brasileira; e todos eles, mesmo na ficção mais fantasiosa, como no caso de “*Asylo Muito Louco*”, baseado em “*O Alienista*”, de Machado de Assis, também falam da nossa história; história dolorosamente narrada em “*Memórias do Cárcere*”, hoje um filme clássico da nossa Cinematografia.

É hábito, no fecho dos discursos de recepção, o orador que recebe dirigir-se ao recipiendário para convidá-lo, de forma afetuosa: entre, a casa é sua. Antes de repetir o conhecido fecho, eu gostaria de lembrar mais uma vez neste momento as palavras do nosso comum amigo Glauber Rocha: “Um filme se faz com uma câmara na mão e uma ideia na cabeça. Câmara na mão e ideias na cabeça.”

Aqui mesmo, embora as câmaras estejam em outras mãos, sei que na cabeça de Nelson fervilham ideias sobre como aproveitar todo o material registrado até agora para fazer um filme. Seja documentário ou delirante ficção, o filme certamente não terminará neste momento, no Salão Nobre do

Petit Trianon da Academia Brasileira de Letras, quando se encerra a cerimônia, com a palavra “fim” sobre a cena dos presentes aplaudindo a consagração. Agora, Sr. Nelson Pereira dos Santos, é hora de dizer “luz, câmara, ação!”, pois no momento em que o Presidente Marcos Vinícios Vilaça encerrar a sessão solene, a palavra “início” deve aparecer sobre a cena que a estamos assistindo. Agora começa o filme que contará a sua vida.

Muito obrigado.

**Discurso do
SR. DOMÍCIO PROENÇA FILHO**

e

**Resposta do
SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA**

*Sessão solene extraordinária
do dia 28 de julho de 2006*

I

DISCURSO DO SR. DOMÍCIO PROENÇA FILHO

Vivo de meia dúzia de ideias e de algumas palavras. E é a palavra, aliada à ação criadora e pedagógica, base do meu percurso de vida que me traz a esta Casa das Letras. A mais relevante do País. A essas dimensões associa-se, cúmplice, o beneplácito da amizade. Que a Casa de Machado de Assis é uma Casa da Convivência. Enriquecida democraticamente pelo jogo dialético da convergência e da divergência. Viva, intensa, imune à corrosão da aura. Ao longo de mais de um século, Mobilizadora. Congregadora de gente da Cultura, gente das Letras. E o culto do verbo, em espaços que não se excluem, é que aproxima os ocupantes da Cadeira 28 para a qual fui eleito. Com a consciência, sobretudo, do que representa, comunitariamente, o raro privilégio.

Seja-me permitido, no cumprimento do rito da tradição, a assunção do vezo didático na recordação breve de traços que lhes marcam a atuação no processo da Cultura Brasileira. Que a sinceridade da homenagem compense o risco da redução e a horizontalidade do discurso.

Conheci-o nas minhas primeiras andanças pelos auditórios e corredores desta Casa. Aos poucos, me aproximei de sua mineirice desconfiada. Para descobrir-lhe a afabilidade, a simplicidade, a excelência do humor. E a acolhida conselheira a quem já começava a sonhar alto. O convívio estreitou-se ao longo dos ciclos de conferências do auditório José de Alencar.

Falo do saudoso e estimado Dr. Oscar Dias Corrêa, o jurista, o magistrado, o professor, o poeta, o ficcionista, o ensaísta, o tradutor, o cidadão de intensa e coerente ação política. Homem de fé assumida e dedicação acendra-

da à família. Ao lado de D. Diva, companheira atuante de dedicadíssimos 57 de casamento, felizes e mineiramente vividos. A quem, nesse momento, rendo minhas sinceras homenagens.

Itaúna, a cidade de seu nascimento, em 31 de janeiro de 1921. E dos primeiros estudos. Continuados, no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, hoje Estadual. Já se configurava o futuro tribuno: no concurso de oratória, vencido pelo jovem ginasião, com um discurso sobre “A Paz no Chaco”, coroado com publicação no *Minas Gerais*. No complemento da formação, o Curso Pré-Jurídico e o Curso de Bacharelado, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais atualmente Universidade Federal. O orador emerge e prenuncia-se o ensaísta: ganha o Concurso Nacional de Oratória e o Concurso Nacional de Monografias, de relevância assegurada pelo órgão instituidor: o Instituto dos Advogados Brasileiros.

Árduo, o começo. Avalie-se pela atitude: jovem estudante, dá-se conta da importância, para seus estudos superiores, de dois volumes de 300 páginas, de autoria de Pedro Lessa: na impossibilidade de adquiri-los, e com a cópia xérox ainda abrigada no ventre do futuro, não vacila: copia-os à mão, para acesso imediato. O testemunho agradeço à gentileza de D. Diva.

1946 marca o início da vida pública e da advocacia. Como oficial de gabinete de João Franzen de Lima, secretário das Finanças do Estado de Minas Gerais.

Deputado, ei-lo, no ano seguinte, na Assembleia Legislativa Estadual. Com reeleição e novo mandato de 1951 a 1954. Ano em que chega à Câmara Federal. A consagração do alto desempenho traduz-se na reeleição para os dois mandatos seguintes: de 1955 a 1963, de 1963 a 1967. Em 1961, o legislador, licenciado, cede espaço ao administrador da causa pública: assume a Secretaria de Educação de Minas Gerais, no governo de Magalhães Pinto, cargo em que permanece até 1962 quando volta à Câmara. Até 1966. Tempos brasileiros redemocratizados e de aguda efervescência e turbulência políticas. Identificado com o seu partido, a antiga UDN, a União Democrática Nacional. Um *homo politicus* como raros.

O coroamento da carreira do jurista vem com o seu chamado a integrar o Supremo Tribunal Federal, indicação do ministro Bilac Pinto. Em 1982. Nessa condição, é nomeado ministro do Superior Tribunal Eleitoral. Eleito Vice-Presidente da Suprema Corte do País, não assume o cargo: a convite do

Presidente José Sarney, ei-lo nomeado Ministro de Estado da Justiça. Em janeiro de 1989.

Suas palavras, num trecho da carta em que se despede da Suprema Corte, permitem uma visão de seu percurso e de sua alta competência:

Aqui cheguei após quase 40 anos de Advocacia, 27 anos dos quais exercidos também perante este Pretório e mais de 20 de atividade política, intensa e trepidante. Pois a Corte, com a sua tradição de serena superioridade, de exata ponderação na interpretação do Direito, de retidão na exegese das normas jurídicas, sem esquecer nunca o indeclinável interesse nacional, deu ao noviço nas hostes da magistratura ânimo para dominar a veemência do temperamento e das lutas políticas anteriores, para vencer-lhe o ímpeto que os anos não arrefeceram, ensinando-lhe a ouvir as manifestações contrárias ao seu pensamento, a acatar os argumentos adversos às suas opiniões, a respeitar pronunciamentos e decisões sem ressentimentos ou irritação.

Mais: vencido, aprendi a estimar a vitória da maioria adversa, ao raciocínio de que deveria estar certa; e meu voto serviria de argumento aos que, mais tarde, nele encontrassem fomento de Direito ao exame das teses em confronto.

Fiel aos princípios éticos que cultua, solicita imediatamente, diante da nomeação para o Ministério, sua aposentadoria da alta Corte. Por consequência, afasta-se também do Superior Tribunal Eleitoral. Empossado, promete restabelecer no País o “reino da justiça” e reitera a fidelidade à “disciplina da lei”. Atua com intensa atividade, até julho do ano da posse, quando renuncia ao cargo.

Longe da ação pública, volta-se para a Advocacia: abre escritório, em Belo Horizonte, escritório, com o filho Oscar Junior, que, a exemplo do pai, ingressa na Política, com mandatos nas esferas estadual e federal, de 1979 a 1991.

Inúmeras obras revelam a excelência do seu saber jurídico, a percuciência de seus estudos. Entre elas *Introdução Crítica à Economia Política* (1957), *Alcance e Compreensão dos Direitos do Homem*, 1968, *A Defesa do Estado de Direito e a Emergência Constitucional*, 1980, *Autoritarismo*, no mesmo ano, *A Constituição Federal de 1988 – Contribuição Crítica*, (1991), *O Supremo Tribunal Federal, Corte Constitucional do Brasil* (1987), *O Sistema Político-Econômico do Futuro – o Societarismo*, livro de 1994.

Devoção aos princípios do Direito e da Justiça e à prevalência da democracia marcam a sua atuação. Um fato, por indiciador: edita-se, em 1965, o Ato Institucional n.º 2. Nas determinações, entre outras medidas, a extinção

dos partidos políticos existentes. Autorizada apenas a existência dual da ARENA e do MDB.

Numa afirmação de coerência e de personalidade forte, o udenista convicto assume desassomburada atitude de protesto: renuncia ao seu mandato de deputado. E com elegância, mas com firmeza, explicita a sua indignação no último pronunciamento na Câmara Federal:

– O que nos repugna é que o governo queira impor duas organizações irrealis, inviáveis, provisórias e que, para isso, obrigue todos os homens públicos desse País a uma opção impossível.

Há nove anos, Sr. Presidente, disputando a cátedra de Economia Política da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, escrevi uma tese – “Introdução à Crítica e à Economia Política” – em que sustentava que o objeto da Ciência Econômica era a opção onerosa socialmente avaliável, dizia eu, para caracterizar bem os termos dessa opção, que me parece e me parecia fundamental.

Agora, sem blague, poderia dizer que, nove anos depois, a Política, não a Economia, me impõe uma opção, também onerosa, a mais onerosa de quantas pensei fazer; a tal ponto que me recuso a fazê-la, e deixo a Política pela Economia.

Era o dia 23 de março de 1966. Perdia a Política Brasileira, ganhava a Economia, e ganhavam ainda mais a prática e a ciência do Direito.

O Magistério: outra de suas paixões. Luminoso, o começo: a conquista, por concurso de provas e títulos, da citada Cátedra de Economia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, atualmente Universidade Federal. Aos 29 anos de idade. Torna-se, então, o mais jovem professor catedrático de seu Estado natal. E acumula concursos e cadeiras em inúmeras instituições de ensino superior: Faculdade de Ciências Econômicas da antiga Universidade do Brasil, Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A que se junta a intensa atividade pedagógica em outros estabelecimentos públicos e privados: leciona, ao longo dos anos, Economia, na Universidade de Brasília, em 1966; mais tarde, nas Faculdades Integradas Bennett (1971); Direito do Comércio Exterior, na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Direito do Trabalho, na Universidade Católica de Minas Gerais, entre outros. Em paralelo, a ação administrativa: a direção da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, em 1968; o Decanato do Centro de Ciências

Jurídicas e Econômicas da mesma Universidade, de 1971 a 1980; a direção da Faculdade de Direito da UERJ, de 1976 a 1980.

Invulgar, sua capacidade de trabalho: a jornada, iniciada nas primeiras horas do dia, estende-se regularmente até 11 horas da noite.

A seu lado, sempre, D. Diva. O dinamismo suavemente abrigado nas dobras da discrição. Destacado o apoio logístico ao homem público. Desde o tempo em que os parlamentares não dispunham de assessorias e gabinetes. E não nos esqueça do cuidado com os dois filhos do casal, Ângela e Oscar Junior.

A ação política intensa, o magistério, a dedicação ao Direito não diluem a fidelidade às Letras, nas quais se inicia desde os bancos escolares do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. A Literatura integra antes uma comunhão de afetos intensamente cultivados.

E, à lucidez do jurista, alia-se o ficcionista, autor de *Brasília*, publicado em 1968, e de *Quase-ficção*, 12.º volume da Coleção Austregésilo de Athayde, da Academia, coordenada pelo dinamismo de Ivan Junqueira, editado em 2003.

Brasília, romance de costumes políticos, espelha, na transfiguração da Literatura, aspectos da vida pública brasileira, de 1930 a 1950. Uma história nuclearizada no personagem-título, um político. Que começa prefeito de Rio do Morro, pequena cidade interiorana, é eleito deputado estadual e, na sequência, federal, chega a Governador do Estado e culmina com uma cadeira no Senado da República. Na base da criação, a experiência vivenciada pelo autor, a sua intimidade com os seus pares e com os fatos da vida pública brasileira. Na tecedura da trama, simples, ressalta a qualidade do narrador na articulação das ações e na perspectiva crítica marcada de ironia. Na linguagem, a fluência e o coloquialismo. Uma passagem, por exemplificadora:

Mas não era possível descrever-se toda a fauna humana que Brasília encontrou na Casa do Povo, como se chamava a Câmara. Eram cinquenta e quatro figuras diversas, cada qual com um jeito, uma cara, assentando-se ou se levantando ao comando da intimação do presidente e dos líderes.

Muito mais proveitoso seria contar-se, por exemplo, o que se passava na Secretaria, de onde saíam pratinhos, estandardizados, os pareceres das Comissões. Na maioria, é claro.

(...)

Você sabe, leitor amigo, o que é bancada da imprensa? Pois vou dizer-lhe, em poucas palavras: são uns senhores que ficam, em geral, defronte dos deputados, quan-

do eles falam, ou estão calados; que tomam, ou não tomam notas em papel sem pauta, de preferência; que trocam ideias entre si, muito cordialmente, sem dar nenhuma ideia nova em troca da que não recebem; e que, no dia seguinte a gente fica sabendo da opinião que tinham do que se passou na sessão a que assistiram, ou que não tinham e a direção do jornal entendeu que era bom ter. (*Brasília*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. p. 147)

Quase-ficção: o título indicia o rigor da caracterização do texto que se propõe: apoiado no realismo de detalhe e na aguda observação de pessoas e acontecimentos. Quatro histórias bem urdidas, reveladoras de domínio do narrador, astucioso, na explicitação merquioriana da mimese.

Na primeira, um discurso à beira do túmulo de um amigo, a pedido da comoção da viúva em prantos, e eis o personagem tomado pelo delírio do necrológio.

Narrador e protagonista dividem o discurso. O deste último, reflexivo, autoquestionador. Nuclear, a presença da morte, inexorável, sempre impactante. E, a cada passo, o alívio da tensão por meio da ironia bem-humorada. O comportamento do personagem vai, humanamente, do horror à natureza do texto à gradual aceitação, a cada solicitação nova e diante dos aplausos da fama à assunção plena e entusiasmada. Já agora marcada pelo prazer do discurso. Vicissitudes da alma humana, flagradas pelo ficcionista. Na culminância, a instauração da função de uma ideia fixa. No silêncio da estrutura, a relação intertextual com *O Alienista*. Em paralelo, a exaltação da amizade, rememorações de passado comum que une o vivo e os mortos louvados. Nostalgias. Nem falta o realismo de detalhe, como garantia de verossimilhança. O riso, racionalizador e amortecedor da tensão, pontua o fim e a perda. A moral da história, a carga do leitor. Que a ambiguidade do texto, por literário, possibilita: *ridendo castigat mores* ou *Vanitas, vanitatis*, ou ambas.

Perda e morte voltam na segunda narrativa. Agora de um cão. Cheio de ideias. Na verdade, um cão eruditíssimo. Com nome de economista famoso: Keynes. E com as memórias transcritas pelo melhor amigo da espécie. Enfim, um cão literariamente antropomorfizado. Com uma história que, por vezes, serve de pretexto para reflexões sobre a realidade brasileira. E um desfecho carregado de emoção. Um texto-espelho da realidade urbana do país, espaço assumido pelo escritor e indiciado pelo título do livro.

“Currículo”, o terceiro conto. A partir de inesperada demissão, a *via-crúcis* do personagem na busca de um novo emprego. Depois de uma vida de dedicação e eficiência. A alta qualificação, a experiência, o domínio das línguas estrangeiras, as várias obras publicadas, o currículo exemplar não abrem as portas do espaço privado ou público. A militância e o exílio emergem, contraponteados, no desfecho, irônico. E a visão crítica, sempre. Agora tendo por alvo o mercado editorial brasileiro. Quem escreve conhece.

Na última história, o percurso de um candidato à Academia Brasileira de Letras. Li e reli, com redobrada atenção. Quase realidade? Lição. O texto: um divertido roteiro a ser cumprido, os procedimentos, os envolvimento. Hiperbolizados. O final, surpreendente, acentua a frustração.

A linguagem revela a elaboração cuidada, o domínio da frase curta, a presença da erudição do autor, as animizações bem trabalhadas.

O prefácio de Eduardo Portella acentua a linha de força dominante: histórias de perdas. Irreparáveis. Perdem-se amigos, perde-se a companhia amiga do cão estimado, o emprego, a ansiada eleição para a Academia. Com as consequências decorrentes. Na alma.

Perder aproxima-se de situações trágicas. No sentido grego do termo. Não se pense, entretanto, em retratos carregados de lamúria. O autor, ciente de que integram, inexoráveis, a humana condição, dilui a tinta da melancolia nas águas do humor. A reflexão, nesse sentido, a cada passo pontua as peripécias da ação. O narrador exorciza a tragicidade do fim implacável com a distensão pelo riso. Ao fundo, a consciência do efêmero: tudo passa sobre a Terra. No fundo a fé: perder acontece e está longe de ser verbo definitivo.

A sensibilidade do poeta presentifica-se desde a juventude. E, em especial, na sua atividade de tradutor, que pode ser admirada no volume intitulado *Meus Versos dos Outros*, lançamento da ABL, na Coleção Afrânio Peixoto. E no seu último livro, *Viagem com Dante*, 2005, centrado na *Divina Comédia*, cujos versos sabia no coração.

Obra de uma vida inteira, pois que se iniciou, a rigor, quando Oscar Dias Corrêa, então com 16 anos, foi apresentado aos versos da *Vita Nuova* pelo Prof. Tancredo Martins, do Curso Pré-Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, assinala o poeta e também exímio tradutor Ivan Junqueira, na apresentação da obra. Obra e paixão. E o autor acompanha o Poeta e seu Guia, Virgílio, até o XXXIV Canto do Inferno, reencontra-os

na chegada de Beatriz, nos Cantos XXIX e XXX do Purgatório e, por fim, vê *l'inspiratrice* conduzindo-a ao Empíreo no Canto XXXIII do Paraíso. Não sem antes dizer da musa na transcrição, mantida a língua do tempo, e na transcrição do soneto de louvor e encantamento, que recordo, por sua força poética:

*Tanto gentile e tanto onesta pare
la donna mia quand'ella altrui saluta
ch'ogne lingua devem tremando muta
e li occhi no l'ardiscon di guardare.*

*Ella s'iva, sentendosi laudare,
benignamente d'umiltà vestuta:
e par che sai uma cosa venuta
da cielo in terra a miracol mostrare.*

*Mostrasi sì piacente a chi la mira
che à per li occhi una dolcezza al core
ch'entender non la può chi non la prova.*

*E par che da le sua labbia si mova
un spirito soave pien d'amore
ch'va dicendo al'anima: sospira!*

Tão gentil e tão cândida parece
A amada minha em seu cortês saudar
Que nossa boca, trêmula, emudece
E os olhos não a ousam contemplar.

Ela se vai, sentindo-se louvar
E de humildade seu olhar se tece,
Como se um anjo que, do céu, viesse,
Para milagre à terra demonstrar.

Mostra-se tão graciosa que quem a mira
Que dá à nossa alma seu olhar dulçor,
Que não pode entender quem não a prove.

Parece que dos lábios seus se move
 Um espírito suave, todo amor,
 Que vai dizendo ao coração: suspira!

A sua sensibilidade guia o entendimento do leitor por esses espaços e fecha o livro com notícia da viagem existencial do grande poeta.

Nem a saúde combalida impediu-o de autografar, cuidadoso, em sua última noite terrena, cinquenta exemplares destinados a amigos de fé. Até as 23 horas. Como sempre. Ador-meceu definitivamente na véspera do lançamento. Esperado com entusiasmo.

Sua eleição para esta Casa se dá em 6 de abril de 1989, na vaga de Menotti del Picchia, amigo antigo. Revelador, um trecho do seu discurso de posse:

Lembra-me perfeitamente – vejo a cena nas luzes da memória: discutia-se a chamada “Emenda dos Conselheiros”, que instituía, com os ex-presidentes da República, um conselho Superior de assessoramento do presidente da República.

A UDN combatia o projeto. E, nesses casos, éramos os mais ousados – e a ousadia sempre foi o meu fraco, disso sabeis! – escalados para o debate.

Chegou a minha vez: fui à tribuna e desincumbi-me da missão.

Ao descer para o plenário, encontro no meio do corredor, caminhando na minha direção, o nobre deputado Menotti del Picchia, que me diz em tom quase fraternal: “Menino, quando você foi à tribuna, perguntei-me: que que esse menino vai falar, depois de Capanema, Arinos, Baleeiro, Adatao, Lacerda. E sabe de uma coisa? Gostei do seu discurso!”

Agradei-lhe o cumprimento espontâneo e insuspeito, envaidecido e acanhado. E ganhei-lhe a estima e o direito à prosa, nos momentos em que um orador mais monótono ocupava a tribuna e me acercava dele para ouvir-lhe a palavra fascinante.

O ficcionista e poeta paulista, por seu turno, é uma das militâncias atí-víssimas na instauração do Modernismo nas nossas Letras. Seu poema “Moysés”, de 1917, junta-se aos textos prenunciadores da grande ruptura que começa a concretizar-se. No mesmo ano, data literariamente afortunada, vêm a público *Há uma Gota de Sangue em Cada Poema*, de Mário de Andrade, *A Cinza das Horas*, de Manuel Bandeira, *Nós*, de Guilherme de Almeida, *Carrilhões*, de Murilo Araújo. Anita Malfatti faz sua segunda exposição de pintura. Aquela que tanta celeuma iria causar e que seria, inclusive, responsável, na sua reper-

cussão, pelo mau juízo que muitos fariam da proposta modernista. Sobretudo pela violência da crítica de Monteiro Lobato, expressa no título do artigo dedicado à mostra e publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição da noite, do dia 20 de dezembro: “Mistificação ou Paranoia”.

O mesmo ano de 1917 marca também o lançamento de *Juca Mulato*, onde se destaca o espaço concedido à sensibilidade da etnia afro-brasileira. Abertura propiciada pelas diretrizes do movimento, que privilegia o olhar crítico sobre a realidade do País. O poema busca evidenciar a presença mestiça na Cultura Nacional. Identificada a dor ingênua do personagem-título, com o canto, na ótica do autor, do “gênio triste da nossa raça e da nossa gente”. Dor de amor. Impossível. Porque tem por alvo a “filha da patroa”.

Juca Mulato pensa: a vida era-lhe um nada...
 Uns alqueires de chão: o cabo de uma enxada;
 Um cavalo pigarço; uma pinga da boa;
 O cafezal verdoengo; o sol quente e inclemente...

Nessa noite, porém, parece-lhe mais quente,
 o olhar indiferente
 da filha da patroa...

Vamos, Juca Mulato, estás doido? Entretanto
 tem a noite lunar arrepios de susto;
 parece respirar a fronde de um arbusto,
 o ar é como um bafo, a água corrente um pranto.
 Tudo cria uma vida espiritual, violenta.
 o ar morno lhe fala; o aroma suave o tenta...
 “Que diabo!” Volve aos céus as pupilas, à toa,
 e vê, na lua, o olhar da filha da patroa...

(PICCHIA, Menotti del. *Juca Mulato*. 3.^a ed. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1921. p. 14)

O sentimento intenso mobiliza e fragiliza o vigoroso caboclo, “forte como a peroba e livre como o vento”. E ele sofre a coita amorosa, no limite. E com ele chora a natureza solidária e consoladora. E é essa mesma natureza que

o livrará e ao poema de um trágico desfecho carregado de romantismo, como demonstra a fala atribuída à floresta antropomorfizada:

Juca Mulato olhou a floresta; os ramos, nos espaços,
Pareciam querer apertá-lo entre os braços.

Filho da mata, vem! Não fomos nós, ó Juca,
O arco do teu bodoque, as grades da arapuça,
O varejão do barco e essa lenha sequinha
Que de noite estalou no fogo da cozinha?
Depois, homem já feito, a tua mão ansiada
Não fez, de um galho tosco, um cabo para a enxada?

(*Id., ib.* pp. 41-2)

E Juca Mulato, conformado,

Consolou-se depois: O Senhor jamais erra...
Vai! Esquece a emoção que na alma tumultua.
Juca Mulato! Volta outra vez para a terra,
Procura o teu amor, numa alma irmã da tua.

Esquece calmo e forte. O destino que impera,
Um recíproco amor às almas todas deu.
Em vez de desejar o olhar que te exaspera,
Procura esse outro olhar, que te espreita e te espera,
Que há por certo um olhar, que espera pelo teu...

(*Id., ib.* p. 45)

O livro foi acolhido com entusiasmo pelo público-leitor. E pela crítica. O longo poema, permito-me aduzir, caracteriza-se por uma visão distanciada, um dos posicionamentos ligados à presença do negro no processo literário brasileiro. Literatura sobre o negro. Configurada em textos nos quais os representantes da etnia reconhecidos como tal são referidos como “personagens”. Ou em que aspectos ligados às vivências do negro e seus descendentes no Brasil se tornam assunto ou tema. Envolve procedimentos simpáticos e solidários, mas que, implicitamente, com poucas exceções, indiciam estereótipos e reduplicam perspectiva ideológica tradicionalmente introjetada na sociedade

brasileira. Inatingível a “filha da patroa”. Por força do distanciamento social. Valoriza-se, entretanto, o mestiço, destacado o seu modo de ser sentimental, identificado com dimensões do jeito de ser brasileiro, da nossa gente, e por mobilizar a reflexão.

O amor ainda será, na obra de Menotti del Picchia, núcleo de *Máscaras*, de 1920, versos molhados de estética simbolista, em que dialogam “Arlequim, um desejo, Pierrô, um sonho, Colombina, a mulher”. Num texto carregado de sentimentalismo. Como explicita a fala de Colombina, conciliatória, num exemplo de multiplicidade existencial, singularidade do poema dialogado:

Pudesse eu repartir-me e encontrar minha calma
 Dando a Arlequim meu corpo... e a Pierrô minh' alma!
 Quando tenho Arlequim quero Pierrô tristonho,
 Pois um dá-me o prazer, o outro dá-me o sonho!
 Nessa duplicidade o amor todo se encerra:
 Um me fala do céu... outro fala da terra!
 Eu amo porque amar é variar, e em verdade
 Toda a razão do amor está na variedade...
 Penso que morreria o desejo da gente
 Se Arlequim e Pierrô fossem um ser somente.

(PICCHIA, Menotti del. *Máscaras*. Editora Nacional, sd. s.p.)

O escritor logo se revelará um prestigiado ativista do Modernismo nascente. Nesse sentido, esclarecedora é a conferência que pronuncia, no dia 15 de fevereiro, no Teatro Municipal de São Paulo, terceira noite do festival de três dias que constituiu a Semana de Arte Moderna de 1922, texto intitulado “A Arte moderna”, em que explicita o ideário artístico do movimento:

A nossa estética é de reação. Como tal, é guerreira. O termo *futurista* com que erradamente a etiquetaram, aceitamo-lo porque era um cartel de desafio. Na geleira de mármore de Carrara do parnasianismo dominante, a ponta agressiva dessa proa verbal estilhaçava como um aríete. Não somos nem nunca fomos. Eu, pessoalmente abomino o dogmatismo e a liturgia da escola de Marinetti. Seu chefe é, para nós, um precursor iluminado, que veneramos como um general da grande batalha da Reforma, que alarga seu *front* em todo o mundo. No Brasil não há porém, razão lógica e social para o *futurismo ortodoxo*, porque o prestígio do seu passado não é de modo a tolher a liberdade de

sua maneira futura. Demais, ao nosso individualismo estético, repugna a jaula de uma escola. Procuramos, cada um, atuar de acordo com nosso temperamento, dentro da mais arrojada sinceridade. (In: TELLES, Gilberto Mendonça. *Modernismo Brasileiro e Vanguardas Europeias*. 3.ª ed. rev. e aum. Petrópolis: Vozes: Brasília: INL, 1976, p. 228.)

A história demonstra que o movimento, no processo de sua instauração, seguiu caminhos múltiplos e vários.

Paralelamente, o jornalista faz da sua coluna no *Correio Paulistano* o mesmo que Oswald de Andrade da que assina no *Jornal do Commercio*: espaço de divulgação das ideias renovadoras que agitavam aquele tempo brasileiro. E logo fundará, com Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, na busca que queriam os propositores do movimento, o Verde-amarelismo e a Revolução da Anta, marcados pelo nacionalismo literário.

Em Poesia, sua primeira incursão efetiva no Modernismo vem com *Chuva de Pedra*, em 1925. Com a imagística a marcar de novo forte presença, aliada à assunção do verso livre.

O verde-amarelismo explicita-se pleno em *República dos Estados Unidos do Brasil*, de 1928. Onde vários poemas ideologicamente coerentes exaltam a formação do nosso País, o patriotismo, a escola, a paisagem brasileira, além de retratar, à luz de juízos de valor, figuras históricas, como Anchieta, O Aleijadinho, Fernão Dias, Euclides da Cunha e Rui Barbosa.

Na obra do ficcionista, muitos títulos. Entre eles, romances. Nem falta à sua pena a presença do memorialista. Era consequência natural do dinamismo de sua profícua atuação cultural. E ela se corporifica em *A Longa Viagem*.

Do homem público, disse com precisão o Dr. Oscar no citado discurso de posse. Ali estão destacadas com percuciência e minúcia características de seu ideário sobre temas públicos e sociais, sobre a realidade brasileira, a sua atuação como político. A ele remeto, atento ao conselho antigo do pintor Apeles, destacado por Valério Máximo e lembrado pelo Pe. Manuel Bernardes: *Ne sutor supra crepidam*: não sapateiro além de suas sandálias. Limito-me a reproduzir texto em que, na Câmara Federal, o fundador do movimento “Verde-amarelo” alude a um Congresso Cultural realizado no Chile, quando um jornal indaga, em comentário sobre seu posicionamento ideológico:

(...) nunca fui “integralista” – como poderão atestá-lo os que com todo o direito nesta Câmara o foram.

Não sou “comunista”, porque, como o próprio Lênin, compreendo que a socialização integral é fruto de supermaturação econômica, etapa final de uma evolução material e cultural, que estabeleceria no mundo a utópica “idade do ouro”. Não se comuniza a miséria. Socializar o precário – isso que está aí – seria, entre nós, desorganizar o início de uma débil estrutura econômica que devemos, ao contrário, amparar e estimular de todas as formas.

Minha posição doutrinária ficou expressa em livro, hoje superado, mas continua na necessária coragem de revisar valores procurando libertar-nos do medo de esquadriñar conceitos a que demos solenidade mística: “fascismo”, “comunismo”, “democracia”, liberdade”, “liberalismo”, “sufrágio universal”, alusões que existem e não existem, que funcionam a meio do caótico ecletismo desta hora de transmutação de um ciclo histórico, hora crucial em que o mundo que demograficamente cresceu demais mercê da Ciência e da Técnica, continua metido na roupa estreita de instituições que já não funcionam com muita fome, pouca comida e violentas contradições sociais entre a miséria que mendiga e o plutocrata que esbanja.

O antecessor de Menotti del Picchia é outro escritor de ação multifacetada: o baiano Xavier Marques, Francisco Xavier Marques.

Sua literatura envolve representação do regionalismo baiano de marcada especificidade. Em que pese a complexidade que envolve o conceito do primeiro termo desse sintagma classificatório. Exemplo de autodidata determinado. Que, da escolaridade dos primeiros estudos de Latim, Francês e Português, orientados pelo Cônego Bernardino de Sousa, ascende à condição de professor, de jornalista, poeta, ensaísta, biógrafo, ficcionista. Alicerçado no trabalho, como condição para dedicar-se aos estudos. Foi funcionário público e chegou, na vida política, à condição de deputado federal. Mas é, sobretudo, a sua pena de escritor que ilumina mais intensamente a sua representatividade e também o historiciza no espaço das letras. Destacada a vinculação à Bahia, notadamente ao imaginário peculiar de quem convive com a Ilha de Itaparica, onde nasceu. É ver a novela “A noiva e o golfinho”, marcada de mitificação, a partir de dimensões eróticas e fantásticas. E o texto que o rigor impiedoso de Agripino Grieco admitiu caracterizar-se por dois terços de obra-prima: “Jana e Joel”, ambientada na Ilha dos Frades, na Baía de Todos os Santos, e no bairro soteropolitano de Calçada. Ambiência insular valorizada, em contraste com a realidade urbana. Numa história de amor, destacada a vida simples dos pescadores. De par com o caráter documental e a cuidada linguagem de tom parnasiano, um cheiro antigo de leite romântico, que evolva mais notadamente dos

seus romances históricos, *Pindorama*, centrado na época do descobrimento, e *Sargento Pedro*, em que se destaca a Independência. Em certo sentido, as histórias curtas antecipam a amplitude que será conferida à miticidade e à folclorização da ilha pela obra de João Ubaldo Ribeiro. Como se depreende, tem-se, pelo menos, a coincidência de uma experiência em comum: afinal, cada um vive, a seu modo, a realidade insular que o destino lhe reserva nas andanças da vida, seja vivida, seja literária.

Dinamismo e ação multifária marcam intensamente a vida do fundador, o paraense Herculano Marques Inglês de Sousa.

A ele, se deve a produção de obras literárias que a historiografia legítima e situa entre as manifestações relevantes da presença do Realismo-Naturalismo na nossa Literatura. A ponto de disputar, com Aluísio Azevedo, a condição de autor da obra-marco do estilo epocal no Brasil. Pelo menos na leitura crítica de Lúcia Miguel Pereira, que, nessa direção, destaca *O Coronel Sangrado*, de 1877. *O Mulato*, do escritor maranhense, é de 1881. Sua inscrição plena no estilo afirma-se consensualmente, como é consabido, com *O Missionário*, lançado em 1888, na esteira da tradição realista-naturalista, de linhagem francesa. Pano de fundo, a influência de Émile Zola e de Eça de Queirós. O romance singulariza-se, na obra do autor, por privilegiar o indivíduo, e não grupos humanos, como nos demais que escreveu. O personagem nuclear é um religioso, o Pe. Antônio. Que, “farto das beatas de lenço branco na cabeça de andar miúdo e língua viperina; cansado de ensinar o catecismo às crianças; enjoado das ladainhas”, resolve enfrentar as dificuldades da catequese na distante e difícil Munduracânia. E que, a meio do caminho, é surpreendido pela força da atração feminina. E cede. Um personagem em luta contra o determinismo biológico e social e que acaba vencido. Essa a tese depreendida da trama. Que perde sustentabilidade, na medida em que, na verdade, o que o move, na direção da catequese de índios bravios, não é o propósito religioso. É o desejo de se tornar uma celebridade. Que se pretendia, no mínimo, tornar-se um São Francisco Xavier brasileiro. Orgulho, a mola mestra do seu comportamento. Ao fim e ao cabo, um sacerdote sem vocação, como o Pe. Amaro do romance eciano. O que também dilui a configuração de anticlericalismo no romance. Mais caracterizador de um estudo psicológico. *História de um Pescador* e *O Cacauleta* completam a sua produção no gênero, centrada na vida amazônica.

nense, de que, segundo Sergio Buarque de Hollanda, é o primeiro a tratar literariamente.

A fortuna crítica dos romances ensombrece a significação dos seus *Contos Amazônicos*, recentemente relançados. Povoados de tapuias, violência, cabanagem, vivências de tempos rudes, lendas locais e a paisagem. Em histórias a que não faltam ritmo e suspense. Marcadas por descrições minuciosas de ambiente, caracterização detalhada de personagens, acentuado o determinismo social. Na linguagem, a fluência do narrador seguro.

De par com a atividade de escritor, Herculano Marques Inglês de Sousa destaca-se por sua dedicação ao Jornalismo e à Política, à Advocacia e ainda ao Magistério. É fundador de jornais, como o *Diário de Santos* e a *Tribuna Liberal*, e revistas, como a *Revista Nacional de Ciências, Artes e Letras* e a *Ilustração Paulista*; membro do Partido Liberal, presidente do Espírito Santo. Abandonada a Política, a conselho médico, não perde o dinamismo e, com residência em São Paulo, ei-lo fundador do Banco de Melhoramentos de São Paulo, um ano antes da publicação de *O Missionário*. No ano seguinte, abre escritório de Advocacia no Rio de Janeiro, para um começo de três anos difíceis. Depois, é a alta reputação conquistada no exercício da profissão.

Na Academia, é o redator do projeto dos Estatutos que a regem e seu primeiro tesoureiro. Naqueles tempos pioneiros em que aos acadêmicos cabia um estipêndio mensal. Vale lembrar, a propósito do seu desempenho, trecho de sua carta ao presidente Machado de Assis, quando deixa o cargo em 1907, texto citado pelo acadêmico Alberto Venancio Filho, em conferência sobre os juristas pronunciada no âmbito do ciclo de conferências comemorativas do I.º centenário da Instituição:

Deu-me algum trabalho e sobretudo muita despesa, porque os acadêmicos, como literatos em geral, salvo honrosas exceções, não gostam de pagar. E eu tinha que fazer face a uma despesa anual de cerca de um conto de réis com as mensalidades recebidas de dez a doze sócios a cinco mil réis para cada um, e muitas irregulares. (VENANCIO FILHO, Alberto. "Os juristas". In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Cem Anos de Cultura Brasileira*. Ciclo de conferências do I Centenário da ABL. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. p. 106).

A tradição e a excelência da administração não consagraram a prática. Felizmente, o jurista deixou marcas de sua alta capacidade no livro de 1898,

intitulado *Títulos ao Portador* e no projeto de Código Comercial, ainda que não aprovado.

Ao falecer, em 6 de setembro de 1918, é conduzido à última morada, no Cemitério de São João Batista, pelo acompanhamento que o jornal *O País* registra como um dos maiores de que se tinha memória até então. O fato dá a medida de sua presença e de sua respeitabilidade pública, num tempo de fundas modificações na sociedade brasileira: Segundo Reinado e começos de República.

Deve-se à sensibilidade de Inglês de Sousa a indicação do Patrono da Cadeira, o responsável por um dos textos fundadores da nossa Literatura. Falo de Manuel Antônio de Almeida, o autor das *Memórias de um Sargento de Milícias*, o diretor da Tipografia Nacional cuja sensibilidade estimulou um certo aprendiz de tipógrafo, que surpreendera lendo durante o expediente, a continuar a prática da saudável transgressão, com saudáveis consequências: o jovem funcionário chamava-se Joaquim Maria Machado de Assis.

O romance, único livro dado a público pelo autor, emerge inicialmente, como é consabido, sob a forma de folhetim, publicado de 27 de junho de 1852 a 31 de julho do ano seguinte, no suplemento chamado *A Pacotilha*, lançado também em 1852, pelo importante jornal domingueiro *Correio Mercantil*, sediado no Rio de Janeiro.

A estória, vale reavivar a memória das nossas coisas literárias, teve boa aceitação. Do público. E, com algumas modificações textuais e na ordem dos capítulos, ganhou roupagem de livro. Em dois volumes, sintomaticamente assinados por “Um Brasileiro”: o primeiro em 1854 e o segundo no ano seguinte.

O brasileiro que assinava o texto era, àquele tempo, um jovem de 21 anos: nascera em 1831, na Cidade do Rio de Janeiro. De família modesta. Cursara preparatórios e tinha-se formado em Medicina, carreira sem muito prestígio na realidade brasileira de então. Culminou por abandonar a profissão. Além do folhetim que fazia para o jornal, onde se empregou como forma de subsistência, escreveu poemas, não muito felizes, crônicas, dedicou-se à tradução, exerceu a Crítica Literária e chegou a ser Diretor da Academia Imperial de Música e Ópera Nacional. Faleceu no navio *Hermes*, em que viajava para Campos, a cidade fluminense.

O romance, lembro, apenas como motivação para a leitura ou releitura, centraliza-se nas deliciosas aventuras e vicissitudes vividas por dois personagens, um meirinho conhecido como Leonardo Pataca e, em plano destacado,

seu filho, também Leonardo, este desde a infância até a idade adulta. No tempo do rei, D. João VI. Nas terras cariocas. No curso da estória, o convívio com a realidade popular de então: seus tipos, suas festas, procissões, súcias, fados, danças, as relações familiares, os pequenos jogos de influência. À luz desses aspectos da vida provinciana, uma divertida visão de mundo, relativizadora dos valores preconizados pela classe dominante e, nessa direção, diversa da tensão maniqueísta que então caracterizava as manifestações literárias.

Um texto de forte originalidade, diante da incipiente ficção brasileira do tempo.

A singularidade da obra presentifica-se basicamente em três dimensões que se integram: a configuração dos personagens, a internalização do social, a técnica que evidencia.

Imersos numa atmosfera de espontaneidade e humor, os personagens tendem para a tipificação e para o caricatural.

Leonardo pai, por exemplo, é apresentado, entre outros traços, como uma rotunda e gordíssima personagem, de cabelos brancos e carão vermelho, sempre envolvido em paixões devastadoras e avassaladoras que terminam por colocá-lo em situações ridículas e desconfortantes.

O filho, decorrência endiabrada de “uma pisadela e um beliscão”, herda do pai a fraqueza sentimentalóide, envolve-se em complicações ainda maiores, embora todas superáveis.

Ao redor de ambos, movimentam-se personagens-tipo, complementadores da pequena burguesia que se representa no romance. Todos vivem o pequeno cotidiano da província, entre as festas, os amores, os conflitos. E carecem, o que é comum na prosa ficcional da época, de profundidade psicológica. Ganham, entretanto, relevância, ao serem construídos, sobretudo, em termos do que representam como categoria geral, situados basicamente em função do lugar social que ocupam, na maioria identificados pela profissão, indiciadora do *modus vivendi* da Cidade, no âmbito do segmento da comunidade privilegiado no romance. Por força dessa construção e da dinâmica da narrativa, revestem-se de significação peculiar e altamente representativa, em termos da relação que se estabelece entre o romance a realidade brasileira a que se vincula.

No plano de superfície, destacam-se no romance o anti-heroísmo do protagonista e a presença mimética do referente, reforço da verossimilhança, prática que se tornará comum, ao longo da narrativa brasileira do

século XIX e ainda, hiperdimensionada, em inúmeros textos do século seguinte e ainda no atual.

Por força desses dois aspectos, fixou-se, durante longo tempo, na tradição da Crítica Brasileira, a tentadora vinculação do texto à narrativa picaresca e a valorização da dimensão documentária do romance, esta última base para considerá-lo precursor do Realismo, como estilo de época.

Entendo, com Antonio Candido, que não são esses os pontos de relevância valorativa do romance. Leonardo filho não é um pícaro, sua história não é um romance picaresco, embora ambos, pai e filho, apresentem alguns pontos em comum com aquelas modalidades de personagem e de narrativa, fixadas pela tradição literária europeia... Como demonstra com percuciência o professor e crítico brasileiro, trata-se do “primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira, vindo de uma tradição quase folclórica e correspondendo, mais do que se costuma dizer, a certa atmosfera cômica e popularesca do seu tempo no Brasil” (Cf. CANDIDO, Antonio. “Dialética da Malandragem”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1970, (8): 116).

Por força da gratuidade que o caracteriza, o anti-herói das *Memórias*, assim situado, esclarece ainda o mesmo estudioso, vincula-se, sobretudo, às histórias populares, de grande sucesso, e a uma tendência ao cômico, ao satírico e ao caricatural, que tinha forte presença no espaço cultural brasileiro coetâneo, seja na Poesia, no Teatro ou no Desenho, por força da influência francesa, em cuja imprensa proliferou entre 1830 e 1850 (Cf. CANDIDO, Antonio. *Op. cit.* p.116 e segts).

Acrescento que Leonardo não é o malandro brasileiromente carregado de valentia. Sua malandrice se situa mais no convívio com a astúcia, com o amoralismo inofensivo. Um malandro na sua dimensão divertida, suavemente marginal. Afinal, a história termina com um final feliz. E não abriga maiores tragédias.

Nesse sentido, o romance de Manuel Antonio de Almeida é o primeiro a retratar muito do que se concretizaria como marcas do carioca, ou do cariquismo, se o neologismo me é permitido: o humor, a malandrice gozadora, sem consequências drásticas, o machismo, o “jeitinho”, a sedução como arma, a alegria de viver.

Representa-se ainda, na profundidade do texto – sigo a leitura de Antonio Candido –, a dialética da ordem e da desordem, que comanda a movimentação e a configuração dos personagens em ação (cf. CANDIDO,

Antonio. *Id. Ib.* p. 121 e segts. E SCHWARTZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da Malandragem”. In: _____. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 131).

No plano superficial da trama, a opção do autor privilegia a pequena burguesia metonimicamente e caricaturadamente caracterizada. Burguesia e nobreza estão ausentes da história. Decaídas e criminosos também. Os negros, pouquíssimos, apenas atuam como figurantes eventuais: são as baianas e as crias de D. Maria. Em ação, apenas um pardo, o desordeiro Juca. O espaço da ação também é limitado. Reduz-se às áreas atualmente centrais do Rio de Janeiro, naquela época núcleo da vida cidadina local. Esses procedimentos relativizam a apontada fidelidade ao real.

O posicionamento do autor diante da condição escrava, praticamente ausente da narrativa, acrescento, reforça essa relativização. Tanto mais que os negros eram maioria na população daquele tempo.

A dimensão documental presentificada no texto assume alguma pertinência, segundo entendo, na descrição das festas populares, onde o cronista parece sobrepor-se ao romancista. A natureza dos relatos de Manuel Antônio de Almeida é tal, que o seu contemporâneo Joaquim Manuel de Macedo, o autor de *A Moreninha*, chegou a considerar os capítulos das *Memórias*, como artigos do jornal.

Por outro lado, o texto parece reproduzir, e no caso com maior fidelidade e com acentuada perspectiva irônica, o padrão social de moralidade dominante, que condenava as “súcias” e as “festas”, a desocupação. Nem falta o controle policialesco e arbitrário do temido Major Vidigal. Curiosamente, depreende-se da história uma preocupação moralizante, na medida em que todos os atos de ruptura são situados em sua dimensão transgressora e passíveis de punição. Um bom exemplo são as detenções e humilhações vividas pelo Leonardo, quando é surpreendido na consulta ao feiticeiro e mesmo na festa condenável pelo chefe de polícia. Ainda que as disfarce o efeito humorístico.

Nesse percurso, o autor intensifica o retrato dos tipos e dos usos, sobretudo aqueles que se marcam de pitoresca peculiaridade. E, de certa forma, seu texto deixa perceber traços de carnavalização, no sentido bakhtiniano do termo.

Assinalem-se ainda, no romance, o predomínio do lúdico, a complacência relativizadora da lógica das categorias de bem e mal, virtude e vício, a excentricidade de certos procedimentos do personagem nuclear, marcado por

elementos antitéticos, tais como nobreza e abjeção, afirmação e negação, trágico e cômico, ainda que, nesse último caso, em escala bem menor. Acrescente-se o tratamento do sentimento amoroso, dividido entre a desmitificação ridicularizada da primeira parte do livro e o tom sério de várias passagens da segunda.

As *Memórias* envolveriam, na verdade, a partir de afirmativa de Mário de Andrade, com base em testemunho de Melo Moraes, a transposição literária de recordações de um sargento veterano contadas por ele ao escritor (Cf. ANDRADE, Mário. “Introdução” In: ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Martins, 1952. p. 9.). Trata-se do português Antonio César Ramos, que foi diretor do escritório do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio*. Consta que foi soldado na Guerra Cisplatina, em 1817, integrado ao Regimento de Bragança, e chegou, posteriormente, ainda no Brasil-Colônia, a sargento de milícias. Seu comandante, nessa instância, foi nada menos do que o major Vidigal, durante muitos anos senhor todo-poderoso da polícia colonial nas terras cariocas. Ao dar baixa, Antônio César Ramos empregou-se naqueles jornais e, amigo do jovem companheiro, passava-lhes reminiscências do seu tempo de caserna. A partir desse material, Manuel Antônio de Almeida teria composto suas histórias. Esse dado ajuda a esclarecer a ambiguidade do título, uma vez que o protagonista só ingressa nas milícias na proximidade do final da estória. A maioria de suas aventuras se passa anteriormente.

O romance, em termos de técnica, talvez por força da condição de folhetim, com capítulos publicados semanalmente, acabou constituindo um conjunto dinâmico de várias micronarrativas. A unidade é assegurada basicamente pela estória-eixo do Leonardo filho. Em função dela, alteram-se descrições – narrações de aspectos e fatos característicos da vida carioca.

Em termos de comportamento, os personagens deixam perceber, ainda que de modo estereotipado, traços que passaram a ser frequentemente identificados como marcas típicas do brasileiro, em especial do natural do Rio de Janeiro: a sensualidade acendrada, o gosto do ócio, a astúcia, a agilidade da inteligência, a simpatia, o bom humor. De certa forma, o romance sintetiza elementos configuradores da identidade carioca comunitária e cultural.

O texto faz-se de narrativas paralelas, mas interligadas, que alternam descrições e ajuizamentos do narrador. O procedimento realiza-se num jogo que assegura o ritmo da obra e mantém o interesse do leitor. Apresenta descri-

ções de marcada plasticidade, linguagem gestual, coloquialismo no discurso dos personagens. E o humor domina, com algum travo de acidez e ironia cruel, a atmosfera da história, atitude estranha ao espírito do tempo. A carga humorística emerge da ação e de situações do discurso. O humor verbal é conseguido por meio de recursos à antífrase e ao duplo sentido.

A linguagem coloquial traz para a Literatura o uso popular, descontraído, da Língua Portuguesa do Brasil, logo preocupação de outros escritores.

Todos esses elementos contribuem para a construção da estória de um anti-herói assumido, o que contrasta com a tendência da Literatura da época, no país, centrada na exaltação do heroísmo, da fantasia, do sentimentalismo, do subjetivismo, da imaginação criadora e da mitificação. Por outros traços, porém, mantém aspectos que o vinculam ao ideário romântico. Entre eles, destaca-se a centralização na dimensão individual dos dois Leonardos, cujas estórias correm paralelas, a exaltação, com seriedade em determinados momentos, do sentimento amoroso, capaz de provocar mudanças significativas no comportamento dos personagens. Por outro lado, como assinala a saudosa professora e crítica brasileira Samira Nahid de Mesquita, configura-se no texto um existência dialética de aspiração ao sublime, de nostalgia do absoluto, como o apelo do circunstancial, do histórico e do material (Cf. ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Notas e orientação didática por Samira Nahid de Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 85). Mesmo a preocupação com realismo de detalhe é marca romântica. E aparente objetividade da obra não esconde a visão subjetiva do narrador, ideologicamente reduplicadora.

Não se trata de um texto antecipador do Realismo, como estilo epocal, mas de um romance romântico, de marcada peculiaridade. Um produto cultural raro, na medida em que, de forma pioneira, revela muito da sociedade e do caráter brasileiro em formação.

Assim situado, o texto difere do romantismo sentimentalizante dos precursores *O Filho do Pescador*, de Teixeira e Sousa, lançado em 1843 e *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1844. Interrompe o veio que será predominante na prosa de José de Alencar e Bernardo Guimarães, entre outros, cujas obras marcam a ficção da época.

Converte-se, entretanto, em texto pioneiro em termos de centramento na matéria de memória, motivo que ganhará boa fortuna na Arte Literária

Brasileira, com altos exemplos posteriores como as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, *Memórias Sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade, e *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa.

As observações sobre o romance, cumpre esclarecer, emergem do diálogo com os estudos citados e ainda com os seguintes textos integrantes da fortuna crítica do autor: MONTELLO, Josué. “Manuel Antônio de Almeida”. In: COUTINHO, Afrânio. (dir.) *A Literatura no Brasil. Romantismo*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul-Americana, 1969, v. II, pp. 325-31; GALVÃO, Walnice Nogueira. “No Tempo do Rei”. In: _____. *Saco de Gatos. Ensaios Críticos*. São Paulo: Duas Cidades / Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1962. pp. 27-31; MERQUIOR, José Guilherme. “A Literatura dos Anos 50-60: Costumismo, Ultrarromantismo, José de Alencar”. In: _____. *De Anchieta a Euclides*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977. pp. 70-73; REBELO, Marques. *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*. 2.^a ed. rev. São Paulo: Martins, 1963; GOMES, Eugênio. “Manuel Antônio de Almeida”. In: *Aspectos do Romance Brasileiro*. Salvador: Livraria Progresso, 1958; NEGRÃO, Maria José da Trindade [org.]. *Manuel Antônio de Almeida. Textos Escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, Nossos Clássicos, 1966.

Senhoras acadêmicas, senhores acadêmicos, senhoras e senhores,

Oscar Dias Corrêa, Menotti del Picchia, Xavier Marques e Inglês de Sousa aliam o exercício do Magistério e da prática literária à militância política e à Advocacia. Minha tribuna é apenas a cátedra. Meu parlamento, a sala de aula. Congresso, o que trata de Língua e Literatura. Sou, em primeira e orgulhosa instância, professor. Em paralelo, poeta menor, confortável crítico do texto alheio e, eventualmente, contador de histórias. E, vez por outra, animador cultural. Sem falsa modéstia, com alguma galhardia. Verdade que, em certo dia, em meio ao entusiasmo da ação docente, uma jovem frase afiada degolou os resquícios da tardia ilusão de permanência e juventude: “– Minha avó foi sua aluna...” – Aposentei-me. Mas não consegui evitar as recaídas. Frequentes. No âmbito do elo comum que une os ocupantes da Cadeira: a intimidade com a Literatura, o culto da nossa Língua Portuguesa.

Essa Língua ameaçada. Pela despreocupação com o conhecimento e pela globalização. Língua mátria, em suas variantes que nos singularizam, sem nos desunir. Posto que unos somos na nossa diversidade multicultural. Língua de cultura.

Nesse tempo agora, de crise e de questionamentos que acompanham os estudos da Língua Portuguesa e da Literatura no Brasil, permito-me, *venia concessa*, embalado pela representatividade do rito, trazer a esta festa acadêmica um convite à reflexão.

Bem houveram os fundadores, ao fixarem no artigo primeiro e cláusula pétrea do Estatuto, a partir do projeto de Inglês de Sousa, o culto de ambas como preocupação precípua. Culto e defesa. Com a consciência de sacerdotes da palavra e do conhecimento. Iluminados pela tradição aberta ao novo. Abertura que revivifica e atualiza. E que, seguramente, lhe garante a permanência da aura, no reconhecimento da gente do Brasil que se acostumou a reverenciá-la.

Abro aspas para Nélide Piñon: “Nada mais fez a Academia Brasileira de Letras [...] desde a sua fundação, que honrar a aventura do espírito sob o vertiginoso impulso do idioma. Sempre soubemos que não há pátria sem a defesa da língua.”

Palavras que subscrevo. Na crença de que a vida é uma partilha de discursos. Na medida em que a fala de cada um é iluminada por outros discursos, que, ao longo da existência, vão constituindo o nosso domínio da língua que falamos. Língua, forma de organizar o mundo e de tornar comum a outrem o que apreendemos. Língua, elo fulcral da integração entre passado, presente e futuro, na dinâmica que preside o processo instaurador da Cultura. Núcleo de nossa competência linguística, que integrada à competência comunicativa e à competência cognitiva possibilita ao indivíduo a condição de cidadão... Não tenhamos dúvidas: neste amanhecer de um século de progresso cada vez mais acelerado, a competência emerge como o único aval seguro da sobrevivência digna. E competência implica um saber e um fazer. E bem sabido e benfeito. A realidade mundializada não abrirá espaço para improvisações e despreparos. Quem sobreviver verá. Cumpre, pois, manter acesa a chama do fogo inaugurado, também a duras penas, pelo mitológico Prometeu, o Previdente. Com mais rigor e cuidado, que os deuses são outros e bem mais sutis. Afinal, integramos a grei dos especialistas do pensar, prometicamente cultores do extraordinário da vida.

A Língua é também suporte da Literatura, arte da palavra.

O texto literário constitui, sabemos todos, uma forma específica de comunicação que evidencia um uso especial do discurso, posto a serviço da criação artística reveladora. Entenda-se revelação nesses espaços semânticos, como configuração mimética do real.

O que me parece decisivo – como garantia motivadora do texto literário e de sua validade como fator de formação e de ampliação da competência cognitiva, da competência linguística e mesmo da competência taxionômica – é a compreensão de sua significação e importância para a nossa condição de seres humanos, de seres sociais e para a Cultura em que nos inserimos.

Impregnado ou não da ideologia dominante, o texto de Literatura leva o leitor a questionar a realidade social que o cerca, propiciando abertura para a transformação enriquecedora ou até para a assunção consciente de identidades. A Literatura continua sendo um dos meios mais eficazes de que se vale o ser humano para conhecer a si mesmo e à realidade.

É sempre útil lembrar que o escritor, o poeta “falam pela cidade”.

O escritor é poderosa testemunha do seu tempo e de sua gente. E, se nem todos leem, quem lê converte-se em voz ativa na formação da opinião pública. E leva outros a lerem.

A História – e ela insiste em existir – tem provado que a perspectiva humanística da realidade é mais eficaz do que a objetividade pragmática cuja eficácia só se efetiva se a ela se associa. O texto literário possibilita à excelência tal perspectiva. Manter o seu lugar comunitário é uma questão de sobrevivência cultural.

É preciso insistir ainda que só há Literatura onde existem um povo e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma Cultura. A matéria literária é cultural. Uma das mais relevantes funções do artista, afirma T. Hall, é ajudar o leigo a estruturar o seu universo cultural.

E não nos esqueça de que o texto literário envolve, como se evidencia nas considerações sobre os que me antecederam na Cadeira 28, dimensões históricas e ideológicas. E vai além: sendo a obra de Arte Literária matéria ficcional, a realidade nela revelada não se confunde com a realidade socialmente dada, mas é capaz de iluminá-la na direção de uma apreensão mais profunda.

“A linguagem literária”, assinala Maurice-Jean-Lefbve, “abre-se sobre o mundo e põe diante dele uma questão que não é daquelas que podem ser respondidas pela Ciência, pela moral ou pela Sociologia. [...] Ela interroga o homem sobre sua obsessão de uma adequação perfeita ao ser do mundo. Não é uma solução, uma fuga para fora da linguagem e do humano: ela encarna uma nostalgia.” (LEFBVE, Maurice-Jean. *Structure du Discours de la Poésie et du Récit*. Neuchâtel: Éditions de la Baconnière, 1971. pp. 28-9).

Já se percebe – e importa reiterar – a importância da leitura. Uma prática que se impõe como fonte de ampliação e atualização dos saberes e fazeres que constituem a plenitude das nossas competências. Para além do suporte em que se inscreve o texto. Seja a página do jornal ou da revista, a tela do computador, e ainda, conviva maior, o livro. E assumo a afirmação, o livro de literatura, nutriente poderoso do nosso imaginário.

E assim me posiciono, desde este primeiro momento, porque me proponho efetivamente, juntar forças, nesta Casa de Letras, a partir da preocupação estatutária primeira.

Senhoras acadêmicas, senhores acadêmicos, minhas amigas, meus amigos,

Felicidade é memória. Seja-me permitido deixar aflorar a subjetividade, para lhes falar de um menino e sua ilha, introjetada, em seus olhos antigos, na sua clara geografia.

Do menino, como muitos que tiveram e têm o privilégio de viver numa ilha – paraíso. Conhecida como Pérola da Guanabara. Onde a via flui ao ritmo das marés. E as velhas barcas congregavam conversas e estreitavam afetos. Ali a vivência em que se lhe forjavam o imaginário e a sensibilidade. Alicerçada no Jardim de Infância da Escola Paroquial, à frente o carinho de D. Rosinha, a burilar as primeiras letras, a orientar leitura, a revelar o maravilhoso mundo da escrita. *Tibicuera*, de Erico Verissimo, *Cazuza*, de Viriato Correia, e muitas, muitas histórias em quadrinhos.

Esse menino ainda acaba na Academia Brasileira de Letras! Assim diziam os professores da Escola Joaquim Manuel de Macedo, onde fez o curso primário. E repetiam os pescadores e a conversa solta e livre do Viracanto.

E o menino ouvia e não sabia bem de que se tratava, na inocência dos seus verdes anos. Conhecia, isto sim, que era alguma coisa de muita importân-

cia. No tecido das lembranças, o sorriso cúmplice e gratificado da queridíssima e afetuosíssima Prof.^a Gisela Maia Pires de Carvalho.

Lá fora, a figura indecifrável de Getúlio Vargas, o Pai dos Pobres, seguia metonimizando a vida do País. Galvanizadora, aurificada pela condicionadora presença imposta às mentes e aos corações. O tempo da inocência impedia a claridade do juízo crítico. A ambiguidade sinuosa do poder inebriava as massas e disfarçava as duras sombras do regime. E o menino e seus colegas, mobilizados pelas professoras, seguiam celebrando, nas escolas, a mitificação. Como a maioria do povo brasileiro. Fraturada diante da queda do ditador amado e da descoberta deslumbrada de um vento novo e melhor chamado democracia! E mudaram as festas cívicas e as comemorações. Sub-reptícia, a imagem do caudilho permanecia, plena de liderança.

Certo dia, a notícia. O pai não voltaria do hospital. Voltou. Na lancha especialmente contratada. Levaram-no para o derradeiro repouso sob as frondosas árvores do cemitério-jardim. Partia, inexoravelmente, dos espaços desta vida. Cedo. É sempre cedo para os pais partirem. O menino chorou para dentro. Sem lágrimas. Como o pai gostava. E a mãe assumiu a família. Com sacrifício e determinação. D. Maria, mãe-coragem. Lúcida, na sua convicção da relevância do conhecimento. Lucidez que ilumina sua decisão de assegurar a qualquer sacrifício, a educação dos quatro filhos menores. E de matricular o menino no Internato do Colégio Pedro II, padrão da Educação Brasileira, fundamental na sua formação.

Ali foi aluno gratuito, ali foi inspetor, ali descobriu a magia de ser professor. Desde os 12 anos, em aulas particulares aos colegas das turmas anteriores. O lendário casarão amarelo de São Cristóvão! onde lia diariamente, na parede no pátio interno que congregava as turmas várias vezes por dia, a frase-estímulo, adaptação de versos de Virgílio, poderosa, na língua com que o familiarizam as aulas de Latim e a vivência de coroinha da Igreja Matriz da sua Ilha: *Macte animo, generose puer! Sic itur ad astra!* Bravo, jovem magnânimo! Assim se vai aos astros! Era preciso seguir o rumo das estrelas, o menino sabia. Como garantia de sobrevivência, como assunção prazerosa do saber a vida. A intuição antecipava a lição aristotélica que logo aprenderia nas aulas de Tarcísio Padilha, seu mestre de Filosofia: “Todos os seres humanos desejam naturalmente conhecer.” Conhecer a si mesmo; conhecer o mundo; conhecer o outro, e a sua relação com o outro e com o mundo; conhecer a sua circunstância.

O velho Pedro II! Onde se sedimentaram amizades – irmãos para toda a vida –, e onde também despontaram suas primeiras grandes admirações: Olmar Guterres da Silveira, o professor exemplar, o orientador, que lhe apontou o caminho da Faculdade de Letras; Afrânio Coutinho, primeiro deslumbramento diante da Literatura Brasileira, mestre e modelo; Leônidas Sobrino Porto, que lhe revelou o encantamento da Língua e da Literatura de Espanha. E o menino declamava, fervoroso, nas reuniões do Grêmio, que ajudara a fundar, com seus irmãos do internato, os versos canhestros, mas mobilizadores, atribuídos a Castro Alves e que, certamente, ele nunca assinou: “O que é belo é sempre novo / é ver o filho do povo / saber lutar e subir / para o Panteão da História / para conquistar o porvir.” Verdade que se ouviam também as “Vozes d’África” e os versos de “O navio negreiro”, compensatórias. No pátio interno, a frase de Virgílio incentivava. E a biblioteca oxigenava o processo de formação.

E dizia a ironia simpática dos colegas, a cada boletim com as notas mensais: assim você acaba na Academia Brasileira de Letras! E o menino descobriu, então, que, entre os fundadores daquela Academia, estava o criador de uma das paixões que povoavam o seu imaginário, Capitu, a moça dos olhos de água. E conheceu a relevância da Instituição anunciada.

E veio a Faculdade. E nela, as lições de Celso Cunha, Alceu Amoroso Lima, Thiers Martins Moreira, José Carlos Lisboa, Manuel Bandeira, Ernesto de Faria, Roberto Alvim Correa. Iluminadores, a abrir perspectivas e oportunidades. A concretizar aprofundamentos na direção da lição aristotélica aprendida. Ao mesmo tempo em que ofertavam ao jovem discípulo amplos e generosos espaços de amizade.

Getúlio volta, embalado pela legitimidade do voto. Eleições: participação, Diretório, União de Estudantes. Politizações. E Vargas sai da vida para entrar na História. O que vem depois, sabemos todos.

A esse tempo, o menino cresceu, tornou-se em homem. Mas desacreditou os versos do poeta, de Carlos Drummond de Andrade: não perdeu o sonho.

E, eis que de repente ela, a Academia, ganha concretude e realidade. Ali, ao lado da Faculdade de Letras, emerge, entre as sombras do mito, o *Petit Trianon*. Era o seu primeiro deslumbramento. A aproximação, lenta, cuidadosa. A começar pela frequência assídua aos cursos promovidos pelo mítico Presidente Austregésilo de Athayde, que o menino conhecia como o tio devo-

tado do seu colega petrossecundense, o hoje diplomata José Constâncio Austregésilo de Athayde, primo da honorável Laura Sandroni. Cursos de Romance, de Conto, de Poesia, de Crítica. Era o começo. Isento de qualquer expectativa. Aprendizagem. No percurso, família, livros. E os filhos. Três. O caçula partiu. Cedo como partira o pai. Tão claro, tão rico de esperança, a palavra-energia nos seus textos jovens, levemente anunciados, seu verbo florindo liberdade, acalentada à seiva dos seus 18 anos. Seja-me permitido recordar seu dia luminoso, agasalhado na saudade, órfã no deserto, conviva de uma sede sem oásis. Secas, as lágrimas, por muito tempo incontidas. E a cicatriz que, por vezes, ressangra. Mas a fé na plenitude luminosa do Reencontro. E a certeza de sua alegria diante destas galas.

Nas esquinas da Ilha, as vozes, mais seguras, diante do percurso universitário e dos primeiros e canhestros ensaios na arte do verso – de amor e paixão, naturalmente – unanimizavam-se: desse jeito, o filho de D. Maria acaba mesmo na Academia.

Não era um equívoco: era um vaticínio. Inescrutáveis os mistérios das palavras premonitórias! O menino antigo chegou. Trazido pelo estímulo das amizades com que a vida o presenteou ao longo do percurso. Chegou e aqui está. Tornado em homem. De letras. Aqui está. Aqui estou. Consciente da honra e da responsabilidade de ocupar a Cadeira 28. E, se aqui me encontro, devo, como tantos outros brasileiros como eu, à escola pública e gratuita, fundamental, ontem como hoje como garantia do direito de todos à Educação.

E agradeço. A Deus e à Senhora Maior, em testemunho de Fé. Pela graça desta consagração, enriquecida pela presença de minha mãe, na lucidez dos seus 97 anos; aos meus filhos, Domício Júnior e Adriano, amigos, cúmplices, a eles, por serem como têm sido. Desde sempre. A essa belamente maravilhosa – e corajosa – Rejane, companheira de retomada do Amor em tempo de maturidade e em plenitude depurada, na perigosa mas felizmente vigorosa reta dos 60.

Aos meus professores da gloriosa Faculdade Nacional de Filosofia, minha gratidão e a homenagem do meu reconhecimento. Em especial à Mestríssima, iluminada, aqui presente, que segue fiel à sua vocação de formadora de gerações de docentes e que honrou o seu sempre aluno com o prefácio consagrador do livro de estreia: a Prof.^a Cleonice Berardinelli.

Gratíssimo aos muitos amigos e amigas, companheiros de navegação nas águas desse rio, em permanente fluir que, em muitos momentos, me

ajudaram na ultrapassagem das pedras do percurso, e a resistir, e , em certos momentos, a re-existir.

Agradeço, *in memoriam* ao meu saudosíssimo amigo Adonias Filho, integrante desta Casa, o primeiro que me fez vislumbrar a mosca, não azul, como a do poema machadiano, mas verde, asas de ouro antigo e de esperança, que, de repente, não mais que de repente, passou a voar e revoar em torno da frase-vaticínio. E Mestre Josué Montello, professor de Academia e de Machado de Assis.

Agradeço aos prezados acadêmicos e acadêmicas por me permitirem concretizar o sonho. Tenaz e pacientemente cultivado. Sem a preocupação de desvendar o mistério do que se vislumbrava nas asas do inseto, aquele. Mobilizador, Insistente, no instante em que Arnaldo Niskier, ao tempo de sua presidência, me entronizou nas conferências da Sala José de Alencar, coordenadas pelo entusiasmo de Antonio Olinto. Tempo que propiciou o cultivo de novos amigos e ampliou admirações. Agradeço-lhes e aos demais pares desta Casa, de quem ao longo dos oito anos de pastor, sempre recebi provas de acolhimento e receptividade. Pastoreio árduo, realimentado pela lição plantada nos longes da ancestralidade: “Se fores à caça e não tiveres êxito, não partas a flecha e o arco; o Destino recomenda repousares para os retomares no dia seguinte.”

Agradeço, em especial, o empenho de Cícero Sandroni, de Eduardo Portella, de Ana Maria Machado, de Nélida Piñon, de Lygia Fagundes Telles, de Sábato Magaldi, de Zélia Gattai Amado. No momento certo.

Agradeço, comovido, a Evanildo Bechara, amigo há mais de 30 anos, a generosidade de me receber.

Aos funcionários da Casa, pela expectativa solidária sempre presente.

Agradeço, em especial, ao Prefeito César Maia, pela oferta deste fardão, que me engalana e me torna ainda mais identificado com a minha Cidade Maravilhosa. E aos irmãos do meu velho Pedro II, pelo colar com que metonimicamente se integram, solidários, a esta festa.

E agradeço a todos os que se congregam na celebração deste momento, culminância da eleição que consagra. E que, segundo a tradição e o aval das gentes, congrega imortais. Palavra exorcizadora, forma de conjurar, disfarçar e compensar a certeza implacável da finitude, legado da humana criatura. Pois para isso fomos feitos. Para o convívio com o transitório. Na expectativa, para os que cremos, da plenitude na eternidade. E para os que não creem, da sisífrica ilusão tão bem caracterizada por Albert Camus, de buscar a felicidade

enquanto cumprimos a missão de levar a pedra existencial ao cume do seu destino e nos imaginamos felizes no percurso. Como aqui e agora, nessa instância que honra, eleva e consola. Mas que, ao mesmo tempo, amplia a responsabilidade de quem, como tantos de nós, se preocupa com levar adiante a chama prometeica, e com a Cultura da pátria em que nascemos e que é nossa. E, em especial, com a cultura da Língua Portuguesa e da Literatura Brasileira, objetivo primeiro da existência desta Academia. Brasileira. De Letras. *Sic itur ad astra!*

Muito obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA

“Este menino ainda chega à Academia Brasileira de Letras”, vaticinava, pela boca de um anjo, a Prof.^a Rosinha, da escola pública de Paquetá, diante da voracidade com que o pequeno aluno Domício se aplicava à leitura dos livros da biblioteca da escola, desde *As Aventuras de Tibicuera*, de Erico Verissimo, e *Cazuza*, de Viriato Correia, até as revistas em quadrinhos.

E eis que, quase 65 anos depois da profecia, dá esse passo largo na estrada da existência aquele menino nascido na Cidade do Rio de Janeiro, em 1936, e logo transferido à idílica Ilha de Paquetá, por cujas ruas e praias correram histórias de amor, algumas vazadas em memoráveis páginas literárias. Tudo isso sob os olhares vigilantes e maternais de D. Maria de Lourdes que, nos 97 anos, assiste embevecida a este ato solene de posse de uma das suas obras-primas, fruto de sacrifícios e renúncias que só os pais sabem avaliar e administrar, no estreito corredor do sacrifício.

O aluno estudioso e aplicado que fostes abriu-vos as portas do Internato do Colégio Pedro II, que vos garantiu um honesto curso de humanidades; sois, assim, um produto da escola pública de boa qualidade quando são oferecidas aos professores, alunos e funcionários as condições adequadas. O passado pode ser revivido, como demonstraram recentemente os bons resultados revelados recentemente em um artigo do Acadêmico Arnaldo Niskier, obtidos estes resultados pela escola pública do Rio de Janeiro e de outros Estados no exame Prova Brasil, promovido pelo Ministério da Educação a três milhões e trezentos mil estudantes brasileiros de quartas a oitavas séries do

curso fundamental, de 41 mil escolas do País. E esses resultados se podem repetir quando a Política menos escrupulosa deixar de fazer da Educação desses brasileirinhos – esperança da nossa sociedade – moeda eleitoral de propagandas enganosas.

Aluno exemplar, desde cedo vos aplicastes a dar explicações a colegas que delas necessitassem, e tal atividade deixou patente em vós o prazer de levar as luzes do saber a outrem. Ao terminar o clássico do Pedro II, partiu do vosso professor de Latim, o saudoso Olmar Guterres da Silveira, a ideia, logo abraçada, de um curso de Letras.

No curso de Neolatinas da Faculdade de Filosofia da então Universidade do Brasil, recebestes vosso preparo para o exercício oficial de Magistério. Por essa época, quase a Literatura Brasileira e a Língua Portuguesa perdem seu futuro especialista; e a Academia Brasileira de Letras, o integrante que hoje acaba de tomar posse. Isto porque, ao término do curso, o professor de Espanhol, o também de saudosa memória José Carlos Lisboa, vos convida para exercer as funções de Auxiliar de Ensino da cadeira de Língua e Literatura Espanhola, trabalho não remunerado, à espera de uma oportunidade mais compensadora. Aí começastes a conhecer, sobre ser honroso o convite, os perigos da mais estupidamente deliciosa das naus dos insensatos em que vos metestes, que é o magistério brasileiro de todos os escalões. Na senda desse desvio, a seguir seria o Instituto de Cultura Hispânica e a Faculdade Santa Úrsula, a que chegastes pela mão de outro amigo e mestre, sempre lembrado com saudades, Leônidas Sobrino Porto.

A verdade é que vossa atividade como professor de ensino fundamental e médio, que conquistastes, nos colégios oficiais, mediante concurso de provas e títulos, era mais intensa nas classes de Língua Portuguesa e Literatura. O curso de Mestrado *lato sensu* em Literatura Brasileira, na então recém-criada Faculdade Federal do Rio de Janeiro, pelo talento e prestígio do inigualável Afrânio Coutinho, selou definitivamente a vossa área de atuação universitária, cujo complemento natural foi o Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, com uma tese sobre a ficção de Adonias Filho, já acadêmico, e que vos fez, pela primeira vez, olhar a Casa de Machado de Assis com olhos que não eram nem oblíquos nem dissimulados.

O sucesso e o brilho da atividade no ensino superior vos foram abrindo as portas, mediante concurso de provas e títulos, para professor titular de

Literatura da Universidade Federal Fluminense, por onde vos aposentastes e da qual sois hoje Prof. Emérito. Durante mais de 38 anos, fostes professor de Literatura Brasileira, Língua Portuguesa e Didática em várias das instituições de nível superior: Universidade Federal do Rio de Janeiro, PUC do Rio de Janeiro, Santa Úrsula, Hélio Alonso, e, em nível fundamental e médio, no Colégio Pedro II, Andrews, Bennet e colégios estaduais.

Vosso exercício magisterial não se limitou às instituições brasileiras; fostes chamado a exercer as funções de Professor Visitante (*Gastprofessor*), durante o semestre de verão, na Universidade de Colônia, e, em 1980, no Institut für Romanische Philologie der Rheinisch Westf. Technischen Hochschule, em Aachen, ambos na Alemanha e em ambos lecionando Literatura Brasileira, e para cujas instituições preparastes *A Poesia Brasileira do Modernismo* e *Tendência da Prosa Brasileira Contemporânea*.

No domínio da Língua Portuguesa, em parceria com a Prof.^a Maria Helena Marques, escrevestes uma renovadora coleção didática, depois revisitada com as mesmas qualidades pedagógicas, só sob vossa responsabilidade, além de mais duas obras: *Gramática da Língua Portuguesa*, em tom de conversa, 2004 e *Por Dentro das Palavras da Nossa Língua Portuguesa*, 2003.

Marcou um lugar à parte como clássico na literatura didática o vosso *Estilos de Época na Literatura* que, no juízo autorizado do confrade e mestre Eduardo Portella, “transpõe as suas aparentes demarcações temáticas para se converter numa rigorosa e matizada teoria da Literatura”.

Se pautasse apenas pelo campo da formação acadêmica, da atividade magisterial e da prolífica produção de livros mais relacionada a essa mesma atividade no âmbito da Literatura Brasileira e da Língua Portuguesa, teria a Casa de Machado de Assis sobejas razões para vos integrar ao seio dos seus Acadêmicos; todavia, ainda convém ressaltar a este seletó auditório mais duas atividades do nosso recipiendário desta noite festiva: a ação como promotor cultural e o namoro nada bissexto com a Literatura.

No primeiro domínio, fostes o criador do Projeto Bienal Nestlé de Literatura Brasileira, além de outras dezenas de projetos desenvolvidos pelo Departamento Cultural da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, entre 1975-79, e por esta mesma Casa.

Como consultor editorial, organizador de obras de autores da Literatura Brasileira para as editoras Artium, Ática e Global, ressaltando-se,

ainda, a organização e prefácio, entre outras, de *A Poesia dos Inconfidentes*, pela Nova Aguilar, em 1996.

Ledor assíduo e fervoroso das produções literárias, não seria de admirar que estaríeis um dia picado pela inebriante tentação da mosca azul que habita os textos de que sois crítico e apaixonado contumaz. E eis que chega a vez da primeira experiência poética com *O Cerco Agreste*, em 1979, impregnada de visível presença de João Cabral. Prefaciada a obra pelo saudoso Antônio Carlos Villaça, elege, dentro do conjunto de poemas, como preferidos os versos de “O canto”:

O Canto
Se diz
macio
garoando
na alma,
o canto.

O canto
se diz
irmão.

O canto
deságua
como um rio
acalentado
e vem do fundo:
canto
de berço.

O canto
se diz
de sofrência
de desnudo
canto
O canto
sem retorno

se deixa ver
no fundo

O canto
é o rio.

(p. 28)

O filão poético aflora outra vez em 1984, com *Dionísio Esfacelado* (Quilombo dos Palmares), um canto que canta, entre amor, nostalgia e soluços, a presença do negro na formação da nacionalidade brasileira. É o vosso tributo a um povo de antigas sofrências. Num encobrimento disfarçado do mitológico grego Dionísio Crucificado, ousa enxergar em *Dionísio* do vosso *Dionísio Esfacelado*, o criptônimo de *Domício*, o autor. *Se non è vero...*

Desses poemas multifacetados, relembro aqui os versos de “Ecos”.

Ecos
Quatro milhões de negros
seiva
avinagrada
barro ferido
assustado
sangrada carne
acesa
viva
mutilada
na alma
a corrosão
da ira
a miséria
sopro
o poço
e a falsa
alforria
alegria
irmanada três dias
em falso espaço
de sonho.

Longe
O horizonte verde
Do Quilombo.

(p. 22)

Entre outras produções, no campo da ficção – e ficção engenhosa – citarei apenas *Memórias Póstumas de Capitu*, compelido, nesta redução, pelo cuidado de não fatigar este seletto auditório, se enveredara por escorço mais longo.

Nesta obra ficcional, tentastes resgatar Capitu dos desvãos secretos da casa em que Bentinho aprisionara sua mulher adúltera, para dardes, a esta, voz e direito de defesa, apresentando aos devotos de Machado de Assis, estupefatos, a versão de Capitu, antes condenada, ou, miseravelmente suspeita, aos olhos dos leitores mais inteligentes de *Dom Casmurro*, e agora pondo seu marido à execração.

O vosso romance nos apresenta uma Capitu cheia de viço e vigor, a nos contar os fatos de que foi palco a casa da Rua de Matacavalos. A vossa personagem quebra o encanto do discurso poético em que Machado soube envolver no manto da fantasia o triângulo Bentinho-Capitu-Escobar, preferindo, vós, substituí-lo pelo discurso da comunicação quotidiana assentado na visão biografista.

Até aqui a vossa trajetória vitoriosa como professor de Literatura Brasileira e de Língua Portuguesa, concretizada em 40 obras entre originais e aquelas que enriquecestes com o comentário das pertinentes introduções. Agora, ao entrardes nesta Casa de Machado de Assis, vosso talento, vossa inteligência, vossa operosidade e vossa competência serão convocados para a finalidade maior da instituição exarada no dispositivo primeiro do seu Estatuto: “a cultura da Língua e da Literatura Nacional.”

Vale a pena aprofundar o entendimento do artigo, visto denunciar claramente um conceito e uma política de Língua, nem sempre postos à luz nesta Casa. Ao atentarmos para o fato de que o adjetivo *Nacional*, no singular, está apontado exclusivamente para *Literatura*, enquanto *Língua* não se acompanha de qualquer modificador, “a cultura da Língua e da Literatura Nacional”, isto é

prova inequívoca de que nossos fundadores viam a Língua como um patrimônio comum a Portugal e Brasil. Está evidente que não desconheciam que nas duas bandas do Atlântico havia particularismos linguísticos que cumpria respeitar, mas, como dizemos hoje, havia unidade na diversidade. É o destino natural de todas as línguas nacionais, quer faladas num só país, quer divididas entre nações, como é o caso da Língua Portuguesa, patrimônio comum a Portugal e ao Brasil, ou, no pronunciamento de nosso primeiro Secretário-Geral, Joaquim Nabuco, no discurso de inauguração desta Academia, aos 20 de julho de 1897:

A Língua há de ficar perpetuamente *pro indiviso* entre nós; a Literatura, essa, tem que seguir lentamente a evolução diversa dos dois países, dos dois hemisférios. A formação da Academia de Letras é a afirmação de que literária, como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto, e só pode ser dirigida por si mesma, desenvolvendo sua originalidade com os seus recursos próprios, só querendo, só apurando a glória que possa vir de seu gênio.

Este artigo pétreo de nossa Instituição resulta da preocupação sentida desde muito por seus fundadores, especialmente por Machado de Assis, que, em artigo datado de 1873, escrito para a revista *O Novo Mundo*, tecendo considerações sobre nosso Instinto de Nacionalidade, comentou:

Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalados em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta a da excessiva influência da Língua Francesa. Este ponto é objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência, digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípio. (*Crítica*, 25-26)

E continua, emitindo parecer mais lúcido do que os que se veem às vezes na lição de muitos linguistas que ensinam em faculdades de Letras, parecer que não faz má figura, pelo pioneirismo e pela profundidade, quando confrontado com a lição de dois grandes linguistas do século XIX, o sueco Adolf Noreen, em 1888, e o francês Michel Bréal, em 1897, que ressaltam o papel social e civilizatório da língua escrita, mormente da literária:

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa Língua pare no século de 500 é um erro igual

ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer locuções novas que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão. (*Crítica*, 26)

Refletindo acerca de tais precedentes comentários, facilmente nos situamos nos propósitos que orientaram a Academia, quando firmou o artigo I.º dos Estatutos da Casa: “a cultura da Língua”.

Isto significa tão somente que à Academia não caberá o papel da investigação e pesquisa da Língua em todas as suas manifestações, populares e literárias, orais e escritas; esse é o papel dos especialistas, que atuarão nas universidades, nas academias de Língua, nas atividades que objetivem seu estudo e ensino.

A Academia, ainda na sábia lição de Machado de Assis, em pronunciamento com que encerra as atividades da Casa, em 7 de dezembro de 1897:

[...] buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa Língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas – o povo e os escritores – não confundindo a moda que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de vós tem para si que a Academia decrete fórmulas. E depois, para guardar uma Língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige e é definitiva. (*Outras Relíquias*, 97)

Passados mais de 100 anos, os conceitos emitidos por Machado de Assis e Joaquim Nabuco, duas personalidades que, não sendo linguistas ou filólogos, tinham a justa percepção da unidade idiomática, são hoje repetidos, com motivações diferenciadas, pela voz e responsabilidade de dois especialistas portugueses no campo da Língua e da Literatura. O primeiro testemunho pertence à Maria Helena Mira Mateus, mestra de jovens gerações universitárias,

em recente entrevista a *Palavras* n.º 29, órgão da Associação de Professores de Português:

O fato de as pessoas dizerem que alguém fala “brasileiro” não tem grande importância e apenas mostra que os falantes são sensíveis a diferentes variedades da Língua [...]. Uma coisa diferente é considerar que a Língua que se fala no Brasil já não é a Língua Portuguesa. Para mim, a utilização do termo “língua portuguesa” é importante para todos aqueles que se encontram sob esse “guarda-chuva”, pois trata-se de uma convenção que tem vantagens no funcionamento socioeconômico e cultural em termos planetários. Não vale a pena, portanto, estarmos a querer diversificar criando outros termos, quando este é de grande utilidade para todas as partes: os brasileiros terão o maior interesse em ter como língua oficial uma língua da União Europeia falada em vários outros países, enquanto que, para os portugueses, a vantagem de a língua que se fala no Brasil ser a mesma que se fala em Portugal advém da dimensão demográfica que essa língua adquire.

O outro testemunho é da lavra de Aníbal Pinto de Castro, durante recente Colóquio Internacional sobre “A Língua Portuguesa no Mundo da Lusofonia”, promovido pelo Liceu Literário Português do Rio de Janeiro:

Pelo que toca ao Brasil, pediria licença para lembrar a fundamental necessidade de entre nós reforçarmos os elos seculares de ligação linguística e de estudos literários, não deixando de diminuir o espaço concedido nos programas de Português aos clássicos portugueses, que brasileiros são também, pois neles está a fonte perene do mais puro vernaculismo. Não para nos acantonarmos num purismo que se reveja numa caça passadista aos infratores da norma, por pecados de barbarismos ou de solecismos, mas para aí retemperarmos as energias e sobretudo a salutar disciplina a observar na adoção de neologismos, mesmo que de estrangeirismos se trate, absolutamente indispensáveis à modernização da Língua que partilhamos e do sistema em que ela se organiza, de modo especial no que toca a novos conceitos e realidades da vida, cujo curso não para, ou ao vocabulário científico e técnico.

Do lado português, será a todos os títulos necessário reforçar o lugar da Literatura Brasileira nos programas das nossas Faculdades de Letras e aumentar a representação de autores brasileiros nos manuais e seletas usados no Ensino Preparatório e Secundário. (*Confluência*, n.ºs 29 e 30, p. 36)

É neste sentido que já operam as ações da Academia Brasileira de Letras para trabalhar em prol da Cultura, da ilustração e do relevo da Língua Portuguesa escrita, exemplar e literária.

E é para entrar em nosso seio e partilhar do nosso trabalho que acolhemos hoje o vosso saber, a vossa competência e a vossa operosidade. Hoje é um dia de festa para a Língua Portuguesa nesta Academia!

Temos a certeza, outrossim, de que vosso empenhamento honrará a trajetória luminosa de Oscar Dias Corrêa nesta Casa de Machado de Assis.

Sede bem-vindo!

Discurso do
SR. JOSÉ MINDLIN

e

Resposta do
SR. ALBERTO DA COSTA E SILVA

*Sessão solene extraordinária
do dia 10 de outubro de 2006*

I

DISCURSO DO SR. JOSÉ MINDLIN

Senhor Presidente, senhoras e senhores acadêmicos, minhas senhoras e meus senhores. Meu querido amigo Acadêmico Alberto da Costa e Silva, que gentilmente se dispôs a me receber nesta noite.

Seja-me permitido, antes de mais nada, evocar a figura de Guita Mindlin, minha mulher e querida companheira de quase 70 anos. Ela participou do festejo de minha eleição no dia 21 de junho, aqui no Rio, mas o destino trouxe um contraste entre uma grande alegria e uma tristeza profunda, arrebatando-a de nós poucos dias depois. Não podia deixar de lhe render esta lembrança saudosa.

Um discurso de posse na Academia Brasileira de Letras envolve uma grande responsabilidade, qual seja, satisfazer a expectativa de um texto que, de certo modo, justifique a eleição do novo acadêmico. Quando, em 1979, recebi o Prêmio João Ribeiro outorgado pela Academia como reconhecimento de atividades intelectuais, não podia nem de longe imaginar que, passadas quase três décadas, estaria falando, talvez até da mesma tribuna, sobre o prêmio maior, que é o de passar a pertencer ao quadro dos acadêmicos.

Devo, naturalmente, de início, agradecer às senhoras e senhores acadêmicos a generosidade do irrecusável convite que recebi de alguns deles para me candidatar ao preenchimento da vaga da Cadeira 29 e, em seguida, pelo carinhoso acolhimento com que minha candidatura foi referendada por expressiva votação. A tradição da Academia é que o novo membro, ao ingressar no quadro social, faça o elogio ou referências aos seus antecessores. Essa tradição vem

da origem de formação da Academia Brasileira de Letras que seguiu o modelo da Academia Francesa, onde esse tema constitui o principal requisito. Poderia segui-lo, tanto mais que foram muito poucos os meus predecessores, a começar pelo patrono Martins Pena e pelos acadêmicos Artur Azevedo, Vicente de Carvalho, Cláudio de Sousa e, finalmente, o saudoso acadêmico Josué Montello.

Pareceu-me, entretanto, que isso não seria suficiente, e em conversa com o grande crítico e meu grande amigo Antonio Candido, a quem disse que queria tratar de um tema mais amplo, ele não só concordou comigo, como me lembrou o precedente deixado por Buffon, o grande naturalista francês que, ao tomar posse de uma cadeira na Academia Francesa no século XVIII, resolveu tratar em seu discurso apenas de um tema completamente estranho à tradição, fazendo uma conferência sobre o Estilo, da qual a frase lapidar “o estilo é o homem” permanece até hoje como profunda verdade. Buffon não chegou a falar sobre seus predecessores, mas eu não vou tão longe, pois falar dos que me precederam é não apenas um dever de gratidão, como atende a uma preferência pessoal minha. Depois disso, no entanto, minha proposta resultante da conversa com Antonio Candido foi de convidar a audiência, parodiando o velho Xavier de Maitre, a uma viagem em torno de minhas atividades culturais e da Biblioteca, que está completando 79 anos de formação neste ano. Espero que a exposição que daí surgir seja do agrado dos que me estão ouvindo. Coisa semelhante foi feita, de certo modo, pelo novo acadêmico Nelson Pereira dos Santos, que concentrou no Cinema a maior parte de seu discurso. A razão de minha ideia é o pressuposto de que o meu amor de vida inteira à leitura e ao livro tenha sido uma das razões que levaram as senhoras e senhores acadêmicos a me eleger. Antes disso, no entanto, vamos olhar um pouco para o passado da Cadeira 29 que neste momento estou passando a ocupar.

Creio que é importante assinalar que as obras, tanto de Martins Pena, patrono da Cadeira 29, como as de Artur Azevedo, seu primeiro ocupante, foram leituras que me encantaram em minha remota mocidade e, até hoje, uma releitura é sempre fonte de prazer. Não vou deter-me na enumeração e análise de suas obras, assim como das de meus outros predecessores, porque isso já foi objeto não só de muitos discursos acadêmicos, como de grande número de estudos literários que meus ouvintes certamente conhecem. Vicente de Carvalho foi um grande poeta paulista, hoje injustamente menos lido e

ouvido, mas que inegavelmente é um dos grandes nomes da Poesia Brasileira. Cheguei a saber de cor um grande poema seu, “Palavras ao mar”, e “O pequenino morto”, do qual possuo, aliás, o original manuscrito autógrafo publicado em 1904 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que, alegando não publicar Poesia, abriu exceção para o primoroso “Pequenino morto”, que só foi incluído em livro em 1908, na primeira edição de *Poemas e Canções*. A tendência de diminuir a importância do Parnasianismo me parece um grande equívoco, pois não foram poucos os poetas que o engrandeceram. O falecimento de Vicente de Carvalho deu lugar à eleição de Cláudio de Sousa, escritor e teatrólogo que teve grande voga na primeira metade do século passado. Uma de suas obras – *De Paris ao Oriente* – teve uma particularidade curiosa: foi a narrativa de uma viagem que Cláudio de Sousa fez ao Oriente, em companhia de Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade. Este se inspirou, com sua irreprimível irreverência, na pessoa de Cláudio de Sousa quando escreveu *Serafim Ponte Grande*.

Também de Josué Montello parece-me desnecessário enumerar e/ou analisar suas obras que ainda estão muito vivas no interesse do público literário. Tive com ele vários encontros cordiais, nos quais descobri em Josué Montello o erudito bibliófilo e, como acontece nas conversas entre bibliófilos, ele me falava de manuscritos que possuía, deixando-me com água na boca, e que eu procurava compensar com outros de nossa Biblioteca que faltavam na dele, e quem ficava com água na boca nessas ocasiões era ele e não eu. No entanto, o mais importante nos contatos que tive com Josué Montello foi descobrir nossas grandes afinidades literárias, pois ele tinha ilimitada admiração pelos *Ensaio*s de Montaigne que foram também, através da vida, uma de minhas leituras favoritas, tanto assim que uma filha minha, Diana, arquiteta que se dedica às artes gráficas, me fez a surpresa de desenhar meu *ex libris* tendo como divisa a frase de Montaigne do capítulo sobre os livros: *Je ne fay rien sans gayeté*. Nem sempre é possível fazer tudo com alegria, mas pelo menos procuro percorrer sempre esta trilha. Um dos orgulhos da Biblioteca é, aliás, a primeira edição completa dos *Ensaio*s, incluindo pela primeira vez o terceiro livro, publicada em Lyon, em 1588. Não foi apenas em Montaigne, entretanto, que nossos caminhos se cruzaram. Houve inúmeros outros, como Stendhal e Flaubert, e diria que, principalmente, com Marcel Proust, autor que até hoje me seduz, desde os anos 1940, quando li pela primeira vez sua obra fundamental *A la Recherche du Temps Perdu*. Já a li cinco vezes, com dez anos de intervalo entre cada

leitura, e todas elas trazem descoberta e deleite. Falar de Josué Montello apenas mencionando suas obras seria uma injustiça, pois suas preferências literárias devem tê-lo, certamente, influenciado. Não sei se seria o escritor que foi se não tivesse lido a obra dos autores em que nossos interesses coincidiram.

Vamos agora, se meus ouvintes concordarem, à viagem em torno da Biblioteca e de meus interesses culturais.

Tendo tido o privilégio de crescer num ambiente cultural, meus pais e irmãos mais velhos lendo permanentemente, passei também a ler as obras chamadas “sérias” depois das leituras infantis, começando com as *Lendas e Narrativas*, *O Monge de Cister* e *O Bobo*, de Alexandre Herculano, aos 12 anos de idade. Foi ele o primeiro autor que criou em mim o gosto pela Literatura de Ficção. Esta foi uma das vertentes de minhas leituras que continua viva até hoje. Duas outras vertentes são a História, principalmente a História do Brasil, e o gosto pelos autores clássicos que me levou à paixão pelo livro raro. São, pois, três vertentes que constituíram o fulcro da Biblioteca que vim a formar através da vida. Curiosamente, esses interesses se definiram muito cedo, pela ficção literária aos 12 anos de idade, pois na mesma ocasião li *O Ateneu*, de Raul Pompeia, e as duas outras aos 13 anos, puramente por acaso. O acaso teve, aliás, um papel extremamente importante em tudo e para tudo que me aconteceu na vida.

Aos 13 anos, quando comecei a frequentar os sebos de São Paulo, encontrei uma edição portuguesa do *Discurso sobre a História Universal*, de Bossuet, publicado em Coimbra, em 1740, data que me fascinou. Foi a semente da busca de livros raros, embora mais tarde tivesse aprendido que a data das edições é um elemento secundário em sua importância. Mas a semente foi Bossuet, que floresceu e cresceu muito além do que eu poderia ter imaginado. No mesmo ano, recebi de presente de aniversário um exemplar da *História do Brasil*, de Fr. Vicente do Salvador, o grande cronista do século XVII que deto- nou meu interesse pelos estudos brasileiros. Era uma edição simples, comercial, da Companhia Melhoramentos, mas muito comentada e trazendo uma considerável bibliografia de obras sobre História do Brasil. Ingenuamente, procurei consegui-las naquela época, mas já eram todas raras e de acesso difi-

cil. Mesmo assim, fui, aos poucos, conseguindo exemplares, e hoje a maior parte das obras constantes daquela edição de Fr. Vicente se encontram na Biblioteca.

Uma facilidade que tive foi de ler indistintamente em Português e Francês, que aprendi aos seis anos de idade e se tornou meu segundo idioma e, a partir dos 15 anos, também o Inglês. Italiano e Espanhol vieram depois, sem maiores problemas.

A partir desse início inesperado, surgiu o processo de formação da Biblioteca sem que, no entanto, ela tivesse sido planejada. Cresceu ao sabor de minhas leituras, e a leitura continuou sendo o fulcro e a razão de ser de sua existência. Para seu crescimento, no entanto, foi importante que ela se tivesse tornado um interesse central de vida. Exigiu a leitura de obras de referência sobre a história literária brasileira e estrangeira, leitura de catálogos e na, base disso, o exercício da garimpagem. Os livros não caem do céu: a gente os procura, e, coincidentemente e principalmente em matéria de livros raros, eles também nos procuram. A aventura da garimpagem provoca, mesmo em céticos como eu, a suspeita de que alguma coisa sobrenatural possa estar protegendo as buscas do leitor apaixonado. Chego a pensar que, embora a leitura seja uma fonte inesgotável de prazer, a garimpagem provoca um prazer diferente, às vezes superior ao outro. Quando se encontra uma obra procurada durante décadas, o coração bate mais forte (felizmente o livreiro antiquário não percebe esse batimento cardíaco...), ao passo que, depois de adquirido o livro, já acomodado na estante, seu manuseio e leitura proporcionam prazer, mas a emoção propriamente dita deixa de existir ou não é a mesma.

São numerosos os casos que evidenciam a existência do fator sorte, além do conhecimento. Se os que me ouvem tiverem um pouco de paciência, poderia dar alguns exemplos dentre muitos, em que se pode ter ideia do que representa a atração da garimpagem. Quando chego numa cidade estrangeira, uma das primeiras coisas que faço é procurar nas páginas amarelas os principais livreiros antiquários. Certa vez, em Santiago do Chile, onde só encontrei o nome de um antiquário, fui procurá-lo, mas esbarrei na porta fechada. Voltei mais tarde e, vendo uma pessoa dentro da livraria, fui abrindo a porta de vidro quando o livreiro me barrou: *Estamos en vacaciones. Yo también*, respondi. E isso estabeleceu logo uma relação informal. Perguntei se tinha obras sobre o Brasil, mas ele me disse que a especialidade da livraria era Literatura e Teatro Francês,

nada tendo sobre o Brasil. Enquanto falávamos, no entanto, vi numa das prateleiras do alto *A Arte da Língua Guarani*, do Pe. Montoya, e disse ao livreiro que aquilo era uma coisa de interesse brasileiro. “Isso”, disse ele, “é o resto da biblioteca de um historiador brasileiro que comprei há muito tempo, um tal de Porto”. “Porto Seguro?”, perguntei eu. O que ele confirmou. “E onde estão esses livros?” “Num depósito, mas não dá para ver agora nas férias.” Sem perder a coragem, insisti e acabei conseguindo marcar uma visita ao depósito no dia seguinte, onde se achavam os livros que Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, tinha em seu escritório quando faleceu em Viena em 1878. Sua biblioteca tinha ido para o Itamaraty, mas os papéis e livros mais próximos dele foram levados para Santiago por sua viúva, que era chilena. Ali encontrei coisas preciosas, como provas de folhetos corrigidas por ele e que tinham permanecido inéditas e a segunda edição da *História do Brasil* com numerosas alterações manuscritas que não figuram nas edições subsequentes. Um manancial, enfim, dos tais de fazer o coração bater mais forte.

Outra coisa se deu em Paris, em 1946, para onde eu tinha ido formar o estoque de uma livraria de livros raros que um amigo meu, também bibliófilo, me propusera abrir. Inicialmente, ao receber a proposta, eu tinha dito que interessante seria, mas inviável, pois nem ele nem eu tínhamos o dinheiro necessário, ao que ele esclareceu que um primo dele se dispusera a entrar no empreendimento com quinhentos contos de réis, o que mudou o quadro completamente. Lá fui eu passar três meses na Europa comprando livros escolhidos um a um. Dediquei-me especialmente à vertente brasileira, mas trouxe assim mesmo coisas importantes de literatura estrangeira, como a primeira edição ilustrada dos *Triunfos*, de Petrarca, publicada em Veneza em 1488, ou a *Crônica de Nuremberg*, publicada em 1493. Mas eu queria especialmente trazer um exemplar da *Viagem Pitoresca*, de Debret. Acontece que havia muitos brasileiros em Paris, pois, além de tudo, estava em curso a Conferência da Paz. E, quando se entrava numa livraria pedindo livro sobre o Brasil, a resposta invariável era ou que nunca tiveram nada, ou que o que possuíam tinha sido vendido. Assim mesmo, na rue Bonaparte, resolvi entrar numa livraria, embora na vitrine só houvesse obras estrangeiras. À minha pergunta sobre a existência de obras sobre o Brasil, o livreiro disse que provavelmente eu só estava interessado em obras importantes, mas aí não tinha nada para oferecer. Assim mesmo, pedi que mostrasse o que tinha, e ele me deixou por uns 15 minutos no escri-

tório, voltando com uns 15 ou 20 livros empilhados sobre os três grandes volumes do exemplar de Debret. Eu estava disposto a pagar, o que naquela época era substancial, 150 mil francos. Mas, quando vi o exemplar e perguntei quanto ele pedia, fui surpreendido com uma declaração categórica: “Esta obra, meu senhor, só posso vender por 10 mil francos!” Provavelmente a obra estava havia anos no depósito, e a operação tornou duas pessoas felizes, ele e eu.

Comprei alguns milhares de livros, e, quando chegavam os pacotes, nossa alegria era grande em ver o que eu tinha adquirido. Acontece, porém, que, quando entrava um cliente, ficávamos aborrecidos, pois a ideia de vender não era nada sedutora. Só que tínhamos obrigação moral de vender obras que gostaríamos de conservar, em virtude da contribuição financeira do terceiro sócio. Tive o cuidado de pedir a cada comprador que falasse comigo, se algum dia quisesse vender o que estava comprando, e isso valeu para que nos 15 ou 20 anos seguintes (a livraria já não era nossa havia muitos anos) conseguisse recomprar a maior parte das boas obras que tinham sido vendidas para nossa tristeza. Um grande amigo meu, Luiz Camillo de Oliveira Netto, tinha-me ponderado que colecionar livros e vendê-los eram duas coisas incompatíveis. Sua observação se mostrou plenamente verdadeira, ou se compram livros, ou se vendem, mas as duas coisas juntas só muito excepcionalmente funcionam.

Foi, aliás, naquela viagem que conheci Guimarães Rosa, que fazia parte da delegação brasileira à Conferência da Paz. Fizemos logo boa camaradagem e, como os trabalhos da Conferência só se iniciassem à tarde, encontramos várias vezes durante o mês em que permaneci em Paris, percorrendo livrarias e tendo boas conversas. Eu o tinha achado simpático e inteligente, mas ele não me deu a menor indicação de que fosse escritor. Sua preocupação com a elegância fez com que eu achasse que não valeria a pena ler *Sagarana* que, na ocasião, estava fazendo grande sucesso. Só o fui ler quando se publicaram *Corpo de Baile* e *Grande Sertão*, por insistência de um amigo grande leitor. Inútil dizer que as obras de Guimarães Rosa passaram a ser, durante toda a vida, leituras apaixonadas e constantes.

A livraria, que se chamou Parthenon, foi, no entanto, apenas um acidente na formação da Biblioteca cujo crescimento se foi processando continuamente, desde 1927, tanto com aquisições no Brasil como no exterior, nas viagens que minha mulher e eu fazíamos e onde ela me encorajava nas extravagâncias que eu hesitava em fazer. Parece-me interessante falar mais de leituras e de

minha relação com escritores e leitores amigos. Antes disso, no entanto, creio que devo mencionar a importância de 1930 em minha vida. Ainda outra vez por acaso, entrei na redação de *O Estado de S. Paulo* com 15 anos e meio, sendo o mais moço dos redatores e repórteres do jornal. Esse trabalho teve grande importância em minha vida, não apenas porque aprendi a escrever com simplicidade e clareza para ser acessível a um público médio, como comecei a adquirir uma visão da vida brasileira em que a Revolução de 1930 modificou a conformação do País. O *Estado de S. Paulo* foi, aliás, um núcleo da conspiração da Revolução de 1930, e aí se deu um episódio curioso. Eu era o único na redação a falar Inglês, e por isso o Dr. Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal, me chamava para sua sala para transmitir mensagens a Vivaldo Coaracy, chefe da redação do Rio, a fim de driblar a censura que era feita por escuta telefônica, sem que os censores soubessem Inglês, pois a língua estrangeira predominante na época era o Francês. Com isso, eu menino de 15 anos e pouco fui tendo conhecimento de mensagens confidenciais. Passei a conhecer os meandros da Política e da Sociedade, o que me proporcionou a possibilidade de acompanhar desde aquele ano o desenvolvimento brasileiro, suas lutas e conquistas. Vivi duas ditaduras – o Estado Novo e o Regime Militar –, e minha tendência liberal me direcionou politicamente para a oposição ao autoritarismo e para o respeito aos direitos humanos, violados tanto num regime como no outro.

O jornalismo da época era bastante distinto do de hoje em dia. As redações eram menores, o *Estado* era visitado diariamente por políticos de oposição e pelos principais intelectuais da época, o que tudo ajudou bem cedo meu desenvolvimento pessoal. Assim como o ano de 1927 permitiu a formação das vertentes principais da Biblioteca, o ano de 1930, e os que se lhe seguiram, foi fundamental para meu conhecimento da Literatura Brasileira e Estrangeira. Já mencionei a leitura, aos 12 anos, de Alexandre Herculano e Raul Pompeia. Logo em seguida li *Iracema* e *O Guarani*, de Alencar, assim como *A Retirada da Laguna*, do Visconde de Taunay. Ele me entusiasmou a ponto de ler toda a sua obra, o que valeu a pena, apesar de um tanto excessivo. Comecei a ler os autores nordestinos – José Lins do Rêgo, Jorge Amado, Amando Fontes, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz, entre outros. Paralelamente, nessa década li integralmente a obra de Anatole France e os principais romances de Romain Rolland, o grande escritor pacifista que, na Primeira Guerra, teve de deixar a França por essa sua convicção política. A leitura desses dois

autores teve aspectos curiosos. Estava no maior entusiasmo com Anatole France quando dei com uma observação de Romain Rolland sobre ele, dizendo que Anatole podia ser comparado aos gigantes que, não conseguindo romper as cadeias que os prendem, divertem-se com elas. Isto amainou um pouco meu entusiasmo por Anatole France, mas voltei a considerá-lo um escritor muito sedutor e, nos dias de hoje, a meu ver, injustamente esquecido, pois suas sátiras políticas e descrições históricas, como *Les Dieux ont Soif*, sobre o terror na Revolução Francesa, são magistrais. O destino de Romain Rolland foi, aliás, parecido com o de Anatole, pois seus grandes romances *Jean Christophe* e *L'Âme Enchantée*, obras admiráveis, também hoje estão injustamente esquecidas.

A década de 1930 foi profícua em matéria de leitura brasileira e estrangeira. Dos nossos, além dos ficcionistas nordestinos, li *Casa-Grande & Senzala* e *Os Sertões*. Lembro-me que achei empolada e de leitura difícil a linguagem de Euclides, e um tanto prolixa a de Gilberto Freyre, mas em releituras posteriores consegui ver a importância destas duas obras, assim como das de Sergio Buarque de Hollanda. Na leitura dos *Sertões*, creio, aliás, embora isso possa parecer uma heresia, que não seria nada mau começar a leitura pela parte da Guerra, depois o Meio e, por fim, o Homem. Na leitura convencional, imagino que muita gente não vá até o fim.

A leitura incluiu os principais autores brasileiros do século XIX e os grandes romances da Literatura Francesa de Stendhal a Flaubert. Foi, como se vê, uma leitura um tanto desordenada, mas que me deixou um resíduo cultural básico, mesmo em minha visão de hoje. Em meio aos que posso classificar de modernos, houve também Platão, Plutarco, o Teatro Grego e Romano, Homero e Virgílio, de quem ainda hoje sei de cor alguns trechos em Latim. Naturalmente, não faltou Shakespeare, a trindade francesa Molière, Racine e Corneille e os grandes autores russos, especialmente Tolstói e Dostoiévski. Boa parte desses autores, li durante as aulas na Faculdade de Direito que frequentei de 1932 a 1936. A maior parte dos professores lia durante 50 minutos, em voz monótona, suas preleções, cujas apostilas eu lia em casa em 15 minutos. Sentava-me, pois, no fundo da sala e mergulhava nas leituras de minha preferência. Ia-me esquecendo de Montaigne que, na faculdade, li pela primeira vez.

Não é fácil esquematizar a sequência das leituras década por década, mas parece-me que vale a pena tentar algumas indicações. Marcante na década

de 1940 foi a descoberta de Proust. Quando iniciei sua leitura, esbarrei no que me parecia ser uma dificuldade insuperável – a falta de parágrafos. Deu-se então uma coisa curiosa. Em casa de Luiz Camillo de Oliveira Netto, encontrei uma noite Tristão de Athayde, nosso grande Alceu Amoroso Lima, que tinha sido, com Rubens Borba de Moraes, um dos introdutores de Proust no Brasil, já nos anos 1920. Mencionei a dificuldade que sentira e, numa tentativa de ser espirituoso, que geralmente não funciona, disse que Proust descrevia o sono tão bem que o leitor adormecia. “Você está muito enganado rapaz”, disse-me Tristão de Athayde. “Você deve ler as 50 primeiras páginas com toda a dificuldade que possa encontrar e, se no fim dessas 50 páginas, não tiver penetrado no universo de Proust, leia mais 50 com o mesmo esforço e nunca mais você deixará de ler Proust.” Segui o conselho e vi que ele tinha razão, tanto que, como disse lá atrás, já li cinco vezes a *Recherche*, com dez anos de intervalo entre cada leitura.

Autores menores, mas mesmo assim ótimos, como André Gide e Roger Martin Du Gard, também foram descobertas da década de 1940, assim como as *Mil e Uma Noites* e o *Decameron*, de Bocaccio. Na década de 1950, li toda a *Comédia Humana*, de Balzac, o que me permitiu ver o gigantismo do escritor. Sua descrição da sociedade, dos tipos humanos, das intrigas do funcionalismo, entre muitas outras coisas, é ainda hoje de surpreendente atualidade. Lidando com mais de duas mil personagens, algumas aparecendo em primeiro plano e outras como pano de fundo, o que se reverte em outras obras, vê-se claramente a incrível fertilidade de Balzac. É surpreendente como ele, não tendo filhos, pôde escrever, por exemplo, o *Père Goriot*, onde penetra nos mais profundos arcanos da maldade humana.

Na década de 1960, as principais leituras foram de autores latino-americanos, de Borges a Octavio Paz, com os principais autores de cada país entre eles. Continuar a sequência cronológica tornaria a lista de leituras grande demais, de sorte que só vou destacar mais alguns nomes, ficando subentendido que li as principais obras de Literatura Inglesa, Italiana, Russa, Alemã e Espanhola, além da Literatura Portuguesa, de onde Camões e Gil Vicente não podem ser ignorados, e Saramago entrou nos anos 80, já eliminada a dificuldade da falta de parágrafos que eu tinha vencido com a leitura de Proust. Saramago, a meu ver, bem mereceu o Prêmio Nobel, e, se praticamente todos os seus livros são bons, o *Memorial do Convento* e o *Evangelho Segundo Jesus Cristo* se

destacam esplendorosamente. De Saramago, tenho uma carta enviada enquanto ele escrevia o *Evangelho*, curiosamente dizendo que este lhe metia medo. Ficamos amigos através dos livros, como aconteceu com vários escritores, mas não vou entrar nessa seara, lembrando apenas o saudoso Francisco de Assis Barbosa que foi, aliás, quem me saudou quando recebi, aqui na Academia, a Medalha João Ribeiro, além de Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Manoel de Barros.

Falando da Biblioteca, seria cansativo para os que me ouvem, ou talvez até pretensioso, estar mencionando as principais raridades, mas, além das duas versões da primeira edição dos *Lusíadas*, uma com o pelicano à direita do leitor e a outra à esquerda, creio que deve ser dito que a Biblioteca possui o *Sonho de Poliphilo*, publicado em 1499, por Aldus Manucius, erudito editor de Veneza, que revolucionou o mundo editorial da época, tornando-se um dos mais belos livros publicados em todos os tempos.

A descrição da Biblioteca também seria fastidiosa, mas creio que uma referência ao critério com que foi sendo formada seria necessária. Disse, de início, que ela cresceu ao sabor de minhas leituras e que estas foram indisciplinadas, mas cedo me convenci de que alguma ordem deveria existir, sob pena de ela se transformar numa acumulação desordenada de livros. Isto me levou a estabelecer certas vertentes que são basicamente as seguintes: livros sobre o Brasil, dos mais variados assuntos, para formar um acervo de estudos brasileiros. Esta vertente, que inclui Literatura, História, Viagens, História Natural, Arte etc., é quase por si só uma biblioteca. As outras vertentes são a Literatura Universal, as obras de referência e a história do livro, com exemplares do que este foi desde o século XV até os nossos dias, pois tenho especial interesse pela Arte Gráfica, não sabendo se fui gráfico numa encarnação anterior ou se virei a ser numa encarnação futura.

O setor de obras de estudos brasileiros acabou formando um conjunto indivisível, o que levou muitos amigos a nos perguntarem qual seria o seu destino. Isso também nos preocupou durante muitos anos, e chegamos à conclusão de que um conjunto dessa natureza deveria se tornar um bem público, pois tinha excedido o que seria razoável para uma propriedade particular. Além disso, não podia correr o risco de ser fragmentado, pois o material nele contido constitui fonte de pesquisa que, sem falsa modéstia, acho que posso qualificar de importante. Decidimos então, Guita e eu, e nossos quatro filhos,

doar nossa Brasileira à Universidade de São Paulo, que está construindo um prédio para recebê-la e formou uma unidade universitária denominada Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Com isso, esperamos formar no futuro um centro de estudos brasileiros composto por nossa Biblioteca, pelo acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP e pela Biblioteca de Rubens Borba de Moraes, de quem adiante falarei, tudo representando uma fonte de estudo e pesquisa que não existe em nenhuma outra universidade brasileira e, muito menos, fora do Brasil.

Tive a veleidade de ser uma espécie de editor bissexto, publicando fac-símiles de obras difíceis de se encontrar de Literatura Brasileira, especialmente do Modernismo, pois que, não tendo sido este tomado a sério pelo grande público na ocasião, as obras não se conservaram e se tornaram raridades, como a *Revista de Antropofagia*, a *Verde*, de Cataguases, ou *A Revista*, de Carlos Drummond de Andrade, além de outras. Essas reedições foram feitas sempre com a colaboração e programação gráfica de minha filha Diana. Quando fui Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, publiquei uma série de obras de problemático sucesso comercial, mas de grande interesse intrínseco, como a obra completa de Amadeu Amaral ou as *Memórias*, de Paulo Duarte, assim como ensaios literários sobre o Modernismo e Guimarães Rosa.

Tenho também uma desculpável obsessão por manuscritos e procurei reunir, na Biblioteca, alguns de destacados escritores da era pré-computador. Posso mencionar originais manuscritos ou datilografados com numerosas correções autógrafas de *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre, *Banguê*, de José Lins do Rêgo, *Olhai os Lírios do Campo*, de Erico Verissimo, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade, *O Louco do Cati*, de Dionélio Machado, *Epigramas Irônicos e Sentimentais*, de Ronald de Carvalho, e isto sem falar de duas estrelas que são *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e *Grande Sertão*, de Guimarães Rosa. São numerosos também os manuscritos históricos e cartas e documentos autógrafos dos principais escritores brasileiros.

Classifiquei a Biblioteca de indisciplinada, porque considero que os livros são feitos para nós e não nós para os livros, de sorte que as vertentes não são rígidas, e, quando encontro alguma obra que me seduz, mas não se enquadra em qualquer das vertentes, nem por isso deixo de comprá-la. Da vertente Literatura, não falei em Poesia que tem um papel importante na Biblioteca e em nossa vida. Tanto a Poesia Brasileira, desde Gregório de Matos

e autores mineiros, até os principais poetas do século XIX e do Modernismo Brasileiro se encontram nas estantes, assim como os grandes nomes da Poesia Universal, da qual, se tivesse de destacar um nome, escolheria Baudelaire, de cujas *Flores do Mal* a Biblioteca possui a edição original com as peças censuradas e até uma pré-edição parcial publicada na *Revue des Deux Mondes*. Sempre tive a mania de ler poesia em voz alta, com a sorte de minha mulher preferir ouvir a ler poesia, o que permite imaginar quanta poesia foi lida em casa nestes quase 70 anos de convivência.

Tive dois grandes interlocutores durante a formação da Biblioteca, que me fazem falta até hoje: Luiz Camillo de Oliveira Netto, que foi diretor da Biblioteca do Itamaraty, da qual foi demitido por ter sido um dos autores do Manifesto dos Mineiros, escrito em 1943, contra o Estado Novo, químico de formação, homem de grande cultura literária, histórica e musical, com excelente biblioteca. O outro – o primeiro, aliás – foi Rubens Borba de Moraes, autor da *Bibliographia Brasiliana* que contém a descrição de todas as obras raras sobre o Brasil, de 1504 até 1900, obra que se pode classificar de monumento de erudição, e de outros livros sobre bibliografia brasileira, além de um delicioso livrinho publicado em 1924, *Domingo dos Séculos*, em que já fala de Proust. Rubens possuía uma excelente biblioteca brasileira que nos deixou em testamento. Foi diretor da Biblioteca Nacional, onde o substituiu Josué Montello e logo depois convidado para formar e dirigir a Biblioteca da ONU. Foi um leitor incansável da Literatura Universal, como Luiz Camillo, ambos dotados de grande senso de humor, o que certamente foi um dos elementos de nosso fraterno entendimento.

Um terceiro amigo que foi muito mais do que interlocutor, um verdadeiro irmão mais moço, é nosso grande Antonio Candido. Nossas afinidades se encontraram quando ambos ainda éramos solteiros e se prolongaram através da vida inteira até hoje. Foi esta amizade que me levou a conversar sobre minha entrada nesta Academia e a trocar ideias com ele sobre o discurso de posse em que ele deu o palpite que de início mencionei. Uma de minhas frustrações na vida foi não ter sido seu aluno, mas creio poder dizer que com ele aprendi muita coisa em nossos frequentes encontros, que espero se prolonguem ainda por alguns bons anos.

Falando sobre amizade, ia-me esquecendo de mencionar aqueles autores que conheci quando trabalhava na redação de *O Estado de S. Paulo*, dos quais me

tornei amigo, por exemplo, Guilherme de Almeida, Antônio de Alcântara Machado, Léo Vaz e Affonso Schmidt, entre outros. Os amigos que tive através da vida são numerosos mas, se se considerar que a leitura de um bom livro faz sentir uma afinidade e uma amizade virtual com o autor, então meus amigos, como resultado da leitura, são inúmeros. Tenho pena, por exemplo, de ter tido apenas um contato superficial com Mário de Andrade, mas isso não impede que de certo modo ele faça parte de minha vida. Ora, posso dizer que o mesmo acontece com Machado de Assis ou Proust, em que a falta de conhecimento pessoal não diminui o papel que até hoje exercem em minha vida. E isso, multiplicado pelos milhares de livros que li no curso da existência, faz com que eu pertença, na realidade, a este mundo admirável que é o mundo dos livros e que também virtualmente tenha contato através dos livros com numerosas academias de letras pelo mundo afora. Isso acontece aliás, também com as senhoras e os senhores acadêmicos. Daí o prazer que senti ao ser eleito para esta Casa onde, aliás, tenho a alegria de contar com muitos e bons amigos. Mas estou consciente de que isso envolve uma grande responsabilidade. Ainda não tenho uma ideia clara dos trabalhos que aqui se processam, mas os de que tenho conhecimento são de alto nível cultural e declaro-me pronto a colaborar em tudo quanto esteja ao meu alcance, para dar a esses trabalhos e a outros que venham a ser empreendidos minha colaboração. O estímulo à leitura e ao livro está na ordem do dia como uma responsabilidade social interativa. Teria grande interesse em saber se uma atividade neste sentido faz parte dos programas culturais da Academia. Se faz, tanto melhor, mas se isso ainda não está sendo feito, gostaria de encerrar este pronunciamento com uma primeira proposta de cooperação, pois despertar na grande massa o interesse pela leitura, antes de tudo como fonte de prazer, constitui, a meu ver, um fator essencial de desenvolvimento.

Aqui se reúnem grandes valores literários a que estou longe de poder me comparar, mas será para mim motivo de prazer participar de trabalhos que pretendam realizar.

Agradeço, mais uma vez, senhoras e senhores Acadêmicos, sua generosa acolhida.

II

RESPOSTA DO SR. ALBERTO DA COSTA E SILVA

Sr. Presidente da Academia Brasileira de Letras, Sr. Fábio Magalhães, Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, representando o Sr. Governador; Acadêmico Arnaldo Niskier, Secretário da Educação e representante da Sr.^a Governadora do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Secretário-Geral da ABL, senhores acadêmicos, minhas senhoras e meus senhores,

Olho para o alto e vejo o teto forrado de bandeirinhas. Se não ouvirem, como ouço, a banda lá fora com os foguetes a quebrarem o ritmo do dobrado, é porque eu trouxe para esta sala tudo o que na minha alma enroupa a festa. E no meio dela, Acadêmico José Mindlin, reparo que se pergunta por que o vivam e o levantam nos ombros, quando não passa, desde rapazola, de um amador de livros. Seria preciso que alguém lhe revelasse o que não é segredo: que o laço mais forte que nos une é termos sido, todos os 40, adolescentes que amavam os livros e que disso jamais se corrigiram.

Um dos nossos, que tenho sempre perto do coração, Herberto Sales, certo dia me disse ser todo leitor um escritor em potencial, que, não podendo redigir *Crime e Castigo*, lê o livro de Dostoiévski como se o estivesse a escrever. Somos todos, assim, coautores das obras que lemos. E nelas nos pomos inteiros como naquelas que saem de nossas mãos.

Se, hoje, recebemos o escritor que nos deu *Uma Vida entre Livros*, José Conta suas *Histórias*, *Memórias Esparsas de uma Biblioteca* e os belos textos de *Destaques da Biblioteca Indisciplinada de Guita e José Mindlin*, o memorialista que dos amigos só

guarda os gestos bons e os momentos afetuosos, o editor de domingo que, confiando no saber gráfico de sua filha Diana, nos ofereceu alguns dos mais belos livros já impressos no Brasil, o empresário que fez da sua indústria exemplo de eficiência, criatividade e harmonia nas relações de trabalho, o homem público que jamais desmereceu o homem de cultura – e a ambos o País tanto deve –, acolhemos também o grande leitor, atento e sensível, incansável e voraz, o grande leitor que se aproximaria de suas numerosíssimas estantes, desalentado e entristecido por não conseguir ler todos os volumes que nelas se encontram, se não tivesse escolhido a alegria como farol da vida, conforme deixa claro na frase de Montaigne que pôs em seu *ex libris*: *Je ne fay rien sans Gayeté*.

Numa página de seu *Journal*, André Gide nos conta que, tendo um visitante lhe perguntado se havia lido todos os livros que tinha em casa – e eram algumas dezenas de milhares –, deu-lhe a resposta que daríamos: não, mas algum dia talvez os leia, e é bom que estejam ali. José Mindlin, por sua vez, diria: é bom que estejam ali, ainda que sequer sonhe um dia a todos ler, porque cada um deles me deu o contentamento de encontrá-lo e adquiri-lo, muitas vezes após uma procura e de um noivado de muitos anos. E, ademais – acrescentaria Mindlin –, não estão ali apenas para mim, mas também para os outros, pois, se não os li, alguém um dia os lerá. E estão ali para tê-los à mão e acariciar-lhes as encadernações, sentir na ponta dos dedos as diferentes texturas dos papéis, admirar a diagramação e o talho das letras, esta gravura em preto e branco e aquela outra que se completa em aquarela, e as inscrições em ouro das lombadas, e o carinho com que foi feito e conservado, o que por si só, independentemente de seu conteúdo, pode ser, e muitas vezes é, uma obra de Arte.

José Mindlin seria, assim, não apenas o coautor de todos os livros que leu, mas também o coimpressor e o coencadernador de todos os livros que possui, numa biblioteca que tem o seu quê de mágica e sussurra feminina e poeticamente na alma de todos os que têm o privilégio de conhecê-la. E essa impressão de plenitude acrescenta-se naqueles que alguma vez foram acompanhados na viagem pela leveza amorosa de Guita Mindlin, tão presente na saudade desta Sala.

É Guita a personagem principal dos reencontros com o tempo de José Mindlin. Não precisa ele mencioná-la expressamente, porque está, discreta, quase a esconder-se, nos melhores momentos de suas memórias, desde o dia em que a conheceu, caloura, na Faculdade do Largo de São Francisco. Ela nos

chega, de mansinho, nesta e naquela página, a pôr as mãos em cada um dos livros que José Mindlin logrou obter e a recompô-los, quando machucados pela umidade, o uso, o desleixo ou o tempo. Pois são os livros que marcam o ritmo dessas escavações no passado, muitos deles com histórias a pedirem para ser contadas – e, se esta é esquecida em *Uma Vida entre Livros*, procura espaço em *Memórias Esparsas de uma Biblioteca* ou num dos textos dos *Destaques de uma Biblioteca Indisciplinada*. Outras, menos venturosas, não passaram ainda da lembrança para o papel.

Os escritos autobiográficos de José Mindlin – e o discurso que há pouco pronunciou é mais um deles – não se corrigem uns aos outros; completam-se. E ficam a pedir mais. Porque contam histórias que, sendo dele, são também, muitas vezes, nossas. Como tantos memorialistas, ele fala mais dos outros que de si próprio e se demora, sobretudo, nos livreiros, nos bibliófilos e nos escritores com quem privou. Nos abençoados pelo vício do livro, como ele. Ao fazê-lo, restaura os muitos anos que se foram e que eram menos apressados e, por isso, nos parecem mais longos, e neles repõe as emoções que lhe deram os grandes livros, e os livros raros, e os livros de todos os dias, e os livros sobre ameríndios escritos por sua filha, Betty Mindlin, de quem sou, eu também, leitor cativo e devoto. De volta, traz-nos as alegrias dos grandes encontros e das grandes amizades. E amizade é, de resto, a palavra que lhe marca a vida.

José Mindlin não se confessa o que é, um escritor. Quase que nos pede desculpas por escrever. Mas é um escritor. Um escritor que segue a lição de Almeida Garrett, nas *Viagens na Minha Terra*: isto pensava, isto escreve, isto tinha na alma, isto põe no papel, que de outro modo não sabe fazer. Daí a fluência de seus parágrafos, a naturalidade de sua narração, que jamais se afasta do ritmo e das entonações da fala. Nós o lemos como se o estivessemos ouvindo, e ouvindo alguém que sabe, e admiravelmente bem, ler em voz alta. Quem duvidar da excelência do leitor, ouça José Mindlin a recitar, entre outros, Cecília Meireles, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e João Guimarães Rosa nos CDs *O Prazer da Poesia e Sete Episódios de Grande Sertão – Veredas*. Não resisto a dizer que reli *Uma Vida entre Livros*, a ouvir em cada palavra impressa a sua voz. Sem ênfase maior, limpa e correta, a voz de quem conversa.

Entra José Mindlin nesta Casa como escritor. Entra também como uma personagem paradigmática da Cultura Brasileira, como um dos grandes nomes de nosso tempo, como aquele que escolhemos para suceder a um outro gran-

díssimo homem de cultura, alto em nossa admiração, em nosso afeto e, sobretudo, em nossa saudade: Josué Montello.

Todos sabem o quanto me é difícil falar, sem comover-me, sobre Josué Montello. Foi meu amigo desde os meus 19 anos, uma amizade que era ainda mais antiga, porque eu a herdara de meu irmão Mário, que dele fora companheiro de carteira escolar no Liceu Maranhense, convívio que se alongava no casarão de minha tia Sinhá da Costa e Silva Pacheco, na Praça da Alegria, que antes se chamava Praça da Força Nova. Ou da Força Velha, não sei mais. O primeiro livro que dele li, mais menino do que moço, *A Luz da Estrela Morta*, causou-me uma funda impressão. E os que vieram depois – especialmente *Cais da Sagração*, *Os Tambores de São Luís*, *A Noite sobre Alcântara* e *Largo do Desterro* – fazem parte do melhor da história de minhas leituras. São esses quatro romances grandes livros, densos, vividos, humanos. *Os Tambores de São Luís* é a mais bela obra de ficção sobre o regime escravista no Brasil e suas consequências, um romance tão bem ancorado na realidade histórica quanto *Rei Negro*, de Coelho Neto, por trás de cujos parágrafos podemos ouvir o que lhe contaram sobre a África e o exílio os escravos africanos.

José Mindlin sucede a um romancista que era, como ele, um servidor dos livros. Também Josué Montello tinha o gosto pelos livros raros e pelos livros belos, pelos volumes em que encontrava correções do autor ou dedicatórias curiosas, e pelos originais manuscritos ou datilografados, e pelas provas tipográficas depois de revistas. Vários dos seus achados hoje se encontram nas bibliotecas desta Academia – e muitos de nós recordaremos sempre a felicidade com que nos surpreendia com as doações. Outros continuam sob a guarda carinhosa de sua companheira bem-amada, a nossa Yvonne. E outros ainda foram parar, com milhares de outros volumes que passaram pelas suas mãos, nas estantes do Centro Cultural que, em São Luís, leva o seu nome.

Por suas mãos passaram, aliás, quase todos os livros de Literatura que saíram dos prelos brasileiros e portugueses no século XX. De muitas de suas leituras, deixou testemunho em incontáveis ensaios e artigos de Crítica – se não incontáveis, pelo menos difíceis de se contarem, porque era rara a semana, desde os dias da mocidade no Maranhão, em que não os estampassem, e, às vezes, mais de um, as revistas e os jornais. De outras, falou-nos, breve ou longamente, nas três mil páginas de seus *Diários*, de percurso indispensável a quem quiser conhecer não só a história cultural, mas também a história política bra-

sileira dos últimos 100 anos. Embora o primeiro deles, *Diário da Manhã*, só comece em junho de 1952, em muitas de suas páginas as observações sobre o presente vão buscar origem, semelhanças, comparações e contrastes no passado, quando este não é o principal tema da anotação diária. Nos *Diários*, estão as memórias de Josué Montello e as memórias de nosso tempo.

José Mindlin,

Esta Cadeira 29 bem o merece. Nela, sentou-se, durante 50 anos, quem, para nós, chegou a personificar a Academia. Amou-a sempre, desde antes de nela ingressar, e a serviu e protegeu, convicto da importância das instituições, sobretudo num país com um estranho desapego ao passado. Que um homem do livro suceda a outro homem do livro. Que um grande leitor chegue depois de outro grande leitor. A mão de um sustenta a mão do outro a tirar um volume da estante. São tão diferentes entre si, na altura, na compleição, nos gestos, no andar, na fala e na maneira de sorrir, e, no entanto, um quase se superpõe ao outro, e com ele se confunde, no devotamento à Cultura, no amor às criações do espírito e, sobretudo, ao que a alma do homem põe no papel.

Muitos nos procuram; por uns poucos esperamos. E, quando um desses chega, como é, José Mindlin, o seu caso, acende-se ainda mais a festa. Peço a mim mesmo que fale mais baixo, para que possamos melhor ouvir os tambores e os taróis, os metais e as madeiras, e, finalmente, claro, vibrante, dourado, o ressoar dos pratos. Estamos felizes demais para as palavras. E a nossa alegria chega ao pé de mim e manda que me cale.

**Discurso do
SR. CELSO LAFER**

e

**Resposta do
SR. ALBERTO VENANCIO FILHO**

*Sessão solene extraordinária
1.º de dezembro de 2006*

I
DISCURSO DO SR. CELSO LAFER

- I -

O conhecimento está ao nosso alcance. O reconhecimento não. É algo a que podemos aspirar, mas que não nos cabe reivindicar. É um dom, um prêmio que nos é conferido pelos outros na pluralidade da condição humana. Assim se manifestou Hannah Arendt em 1969 ao receber a Medalha Emerson-Thoreau da Academia Americana de Artes e Ciências, discorrendo tanto sobre a distinção que lhe era conferida quanto sobre o significado da sua integração nos quadros de uma instituição cultural de reconhecida importância pela qual tinha o maior respeito. Acrescentou que, se era bom ser reconhecida, ainda melhor era ser bem-vinda, pois a escolha, somada ao reconhecimento, representava um galardão especial que estava recebendo de ilustres pares do mundo das artes e das ciências.

Recorro à sabedoria da lição de Hannah Arendt, que tanto inspirou o meu percurso, para agradecer aos acadêmicos, agora, para minha satisfação, confrades da Academia Brasileira de Letras, a generosidade ímpar com a qual, com tanta simpatia, acolheram-me para suceder a Miguel Reale na Cadeira I4. Permito-me agradecer a todos na pessoa do Acadêmico Alberto Venancio Filho – querido amigo, parceiro de pesquisas e de compartilhados interesses intelectuais, cujo discurso de recepção estará permeado pela largueza da boa vontade de quem, no correr dos anos, afetuosamente estimulou a possibilidade do meu ingresso na Casa de Machado de Assis.

Sedis animi est in memoria – A sede da alma está na memória – é uma afirmação de Santo Agostinho. Desta afirmação vou valer-me como orientação na procura que ora enceto da memória e, por isso mesmo, do espírito da Cadeira I4 que estou assumindo.

- II -

Franklin Távora é o patrono da Cadeira I4. Devo o meu primeiro contato com o significado da sua obra à leitura, em 1959, de *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido. Neste livro, marco da cultura nacional, Antonio Candido realça a importância do projeto estético proposto no prefácio de *O Cabeleira*, publicado em 1876, de um romance de feitio original, no qual o senso da terra, que condiciona estreitamente a vida do Nordeste e o conhecimento da História da região e do seu papel na vida brasileira, seriam os grandes e poderosos estímulos da criação literária.

Octavio Paz, refletindo sobre as nossas literaturas na América Espanhola e Portuguesa, qualificou-as de literaturas de fundação. São uma resposta dos americanos à concepção utópica europeia de um mundo novo instigado pelo concreto da realidade. Representam a procura de uma tradição que, no seu processo criativo, a inventa, resgatando e inovando uma realidade.

Antonio Candido – de quem tive o privilégio de ser aluno de Teoria Literária na USP e cuja amizade reputo “um dos bens da minha vida”, para valer-me das palavras de Fernando de Azevedo, um dos meus ilustres antecessores na Cadeira I4 – aponta que o projeto de tradição proposto por Franklin Távora é uma faceta da formação da literatura brasileira que se revelou fecunda no tempo. Desdobrou-se na alta qualidade do romance do Nordeste do século XX e integrou-se na tradição cultural desta Casa, que acolheu entre seus membros José Américo de Almeida, José Lins do Rêgo, Jorge Amado, Rachel de Queiroz e incorporou este ano Graciliano Ramos, por via da transcrição cinematográfica de Nelson Pereira dos Santos.

Franklin Távora é um dos muitos epígonos da Escola do Recife – do “bando de ideias novas” que agitou o país, no dizer de Sílvio Romero, e que emanou da sua Faculdade de Direito. Representou, na vida brasileira, um renovador movimento intelectual, vigoroso e crítico, com identidade própria,

que perdurou além da geração de seus iniciadores. A este movimento, Miguel Reale dedicou numerosos e significativos estudos, com especial atenção para a obra de Tobias Barreto, na qual identificou as origens do culturalismo no Brasil.

Clóvis Beviláqua, o acadêmico-fundador da Cadeira I4, é um dos eminentes filhos da Escola do Recife e foram as afinidades da Escola e da mentalidade que o levaram a escolher o patrono da Cadeira, Os caminhos do acadêmico-fundador no horizonte aberto pela Escola do Recife foram, no entanto, distintos dos do patrono da Cadeira. No seu livro *Juristas Philosophos*, de 1897, diz Clóvis que Tobias Barreto, ao perfilhar a orientação de Jhering, influenciou “na mentalidade brasileira precipuamente como transformador da concepção do direito”.

Como é sabido, um dos extraordinários feitos de Clóvis foi a transformação do direito brasileiro por meio do Código Civil de 1916. Este, como aponta San Thiago Dantas, resultou da “acumulação de forças” proveniente de uma unidade de concepção e de interpretação do mundo, derivadas da mentalidade da Escola do Recife, com a precisão dogmática que a doutrina jurídica de Jhering, esposada por Clóvis na esteira de Tobias, conferiu ao evolucionismo. Sustentou-se no conhecimento que Clóvis tinha do direito brasileiro, com o lastro adicional da sua condição de estudioso de legislação comparada, atento ao trabalho histórico que engendrou as instituições do direito privado e permite aperfeiçoá-las pela codificação.

Devo o meu primeiro contato com a obra de Clóvis ao meu pai, A. Jacob Lafer, que se formou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1930. Foi o meu Pai – cuja memória evoco com gratidão, saudades e admiração – quem me recomendou, quando ingressei, em 1960, na sua Faculdade, a leitura dos vários volumes dos *Comentários ao Código Civil* de Clóvis e da *Teoria Geral do Direito Civil*. Li e anotei, com proveito duradouro, nos exemplares paternos, estas e outras obras de Clóvis, que possuem a destilada sabedoria dos jurisprudencistas da sua geração, que meu pai, com toda razão, apreciava, e aos quais recorria quando pensava os problemas jurídicos, para encontrar caminhos e soluções, como era do seu feitio de advogado e empreendedor.

Clóvis foi professor e a Cadeira I4, no correr das sucessões, acabou sendo uma cadeira de professores. Professores foram Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, Miguel Reale, numa tradição à qual muito me honra dar conti-

nuidade. Clóvis, no entanto, era mais que um indivíduo-professor. Era um símbolo de aspirações coletivas pelo exemplo de trabalho, tenacidade, modéstia, elegância mental, despreocupação personalista, amor à ciência – atributos da sua autoridade de doutrinador no mundo jurídico brasileiro, realçados pelo Professor Spencer Vampré em 1937, quando da solenidade de entrega a Clóvis do título de professor-honorário da Faculdade de Direito da USP. Esta condição de professor-honorário me vincula, juntamente com o meu antecessor Miguel Reale, ao acadêmico-fundador da Cadeira I4, como também nos aproxima a dedicação de Clóvis à Filosofia, matéria da qual foi professor na Faculdade do Recife.

O Direito Civil e a sua codificação, pelo vínculo entre o Código de 1916, que se deve a Clóvis, e o de 2002, supervisionado na sua longa elaboração por Miguel Reale, é outro traço de união entre os que ocuparam a Cadeira I4, que cabe recordar.

Clóvis, na amplitude da sua obra, além de civilista, filósofo do Direito e estudioso da cultura e da Literatura Brasileira, foi também um internacionalista. Neste campo, atuou não só na condição de doutrinador, mas igualmente de formulador da prática brasileira do Direito das Gentes, pois o Barão do Rio Branco, seu confrade nesta Casa, com o discernimento que o caracterizava, convidou-o para ser o Consultor Jurídico do Itamaraty: Clóvis exerceu esta função de 1906 a 1934, lidando com sucessivos Ministros, cada qual com suas características próprias. Como antigo titular da pasta, bem avalio o privilégio representado pelo respaldo jurídico dado por ele a tantas gestões. Como estudioso do Direito Internacional, encontrei, nos seus pareceres e nas soluções que encaminhou, diretrizes de condução diplomática com as quais me identifiquei na linha posteriormente propugnada em *O Problema da Guerra e as Vias da Paz* e *A Era dos Direitos*, por Norberto Bobbio – o grande pensador italiano que soube associar a Teoria Jurídica à Teoria Política, e é uma referência constante do meu percurso.

Destaco a condenação da guerra e a defesa da paz pelo Direito e pela promoção de uma cultura de paz, argumentos por meio dos quais Clóvis, em pareceres de 1932 e 1934, sustentou a aceitação, pelo Brasil, do tratado antibélico proposto pela Argentina e a adesão do nosso país ao Pacto Briand-Kellog voltado para a proscrição da guerra. Não posso deixar de mencionar, como defensor da plataforma emancipatória representada pela afirmação de

uma era de direitos humanos e sua vinculação à democracia e à paz, a admirável visão que Clóvis manifestou em parecer de 1932, época de xenofobia e racismo crescentes como a nossa. Cito:

O arbítrio dado ao Governo, para limitar ou suspender a entrada, no território nacional, de indivíduos pertencentes a determinadas raças, ou origens, não conquista a minha adesão.

Não me parece fundada em bons motivos morais e científicos a classificação das raças em superiores e inferiores; e deixar à fantasia de dominadores de ocasião o direito de selecionar, depreciativamente, os grupos étnicos não se harmoniza, creio eu, com a boa política, segundo a definiu José Bonifácio.

Carneiro Leão foi o sucessor de Clóvis e, como seu antecessor e como o patrono da Cadeira I4, não só se formou na Faculdade de Direito do Recife como também se viu impregnado pela mentalidade suscitada pelo “bando de ideias novas”. No percurso de Carneiro Leão, a vertente que o norteou foi o interesse pela Sociologia, na qual deixou pioneira obra de relevo – um desdobramento do seu magistério na então denominada Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Foi, também, um destacado educador, voltado para a prática e não apenas para os problemas teóricos do ensino, pois atuou como um reformador, cabendo lembrar seu papel como Diretor-Geral de Instrução Pública no Rio de Janeiro – o então Distrito Federal –, de 1922 a 1926, cargo no qual teve Fernando de Azevedo como sucessor. É autor, no campo dos estudos literários, de um livro importante e laboriosamente pesquisado sobre a recepção de Victor Hugo no Brasil.

Carneiro Leão foi sucedido, na Cadeira I4, por Fernando de Azevedo, um defensor da aproximação entre os homens de letras e os educadores como disse, ao receber, em 1945, o Prêmio Machado de Assis desta Casa, com a autoridade de quem associava a condição de educador à de escritor de estilo ciceroniano e gosto pelos clássicos. Sociólogo e humanista de larga visada e notável atuação, Fernando de Azevedo foi um dos fundadores da USP – a minha *alma mater* – e uma das suas mais expressivas personalidades. Daí também um vínculo de Fernando de Azevedo com Miguel Reale, que foi, com destacada liderança intelectual e vigoroso descortínio administrativo, por duas vezes Reitor da USP.

O meu primeiro contato com a relevância de Fernando de Azevedo, como ocorreu no caso de Clóvis, deu-se no âmbito familiar. Minha mãe, Betty – cuja memória evoco com saudades, pois foi, nos 97 anos da sua existência, um apoio constante e uma inspiração permanente – cursou a Escola Normal, trabalhou como professora primária e exerceu funções nas delegacias de ensino de Araraquara e Campinas na década de 1930. Na década de 30, implantou-se em nosso país uma nova mentalidade em matéria de educação. Fernando de Azevedo foi, pela sua reflexão e ação, uma das grandes lideranças deste processo de renovação e minha mãe, no seu empenho pedagógico e nas suas subsequentes atividades na promoção do bem-estar social na Cidade de São Paulo, foi marcada pelas propostas do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, por ele redigido.

Fernando de Azevedo, como educador, tinha o domínio técnico da administração da organização educacional e um atualizado conhecimento dos métodos pedagógicos adequados à instrução moderna. Não se considerava, no entanto, um técnico da educação, mas, sim, um político da educação, como disse em carta de 1936 a seu fraternal amigo, Francisco Venancio – pai do nosso confrade Alberto Venancio. Com efeito, os meios técnicos, em Fernando de Azevedo, estavam a serviço de uma política de educação. Esta, muito bem estudada nos seus sucessos e dilemas por Maria Luíza Penna em livro de 1987, era a expressão de um projeto de reconstrução nacional, voltado para a transformação do Brasil pela escola para todos, como caminho para a necessária e efetiva democratização do nosso país. Daí a importância que atribuiu ao ensino primário, secundário e técnico para o povo, como via para lidar com a injustiça e as desigualdades da sociedade brasileira.

Esta visão, de tanta atualidade, da educação como política pública republicana, pode ser considerada expressão de um “socialista-liberal”, na linha de Carlo Rosselli e Bobbio, segundo Antonio Candido, que foi dedicado amigo e assistente de Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

A profundidade desta visão caracteriza um acabado pensador. Era o desdobramento de quem, em *Sociologia Educacional*, estudou com originalidade, na esteira de Durkheim, os fatos educacionais como fatos sociais. E possuía o lastro de quem, em *A Cultura Brasileira*, depois de tratar dos fatores da cultura e dela própria – inclusive a científica e a artística –, concluiu sua abrangente e

erudita síntese da vida social e espiritual do nosso país pelo estudo da transmissão da cultura, ou seja, pela educação. Observa Antonio Candido, em artigo de 1994, a dimensão inovadora desta terceira parte do livro de Fernando de Azevedo, na qual a educação é tratada como força explicativa da trajetória histórica do Brasil.

Nesta evocação do percurso deste meu eminente antecessor na Cadeira 14, há um dado adicional de proximidade que vai além do vínculo uspiano de respeito por um dos fundadores da minha Universidade e da afinidade social-democrática com a sua política de educação. Conheci pessoalmente Fernando de Azevedo, pois participei das atividades do Centro Cultural Brasil-Israel de São Paulo por ele presidido até o fim da sua vida. Muitas vezes fui a reuniões na sua casa na Rua Bragança, 55. Era do seu feitio combinar as relações de trabalho com as de afeto e promovia, assim, na sua casa, o encontro dos amigos, membros do grupo-diretivo do Centro, entre os quais figuravam Sérgio Buarque de Hollanda, Paulo Mendes de Almeida, Luís Martins, Alberto da Rocha Barros, Antonio Candido, Moisés Gicovate, Moisés Cutin e os seus dois colaboradores, animadores do Centro, Romeu Mindlin e José Nemirovsky. Para o jovem que eu era, participar do descontraído clima das conversas foi uma experiência da qual guardo saudades. Lembro, neste contexto, que secretariei, com o maior proveito intelectual, a Comissão Julgadora presidida por Fernando de Azevedo e integrada por Sérgio Buarque de Hollanda e Antonio Candido, que conferiu, em 1964, o prêmio do Centro à melhor obra sobre assuntos históricos publicados no quadriênio 1960-1963. O vencedor foi Herman Lima, pela sua monumental *História da Caricatura no Brasil*.

- III -

Lauro Müller, que chefiou o Itamaraty de 1912 a 1917, referindo-se ao Barão do Rio Branco, seu antecessor imediato que falecera, afirmou, ao empossar-se, que o sucedia, mas não o substituíra, pois Rio Branco, pela magnitude de sua obra e de sua ação, era insubstituível. Lauro Müller reiterou esta avaliação ao suceder a Rio Branco nesta Casa, como titular da Cadeira 34.

Esta ponderação me ocorre ao iniciar o elogio e pensar sobre o legado do meu antecessor, o querido Professor Miguel Reale. Faço-a com o afetuoso e devotado conhecimento do alcance intelectual da trajetória de um grande Mestre. Conheci-o desde menino, pois os meus pais, nos anos 40 e início dos 50, foram vizinhos, na então mais pacata Av. 9 de Julho, da família Reale, com a qual sempre tiveram uma boa relação de amizade. Dele, fui aluno nos anos 60, assistente na docência universitária nos anos 70, colaborador nas suas meritórias atividades de presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia, amigo de Ebe, Lívia Maria, Miguel, seus filhos, apreciador das qualidades de D. Nuce – “valor invariante” do seu percurso –, frequentador da sua casa e da sua admirável biblioteca. Ademais, em 1988, passei a ser, com o seu confiante endosso, o responsável pela continuidade das suas funções de magistério como titular de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da USP. Como é notório, este foi um campo do conhecimento que Miguel Reale, com insubstituível ressonância nacional e internacional, renovou mediante a sua teoria tridimensional do Direito, que lida com a complexidade da experiência jurídica, integrando, por meio de uma dialética de mútua implicação e complementaridade, Fato, Valor e Norma.

Emerson, ao discutir os que caracteriza como *Representative Men*, diz que são definidores e construtores de mapas das latitudes e longitudes da nossa condição. Miguel Reale se enquadra nesta definição, pois a sua múltipla obra de pensador desvendou novas latitudes e longitudes do conhecimento.

Alceu Amoroso Lima, uma das figuras tutelares da nossa Academia, tratando do território do pensamento, que dominava com plenitude, escreveu em 1980 que, no Brasil, “nenhuma figura até hoje conseguiu manter uma linha de unidade e variedade globais tão nítida, tão coerente, tão original e tão profunda como a de Miguel Reale”.

Meu querido e fraternal amigo José Guilherme Merquior, a mais completa figura intelectual da minha geração – que honrou a nossa Academia com o seu fulgurante talento –, escreveu, pouco antes do seu prematuro falecimento, um admirável estudo situando orteguiamente a obra de Reale. Nele afirma, com a amplitude da erudição que o singularizava, que Miguel Reale é “um dos poucos filósofos latino-americanos capazes de se impor à consideração ocidental”.

A obra de Miguel Reale tem como lastro que a permeia a coragem intelectual de uma poderosa inteligência, aparelhada por um grande saber, que sustentou com vivo interesse pelo mundo da cultura e da vida, e sem ingenuidade, a capacidade sintetizadora-nomotética da Razão, apta a integrar, sem reducionismos simplificadores, a multiplicidade da experiência. Esta postura é o que revela o seu poema, significativamente intitulado “Confissão”: “Nunca fui homem de uma nota só/embrenhado num único problema – amo a integralidade dos assuntos/o horizonte tomado em conjunto”. Foi esta também a sua mensagem de educador e, por isso, como esclarecido Reitor da USP, inscreveu ao pé da torre da praça central do *campus* uma frase-síntese, de reminiscência pascaliana, do compartilhado significado interdisciplinar da vida universitária: “No universo da cultura, o centro está em toda parte.”

A aspiração da abrangência de Miguel Reale e as suas formulações iniciais foram buriladas por uma concepção da natureza crítica da Filosofia, por ele concebida e praticada como questionamento e indagação sempre renovados de pressupostos. É por este motivo que, no seu percurso, o seu pensamento foi-se atualizando e beneficiou-se do contínuo aprofundamento da reflexão. Daí, no trato dos seus temas recorrentes e na vocação de abrangência, um pertinente pluralismo cognoscitivo sempre apoiado em conceitos integrativos, como apontou Alceu Amoroso Lima.

Uma ilustração das mais esclarecedoras do que Miguel Reale entendia como paradigma “do horizonte tomado em conjunto” é a sua devoção a Dante Alighieri, explicitada no ensaio “O Meu Dante”. “Dante, para Miguel Reale, foi o mentor, o modelo, o verdadeiro poeta-filósofo insuperável”, como apontou nosso confrade Evaristo de Moraes Filho – este admirável *scholar* que iluminou com percuciência e erudição todos os muitos assuntos sobre os quais se debruçou, e que conhecia e escreveu tão bem sobre o meu antecessor, de quem foi amigo e parceiro de atividades intelectuais.

Não é difícil compreender o porquê da devoção de Miguel Reale a Dante: no grande poeta-pensador encontrou a profunda ressonância das afinidades. Com efeito, a obra de Dante está permeada pelo integrativo *argumentum unitatis*. É precursora de um humanismo jurídico, pela inovação que trouxe ao pensamento político medieval com a noção de *humana civilitas*. É também inaturalmente reveladora do poder de nomear poético da língua italiana, e o seu uso criativo fez de Dante um dos maiores poetas da Humanidade. A isso, cabe

agregar que a *Divina Comédia* é, segundo Auerbach, um marco na representação da ideia de que o destino individual não é sem sentido. E significante e figurativo, pois todo o contexto do mundo nele é revelado. Dante também não se isolou numa torre de marfim. Foi em Florença um ator político de primeira plana, que viveu os sucessos e amargou os dissabores do infortúnio político.

“[...] quem não sabe a arte não na estima” diz em *Os Lusíadas* (v. 97), Camões, que evoco neste momento, pois, na sua experiência de leitor de Dante, Miguel Reale descortinou, desde jovem, como aluno do secundário no Colégio Dante Alighieri em São Paulo – onde também estudei –, a abertura para a convivência lírica, a compreensão filosófico-poética e a meditação filosófico-política. Como apreciador da poesia das ideias, admirava o engenho e a arte com a qual Dante transformou os temas filosófico-teológicos em criação poética e transpôs muitos dos motivos da Escolástica para o plano da *Lebenswelt* – o mundo da vida de que falava Husserl. Chamava a atenção para o como Dante deu um novo sentido, de caráter axiológico, à problemática do Ser. Via, na obra de Dante, neste sentido, algo que falava muito diretamente a ele como pensador contemporâneo que, no dizer de Jean Wahl, que endossava, se sentia mais um cavaleiro do Valor do que um servidor do Ser.

Da leitura de Dante, Miguel Reale colheu duas lições permanentes. A primeira é a do entendimento da Filosofia como *uno amoroso uso di sapienza*, identificando, na correlação *amoroso e studio*, apontada no *Convívio*, uma feição do que une a teoria e a prática, ou seja, a sabedoria mais o propósito de torná-la real, explicativa do seu contínuo intento de “teorizar a vida e de viver a teoria na unidade indissolúvel do pensamento e da ação”.

A segunda é o alcance e a atualidade da visão de Dante sobre o bem do Estado e o fim do Direito, que o levou a definir o Direito no *De Monarchia* como uma proporção real e pessoal de homem a homem que, conservada, conserva a sociedade; corrompida, corrompe-a. Esta proporção – expressão de medida *inter-homines* e não entre homens e coisas – é, como diz Miguel Reale, de pertinente modernidade, pelo profundo sentido social que revela; pela composição que propõe entre os valores da pessoa com os da comunidade na qual se insere e pela compreensão do Direito como instrumento de vida e da intersubjetividade da convivência humana.

O tempo histórico de Dante teve como indicação da “prevalência de sentido” cultural maior aproximação entre as palavras e as coisas. Por isso, a

sua linguagem de grande e criativo poeta-pensador retém o poder de nomear a realidade como totalidade.

Não é esta a experiência da modernidade na apreensão da “grande máquina do Mundo” de que fala Camões, pois o século XX percebeu, para lembrar Drummond, como hermética “essa total explicação da vida”.

Neste sentido, Octavio Paz, que foi um grande poeta-pensador, observa que a *quête* do poeta contemporâneo é a de tentar, por meio dos signos em rotação, redescobrir a figura do mundo na dispersão dos fragmentos, procurando um significado para as estruturas que perderam seu centro na *Waste Land* do mundo contemporâneo.

Faço este registro observando que Miguel Reale tinha especial apreço pela linhagem dos poetas-pensadores do século XX e lembrando que, para ele, o “ato poético é um ato de rebeldia, de não conformidade com o que é predestinado”. Neste contexto, diria que o percurso do seu pensamento é metaforicamente um ato de rebeldia em relação ao “predeterminado” da dispersão dos fragmentos que caracteriza a experiência do século XX. Rebeldia que se traduziu num embate intelectual com a incongruência por meio da busca de uma racionalidade concreta, ordenadora do pluralismo centrífugo das tendências.

Fernando Pessoa era um poeta que Miguel Reale apreciava. Citou no seu ensaio sobre José Guilherme Merquior e gostava de evocar, nas suas aulas, como posso testemunhar, o que considerava uma grande intuição de verdade contida nos versos de Álvaro de Campos – o heterônimo da angústia moderna que acompanhou Fernando Pessoa até os últimos meses de sua vida:

...no desenvolvimento da metafísica
De Kant a Hegel
Alguma coisa se perdeu.

Este algo que se perdeu foi o que Miguel Reale, no seu percurso, se empenhou em procurar. O seu ponto de partida permanente e recorrente foi Kant e a lição do criticismo, voltada para as condições e possibilidades do conhecimento. Kant, diz ele, “é um depositário de soluções e a todo instante podemos volver a ele para descobrir coisas novas”. Daí o seu interesse especial, que se insere no âmbito da sua permanente preocupação com a história das

ideias no Brasil, com a recepção da obra de Kant em nosso país. Como mostrou nas suas pesquisas, esta remonta a Martim Francisco de Andrada, desdobra-se nos cadernos do Padre Feijó e transita pela presença de Krause na Faculdade de Direito de São Paulo, no século XIX.

Hegel parte de Kant porque reconhece o poder nomotético do Espírito, capaz de integrar em nova unidade significativa os elementos dispersos da experiência. Dele, discorda ao rejeitar a dicotomia kantiana entre o pensar e o conhecer, pois, para Hegel, os conceitos do conhecimento e as ideias do pensamento não estão separados. Realizam-se dialeticamente no universal concreto. A identificação hegeliana entre o real e o racional no processo histórico é uma admirável construção, mas, para Reale, nela algo muito relevante se vê sacrificado: o valor do particular, a singularidade empírica do concreto. Em poucas palavras, a identidade do real e do racional, do ser e do dever-ser no monismo hegeliano, diz Reale em *Experiência e Cultura*, parodiando Vico, dissolve e não converte o *factum* no *verum*. Alcançar o *verum*, por meio da capacidade nomotética da Razão, sem perder a especificidade do *factum* no horizonte de uma compreensão “plural do processo histórico”, é o que Miguel Reale procurou, nisto que se perdeu entre Kant e Hegel. Esta é a proposta do seu historicismo-axiológico.

Na sua empreitada intelectual de largo fôlego, Reale valeu-se de Husserl e do conceito da intencionalidade da consciência que leva à ideia do objeto para lidar com o processo do conhecimento. Postulou uma dialética de mútua implicação e polaridade, propiciadora de sínteses abertas na análise da História e das situações. Trabalhou com originalidade a dimensão epistemológica e existencial da experiência e propôs, com inspiração kantiana, uma discussão criativa do conceito de conjetura.

Instigado por Scheler e Hartmann, elaborou uma teoria própria dos valores, como bens culturais que são “intencionalidades objetivadas” dialeticamente no processo histórico. Constituem, deste modo, apropriados objetos do conhecimento. Para Reale, os valores são realizáveis porque se referem à realidade, que é o seu suporte, mas, ao mesmo tempo, a ela não se reduzem. Têm um significado vetorial, que se projeta para o futuro, para o dever-ser da sua inexauribilidade. Reale transita, assim, do problema do conhecimento para o da conduta, a partir de uma perspectiva culturalista, que é pluralista, mas não

é relativista. Tem como critério ontológico ordenador o valor-fonte da pessoa humana, cujo ser é o seu dever-ser.

Esta exposição muito concisa das linhas mestras da meditação de Reale tem apenas o objetivo de confirmar a avaliação, que endosso plenamente, na esteira de Alceu Amoroso Lima e José Guilherme Merquior e de tantos outros, que a sua obra tem o significativo *plus* da originalidade. É o amadurecido e refletido fruto de uma criativa tomada de posição perante o pensamento alheio que não é – como tantas vezes ocorre – apenas um aperfeiçoamento hermenêutico.

“Sê plural como o Universo” é a incitação de um dos aforismos de Fernando Pessoa. Miguel Reale seguiu à risca esta máxima. Daí a abrangência da sua ação e da sua obra. Esta, além da reflexão filosófica na qual me detive, cobre, como é sabido, vários campos. Entre eles, a Filosofia do Direito, na sua especificidade própria; o Direito, em todos os seus quadrantes; a Teoria Política; a História das Ideias; a História do Pensamento Brasileiro; a Memorialística; a Poesia.

Esta abertura em relação à diversidade dos interesses no campo do conhecimento teve uma congruente e meritória dimensão no campo da conduta intelectual e docente de Miguel Reale, que cabe realçar, pois esteve presente mesmo nos momentos difíceis do autoritarismo militar em nosso país. Relembro, neste sentido, o clima aberto e de opções livres, inclusive em matéria política, que caracterizou a sua atuação na cátedra da qual um desdobramento extrauniversitário foi o pluralismo e o empenho de abrangência nacional que o norteou na criação e na liderança do Instituto Brasileiro de Filosofia. No âmbito desta postura não dogmática, evocada por Tércio Sampaio Ferraz Jr. – meu amigo de toda vida e parceiro de reflexão e docência na Faculdade de Direito da USP –, tratei, em recorrente diálogo com Miguel Reale, da sua obra, examinando com liberdade os assuntos nela versados, que estavam vinculados às minhas preocupações voltadas para a confluência do jurídico e do político.

No seu pensamento encontrei instigações e caminhos para lidar com temas como Direito e Poder, Justiça e Legitimidade, Direitos Humanos, hermenêutica de princípios. Miguel Reale, com efeito, com seu magistério alargou as latitudes e longitudes do mapa do conhecimento jurídico. Foi o que procurei mostrar em texto recente publicado logo após o seu falecimento e

redigido com o senso da responsabilidade de ser seu sucessor na cátedra de Filosofia do Direito.

Não é o caso de reiterar estas análises, mas cabe mencioná-las neste momento, dada a relação entre os juristas e a Academia, entre as letras jurídicas e as letras propriamente ditas que foi examinada, com tanta pertinência e acuidade pelo nosso confrade Alberto Venancio Filho, com o lastro do conhecimento de quem propôs uma interpretação do Brasil, tendo como base a história do ensino jurídico em nosso país.

O que me parece pertinente sublinhar no desdobramento deste discurso de posse na Cadeira I4 outra vertente da obra do meu antecessor: o expressivo vínculo que tem com os objetivos da Academia: a defesa da língua e o empenhado interesse na Literatura Brasileira e na cultura nacional.

A defesa da língua é, para Reale, um imperativo filosófico. Resulta da sua convicção de que o idioma é o solo da cultura e que a nossa Língua Portuguesa, com as suas peculiaridades e potencial é, nas suas palavras, “uma condicionante do nosso ser pessoal e do nosso ser filosofante, da nossa própria capacidade de pensar e de filosofar”. Daí também sua ativa participação nas atividades do Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro, pois entendia que o diálogo com os colegas portugueses era um caminho para alargar os horizontes e vivificar a reflexão filosófica em nossa língua comum. Nesta empreitada teve como grande parceiro Antônio Braz Teixeira, o titular da Cadeira 4 do quadro dos nossos sócios-correspondentes.

O empenhado interesse na Literatura Brasileira e na cultura nacional, em Miguel Reale, é um desdobramento do seu culturalismo filosófico. Este, como verifiquei em 1964 assistindo, a seu convite, como ouvinte de graduação, às suas aulas de pós-graduação, tem um dos seus pontos de partida em Vico. Para Reale, Vico entreabriu à nossa cogitação elementos para o entendimento do mundo feito pelo homem, que não é redutível ao mundo da natureza.

O mundo da cultura – que Vico descobriu como campo próprio do conhecimento – é, para Reale, tudo aquilo que a Humanidade vem constituindo através da história no plano da religião, das ciências, das artes, das técnicas bem como do que ela realizou e continua realizando no mundo da vida em comum – a *Lebenswelt*. Neste sentido é que discute a dimensão epistemológica de um “*a priori* cultural”.

Cultura brasileira é, para ele, mais especificamente, o conjunto de conhecimentos e valorações convertidos em patrimônio intelectual da gente brasileira. Ela é fruto de vivência e convivência expressa na nossa língua, na qual se imbricam as formas de vida e as expressões da cultura. Ela enseja a autoconsciência da especificidade no diálogo com outras culturas, que dão margem a distintas formas de criação literária e estilos de pensamento. Ela abre espaço para a “atitude de filosofar” e para uma preocupação não apenas com os focos irradiadores das influências recebidas, mas com o que condicionou determinada receptividade. Daí, para Reale, a importância de captar o “sentido” das recepções filosóficas, artísticas e literárias para desvendar as raízes e o desenvolvimento da cultura brasileira. Foi por isso que se empenhou, desde a década de 1940, em pesquisar e resgatar a memória do pensamento brasileiro no qual identificou especificidades próprias. Estas especificidades têm a “originalidade da cópia” para recorrer a uma formulação de Fernando Henrique Cardoso que, a partir de outros pressupostos, discutiu *As Ideias e seu Lugar* em livro de 1980, que tem este título.

É neste contexto que, com simpatia e genuíno interesse, escreveu e refletiu sem juízos depreciativos ou apologéticos, sobre autores brasileiros – tanto os que cuidaram especificamente de problemas de Filosofia como Farias Brito, quanto os que, na condição de escritores de visada ampla, lidaram com questões filosóficas, como Oswald de Andrade e Gilberto Freyre. Nesta vertente da sua obra, tratou circunstanciadamente de inúmeros patronos e membros da nossa Academia. Entre eles, destaco: Gonçalves de Magalhães, Tobias Barreto, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Pedro Lessa, Pontes de Miranda, Cândido Mota Filho, Menotti Del Picchia, Fernando de Azevedo, Paulo Carneiro, José Guilherme Merquior.

Miguel Reale tinha o gosto da convivência acadêmica, pois estava imbuído do seu significado cultural concreto. Por isso frequentava as sessões e dialogava amplamente com os temas dos confrades do passado e do presente. Um exemplo, diria, paradigmático, desta postura, é o seu estudo sobre Machado de Assis, a começar pela dedicatória impressa no livro: “Aos caros confrades da Academia Brasileira e Paulista de Letras”. A esta última, também pertenceu. Nela, foi sucedido pelo meu querido amigo, Miguel Reale Jr., companheiro de docência na Faculdade de Direito da USP, parceiro em embates jurídicos como o do enquadramento do antissemitismo no crime da prática do racismo

pelo Supremo Tribunal Federal no caso Ellwanger, e com o qual, no correr da vida, compartilhei atividades políticas na esteira de associações no espaço público da palavra e da ação com Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

A dedicatória aos confrades tem o significado que provém de um fato cultural de maior envergadura: Machado de Assis é o nosso clássico. Alcançou o patamar da permanência, pois, simultaneamente, é um sutil e autêntico intérprete do seu tempo; instiga constantes e distintas interpretações da sua obra, no Brasil e no mundo, e é lido de geração em geração porque, na criativa polivalência do seu texto literário, cada época e seus distintos públicos nele encontram a fruição das suas necessidades de expressão.

É por isso que o nosso fundador e primeiro Presidente vem fascinando os membros desta Casa. Do Conselheiro Lafayette e Alfredo Pujol até os trabalhos publicados neste ano por Sérgio Rouanet e Alfredo Bosi, é múltiplo e recorrente o impulso de escrever sobre Machado de Assis.

A faceta com a qual se preocupou Reale no seu livro de 1982 foi “mostrar o que a inquietação filosófica representou na obra literária de Machado de Assis, fluindo no fundo e na forma”, ciente de que “Filosofia e Arte são irmãs gêmeas, mas falam línguas diversas”, podendo-se, no entanto, esperar “que a primeira nos auxilie a compreender a segunda”.

O livro de Reale é o de um leitor que, com desvelo, frequentou toda a obra de Machado, como indica a antologia filosófica por ele preparada, que integra o seu livro. É o de um pensador aberto que, como era do seu feitio, dialogou com os trabalhos dos que o antecederam no trato do tema, como Afrânio Coutinho, Barreto Filho, Augusto Meyer, Sérgio Buarque de Hollanda, Eugênio Gomes, Raymundo Faoro. É mais especificamente o do estudioso que, com a segurança da sua “robusta organização de filósofo” – para usar palavras de José Guilherme Merquior – mostrou o sentido que teve na obra de Machado o influxo de suas múltiplas leituras de cunho filosófico. Este sentido está contido na sua obra – e é um componente do porquê Machado é um clássico da Literatura Brasileira – mas vai além disso, pois, como conclui com acuidade Miguel Reale, é ao bruxo do Cosme Velho que efetivamente se deve “o fermento crítico injetado no cerne da nossa cultura”.

Unir pensamento e ação, instigado por um fermento crítico, foi o intento permanente do meu antecessor, que se casava com a sua maneira de ser. Por

isso devo, ainda, neste discurso, apontar duas características relevantes do seu percurso, que disso são uma expressão.

A primeira é a recorrente contribuição que, como jurista, deu à elaboração de normas no Direito brasileiro. A mais notável destas contribuições foi a que resultou do seu papel como Supervisor da Comissão Elaboradora e Revisora do Anteprojeto do Código Civil. A esta tarefa, que foi uma empreitada que reuniu vários eminentes juristas, Miguel Reale, liderando-a, dedicou-se durante décadas. Ela chegou a bom termo com a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – a lei do novo Código Civil, que ele qualificava como a “constituição do homem comum”. Não cabe, neste momento, uma discussão deste importantíssimo diploma legal, mas cabe dizer, nesta Casa, que assim como o Código Civil de 1916 está impregnado, como apontei, da visão de Clóvis Bevilácqua, o acadêmico-fundador da Cadeira I4, o Novo Código carrega no seu bojo a inovadora concepção de Direito do meu antecessor. Na elaboração do Novo Código, Reale buscou a proporção real e pessoal *inter homines* de que falava Dante e que, como observei, o marcou. Atento aos fatos sociais, procurou uma atualizada correlação do Código com a sociedade brasileira dos nossos dias. Ao mesmo tempo, ponderou o alcance da *vis directiva* dos valores na experiência jurídica e o seu papel propiciador da expansão não apenas lógica, mas axiológica de um ordenamento legal. Daí, no Novo Código, a relevância normativa atribuída a três valores: a eticidade, a sociabilidade e a operabilidade. Isto está explicitado pela presença de cláusulas gerais de escopo mais amplo, como a da boa-fé e por meio da superação do forte caráter individualista do Código de 1916, pelo reconhecimento do imperativo da sociabilidade, no tratamento dado, por exemplo, à função social do contrato e à natureza social da posse.

A outra característica diz respeito à dimensão de Miguel Reale como filósofo militante, pois, à semelhança de Croce, Ortega, Raymond Aron, Bobbio, Alceu Amoroso Lima – com os quais tinha afinidades –, interveio no debate ético-político das várias circunstâncias históricas do seu tempo. Participou, assim, da agenda pública brasileira. Destaco, nesta linha, os artigos que, nos últimos 25 anos, publicou na grande imprensa brasileira, com realce para os estampados em *O Estado de S. Paulo* do qual foi colaborador até os últimos dias da sua vida. Nestes artigos, boa parte reunidos em livros, Reale, no kantiano “uso público da razão”, pensou os acontecimentos do Brasil e do

mundo. Estes artigos são, para usar a sua própria formulação numa analogia com a música, variações. Representam a unidade da sua reflexão trabalhada pelo repertório de problemas induzido pelos eventos. Exerceu, assim, no pluralismo aberto do seu pensamento maduro, um magistério de reflexão de alto nível na vida brasileira contemporânea.

Registro que, no exercício deste magistério, Miguel Reale enfrentou com elevação a opacidade de um latente, mas persistente “patrulhamento ideológico”. Esta desconfiança de certos círculos e circuitos intelectuais tem basicamente a sua origem no seu passado integralista. Sofreu, em função disso, a “asfixia dos rótulos”, para valer-me do verso de Paulo Bomfim em seu poema “Prece”. O rótulo acompanhou-o injustificadamente em vista da revisão das suas posições iniciada em 1940, com a publicação da *Teoria do Estado e do Direito* e da sua tese de cátedra, *Fundamentos do Direito*, que são os pontos de partida da sua obra madura. O padecimento da “asfixia dos rótulos” foi apontado por Alceu Amoroso Lima, em 1980, com uma compreensão e simpatia que comoveram a Miguel Reale, como consignou nas suas memórias, que são uma esclarecedora narrativa do seu percurso.

- IV -

Franklin Távora, Clóvis, Carneiro Leão são parte integrante do grande legado da Faculdade do Recife, como são o nosso caro presidente Marcos Vilaça e o amigo e confrade Marco Maciel. Miguel Reale e eu somos herdeiros do legado de outro polo histórico de formação da mentalidade brasileira: a Faculdade de Direito de São Paulo. Nas Arcadas de São Francisco, mesclaram-se na trama e na aura da sua tradição, o direito, as letras, a filosofia e a política.

Esta polivalência animou as múltiplas vertentes de membros da Academia Brasileira de Letras desde a sua fundação. Propiciou um cineasta como Nelson Pereira dos Santos e um bibliófilo devotado às letras e à leitura como José E. Mindlin – para mencionar os que se empossaram este ano nesta Casa. Instigou esta admirável criadora que é Lygia Fagundes Telles, que vem desvendando com fôlego inspirador o mar oculto do mundo da ficção.

Esta polivalência pode ser explicada pelo substrato da nossa língua que, com os verbos *ser*, *estar* e *ficar* descomprime as amarras da ontologia e permite lidar com o pluralismo da existência sem as dificuldades hermenêuticas do *sein* alemão ou do *être* francês, como apontou Vilém Flusser que integrou o

Instituto Brasileiro de Filosofia e foi um pensador da relação Língua e Realidade. Do esplendor ontológico da Língua Portuguesa valeu-se nosso confrade Eduardo Portella, em frase famosa, para diferenciar, política e filosoficamente, o estar ministro do ser da pessoa.

Como sói acontecer – para valer-me das virtualidades do verbo soer, poeticamente exploradas por Camões –, esta polivalência da tradição da Faculdade de Direito de São Paulo, que tantos impregnou, também me moldou. É o que verifico ao parar para pensar no meu percurso.

A devoção às letras é constitutiva na minha vida e sua primeira exteriorização é o meu livro *O Judeu em Gil Vicente*, publicado em 1963 com generoso prefácio de Antonio Candido e ofertado, naquela ocasião, à biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Esta devoção foi alentada pelo privilégio de ter sido, em Cornell, aluno de Octavio Paz. No trato amigo com a pessoa e a obra do grande poeta-pensador mexicano, entendi que “A forma que se ajusta ao movimento/é pele – não prisão do pensamento”. Tenho, por isso mesmo, consciência da estranha potência das palavras que Cecília Meireles evocava afirmando que “Todo o sentido da vida/principia à vossa porta”. Daí a minha admiração pelos eminentes criadores e críticos literários do passado e do presente desta Casa – partícipes todos da gesta da palavra, como diria Nélide Piñon.

A dedicação ao Direito — no âmbito do qual, na linha que vai de Grócio a Kelsen, venho associando o Direito Internacional e a Filosofia do Direito – é parte fundamental da minha vida. Integro, desta maneira, uma dimensão desta Casa que está no espírito e na memória da Cadeira I4 que teve como ocupantes Clóvis e Miguel Reale.

No âmbito do pensamento, a Filosofia do Direito e a Filosofia Política, na sua relação de mútua complementaridade, têm sido, por excelência, os campos da minha reflexão. Os dois campos, a partir de suas próprias denominações, colocam um problema de equilíbrio na determinação do seu alcance. Com efeito, como Filosofia, tendem a ser investigação teórica. Entretanto, como Direito e Política são uma atividade prática. É por isso que quem a elas se dedica não deve ser nem exclusivamente teórico nem apenas prático, pois são áreas do conhecimento que constitutivamente postulam o nexos pensamento e ação e se beneficiam, epistemologicamente, da experiência.

A *forma mentis* da reflexão se liga à forma da vida. Esta é uma das razões que explicam uma dimensão do meu percurso: o do intelectual militante. Nesta linha, uma referência constante, desde o meu tempo de estudante, é o confrade Hélio Jaguaribe – querido amigo, permanentemente preocupado com a responsabilidade do intelectual na vida brasileira. O seu livro, de 1962, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, que li instigado por Israel Klabin – meu primo e seu companheiro de toda a vida –, me marcou, porque colocava de forma superior uma questão que me acompanha: como promover a efetiva convergência entre democracia e desenvolvimento? Foi esta questão que inspirou, em 1970, na época dos tempos sombrios do regime autoritário, a feitura da minha tese de doutoramento sobre o Programa de Metas e, subsequentemente, o meu empenho na redemocratização e na luta pelos direitos humanos. Na minha tese busquei mostrar como o Presidente Juscelino Kubitschek, com admirável imaginação política, tolerância liberal e inequívoca capacidade de decidir e mobilizar confiança, logrou conjugar o desenvolvimento econômico com a democracia política descortinando, para o Brasil, um horizonte de progresso e esperanças.

O uso público da razão de um “observador participante” no âmbito da agenda dos debates nacionais, não foi a única dimensão do meu percurso. Como tantos confrades desta Casa, do passado e do presente, transitei do pensamento para a ação. Neste capítulo, a referência familiar foi Horácio Lafer, também um herdeiro do legado da Faculdade de Direito de São Paulo. Dele recebi estímulo para a vida do Espírito – pois foi um homem de inquietações filosóficas e o primeiro que, em livro de 1929, examinou, no Brasil, o significado de Dilthey, Simmel e Husserl. Por isso, integrou posteriormente o Instituto Brasileiro de Filosofia, associando-se à obra cultural de Miguel Reale. Dele, recebi igualmente o estímulo para participar da vida da *polis*. Nele, encontrei – na sua atuação parlamentar e de Ministro da Fazenda do segundo governo Vargas e das Relações Exteriores do governo de Juscelino – um exemplo de como lidar com os instigantes desafios e as duras vicissitudes da vida política.

Integrei, em 1992, um ministério de alta qualidade. Vivi, como chanceler, um grande momento da diplomacia brasileira que foi a Conferência do Rio da ONU sobre desenvolvimento e meio ambiente. Esta conferência, sediada no Brasil por prévia e oportuna iniciativa do confrade José Sarney,

quando Presidente da República – uma das muitas relevantes alterações do rumo que imprimiu à diplomacia brasileira –, consagrou o abrangente conceito do desenvolvimento sustentável, inserindo-o como tema global na vida internacional, conceito cuja relevância nesta era de perceptíveis mudanças climáticas e precária governança global não é necessário realçar.

Compartilhei com Marcílio Marques Moreira, Célio Borja e nossos confrades Hélio Jaguaribe e Sergio Paulo Rouanet o desenho e a execução do compromisso da governabilidade. Este compromisso, por uma ação conjunta do Ministério, logrou credibilidade pública, interna e internacional, para lidar com os desafios do dia a dia em meio a uma crise política de grandes proporções que atingiu o Presidente Collor. Deste modo, contribuímos para que o encaminhamento de uma grave situação tivesse um desfecho no quadro da legalidade democrática.

Ocupei posições de responsabilidade no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Reitero que foi um privilégio intelectual e político ter participado do governo liderado por este querido amigo desde os tempos da USP e do CEBRAP – um governo de inspiração republicana, com sentido de direção, comprometido com a institucionalização da democracia, a valorização dos direitos humanos, a agenda ambiental, a criação de uma inovadora rede de proteção social e voltado para o desafio de se valer da globalização para ampliar o poder de controle da sociedade brasileira sobre o seu próprio destino.

A experiência de Embaixador em Genebra, de 1995 a 1998, e a de Chanceler em 2001-2002 aguçaram a minha percepção de como é inerente à prática diplomática o cotidiano cotejo da nossa perspectiva brasileira sobre o mundo e o seu funcionamento com o de outros países e sociedades. Esta acareação é indispensável para identificar os interesses nacionais, diferenciá-los daqueles dos demais atores que operam na vida internacional para apropriadamente traduzir necessidades internas em possibilidades externas num contexto no qual se movem tanto as forças de cooperação quanto as de conflito. Esta identificação parte de uma visão, de uma ideia, de qual é o bem comum do nosso país. Daí o meu alto apreço pelos membros desta Casa, do passado e do presente, que se dedicaram a pensar o Brasil.

Esta experiência no trato dos contextos históricos internacionais, nos quais se imbrica a história nacional, me ajudou a compreender melhor o

empenho no bem comum do país, tal como se colocou em distintas conjunturas, que norteou os chanceleres que integraram esta Casa – do grande Rio Branco a Afonso Arinos, passando por Lauro Müller, Domício da Gama, Félix Pacheco, Octávio Mangabeira, José Carlos de Macedo Soares e João Neves da Fontoura.

A diplomacia brasileira e a cultura nacional têm vínculos próprios instigados pelo cotejo acima mencionado, inerente à atividade diplomática. Foram discutidos num livro organizado pelo nosso confrade Alberto da Costa e Silva, ele mesmo, como Sérgio Paulo Rouanet, expressões superiores do potencial criativo que une a palavra e a diplomacia. Na apresentação deste livro – *O Itamaraty na Cultura Brasileira* – na qual colaboraram os confrades Alberto Venancio Filho, Afonso Arinos de Mello Franco, Antonio Carlos Secchin e Ivan Junqueira, realcei que, a despeito da variedade das personalidades e das obras discutidas, têm todas em comum o tema da identidade, projetando uma busca constante do que é o Brasil. Por isso mesmo, na dialética nacional/universal do processo da cultura, expressam o que Haroldo de Campos qualificou de movimento dialógico da diferença. Guimarães Rosa, para dar, lembrando Ana Maria Machado, o recado do nome, dizia: “Aprendi línguas estrangeiras apenas para enriquecer a minha própria.”

Falei em movimento dialógico da diferença. Como observou Norberto Bobbio, a política divide; a cultura une, pois a política vive do conflito e a cultura vive do diálogo. Esta afirmação em *Il dubbio e la scelta* – um dos mais argutos livros sobre os intelectuais e o poder na sociedade contemporânea – me vem à mente ao pensar a sabedoria com a qual Machado de Assis, no seu discurso de posse na presidência desta Casa, em 1897, colocou como objetivo “conservar, no meio da federação política, a unidade literária”. No seu discurso de encerramento das atividades da Academia, em dezembro de 1897, ao tratar do programa de atividades, Machado disse que nos cabia “trabalhar pela extensão das ideias humanas”.

Este trabalho, de natureza institucional, a ser desenvolvido no pluralismo de nossas perspectivas e sensibilidades individuais, penso eu, passa por um empenho numa política de cultura, vale dizer, para continuar com a lição de Bobbio, pela dedicação e defesa das condições de existência e do desenvolvimento da cultura, como um programa de ação estrategicamente voltado para a preservação da liberdade. Isto requer uma cultura livre, não tolhida por impedi-

mentos materiais e políticos. Exige espírito crítico, para não transformar a palavra em precária sapiência profética; empenho na veracidade, para resistir à mentira e ao engano e vocação de probidade, no rigor do método e na seriedade que deve proceder o criar, o julgar e a tomada de posição.

Expliquei experiências. Tratei de conceitos. Articulei a narrativa de percursos. Encerro com os afetos. Relembro meus pais – Betty e A. Jacob Lafer –, já evocados neste discurso, que sempre afetuosamente me apoiaram e a quem devo o que sou. Penso nos que me cercam no cotidiano com amor, estímulo e carinho: Mary, minha mulher, tradutora de Hesíodo, professora de Língua e Literatura Grega na USP, que reforça o vínculo das letras, povoando o nosso dia a dia com a presença do mundo clássico; Manuel – Manu, meu filho, médico pediatra de dedicado espírito público, criador de música e de letras de sopro poético; Inês, minha filha, psicóloga de formação, empenhada em atividades de cunho social, voltada para a efetivação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes; Tiago, meu caçula, estudante universitário, de múltiplos interesses e fina sensibilidade, com o qual dialogo sobre o pluralismo da existência, dele ouvindo pertinentes citações de Shakespeare. Penso na minha irmã, Marina, herdeira e continuadora, como eu, do belo legado de nossos pais.

Olho para a fotografia, tirada no início do século XX na Rua XV de Novembro 10, em São Paulo, do meu bisavô Selman Lafer sentado de sobrecaçaca, cercado pelos seus filhos e sua mulher, e ouço o “solução de vida” que dele provém. Escuto, neste solução, a narrativa de quem veio para o Brasil, da restrita e pequena comunidade judaica de Podzelwa, da Lituânia, na última década do século XIX, por iniciativa de seu sobrinho Maurício F. Klabin – o pioneiro da minha grei, que desembarcou em Santos em 1890 e abriu, com o seu talento, horizontes para toda a família. Imagino que Selman Lafer, como caixeiro-viajante e representante comercial da então modesta empresa Klabin Irmãos & Cia., não terá notado a fundação da Academia Brasileira de Letras na qual hoje o seu bisneto se empossa. Penso também nas “estórias” da minha família mais ampla – que hoje, para minha alegria, me acompanha nesta cerimônia – e que na passagem das gerações, superando os desafios da imigração e da necessidade encontrou, ao enraizar-se no Brasil, um espaço de liberdade para empreender e criar tantas coisas em tantas áreas na vida nacional. Penso, concluindo, no que diz o *Pirkei Avot* – a *Ética dos Pais* – quando compara as ações às raízes das árvores e a sabedoria às suas folhas, indicando que quando sopra o vento das tempestades são as raízes e não as folhas que sustentam a árvore.

II

RESPOSTA DO SR. ALBERTO VENANCIO FILHO

Numa noite de março de 1978, em instituição cultural de relevo e mais antiga, o Instituto dos Advogados Brasileiros, tive o privilégio de vos receber e examinar aspectos da obra do jurista e do cultor do Direito.

Já então a vossa obra se estendia em matérias afins, a teoria política, a Sociologia e as relações internacionais, e o vosso interesse era atraído, especialmente, para Direito Internacional Público, que seria de serventia na futura atuação internacional como Embaixador do Brasil e Ministro das Relações Exteriores.

Cabe mencionar dessa fase o texto de vossa autoria “Ordem, Poder e Consenso, Caminhos do Direito Internacional”, incluído em 1975 no volume *As Tendências Atuais do Direito Público*, que tive a honra de organizar com o saudoso Professor Celso de Albuquerque Mello, em homenagem ao grande Acadêmico e meu preclaro Mestre Afonso Arinos de Melo Franco, no qual colaboraram os Acadêmicos Cândido Mota Filho e Hermes Lima e os futuros acadêmicos Evaristo de Moraes Filho e Pontes de Miranda.

Ao vos saudar naquela cerimônia, já se estabelecera amizade iniciada 12 anos antes no prédio da Fundação Getúlio Vargas na Praia de Botafogo. Dirigia eu o Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED), iniciativa pioneira e inovadora da metodologia do ensino do Direito e cuja repercussão se projetou por outros Estados.

Recebíamos a visita de jovens professores de Direito da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, que pretendiam iniciar trabalho semelhante. Foram dois dias de intenso proveito intelectual e do grupo

impressionou-me pela inteligência e pela cultura, o mais moço, Celso Lafer, daí surgindo laços de sólida amizade.

Quando mais tarde, em 1973, fui para São Paulo realizar pesquisas nos arquivos e na biblioteca da Faculdade de Direito, com vistas à preparação do livro *Das Arcadas ao Bacharelismo*, socorri-me de vossos préstimos. Recordo-me do almoço que me oferecestes no Automóvel Clube, presentes alguns de vossos amigos, figuras expressivas da intelectualidade paulista: Alcides Jorge Costa, Fábio Konder Comparato, Antônio Angarita Silva, José Gregori, Tércio Sampaio Ferraz, e o mais atuante de todos, o vosso pai Dr. A. Jacob Lafer, figura importante na vossa formação, que impressionava pela forte personalidade e com quem aprendestes que “pensar é pensar em profundidade”, e que com sua mãe D. Betty, grande incentivadora de vossos trabalhos, recentemente falecida, constituía um casal harmonioso.

Assim, ao cabo de 40 anos de convívio, aliado à amizade e admiração, tenho a satisfação de recebê-lo na Academia.

Ao ingressar na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a precocidade se revelou logo. Em aula de Direito, os alunos se agitavam entre pendências ideológicas e nomes como Celso Furtado suscitavam discussões. Pedistes a palavra, e com precisão e conhecimento, para surpresa do mestre e dos colegas, fizestes uma apreciação pertinente e crítica da obra de Celso Furtado. Revelastes já o traço marcante de sua personalidade, o exercício da capacidade de julgar e a faculdade de ver os fatos na exata perspectiva.

Na escola do Largo de São Francisco, dois mestres vos influenciaram fortemente, um, no início do curso, outro, ao seu término. Em primeiro lugar, Goffredo Telles Júnior, espírito aberto a todas as tendências e a quem a Academia concedeu o Prêmio Senador José Ermírio de Mores pelo livro *A Folha Dobrada*; outro, ao final do curso, detentor da cadeira que hoje ocupais na Faculdade e seu antecessor nesta Casa, o nosso saudoso confrade Miguel Reale.

Outra influência marcante foi Horácio Lafer, que chamais carinhosamente de tio, primo-irmão de vosso pai. Com a singularidade de ambos terem ocupado a pasta das Relações Exteriores, desde menino convivestes com ele, acompanhando vossos estudos e prestigiou vossas iniciativas em longas conversas sobre Filosofia, livros e vida política.

Iniciastes ao mesmo tempo com o curso de Direito, os estudos de Teoria Literária com o Professor Antonio Candido, cuja presença permanente entre nós tanto nos alegrará, que se tornou seu grande amigo, mestre e conselheiro até os dias de hoje. O entusiasmo pelos estudos foi grande, leitura até altas horas da noite, desinteresse por outras atividades, que levou os pais preocupados a consultar o professor, que comentou: “Na minha atividade de professor, tenho sido solicitado por pais empenhados em que os filhos estudem mais. Pela primeira vez me pedem que o aluno estude menos.” Ainda estudante universitário, redigistes dois trabalhos de crítica literária, *O Judeu em Gil Vicente* e *O Problema dos Valores em Camões*. No primeiro, ao estudar a figura do judeu como personagem, Gil Vicente confirmava um modelo de relacionamento dos judeus com a sociedade em período da história. Também analisavas o judeu tal qual aparece no contexto imaginário da obra de Gil Vicente. O estudo de uma obra característica de determinada época deve traçar as coordenadas do ambiente histórico; a época em que viveu Gil Vicente foi a transição entre a Idade Média e o Renascimento e início de sua transformação, e Gil Vicente comportou-se como autêntico espírito medieval. Assim, a partir de concepção de mundo, pode-se figurar o judeu na obra de Gil Vicente como concebendo dois mundos: o sagrado e o humano. No primeiro, o judeu não encontra espaço, porque é religiosamente um ser imperfeito; no segundo, é analisado como um dos membros da sociedade portuguesa e defendido contra os ataques da intolerância.

Analisastes os autos em que a figura do judeu está mais retratada: *O Auto da Barca do Inferno*, *Inês Pereira*, *Juiz da Beira* e *Auto da Lusitânia*, examinando em cada um deles os vários comportamentos do personagem.

Da obra de Gil Vicente, segundo seu exame, comprova-se que o judaísmo peninsular caracterizou-se completamente diferente de outras partes do mundo e de como a literatura expressa essa situação.

O estudo *O Problema dos Valores nos Lusíadas (Subsídios para o Estudo da Cultura Portuguesa no Século XVI)* já revela pelo subtítulo a extensão do tema. Considera, em primeiro lugar, que dentre as manifestações artísticas do Renascimento a que melhor captou esta complexa realidade foi a Literatura e dentre os gêneros literários a épica; e como característica dos fundamentos dessa realidade a burguesia comercial na ordem socioeconômica, a razão de Estado na ordem política e o empirismo na ordem cultural, Portugal realizou a expansão ultramari-

na e as grandes navegações foram uma grande empresa racional, quanto aos seus meios, e racional, quanto aos seus fins. Mostrastes como a experiência, fundamento das grandes navegações, foi a tônica dominante em *Os Lusíadas*.

Dois outros aspectos nessa análise dos valores foram o conceito do trabalho e a ideia do encantamento, pois o Renascimento destacou a dignidade do trabalho, ao ressaltar a atividade do homem no domínio da natureza; o encantamento com o trabalho, relacionado com o dinheiro e o valor que Camões dá ao dinheiro na vida dos homens. Aduzistes neste trabalho uma comparação entre Camões e Maquiavel, ambos desejando a alteração das situações nacionais. Maquiavel pretendeu auxiliar o Príncipe a atingir o bem comum e Camões cantou os feitos da grande empresa portuguesa, visando através do exemplo acordar o povo.

Mostrastes que Camões propôs cantar os grandes feitos portugueses, mas partindo de uma visão indutiva e não de um sistema de valores absolutos. Os valores são relativos e só podem ser referidos à História. Entretanto, Camões escreveu numa época de declínio da expansão ultramarina e duvidou de seus próprios valores. Para o problema de perplexidade diante do Cosmos, encontrou duas soluções, típicas do Renascimento: o apelo à Providência Divina e à Fortuna (como Maquiavel) e a busca do Paraíso à margem da história (como Thomas Morus).

Após longo exame, concluístes:

As contradições do poema são as contradições do seu século e desta conclusão podemos inferir a marca de sua universalidade, pois *Os Lusíadas* não são exclusivamente o canto da nacionalidade que então se estruturava, mas também uma meditação sobre os valores.

Comentando os dois ensaios, dissestes do propósito de prosseguir na análise do Brasil a partir de suas fontes portuguesas. Os anos reforçaram a convicção de que esta via é relevante. O Brasil e, de resto, toda a América não é apenas o resultado da expansão ultramarina do universo econômico europeu, mas também projeto e projeção de uma consciência utópica. Esta curiosa junção de utopia e pragmatismo que apontastes em *Os Lusíadas* talvez possa ser considerada como elemento binário importante para entender as linhas mais profundas que regem a História do Brasil desde a descoberta e que, reforçados pelos ilustrados que forjaram a Independência, estende-se até hoje.

Ao comentar o trabalho sobre Gil Vicente, Mestre Antonio Candido diria:

Poucas vezes um estudioso tão jovem terá começado tão bem a sua produção quanto Celso Lafer com esta monografia sobre o judeu na obra de Gil Vicente. Um gosto acentuado pela investigação; a inteligência atilada para penetrar nos textos; certa ousadia no manipular os dados; a extrema vivacidade da exposição. Eis alguns traços que desde logo predispõem o leitor favoravelmente e que ocorrem em todo o desenvolvimento do trabalho.

Desejo assinalar, sobretudo, a combinação do discernimento histórico e do senso literário, que formam a base do método deste estudo, dando-lhe alcance e solidez. É, aliás, evidente que o autor visa a um dos ideais do estudioso de literatura: a utilização simultânea da percepção artística e do discernimento histórico.

Agora uma nota pessoal, quem me chamou a atenção para este estudo sobre os Valores há muitos anos, destacando-lhe os méritos, foi meu saudoso amigo e o futuro confrade Celso Cunha.

Ao terminar o curso nas Arcadas do Largo de São Francisco, vários caminhos se lhe abriram: na advocacia, com Rubens Gomes de Souza e Alcides Jorge Costa; nas atividades empresariais em empreendimentos familiares e nas Indústrias Klabin; na crítica literária, com a vocação revelada nos dois ensaios. Mas o caminho trilhado, atraído pelos desafios da teoria política, foi a realização, estimulada pelo espírito amigo de Hélio Jaguaribe, de curso de pós-graduação em Ciência Política na Universidade de Cornell. Por melhor que tivesse sido sua formação anterior, não foi reduzido o impacto daquele ambiente universitário. No campo especificamente jurídico, cabe lembrar a marcante influência recebida de Herbert Briggs, professor de Direito Internacional Público, mas as vossas inquietações intelectuais encontrariam diálogo em figuras da mais alta expressão intelectual, Octavio Paz e, especialmente, Hannah Arendt.

E foi com interesse e curiosidade que matriculastes no curso que Hannah Arendt iria ministrar como professor-visitante no semestre acadêmico do ano de 1965. Ingressaram cerca de 20 participantes no curso de Hannah Arendt – Governo 561, no nível de doutorado, e o curso foi conduzido na forma de seminário semanal de duas horas, reunidos na sala da biblioteca da universidade.

A personalidade de Hannah Arendt desde logo impressionava. Uma indumentária discreta, mas elegante, com aparência forte, mas feminina de uma senhora madura, uma presença pessoal e rigorosa e uma frase, cujo sotaque revelava em inglês a presença latente do alemão.

As propostas dos cursos eram fascinantes, entre elas, Política e Filosofia, incluindo estudo de Platão, Padrões Morais da Política, a Transição Cristã de Santo Agostinho e o estudo de São Tomás de Aquino e Maquiavel, a “Filosofia Política do Século XVI”, as “Revoluções Americana e Francesa” através do texto do *Federalista* e Montesquieu e Rousseau, “O Juízo como a Grande Faculdade Mental”, “Hegel e o seu Conceito de História”. Esses cursos seriam desenvolvidos na forma de duas perguntas: O que é autoridade; o que é história? E finalmente, dois cursos contemporâneos: “Experiências Políticas do Século XX” e “O Regime Totalitário”.

Esta exposição inicial deixou a todos deslumbrados, e foi difícil a escolha, que afinal se concentrou nas experiências políticas do século XX. Após uma parte geral introdutória com leituras básicas, esses estudos teóricos eram entremeados com os poemas de Brecht e René Char, romances de William Faulkner e Thomas Mann, tudo foi discutido no seminário e por ela comentado no contexto das grandes categorias e ideias básicas que compõem a linha mestra de seu pensamento.

Hannah Arendt permitia e incentivava o contato e o diálogo, também fora de aula, e com ela discutistes vários temas como a relação entre a Arte, a Política, e a Filosofia política. Tentastes uma discussão sobre o *Dr. Fausto* de Thomas Mann, e tentando convencê-la da importância de Guimarães Rosa, mas a tradução para o inglês de *Grande Sertão: Veredas* não ajudou na empreitada.

Ouvia com boa vontade as vossas preocupações intelectuais e os temas de vossos estudos e investigações, os mais próximos, como o judeu em Gil Vicente, até os mais distantes como as relações do sistema político brasileiro da Presidência Kubitschek.

E nesse contato não se limitava ao campo intelectual para alcançar o cotidiano. Numa tarde de inverno, não se furtou em ponderar com tato, mas com firmeza que o tamanho da vossa barba crescera em demasia, e não contribuía para a estética, o que levastes a apará-la imediatamente, na convicção antecipada de que a aparência coincide com o ser, como mencionou em um dos seus livros.

Vossa tese de doutoramento *JK e o Programa de Metas*, aprovada pelo Departamento de Governo daquela universidade em 1970, mas só publicada em português em 2002, examinava o sistema político brasileiro e o processo de estruturação do planejamento econômico, a partir da análise do Programa de Metas do Presidente Kubitschek. Na apresentação do Programa de Metas e das soluções utilizadas, chamou vossa atenção o uso criativo pelo governo Kubitschek dos mecanismos existentes no âmbito da organização do Estado brasileiro. Assim, a chamada administração paralela – integrada por órgãos tais como o BNDE, a CACEX, a SUMOC e os Grupos Executivos – conseguia controlar a execução do Programa de Metas, afastando a inércia da máquina administrativa tradicional.

Voltastes à teoria política em 1975 com o livro *Sistema Político Brasileiro*, análise teórica do problema e estudo da realidade política brasileira, com críticas severas ao regime militar e que mereceu de nosso saudoso confrade Raymundo Faoro a expressão de tratar-se de um livro de coragem.

De retorno ao país, a vocação do ensino logo se revelou ao ingressar no magistério de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito de São Paulo. Tivestes o interesse voltado para tema novo, o Direito Internacional Econômico, do qual nos aproximamos pelo estudo afim do Direito Público Econômico.

Dizia o nosso confrade Afonso Pena Júnior, ilustre jurista e autor da grande obra de crítica de atribuição, *A Arte de Furtar e seu Autor*, que “a literatura jurídica brasileira era basicamente dedicada ao óbvio”. Os autores examinam a lei e passam a comentar literalmente artigo por artigo, sem atentar para os problemas que os dispositivos legais apresentam.

Ao contrário, escolheste um caminho pioneiro ao apresentar tese sobre *Da Reciprocidade no Direito Internacional Econômico – O Convênio do Café de 1976*, o Direito Internacional Econômico, ramo novo do Direito Internacional. Este, vigorando há vários séculos, se limitava ao exame das relações dos Estados, os tratados internacionais e a prática costumeira das conferências. Já o Direito Internacional Econômico, setor renovador, ocupava-se dos problemas econômicos nas relações dos Estados.

Não é preciso apontar a importância que o café tinha em nossa pauta de exportação, e que fizera a grandeza do Estado de São Paulo, e, assim, a escolha era óbvia. Tratava-se, ademais, de importante assunto na agenda

norte/sul, em cuja raiz se encontra a questão da assimetria na distribuição de poder entre os membros da comunidade internacional.

A regulamentação do produto se fez inicialmente na ordem interna, através do Convênio de Taubaté em 1906, em que os três Estados – São Paulo, Minas e Rio –, sem interferência do Governo Federal, realizaram o primeiro plano de controle da produção, com manifestação expressiva do federalismo dual.

No âmbito internacional, a partir do Convênio Interamericano do Café firmado em Washington em novembro de 1940, os convênios de 1962, renovados com algumas modificações em 1968, são os antecedentes diretos do convênio de 1976. Colocava a tese como pano de fundo os princípios que regem as relações internacionais do conflito e da cooperação e sobre esse prisma os acordos internacionais que se baseiam nesses princípios.

O Convênio de 1976 mereceu uma análise profunda, em estudo extremamente original. Para enfrentar o assunto, não foi possível ficar apenas nas normas do Convênio, mas debater o contexto dos pressupostos da economia, das relações internacionais e da política.

Tive a feliz oportunidade de assistir à vossa defesa de tese, em que o candidato se portou com grande competência, merecendo a nota máxima. É preciso registrar que na banca examinadora se encontrava renomado professor, jurista ilustre, mas adepto de uma concepção conservadora do Direito Internacional, e em argumentação cerrada quis demonstrar que a tese não era de direito. O candidato, com calma e tranquilidade, contestou de forma cabal esta afirmação, que não se coadunava com as novas tendências que o Direito Internacional apresentava.

O livro resultante da tese para a cadeira de professor-titular tem o título *A Reconstrução dos Direitos Humanos (Um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt)*, e dedicado “a Miguel Reale, a Goffredo Teles Júnior e a Vicente Marotta Rangel, professores e amigos, patronos da minha carreira universitária na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo”.

Esta tese representava nítida evolução na carreira universitária. A primeira sobre o sistema político, estudo monográfico de período chave para o entendimento da modernidade do Brasil, no qual o desempenho econômico se mesclava com a política.

A segunda tese, o estudo do *Convênio Internacional do Café*, representava o alargamento de escopo, com passagem da ordem interna para a internacional, tendo como tema subjacente o destino do Brasil. Se, na primeira, se cuidava do relacionamento entre o desenvolvimento econômico e a democracia em nosso país, na livre docência ocupou-se com os caminhos de sua inserção internacional, na linha de trabalhos posteriores.

A terceira se situa num plano de maior abstração, uma passagem do mais específico para o mais genérico. Tendo como ponto de partida o pensamento de Hannah Arendt, a tese examina as condições e possibilidades da afirmação dos direitos humanos. Colocava-se, portanto, na interação da Filosofia do Direito com a teoria política, dentro da linha interdisciplinar que caracteriza todos os vossos trabalhos.

Convém assinalar que, enquanto o mestre Antonio Candido apresentou o prefácio do primeiro livro, agora assinava a orelha e mostrava como, nesses 25 anos de pensamento, a linha mestra permanece a mesma.

Como jurista, ensaísta e pensador, uma das suas características tem sido o interesse por temas que lhe permitam ressaltar a dignidade do homem e a crítica aos fatores que envenenam as relações das sociedades.

Em todos os seus escritos, Celso Lafer tem sabido combinar as exigências específicas da Literatura, Política, Direito e Filosofia, com a larga visão humana que anima a sua decidida posição liberal.

Na introdução do livro, há referência ao critério que Isaiah Berlin adotava, comentando verso do poeta grego Arquíloco, “muitas coisas sabe a raposa, mas o ouriço uma grande”, para classificar escritores e pensadores, diferenciando a partir de traços de sua obra.

Há os que se relacionam com uma visão unitária e coerente que funciona com o princípio organizador básico no que pensam e percebem. São os ouriços, que assim articulam uma visão centrípeta da realidade.

Outros, ao contrário, se interessam por várias coisas, perseguem vários fins e objetivos, por vezes não relacionados ao mesmo contraditório, cuja interconexão não é óbvia nem explícita. São as raposas que dessa maneira exprimem uma perspectiva pluralista da realidade. Pode-se concluir que Celso Lafer pertence à categoria das raposas, pela amplitude de conhecimentos, pela visão ampla do pensamento e pela curiosidade intelectual.

A discussão sobre a obra de Hannah Arendt apresenta uma variedade de perspectivas; aos que apontam um pensamento moderno; outros sublinham a filiação à tradição do pensamento político republicano; outros a classificam com uma expressão do Existencialismo; alguns realçam a presença de Heidegger, outros preferem chamar a atenção para o legado de Aristóteles e Kant. Persistem leituras neoconservadoras, às quais se contrapõem as esquerdas de resistências revolucionárias, como também mencionou que deve a herança marxista. Em síntese, mencionastes que a obra de Hannah Arendt permanece instigante, como um extraordinário ativo intelectual.

Assim, nos mais diversos quadrantes culturais vêm surgindo interpretações novas e, por vezes, bastante contrastantes da sua obra.

A vossa tese representa um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt, mas apresenta originalidade de pensamento, ao destacar o tema dos direitos humanos.

Analisa o primeiro grupo de direitos, considerado inicialmente os direitos individuais inatos, depois os direitos de segunda geração, os direitos de crédito, de feição social, e, afinal, os direitos da terceira geração, representado pela família, o povo, as coletividades.

Na apreciação dos direitos humanos, considera a cidadania como o direito a ter direitos, pois sem ela não se constrói a igualdade que requer o acesso ao espaço público. Também aponta a repressão ao genocídio como um crime contra a Humanidade, crime estruturalmente ligado à gestão totalitária e a ofensa a esses direitos.

Nesta ótica, importância especial é dada ao direito de intimidade como parte integrante do direito da personalidade, tutela o direito do indivíduo de estar só, e a possibilidade que deve ter toda pessoa de excluir do conhecimento de terceiros aquilo que dela difere e que diz respeito ao seu modo de ser no âmbito da vida pessoal.

A postulação do direito da intimidade é uma consequência da nova realidade social contemporâneo, devido à interferência crescente na esfera da vida privada por parte do poder público, e de outro modo, a possibilidade de terceiros se intrometerem no âmbito da intimidade das pessoas.

De volta ao Brasil quisestes partilhar com amigos e professores o conhecimento de Hannah Arendt, e dispusestes a trabalhar seriamente na divulgação entre nós da sua obra.

Promovestes a publicação do livro *Entre o Passado e o Futuro* para o qual escrevestes o prefácio.

Ao receber o livro, ela escreveu:

Tentei o melhor para tropeçar através de sua introdução, mas apesar disso só pude ler um pouco, com o auxílio do meu latim, o que não é suficiente para entender o texto. Mas tenho confiança e muito agradeço.

Em 1973 seria publicado pela Editora Perspectiva *A Crise da República*, e em janeiro de 1974 recebestes a última carta agradecendo a remessa do livro. No ano seguinte, terminastes a redação do prefácio para o volume *Antissemitismo e Instrumento de Poder*.

Por ocasião da sua morte, escrevestes sob o calor da emoção para *O Estado de S. Paulo*, necrológio sobre a trajetória de sua obra. Em 1978 para o livro *A Vida do Espírito* realizastes mais um estudo, todos reunidos no volume *Hannah Arendt, Pensamento, Persuasão e Poder*.

Outra grande influência que recebestes foi a de Norberto Bobbio, pensador italiano, que viveu na segunda metade do século XX.

Tivestes com ele grande coincidência de pontos de vista, seja na visão da Política, do Direito e da Filosofia, e considerastes que poucos estudaram tão bem o tema da democracia, quantos foram aptos na crítica ao Socialismo, sem ser um antissocialista, e poucos fizeram uma análise das insuficiências do Marxismo, sem nenhum antimarxismo.

Cultivou Bobbio como professor de Filosofia do Direito e de Política, pontos de vista do Estado e do Poder relevantes para o entendimento dos complicados problemas do convívio humano. Para ele, a tarefa do intelectual é de agitar ideias e suscitar problemas, enquanto a do homem da ação é a de tomar decisões. Portanto, este escolhe e a escolha pode obrigá-lo no limite a correr os riscos de optar por caminhos futuros. Já o intelectual pode-se permitir a paciência existencial da dúvida metódica, com o objetivo de tentar, através do pensamento, desatar os nós inerentes à consciência coletiva.

O estímulo intelectual que a obra de Bobbio teve para vós, tanto no campo acadêmico quanto no posicionamento político, decorreu tanto na leitura do livro como nos diálogos que mantivestes em Turim com ele, e depois

no encontro em 1982 no Brasil. Tornastes um grande vulgarizador das suas obras e prefaciador de muitas delas no Brasil.

A recepção da obra de Bobbio no Brasil se deu inicialmente no campo jurídico, quando vosso ilustre antecessor, em 1953, na primeira edição de *Filosofia do Direito*, discutia os campos da investigação dos fenômenos jurídicos.

Os trabalhos de Filosofia do Direito tinham um campo muito mais amplo, pois era o jurista que parou para pensar nos problemas jurídicos, e suas respostas precisas e rigorosas se tornaram fonte de referência fundamental para o mundo jurídico.

Reformulou a ideia de que poder e norma são duas faces da mesma moeda, dado o paralelismo entre os dois requisitos da norma jurídica, justiça e validade, e os dois requisitos do poder legitimidade e legalidade.

Nesse contexto, a recepção da obra de Bobbio para setores mais amplos da sociedade ocorreu também no Brasil. E pode ser acentuado pelo prestígio das várias reedições que tinham por base as carências teóricas da ciência política no Brasil e que essas obras tiveram a virtude de preencher.

Em 1982, em viagem ao Brasil, realizou-se um encontro em Brasília, onde foram apresentadas várias contribuições sobre a obra de Bobbio. E por vosso intermédio veio dar conferências na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Mantivestes correspondência com Norberto Bobbio, que em comentário à versão de vossa exposição em Brasília, dizia:

Para mim é difícil falar, pois sou um juiz muito severo daquilo que escrevo, para deixar-me convencer pelos que me elogiam. Entretanto, agrada-me a ideia de que seu ensaio possa tornar-se conhecido no Brasil no meu livro, que teve o menor sucesso na Itália.

Escrevendo sobre ele, escolhestes, como foco da análise, o relato de sua experiência como professor, para realçar a ética no ensinar a escrever e que caracterizou a sua presença num mundo cultural e político.

E Bobbio na análise do seu livro, assim respondeu em carta:

A análise que você fez de meu livro não poderá ser mais completa, estou particularmente satisfeito com a referência à lógica deontica, que no mais não foi tratada pelos resenhadores italianos, para os quais a lógica deontica é simplesmente uma disci-

plina completamente ignorada. Apenas um leitor como você poderia deter-se com atenção particular sobre minha troca de correspondência de Carl Schmit a qual, sem dúvida, constitui um episódio curioso da minha vida.

Norberto Bobbio examina que uma das características de seu pensamento é o esforço de examinar as coisas na sua inteireza; é o rigor da análise e conceitos; é a clareza consistente no estudo dos problemas.

Ao analisar o problema da razão da história, Bobbio vale-se de três imagens: a da mosca na garrafa, a do peixe na rede e a do labirinto. Para uns, a tarefa é ensinar a mosca a sair da garrafa, para outros, homens são como os peixes colhidos na rede do pescador. Os peixes debatem-se buscando uma saída.

Tanto Hannah Arendt como Norberto Bobbio inspiraram vossos estudos dos direitos humanos.

A preocupação com os direitos humanos se acentuou com o término da II Guerra Mundial e teve marco significativo com a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos do Homem, relatada pelo jurista francês René Cassin e na qual teve atuação destacada o nosso confrade Austregésilo de Athayde.

Cabe estabelecer uma observação sobre os critérios de interpretação dos direitos humanos. Os direitos humanos são representativos de uma grande mudança na concepção da organização da vida coletiva, como assinalou Bobbio na passagem da perspectiva do dever do súdito para a perspectiva do cidadão. Por essa razão, sua interpretação deve partir da compreensão de que, numa democracia, só os direitos humanos legitimam o sistema político. E por esse motivo, a interpretação dos direitos humanos deve ter como critério favorecer sempre, em todo caso concreto, da melhor forma possível, o conteúdo do direito tutelado pela lei.

Algumas conclusões podem ser tiradas desses estudos:

a) a ver na cidadania um “direito a ter direitos”, b) qualificar o genocídio como crime contra a Humanidade, c) a sublinhar a importância do direito da associação, inclusive como de resistência à opressão, d) insistir na clássica importância da distinção entre público e privado, para tutelar o direito à intimidade.

A vossa atuação na matéria não foi apenas teórica, mas de caráter prático, quando do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, de *Habeas Corpus* n.º 82.424/RS, referente a um editor em Porto Alegre que se dedicava de forma sistemática a reeditar livros de nítido antissemitismo. Por essa conduta, foi condenado por crime de racismo e se discutia no caso se antissemitismo constituiria crime de racismo.

O Supremo Tribunal Federal analisou amplamente a matéria. Inicialmente o voto relator – Ministro Moreira Alves – foi de que os judeus não constituíam uma raça, e não se podia qualificar o crime como de racismo. O voto vencedor do Ministro Maurício Corrêa, apontando que não se reconhece qualquer subdivisão de raça humana, mas que o racismo persiste como fenômeno social e em consequência houve, no caso, prática de racismo. Participastes do processo como *amicus curiae* e elaborastes parecer que teve ampla citação por vários ministros.

O tema do liberalismo mereceu também a vossa atenção e nos vossos livros *Ensaio Liberais* e *Ensaio sobre a Liberdade* são expostos os temas sobre a questão, concluindo que não se deve falar em liberalismo no singular, mas liberalismos no plural, pela variedade de vertentes que apresenta.

O chamamento para o serviço público se deu em 1992, quando fostes convidado para exercer o Ministério das Relações Exteriores, gestão curta, devido ao impedimento do Presidente Fernando Collor de Melo, mas, entre outras tarefas, presidistes com grande êxito a Conferência Eco-92.

Ministro das Relações Exteriores na ocasião, chegastes à conclusão, juntamente com os Ministros Célio Borja, Marcílio Moreira e Sergio Rouanet, diante da crise institucional, que os ministros, para o bem do país, deveriam manter-se nos seus cargos, e tentar manter a governabilidade. O documento então elaborado permitiu uma transição fácil e harmônica quando do impedimento presidencial.

O documento denominado “Comunicado à Nação”, conhecido como o Compromisso de Governabilidade, dizia, basicamente, que o Ministério ficaria no seu posto até o desfecho da crise, colaborando para manter indispensável governabilidade do país, tendo em vista o objetivo maior de contribuir para que a situação fosse resolvida, no âmbito da Constituição e das instituições democráticas.

Na pasta das Relações Exteriores que ocupáveis na crise, traduziu-se no esforço constante em sustentar a credibilidade internacional do país. Em conversa com representantes de países estrangeiros, afirmastes que o desfecho da situação fortaleceria a democracia e teria um papel relevante da consolidação das instituições e na autoconfiança da cidadania. Assim, ao transmitir o cargo ao Senador Fernando Henrique Cardoso, apontastes com satisfação pública que a maturidade institucional revelada pelo Brasil credenciava internacionalmente o país no campo dos valores, no qual saberia valer-se da condição do Itamaraty.

A repercussão pessoal não foi diversa. Comentou-se, na época, que alguns alunos puseram uma faixa na Faculdade, dizendo “Volta”, o que era uma manifestação crítica, mas muito carinhosa e gentil.

O presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, em carta à *Folha de S. Paulo*, disse:

“O Sr. foi um grande Ministro e demonstrou sua competência na conferência do Rio etc. e tal, mas agora vamos dar a volta.” Não fugistes da conversa com seus alunos. Chamastes a diretoria do Centro Acadêmico e prestastes contas do porquê do documento da governabilidade, e ao retornar à Faculdade recebestes cerimônia muito simpática.

Em 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso vos convidou para chefiar a Delegação do Brasil junto aos Organismos da ONU em Genebra. Vossa atuação foi relevante e no curto período de dois anos fostes eleito para a Presidência do Órgão de Solução de Controvérsias e para a Presidência do Conselho Geral. Sobre Solução de Controvérsias, proferistes conferência em 1996 na “Gilberto Amado Memorial Lectures”, homenagem anual que a Comissão de Direito Internacional da ONU presta ao nosso ilustre confrade. Nesta conferência, examinastes a importância do papel de Gilberto Amado na Comissão, participante da criação da Comissão, da redação do seu estatuto e membro até o falecimento.

Uma referência à trajetória de Gilberto Amado nesta Casa. Candidato aos 27 anos, recém-chegado ao Rio de Janeiro e já com destaque na imprensa, foi vitorioso Antônio Austregésilo em 1914, com um voto de diferença. Cinquenta anos mais tarde, em 1963, seria eleito para a vaga de Ribeiro Couto em votação unânime e consagração nacional, recebido por expressivo discurso de Alceu Amoroso Lima.

Dessa experiência diplomática proveio o livro *A OMC e a Regulamentação do Comércio Internacional – Uma Visão Brasileira*. Em outros estudos, tratastes do tema, apresentando etapas de um “parar para pensar” o significado das novas vertentes da OMC.

Após um curto período como Ministro do Desenvolvimento, voltastes ao Itamaraty num trabalho incessante da diplomacia itinerante. Os dois volumes *Mudam-se os Tempos* espelham esta atividade. Entre os temas de sua atuação, assinalem-se os esforços da consolidação do Mercosul, uma atuação ativa na questão do meio ambiente em decorrência do Protocolo de Kioto, e as questões decorrentes das consequências do atentado de 11 de Setembro.

O vosso interesse pelos direitos humanos se exerceu também na gestão como Ministro das Relações Exteriores. Ao tomar posse na primeira gestão, visitastes os Presidentes da Câmara e do Congresso, e declarastes ser assunto prioritário a tramitação no Congresso da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos. Depois de dificuldades e esforços, o Congresso aprovou a Convenção, rapidamente promulgada, e o Chanceler, entre os últimos atos de gestão, depositou o instrumento de ratificação. Disse, então: “É algo que me dá muito prazer, porque teve começo, meio e fim. Mesmo num período tão curto, consegui levar adiante esse processo que estava amarrado.”

Manifestastes então interesse pela abertura dos arquivos diplomáticos aos pesquisadores e ao público em geral. Alterando atos anteriores, foi baixada uma portaria regulando o acesso aos arquivos do Ministério, procurando atender aos interesses do público. Mesmo posteriormente, continuou envolvido com a Comissão encarregada de organizar, estruturar e democratizar o acesso aos arquivos do Itamaraty.

Em 2001 recebestes o Prêmio Santista conferido pela Fundação Moinho Santista, pela primeira vez concedida na área das relações internacionais.

Na vossa vasta cultura, tendes mantido fiel à formação religiosa, entendendo o judaísmo como uma tradição ética, pois a memória desta tradição, encarada como sentimento do passado, volta-se para o futuro, projetando valores morais. Examinando o judaísmo, desde a sua origem, através dos séculos, existe na trajetória judaica uma dialética fecunda entre o particularismo e a tribo e o alcance universal da mensagem. Posso ver em vossa atividade intelec-

tual a junção desses dois elementos, fiel às suas origens religiosas, mas na perspectiva do mundo.

Ao assumir a cadeira de Filosofia do Direito da Universidade de São Paulo, encontrastes uma tradição de estudos iniciados desde a Lei de 1827 com a cadeira de Direito Natural no primeiro ano. Nomeado catedrático Avelar Brotero, nascido em Portugal, formou-se em Coimbra; era de temperamento difícil e se indispôs com os colegas e funcionários. Falava em borbotões e suas falhas eram conhecidas como broteradas. Por força de lei, era obrigado a redigir o manual da cadeira que deveria ser aprovado pela Assembleia Geral. O livro era deficiente e mereceu sérias críticas de Lino Coutinho da Comissão de Instrução Pública: “Compendio que é a vergonha das vergonhas pelas suas imbecilidades e mesmo prejudicial, pelas más doutrinas que nele se encerram.” E o livro foi recusado.

No final do século XIX, um jovem de 28 anos assumia esta mesma cadeira. Dele se disse que “deu logo a impressão de uma rajada de ar fresco e oxigenado a varrer as vetustas e sombrias salas do antigo convento. Pode-se dizer que com ele penetrou no adormecido recinto da Faculdade paulista o espírito do século, com tantas ânsias de aspirações humanas e suas largas visões de futuro”. Tratava-se de Pedro Lessa, que honrou aquela Faculdade, o Supremo Tribunal Federal e esta Casa.

Posteriormente, a cadeira foi ocupada pelo saudoso confrade Miguel Reale que a exerceu durante 40 anos com o brilho de sua competência e cultura.

Com vosso ingresso nesta Casa, mantém-se a tradição da presença de um professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Desde o grande Pedro Lessa, de Cândido Mota Filho e Miguel Reale, cujo perfil primoroso acabastes de traçar. Avulta também a figura de Alcântara Machado, o primeiro bacharel em Direito professor de Medicina Legal, que, fiel às suas origens, pronunciou aqui um dos textos mais belos:

Paulista sou, há 400 anos. Prendem-me no chão de Piratininga todas as fibras do coração, todos os imperativos raciais. A mesa em que trabalho, a tribuna que ocupo nas escolas, nos tribunais, nas assembleias políticas deitam raízes, como o leito de Ulisses, nas camadas mais profundas do solo, em que dormem para sempre os mortos de que venho. A fala provinciana, que me embalou no berço, descansada e cantada, espero ouvi-la ao despedir-se do mundo, nas orações da agonia. Só em minha terra, de

minha terra, para minha terra, tenho vivido; e, incapaz de servi-la quanto devo, prezo-me de amá-la quanto posso.

É preciso salientar que o paulistanismo não se adquire apenas pela hereditariedade, mas também pelos esforços de mobilidade social que trouxeram a esta Casa, entre outros, Afonso Taunay, Menotti Del Picchia, Alfredo Bosi, Cícero Sandroni, José Mindlin e aos quais vos juntais.

Concorrestes à sucessão de vosso fraternal amigo José Guilherme Merquior em 1991, mas a eleição não teve vitorioso. Depois desse interregno, inscrevestes agora na vaga da Cadeira número 14, ocupada pelo nosso saudoso confrade e vosso mestre e colega Miguel Reale. A disputa se avizinhava renhida, mas os competidores perceberam a tendência da Casa e se retiraram elegantemente para propiciar a unanimidade, que a atitude de dois acadêmicos desinteressados e omissos não conseguiu deslustrar.

Sr. Celso Lafer.

A sucessão nesta Casa não se exerce sempre com uma coerência intelectual. A Cadeira 14, entretanto, corresponde a uma exceção. A partir do fundador Clóvis Bevilácqua, esta característica esteve sempre presente, podendo chamá-la a cadeira do pensamento social. Clóvis Bevilácqua, grande jurista, autor do projeto do Código Civil, cujos comentários se constituíram a glosa do Código, oriundo da escola do Recife, destacou-se também na Filosofia, na Sociologia e no pensamento social, e com uma coerência de vida pessoal inatacável. Destaco que participou pouco das atividades da Casa, e em 1920 se afastou em definitivo, em episódio de recusa de inscrição numa vaga de sua mulher.

Ocupando a cadeira por quase 50 anos, foi sucedido por Antônio Carneiro Leão, professor pernambucano, reformador da educação em seu Estado, professor de Sociologia e Educação Comparada, com grande prestígio nas universidades europeias e americanas, e autor de numerosas obras sobre o pensamento social.

Antônio Carneiro Leão sucedeu Fernando de Azevedo, ilustre professor da Universidade de São Paulo e notável humanista. Tivemos ambos o privilégio de conviver com este grande mestre da Sociologia e da Educação. Autor do Estatuto da Universidade de São Paulo e um dos seus fundadores, durante anos exerceu o primado na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. Foi o

redator do Manifesto dos Pioneiros da educação nova de 1932 e em permanente luta pela renovação da educação no país. E a ele veio suceder o saudoso acadêmico Miguel Reale.

Registra a crônica que D. João VI costumava frequentar as peças de teatro, e tinha o hábito de dormir. Ao acordar, indagava: “Os noivos já se casaram?” Na solenidade de hoje, não há casamentos, mas é prudente concluir:

Sr. Celso Lafer,

Chegastes a esta Casa credenciado por uma brilhante carreira no magistério, no Direito, na Filosofia e com significativa atuação no setor público. Mas independentemente destes títulos honrosos, queremos vos receber como o perfeito sucessor de Miguel Reale.

**Discurso do
SR. LUIZ PAULO HORTA**

e

**Resposta do
SR. TARCÍSIO PADILHA**

*Sessão solene extraordinária do dia
28 de novembro de 2008*

I

DISCURSO DO SR. LUIZ PAULO HORTA

Este é um ano solene para a Academia Brasileira de Letras, em que ela completa III anos de existência ao mesmo tempo em que registramos o centenário de falecimento do nosso Patrono e Fundador. Por todo este ano, descrevemos círculos em torno de Machado de Assis, sem que a esfinge machadiana, como de hábito, e apesar da qualidade das palestras e debates, revelasse os seus últimos segredos. Com esse mistério ainda conviveremos, ao que tudo indica, por muitos e muitos anos.

José Barretto Filho, em sua *Introdução a Machado de Assis*, publicada em 1947, me parece ter ferido uma nota justa. Ele escreve:

O centenário de nascimento de Joaquim Maria Machado de Assis, ocorrido em 1939, foi unanimemente celebrado como um grande acontecimento nacional. Nenhum escritor reuniu entre nós um interesse tão generalizado em torno de sua vida e de sua obra. Decorridos mais de trinta anos de sua morte, esse homem que parecia distante e isolado na nossa história literária mostrou-se mais próximo de nós do que todos quantos procuraram, intencionalmente, fazer obra representativa da nossa nacionalidade. Destoante, como se pensava, pelo pensamento e pelo estilo, da nossa tradição literária, verifica-se agora que é o prolongamento de sua linha mais pura. Isento de participação ativa nos acontecimentos históricos que presenciou, querendo parecer que se colocava em face deles como um simples espectador, aparecia então, à luz daquelas comemorações centenárias, como uma força espiritual poderosa e eficaz. Que ocultas teclas de nossa sensibilidade pôde ele percutir na sua surdina? Que filões recônditos veio a descobrir na alma brasileira, para ficar assim tão entranhado no gosto comum?

É o problema machadiano. Em que é que este grande artista nos fascina, sendo tão diferente do que imaginaríamos como um típico autor brasileiro? Somos apressados, enquanto que, em Machado, o que vemos é a lenta e metódica construção de uma vida. Estamos sujeitos, na sociedade contemporânea, a muita coisa que é vulgar, fútil, efêmera; enquanto que em Machado, o que assistimos é a uma progressiva aristocratização do espírito, um refinamento constante, sendo ele mesmo, como Goethe, uma de suas maiores obras.

Essas diferenças produzem estranhezas. Nunca faltou, desde o início, quem reagisse à presença dominadora de Machado no nosso universo cultural. E eu nem falo de um Sílvio Romero, por exemplo, que não tinha grandes afinidades com Machado. Mas como explicar o caso do finíssimo Augusto Meyer, que foi cruel num ensaio publicado em 1935?

Ele escreve:

Quase toda a obra de Machado de Assis é um pretexto para borboleteios maliciosos, digressões e parênteses felizes. Nesse sentido ele realmente se aproxima da “forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre”. Mas a analogia é formal, não passa de superfície. Em Machado, a aparência de movimento, a pirueta e o malabarismo são disfarces que mal conseguem dissimular uma profunda gravidade. Podemos dizer que há nele uma letargia indefinível, a sonolência do homem trancado em si mesmo, espectador de si mesmo, incapaz de reagir contra o espetáculo da sua vontade paralisada.

Meyer cita a frase do próprio Machado, em *Brás Cubas*: “Grande lascivo, espera-te a voluptuosidade do nada.” E compara Machado ao “homem subterrâneo” de Dostoiévski. Prossegue Meyer:

Insular-se, para ele, não significa acreditar na vida interior e nas suas virtudes contemplativas: meditação, oração, intuição do mistério individual, poesia da consciência que procura reconhecer-se. É um movimento reflexo, provocado pelo tédio de tudo, principalmente pelo ódio. Há em Machado de Assis um ódio entranhado da vida, uma incapacidade radical de aceitação ou até mesmo de compreensão, pois, para compreender, é indispensável postular antes de tudo um motivo de compreensão, e o que ele faz é resolver todas as questões suprimindo-as.

De um homem tão gentil quanto Augusto Meyer, de um espírito tão elevado, de onde pode ter vindo tanta virulência? Creio que, antes de mais nada, da idade. Meyer tinha 33 anos quando se pôs a escrever este livro de

ensaios. Era um jovem; e eu nunca achei que Machado de Assis fosse feito para jovens.

Em segundo lugar, o espírito altíssimo que foi Augusto Meyer tinha, me parece, bastante do próprio Machado, na sua reserva, no esconder o ego sob infinitas camadas de refinamento, reação dos hipersensíveis ao desafio vital. Reagindo a Machado, não estaria Meyer reagindo a si mesmo?

Vinte anos depois, ele escreve, mais pacificado: “Os anos vão passando, e Machado de Assis cresce cada vez mais. Avulta e abre em redor um vazio de solidão, como certas árvores gigantescas da selva que, fundidas de perto na mesma profusão de troncos e folhagens, contempladas a grande distância, esgalham lá no alto e dominam o recorte das grimpas mais sobranceiras.” Mas ele ainda podia usar de muitas restrições no *À Sombra da Estante*, que é de 1947, onde se socorre, inclusive, de outro crítico importante que é o escritor gaúcho Alcides Maya.

A verdade é que há tipos de autores e tipos de leitores. De um Machado de Assis, não devemos esperar o contato direto com a vida que vem da tradição homérica, tão esplendidamente desenvolvida por um Tolstói. Na nossa Literatura, contato direto com a vida têm José Lins do Rêgo, Jorge Amado, Erico Verissimo. São os grandes narradores, imbuídos em certos casos de uma veia épica.

Machado pertence a uma outra família: ele é um reflexivo. Pode ser posto na linha da *wisdom literature* de que fala Harold Bloom. Como um Cervantes, como George Eliot. Eu quase diria que ele é o nosso sábio nacional, assim como o foi Montaigne para os franceses, Goethe, para os alemães, Emerson, para os norte-americanos.

Paga-se um preço por isso, um certo resfriamento na recepção direta da vida. São escritores onde a consciência avulta sobre a simples representação da realidade. Penso num Henry James, quatro anos mais moço do que Machado; e entre os dois há mais do que semelhanças casuais. Também Henry James queria aplicar à sua arte um tipo de consciência para a qual nada se perdesse. Por causa disso, seus últimos livros foram considerados excessivamente cerebrais – obras sofisticadíssimas como *The Ambassadors*, *The Wings of the Dove*, *The Golden Bowl*. Mas isso não o impediu de escrever um livro como o *Portrait of a Lady*, onde não há uma linha que não pulse com o sentimento da vida. Apenas, ele não era Tolstói, não era Turgueniev: era Henry James.

Algo mais o aproxima de Machado. Ele escreveu certa vez para um amigo: “Eu tenho a imaginação do desastre – e vejo a vida, realmente, como

algo de feroz e sinistro.” Podia ser o Shakespeare da *story told by an idiot, full of sound and fury*. Unindo James e Machado, há o senso do desastre sempre possível, e o que se poderia chamar de “síndrome da traição”. Em *The Portrait of a Lady*, o personagem magnífico que é Isabel Archer faz uma escolha errada, e a vida se fecha sobre ela. Ela é traída pela vida, como Bentinho também é, como Rubião.

A síndrome da traição, em Machado, poderia ter alguma dessas origens ocultas que os psicanalistas gostam de pesquisar. Seria a epilepsia? Mas pode ser algo de mais amplo e de mais profundo, algo que tenha origens imemoriais, que pertença à própria condição humana. Também aqui Barretto Filho me parece acertar no tom.

Ele escreve:

As fontes do ressentimento machadiano não são as deficiências reais, de cor ou de condição social, que ele superou com tanta facilidade, e com o auxílio de tantas condições favoráveis. O seu ressentimento é mais profundo, é uma queixa da vida pela sua contradição intrínseca, pelo grande amor que ela desperta sem ser capaz de dar a isso uma resposta cabal.

Barretto considera Machado um representante do espírito trágico, no que ele tem de mais puro e mais clássico. Para espíritos superiores, a tragédia tem um efeito purificador, catártico. É perfeitamente possível fazer um paralelo, aqui, entre Machado e o seu querido Beethoven – a única diferença sendo que Beethoven compensava as suas dores puxando para o titânico e o dionisíaco, enquanto em Machado a compensação sempre veio pelo lado do humor.

Mas também se pode buscar compensação em antigas sabedorias. Machado foi um leitor assíduo do *Eclesiastes*, que ocupa, na Bíblia, o lugar reservado à chamada literatura sapiencial. Pode parecer um livro muito escuro. Eu recordo os primeiros versículos, tão famosos:

Vaidade das vaidades, diz o *Eclesiastes*, tudo é vaidade. Que proveito tira o homem de todo o trabalho com que se afadiga debaixo do sol? Uma geração passa, outra vem; mas a terra sempre subsiste. O sol se levanta, o sol se põe. Apressa-se a voltar ao seu lugar; em seguida se levanta de novo. O vento vai em direção ao sul, vai em direção ao norte, volveia e gira nos mesmos circuitos. Todos os rios se dirigem para o mar, e o mar não transborda. Em direção ao mar, para onde correm os rios, eles continuam a correr. Todas as coisas se afadigam, mais do que se possa dizer. A vista não se farta de ver, o ouvido de ouvir. O que foi é o que será; o que acontece é o que há de

acontecer. Não há nada de novo debaixo do sol. Se é encontrada alguma coisa da qual se diz: “Veja, isto é novo”, ela já existia nos tempos passados. Não há memória do que é antigo, e nossos descendentes não deixarão memória junto àqueles que virão depois deles.

Isto seria um tratado do desespero, à maneira de Kierkegaard? Mas desespero num livro como a Bíblia? Um pouco adiante, outra passagem muito célebre, e o tom alivia um pouco:

Para tudo há um tempo, para cada coisa há um momento debaixo dos céus.
 Tempo para nascer e tempo para morrer.
 Tempo para plantar e tempo para arrancar o que foi plantado.
 Tempo para matar e tempo para sarar.
 Tempo para demolir e tempo para construir.
 Tempo para chorar e tempo para rir.
 Tempo para gemer e tempo para dançar.
 Tempo para atirar pedras e tempo para ajuntá-las.
 Tempo para dar abraços e tempo para apartar-se.
 Tempo para procurar e tempo para perder.
 Tempo para guardar e tempo para jogar fora.
 Tempo para rasgar e tempo para costurar.
 Tempo para calar e tempo para falar.
 Tempo para amar e tempo para odiar.
 Tempo para a guerra e tempo para a paz.

Com um pouco de esforço, não poderiam ser passagens machadianas? Ou essa impressão vem do fato de que Machado de fato impregnou-se dessa sabedoria antiga?

O que essa sabedoria ensina não é o desgosto: é o desprendimento. Nisto se poderia aproximar o Eclesiastes da filosofia budista, tantas vezes confundida, erroneamente, com uma visão negativa da vida. Todos os sábios do mundo souberam que o desprendimento é o que dá o verdadeiro sabor à vida, afrouxando as garras do desejo.

O desprendimento de Machado de Assis, bebido em fontes como o Eclesiastes, é que pode ter sido confundido muitas vezes com desamor, e com desafeição à vida.

Escrever é um ato de amor. Um verdadeiro cético não nos legaria a obra que é hoje o cânone fundamental da Literatura Brasileira. E se há o Machado melancólico do *Dom Casmurro* e do *Quincas Borba*, há o Machado dos contos, o Machado inesgotável das crônicas, e o Machado final do *Memorial de Ayres*, que eu leio como se fosse pura música.

Machado sempre gostou de Música. Em sua mocidade, quando ele era o Machadinho, cheio de vida e de entusiasmo, chegou a puxar o carro de uma cantora lírica que ele idolatrava. Mas naquele tempo, ele gostava de ópera italiana. Depois, aproximou-se de Beethoven. Se o casal de velhos, no *Memorial*, é a transposição do amor entre Machado e Carolina (como ele mesmo confessou a Mário de Alencar), os dois jovens que se enlaçam trazem nomes de óperas alemãs: Tristão e Fidélia. E se Tristão é a imagem do amor mais desabrido, Fidélia é o símbolo da constância, na ópera de Beethoven a que ela solicitou o nome. É a história da esposa que arrosta todos os perigos para salvar o marido na prisão. São projetos de vida; e mesmo esse Machado final, vergado sob o peso de uma dor incontornável, era capaz de ser terno, como sabemos pela maravilhosa correspondência com Joaquim Nabuco. Vindos de extremos opostos da sociedade, Machado e Nabuco encontram-se no meio do caminho, estimaram-se como irmãos, e à sua grandeza de espírito – dos dois – devemos essa obra que é a Academia Brasileira de Letras, lugar de conagração, de amor às Letras, de dedicação à nacionalidade através da Língua. Mais uma obra do laborioso Machado; também ela, uma obra de amor.

Machado foi substituído na Cadeira 23 por Lafayette Rodrigues Pereira, figura notável do II Império; e é pena que o tempo escasso não nos permita ficar aqui contando histórias do Conselheiro Lafayette. Ele foi político importante, foi ministro, presidente de província, mas sua fama deriva, sobretudo, de dois trabalhos jurídicos notáveis: *O Direito das Coisas* e *O Direito da Família*. Lafayette também se envolveu com o mundo literário, e coube a ele (sob o pseudônimo Labieno) sair em defesa de Machado de Assis quando o mestre foi alvo de um ataque desabrido de Sílvio Romero. Terminou os seus anos como um verdadeiro filósofo em sua chácara da Tijuca. Mas também podia ser sarcástico, quando necessário. Sendo ele estrábico, uma vez foi interpelado por um aluno mais afoito: “Professor, o seu estrabismo é convergente ou divergente?” Resposta de Lafayette: “É de ver burro.”

Sucessor de Lafayette em 1917, Alfredo Pujol foi um brilhante jornalista e advogado, amigo dos livros, que se apresenta à nossa admiração, entre outras qualidades, por ter sido o autor de sete conferências para a Cultura Artística de São Paulo que, reunidas em livro, fornecem a primeira visão abrangente da obra de Machado, seguindo-se aos estudos parciais de um José Veríssimo, de um Araripe Júnior. Seu “Machado de Assis” continua interessante e válido, sobretudo para os anos de formação do nosso maior escritor.

Depois de Pujol, vem ao nosso encontro a figura cheia de vida de Otávio Mangabeira. Com esse homem nobre começa a dinastia baiana que durante 78 anos governou a Cadeira 23 – diga-se logo, com imenso charme e talento. Otávio foi um político às antigas, na sua dignidade, na sua honestidade, na sua eloquência. Foi ministro do Exterior de Washington Luís, entrou em choque, em seguida, com o regime getulista, e assim começaram seus períodos de prisão e de exílio. Com a redemocratização de 1945, voltou à Política como primeiro presidente da UDN e, logo em seguida, como governador da Bahia. Jorge Amado, em seu discurso de posse na Academia, se emociona quando fala de Otávio, e diz:

[...] se eu tivesse de buscar uma única imagem para definir Octavio Mangabeira, eu vos diria que ele é a Bahia. A Bahia em suas melhores e mais generosas qualidades, aquela finura de civilização que era dele e é do último homem do povo baiano. A Bahia da grande oratória e da extrema habilidade política; a Bahia da delicadeza, da gentileza, da ternura humana [...]

– e assim vai Jorge Amado traçando o perfil de Otávio Mangabeira.

Mas há uma característica dele que nos interessa muito, se estamos falando dos sucessores de Machado de Assis. Ele prestou a Machado uma homenagem que eu diria comovente: em um de seus períodos de prisão, ele quis ler e reler todo o Machado, o das crônicas, o dos contos, o dos romances. Não contente com isso, propôs-se a fazer o resumo de todas as obras de Machado, das menores às mais volumosas, de modo a abrir caminho a quem desejasse uma orientação nessa vasta biblioteca. E envolveu-se de tal modo nessa tarefa que, em determinado momento, chegou a temer que a prisão terminasse antes que ele concluísse o seu trabalho franciscano (o que nos faz supor que, pelo menos, era uma prisão decente). Que homenagem maior se

pode prestar a Machado? E como dizer que era contrária à vida uma obra que assim veio preencher o vazio de um confinamento forçado?

Nada mais justo que a esse grande baiano sucedesse um Jorge Amado. Com Jorge Amado, temos todos uma dívida enorme... Primeiro, pelas histórias que ele nos contou, pondo em cena figuras que entraram para o nosso cotidiano: *Tieta*, *Gabriela*, *Quincas Berro d'Água*, *D. Flor e seus dois maridos*... Depois porque, num país que ainda lê pouco, ele ensinou muita gente a ler, trouxe muita gente para o espaço mágico da leitura. Antonio Candido lembrou como isso é importante para a formação de uma literatura nacional.

Como ele conseguiu? Com os seus incríveis dons de fabulação. Mas também porque encontrou uma linguagem com a qual as pessoas se identificavam facilmente – e se continuam identificando. Ao lado de Gilberto Freyre, ele pode ter resolvido aquele problema que inquietava os modernistas: como conseguir, em nome da dignidade nacional, uma linguagem que fosse mesmo nossa, que se afastasse dos cânones eruditos sem cair na pura oralidade? Mario de Andrade tentou, no *Macunaíma*, que ficou só como uma experiência. Jorge acertou em cheio. Ainda por esses dias eu relia o *Quincas Berro d'Água* e, tanto quanto, pela qualidade da história, eu me deixava levar, arrebatar, por aquele estilo caloroso, sedutor, tão completamente brasileiro...

Jorge fez com que fosse fácil ler um romance – e, por causa disso, foi lidíssimo. Mas isso teve um outro efeito: ele passou, nos meios intelectuais, a ser tido como um autor fácil – com tudo o que esse termo pode conter de desdenhoso.

Ana Maria Machado, no magnífico estudo que é *Romântico, Sedutor, Anarquista*, lembra um outro aspecto: Jorge fez um imenso sucesso lá fora – o primeiro autor brasileiro a ser realmente lido no exterior, a aparecer nos balcões das livrarias francesas; e nós aqui, tradicionalmente, suspeitamos de quem faz sucesso lá fora. Aconteceu com Villa-Lôbos, aconteceu com Carmen Miranda, por que não aconteceria com Jorge? Se ele era lido com delícia pelos franceses, não seria porque ele escolheu mostrar, do Brasil, o que é típico, o que é exótico, superficial?

O colorido brasileiro, de fato, está presente em Jorge, de maneira feérica. Foi Glauber Rocha quem lembrou os aspectos cinematográficos desta Arte. Em artigo sobre *Gabriela* publicado em 1960, ele faz questão de destacar que a obra de Jorge é antidiscursiva, pois apresenta largos painéis cinematográficos, desenhando um cenário particular de cada um de seus personagens. Mas esse

impacto visual, feérico, não é o que acontece quando se faz a experiência da Bahia? Não é o que nós extraímos do encontro com a música e as letras de Dorival Caymmi? Em que estaria, assim, errada a apresentação de Jorge?

A verdade é que os doutos, os eruditos, também implicavam com o povaréu que vinha vindo nos romances de Jorge: a periferia, os marinheiros, as mulheres da beira do cais. Não havia nisso um toque de vulgaridade, e até de mau gosto?

Nisso, Jorge foi, mesmo, pioneiro – uma deslocação de ênfase como talvez se possa encontrar no Rio de Janeiro visto por Lima Barreto. Mas se ele faz um romance popular – e não populista – é porque ele quis pensar a partir do povo, e sabia pensar do meio do povo, no meio daquele vozerio do cais. O seu lado popular não era populista porque era autêntico. Escreve Ana Maria Machado:

O que o romance amadiano nos traz são personagens marginais, injustiçados pela sociedade, que se recusam a continuar excluídos da Literatura ou vistos de cima com um olhar condescendente. Conquistam seu próprio espaço e avançam para o primeiro plano. Dominam toda a cena com suas falas que soam verdadeiras e fortes, suas ações cheias de heroísmo, sua luta para sair da condição de vítimas sociais, sua busca de liberdade e justiça, seu incontrolável erotismo. Nesse processo, são ajudados por lances do acaso, por vias que se entrecruzam com as suas, pela solidariedade e amizade dos que com eles compõem um coletivo popular.

Jorge via de perto esse povo miúdo; neste e em outros pontos, ele lembra um Dickens, que também teve uma visão social, ou o Victor Hugo dos *Miseráveis* (e, para quem gosta de coincidências, podemos lembrar que a mãe de Zélia Gattai, a notável dona Angelina, era leitora fervorosa dos *Miseráveis*, o que não deixou de preparar o grande encontro de que falaremos mais adiante).

Jorge enxergava tanto o povo miúdo que, aspirando à sua libertação, jogou todas as fichas, quando jovem, num projeto revolucionário. Em seu discurso de entrada na ABL, ele explica aos que o elegeram que ele foi um jovem como se deve ser, inconformado com as injustiças deste mundo. Foi rebelde na Literatura, e aderiu de corpo e alma ao ideário da revolução social. Ele chegou a dizer: “Eu fui estalinista de conduta irreprochável, subchefe de seita, se não bispo, ao menos monsenhor. Descobri o erro, custou trabalho e sofrimento, deixei a missa no meio, saí de mansinho.”

Claro que isso deveria influir sobre a sua primeira produção literária. É ele quem diz, num depoimento: “Na primeira parte de minha obra, escrita

quando eu tinha 30 e poucos anos, a ação era sempre acompanhada de um discurso político. Eu queria convencer o leitor, e não acreditava que a ação fosse suficiente. Por isso, fazia uma espécie de discurso político ao lado. Esse discurso desapareceu, depois, da minha obra.”

E um dia veio o desencanto. Em *Navegação de Cabotagem* ele conta como teve um pesadelo em seguida à descoberta de que havia tortura na Budapeste de 1951: “Com febre e frio, atravesso a primeira noite de dúvida, o coração transpassado, o estômago embrulhado, ânsias de vômito. A polícia comunista me espanca e pisoteia, obriga-me a confessar o que eu não fiz. Assim começou minha travessia do deserto.”

Jorge e Zélia ficam sabendo, também, do processo sofrido, na Tchecoslováquia, pelo grande amigo Artur London. E em 1956 já não era possível duvidar, com os fatos relacionados ao XX Congresso do Partido Comunista russo. Depõe Darcy Ribeiro: “O discurso de Kruschov no XX Congresso do Partido, desmascarando Stalin como genocida, matador de milhões de pessoas, foi um soco na cara de Jorge Amado.” Ele deixou o PC, e passou a manter distância de tudo o que fosse sectarismo de esquerda.

O que surpreende é que, mesmo na primeira fase da sua obra, o caldo doutrinário não apague o fogo poético de obras como *Jubiabá*, *Mar Morto*, *Capitães da Areia*. Neste sentido, ele entronca na vertente alencarina de que fala com eloquência em seu discurso de posse, e que eu me permito citar com uma certa liberalidade, porque aqui não é só Alencar que está em jogo.

Cito:

A grandeza de Alencar resulta de certos valores que marcam e definem toda uma vertente da nossa Ficção, assim como a grandeza de Machado é consequência de valores que caracterizam uma outra vertente do Romance e do Conto Brasileiro. Um é a força do povo, bravia, descontrolada, enchente e enxurrada, árvore nunca podada, jequitibá gigante, floresta enredada de cipós, grávida de cores violentas, rumorosa de vozes de pássaros, espalhando-se sem fronteiras como um rio em cheia, banhada de sol e de luar, excessiva e deslumbrante. Tentando transpor para o plano literário a língua doce e musical de nossa gente, longe da Gramática Portuguesa e da limitação dos clássicos, numa liberdade própria das grandes massas e das nações jovens. De valores assim é feita a obra de Alencar e seus defeitos e limitações provêm da terra onde está plantada, da pujança de suas raízes e de sua condição revolucionária. Sua permanência e sua universalidade, seu tempo e seu espaço, independem dos críticos, dos filósofos, dos professores, dos estudos, dos ensaios, das palmas dos intelectuais, do elogio dos

pedantes e aristocratas. Independem do papel escrito, pois os escritores dessa família de Alencar escrevem menos com tinta do que com sangue, menos com as regras da Gramática do que com o conhecimento da vida. Por isso, se sofrem o nariz torcido de certa crítica esteticista, arrastam consigo o amor do povo, e é nas mãos do povo que partem para o futuro, para serem amanhã os clássicos de seu tempo. Que importa a Alencar o persistente silêncio de nossos ensaístas e críticos, a desconfiança com que olham o mundo por ele criado, amedrontados ante as picadas por ele abertas, que importa a Alencar essa conspiração de silêncio se suas edições crescem e se multiplicam com o passar dos anos, se cada homem do povo conhece e estima seu nome, se a cada dia batizam-se dezenas de Iracemas, se os índios de seus romances viraram folclore, dança e carnaval, habitam para sempre em nossos corações? Sua imortalidade não é a das edições críticas, não é conservada nas bibliotecas. Sua imortalidade é viva, está nos trens dos subúrbios, nos alucinados lotações, nos bondes lentos, na bolsa do estudante, na noite pobre da costureirinha, no despertar do adolescente, nos milhares e milhares diariamente debruçados sobre livros seus, comovidos com a leitura. Esta é a glória que corresponde aos escritores da família de Alencar.

Eu leio com uma emoção especial essa defesa de Alencar, que é defesa do próprio Jorge Amado, porque (se me permitem a confissão) sou Alencar por parte de mãe, e primo em quarto ou quinto grau do nosso grande romancista. Mas também leio com emoção porque isso me lembra muito coisas que Villa-Lôbos disse dele mesmo, quando precisou se defender da crítica “esteticista” a que se refere Jorge Amado. Jorge e Villa-Lôbos são da mesma raça dos criadores telúricos, que acabam se tornando intérpretes de uma nacionalidade.

Jorge encontrou seu padrão de liberdade quando escreveu a *Gabriela* de 1958. Figura de sonho e de realidade, figura feminina desenvolvendo sementes mais antigas e anunciando outras grandes mulheres da ficção amadiana. É a história de como o sírio Nacib, homem bom, fracassa na domesticação de Gabriela. Ela chegara aos seus braços por espontânea vontade, num transbordamento de paixão. Até que um dia Nacib a encontra nos braços de outro homem. Pelos padrões da época e do lugar, isto seria pretexto para um drama italiano, regado a sangue. Em vez disso, o que acontece é uma negociação, em que Gabriela recupera a sua liberdade sem com isso dizer adeus a Nacib. Solução brasileira? Anúncio do compromisso de dona Flor? Nada é ortodoxo nessa história onde o clima poético e simbólico quase que toma a frente da realidade. Nada é ortodoxo na ficção madura de Jorge Amado. Ele explica assim a sua oficina romanesca:

O personagem atinge sempre mais além de nós, criadores. Há uma parte do ser ser que jamais se entrega, que persiste misterioso, desconhecido mesmo para o romancista. Há sempre um momento em que o personagem escapa das mãos e do comando do seu criador e vai sozinho em frente, fazendo o que bem quer e decide – seja homem, seja mulher. Aliás, para mim – ele continua – a melhor prova de que o romance se põe de pé é exatamente essa: quando o personagem torna-se independente do autor, anda com os seus próprios pés, constrói ele próprio o seu destino.

Nessa aventura da liberdade está o segredo dos grandes personagens de Jorge Amado, passando pelo incrível Quincas Berro d'Água, que quer morrer à sua maneira peculiar. Mas em autores como Jorge Amado, as generalizações têm uma eficácia relativa. Cabe ainda a Ana Maria Machado uma das mais belas análises de como Jorge, crescendo como artista e como ser humano, refina constantemente os seus processos até chegar à complexidade narrativa e temática da *Tenda dos Milagres*, onde aparece o Pedro Archanjo.

Diz o próprio Jorge: “De meus livros, é o meu preferido, cuja temática mexe muito comigo. Talvez Pedro Archanjo seja, de todos os meus personagens, o mais complexo. Questões importantes são abordadas através dele: o não sectarismo, a consciência de que as ideias não devem consumir o homem.” Quando lhe perguntaram – continua Jorge – como ele conseguia ser materialista e, ao mesmo tempo, exercer suas funções no Candomblé, ele respondeu: “Meu materialismo não me limita.” Frase que poderíamos aplicar ao próprio Jorge.

E surge, então, essa criação complexa, eu diria polifônica, que é o Pedro Archanjo, mulato elegante, personagem de um autor que já não está trabalhando com linhas muito nítidas. Há um primeiro narrador, que está fazendo uma pesquisa sobre a obra de Pedro Archanjo, a pedido de um professor da Universidade de Colúmbia, para servir de prefácio à publicação dessa obra em inglês. Só por aí já vemos a expansão do território romanesco de Jorge Amado. Há um *flashback* para a reconstituição da morte de Pedro Archanjo, ocorrida 25 anos antes – um Pedro Archanjo velho, pobre, cachaceiro, doente do coração. Aparecem os mais diversos depoimentos construindo uma imagem caleidoscópica do nosso herói. Ficamos sabendo dos seus muitos estudos, dos seus amores, das suas teorias que celebram a mestiçagem e a cultura mestiça, contra intelectuais da época que defendiam a eugenia (um capítulo hoje um pouco esquecido da História do Brasil). Há um conflito crescente entre as ideias de Pedro Archanjo e o que se queria fazer passar, então, por científico. Pedro não

é só o nacionalista instintivo: é o estudioso que vai buscar livros que possam ajudá-lo a defender suas ideias. Mas acaba preso como desordeiro, seus livros confiscados. É todo o corte seccional de um período que mexe com Jorge Amado, e que ele dramatizou de maneira brilhante.

Há uma constante, em tudo isso, que é uma fidelidade à Cultura Popular. Eu diria que Jorge Amado consegue fazer, na Literatura, o que Villa-Lôbos fez na Música: derrubar as barreiras entre o que vem das raízes e o que pertence a uma vivência culta. O que foi o folclore para Villa-Lôbos, foi, para Jorge Amado, aquele universo baiano que ele conhecia em todas as suas dimensões, com os seus tipos característicos, sua força, suas paixões, seus sofrimentos. E assim como Villa-Lôbos usou o folclore, usou as nossas tradições melódicas, Jorge Amado utilizou, sem a menor cerimônia, ingredientes da arte popular como a Literatura de Cordel e o estilo dos folhetins. Como se vê até em cabeças de capítulo como este, de *Gabriela*: “Aventuras e desventuras de um bom brasileiro (nascido na Síria) na Cidade de Ilhéus, em 1925, quando florescia o cacau e imperava o progresso. Com amores, assassinatos, banquetes, presépios, histórias variadas para todos os gostos [...]”

Ou este outro, de *Tieta*:

Morte e ressurreição de Tieta, a filha pródiga, contendo introdução e palpites do autor, inesquecíveis diálogos, finos detalhes psicológicos, pinceladas de paisagens, segredos, além da apresentação de algumas figuras que desempenharão destacado papel nos acontecimentos passados e futuros narrados neste apaixonante folhetim [...].

É a Literatura Popular, nesse tom melodramático que hoje identificamos nas novelas. Podia ser só um melodrama; mas nas mãos de Jorge Amado vira uma outra coisa, assim como, nas mãos de Villa-Lôbos, um simples tema nordestino pode ser o alicerce de uma das Bachianas Brasileiras.

Faltou falar de Zélia. Mesmo se ela não fosse a sexta ocupante da Cadeira 23, seria difícil, ou impossível, falar de Jorge sem falar de Zélia. É uma das características da Cadeira 23 que ela tenha produzido não só personalidades marcantes, mas também casais marcantes. Jorge e Zélia fazem *pendant* como Machado e Carolina. Dois exemplos desse amor que move o sol e as estrelas – para citar o Dante tão apreciado pela mãe de Zélia.

Zélia Gattai aparece na vida de Jorge bem antes *del mezzo del camin*, como a companheira perfeita. Grandes criadores às vezes têm esta sorte. Aconteceu

com Villa-Lôbos, que teve duas extraordinárias esposas. Zélia foi o sustentáculo de Jorge quando o casal teve de largar-se pelas estradas do mundo, ao sopro amargo do exílio. Era dela a reserva inesgotável de otimismo. Ela foi a mulher forte de que fala a *Bíblia*, ao longo de mais de 50 anos. Depois, superadas as dificuldades, ela continuou a criar em volta dela aquele lar com que sonhamos todos. E isso era uma coisa tão rica que eles – Jorge e Zélia – tiveram a bondade, a generosidade de partilhá-lo com os amigos. Sabem disso os que os visitaram em Paris; e, mais ainda, os que participaram da vida colorida na residência do Rio Vermelho. Eram festas do coração, que se prolongaram por muitos e muitos anos.

Falando de Zélia, essa palavra me vem à mente: coração. Quando eu era um menino de escola, circulava nos ambientes familiares um livro que se chamava *Coração* – o extraordinário *Cuore*, de Edmundo de Amicis, aqui publicado na digna tradução de João Ribeiro. Era a história de uma escola italiana, e do menino que ali fazia o seu aprendizado de vida. O menino contava em casa o que vivenciara na escola. O pai, modelar, comentava os acontecimentos, em cartas afetuosas. Era a educação do coração.

Onde anda ela, nos tempos modernos? A vida ficou rápida demais. A televisão criou uma realidade paralela. Os pais nem sempre têm tempo ou paciência para conversar com os filhos – e os filhos nem sempre estão dispostos a conversar com os pais.

Graças a Deus, ainda temos afetividade na nossa vida brasileira. Há pouco tempo, estive com uma senhora brasileira que passara 50 anos em Paris sem voltar ao Brasil – filha do insigne musicólogo Luiz Heitor Correa de Azevedo. Encontrei-a, achei-a simpaticíssima, e perguntei-lhe o que lhe chamara a atenção ao reencontrar o Brasil depois de tanto tempo. E ela me disse, com um meio sorriso: “Vocês aqui têm coração.” E eu fiquei tocado pela resposta, porque nós somos sentimentais.

Mas coração não é sinônimo de sentimentalismo. É o mais alto órgão do conhecimento, como gostam de explicar algumas doutrinas orientais. É uma intuição que vai muito além da razão; que é capaz, por exemplo, de perceber o outro, a fantástica realidade do outro, e, em condições favoráveis, estabelecer um verdadeiro encontro de pessoas.

Quem falou disso, no Brasil, com uma profundidade e uma intensidade peculiares, foi o nosso grande filósofo Farias Brito, cearense, hoje esquecido. Ele

gostava de lembrar, já no começo do século XX, que nós éramos diferentes dos norte-americanos, e não precisávamos nos envergonhar disso. Ele mostrava a diferença entre o pragmatismo anglo-saxão e a nossa maneira de ser, mais lírica, mais contemplativa, menos comprometida com a embriaguês da ação.

Naquela época, décadas atrás, os Estados Unidos já eram uma potência, e é óbvio que o pragmatismo tem aspectos muito interessantes, é até necessário. Mas não devíamos perder de vista que isso não é tudo na vida; talvez não seja nem o principal. Porque a vida humana não se resume numa corrida em direção ao sucesso; e quando nos atiramos nessa corrida, o vizinho do lado passa a ser um obstáculo, alguém a ser derrotado, e não um ser humano. Por tudo isso, devemos aplaudir o Prof. Candido Mendes quando ele trabalha denodadamente a sua Academia da Latinidade; a nossa tradição que vem de Roma, e que é uma outra maneira, original e importante, de estar no mundo.

Tudo isso eu aprendi, ou reaprendi, lendo os livros de Zélia – começando com o primeiro, o admirável *Anarquistas, Graças a Deus*. Não por acaso, esse livro esgotou uma edição após a outra. Ele nos mostra de dentro essa grande realidade que é a imigração italiana, um dos fatores de transformação do Brasil moderno. Foi um influxo de vida, de animação, de colorido – e o Brasil inteiro sentiu esse sangue novo. Na Música, ele se traduziu em alguns dos pilares do nosso Modernismo: Guarnieri e Mignone em São Paulo, Gnattali no Rio Grande.

Contando a história da sua família, Zélia tem o *feeling* da vida – num toque tão leve, tão autêntico, que me faz lembrar esse outro clássico que é o *Minha Vida de Menina*, de Helena Morley. Uma e outra tinham a percepção desse mistério em que estamos mergulhados; que pode às vezes ser sofrido, e até trágico. Mas, lá no fundo, brilha sempre a esperança, e a vida está sempre disposta a começar de novo.

Esta é a literatura de Zélia, que depois se desdobra numa grande história de amor. Seus livros formam o romance da vida que ela partilhou com Jorge Amado, e que, com a generosidade que os caracterizava, eles abrem também para nós. Não há quem não tenha ficado mais rico com essa convivência.

Senhores Acadêmicos, Senhoras Acadêmicas,

Permiti-me algumas palavras sobre a indigna criatura a quem concedestes o governo provisório da Cadeira 23. Nasci músico, tenho vivido na Música, na Música pretendo morrer. Que mistério é esse que nos envolve, e nos abre as portas da transcendência? Beethoven disse uma vez que a Música é uma revelação mais alta do que toda Filosofia. Podeis concordar ou não com essa frase; mas é fato que a magia da Música rompe as fronteiras mais recônditas, talvez porque ela seja mesmo um idioma universal. Veja-se, em anos recentes, como a Música Ocidental penetrou na Ásia, sobretudo no Japão, onde compositores nossos como Pixinguinha e Nazareth são imensamente populares!

A riqueza da musicalidade brasileira é extraordinária, vindo lá das cabeceiras da nacionalidade, viajando do povo até a sua expressão mais culta. E neste sentido eu quero prestar aqui minha homenagem ao grande compositor cujos 50 anos de morte celebraremos em 2009: Heitor Villa-Lôbos.

Foi com Villa-Lôbos que veio abaixo o Muro de Berlim que separava artificialmente os gêneros. Foi em Villa-Lôbos que as raízes musicais brasileiras completaram a sua migração até os tipos mais sofisticados de produção artística – bastando citar como exemplo a série colossal dos “Choros”.

E Villa-Lôbos foi um dos muitos compositores brasileiros em quem a Música deu a mão ao texto literário: temos, de sua autoria, o poderoso “Poema de Itabira”, sobre texto de Carlos Drummond de Andrade. Temos Claudio Santoro fazendo as suas “Canções de Amor” sobre poemas de Vinicius de Moraes; temos Camargo Guarnieri musicando Manuel Bandeira, Cecília Meireles; temos Tom Jobim na sua fecunda parceria com Vinicius de Moraes; temos Chico Buarque dialogando com ele mesmo. E aqui nesta sala estão alguns dos continuadores dessa lição de Villa-Lôbos: lição de vida e de nacionalidade.

Ao oferecer-me a honra de vosso convívio, satisfizestes um desejo de Manuel Bandeira expresso em crônica de 1959. Grande amigo da Música, Bandeira dizia, então, que já estava na hora de termos, na Academia, um representante da Música, e ele citava os importantes críticos musicais daquela época: um Ayres de Andrade, um Andrade Muricy, que foi grande crítico de Música e de Literatura, autor de um monumental *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*. Que eu tenha sido o primeiro a ser chamado para represen-

tar a Música na vossa egrégia Assembleia é fato que me enche de alegria e de um sentimento de responsabilidade quase esmagador.

Mas eu queria falar também de uma outra paixão da minha vida, que tem garantido até hoje a minha subsistência. Nesse terreno, eu não inovo em nada, porque esta Casa tem sido pródiga em bons jornalistas. Mas, a cada geração, o Jornalismo é chamado a renovar-se, a responder às necessidades da hora.

Ele nem sempre é estimado pelos poderosos, e eu diria mesmo que há uma superstição que fala da Mídia como de uma coisa assustadora. Mas acho que é função dos jornalistas ser, mesmo, aquela mosca varejeira, incômoda, que Sócrates queria ser para os seus conterrâneos de Atenas. De um modo geral, os governantes não gostam de críticas. Muitos anos atrás, a condessa Pereira Carneiro, diretora do *Jornal do Brasil*, encontrou-se, entre outros diretores de jornal, com o presidente Costa e Silva, e solicitada a prestar a sua colaboração aos assuntos nacionais (é bom lembrar que isso foi antes do AI-5), disse ao presidente, para ser gentil, que prometia uma “crítica construtiva”. Ao que Costa e Silva respondeu, naquele seu jeito meio folclórico: “Crítica construtiva não, eu quero é elogio, mesmo.”

É o que os governantes desejam, com as boas exceções à regra. É o que o Presidente Lula tem cobrado da Imprensa. A isso temos de responder que Jornalismo a favor dificilmente é bom Jornalismo. E basta comparar, olhando o mapa-múndi, os países que têm Imprensa livre com os que não têm para perceber, imediatamente, quem está em situação mais favorável.

Em 45 anos de jornal, acho que conheci todos os aspectos da profissão, e aprendi a amar esse trabalho tantas vezes áspero, onde pode haver deslizos, claro, mas onde somos chamados permanentemente a um exercício de objetividade. Os filósofos discutem sobre o que é a verdade. No Jornalismo, temos de decidir sobre isso todos os dias, se queremos prestar um bom serviço, se queremos ser úteis à coletividade. E creio que, de um modo geral, não temos fracassado nesse esforço: não me consta que a imprensa brasileira tenha do que se envergonhar, se comparada ao que se faz nos centros mais desenvolvidos.

Eu queria terminar essas palavras, que já vão longe, com três homenagens. A primeira delas, ao meu tio bisavô Afonso Celso, filho do Visconde de Ouro Preto, que me antecedeu nesta Casa, e que foi um homem profundamente dedicado às coisas brasileiras. Ele costuma ser lembrado por um pequeno livro, *Por que me Ufano do meu País*, e como o brasileiro é irônico e desconfia-

do, Afonso Celso é acusado, às vezes, de ter sido muito otimista quanto às nossas possibilidades. É uma discussão em aberto; mas eu partilho com ele o amor ao Brasil que ali se reflete. Pertencemos, ele e eu, ao time de Gilberto Amado, que dizia, com a sua ênfase característica: “Quem não gosta do Brasil não me interessa.”

Queria também prestar uma homenagem ao saudoso Evandro Carlos de Andrade, diretor de redação de *O Globo* e depois da TV Globo, que me abriu novas perspectivas num momento em que eu hesitava quanto aos meus rumos profissionais. E, finalmente, deixo aqui minhas homenagens ao meu mestre José Barretto Filho, cujo centenário de nascimento comemoramos neste ano da Graça de 2008, e em quem eu encontrei, na bela expressão de Raíssa Maritain, a alegria da inteligência.

II

RESPOSTA DO SR. TARCÍSIO PADILHA

Um menino ouvia rádio, sem cessar, até que a isso fosse compelido por sua mãe. E ele ouvia um simples sanfoneiro. Aos cinco anos recebeu de presente um acordeom. E, sem professor, aprendeu a tocá-lo por conta própria. E dedilhava o seu novo brinquedo no portão de sua casa, em Laranjeiras. Até que o levaram a se exhibir numa quermesse que pretendia levantar fundos para a construção da Igreja do Cristo Redentor. O hoje mestre do Jornalismo e da Música, Luiz Paulo Horta, Acadêmico, descendente de José de Alencar e do Visconde de Ouro Preto, disse à época a respeito: “Sempre penso em invocar esta cena quando chegar ao Juízo Final. Ajudei a construir uma igreja!”

Acadêmico Luiz Paulo de Alencar Parreiras Horta,

Vossa vida ganhou novo impulso musical, quando, aos oito anos, recebestes um piano de presente de vosso avô paterno, Paulo Parreiras Horta, médico pesquisador que trabalhou com Oswaldo Cruz. Frise-se que a vossa avó materna era excelente pianista e o vosso pai, apaixonado por ópera.

Ao ver o neto dedilhando com agilidade o piano, o generoso avô aconselhou-vos a estudar com Magda Tagliaferro. A família, com temor pragmático de que um artista não teria condições de se sustentar, esfriou a sugestão. O que não vos impediu de seguir em frente com a vossa vocação e frequentar a

Pró-Arte. E assim, ignorando os conselhos divorciados de vosso pendor, tocáveis de ouvido Chopin, sinfonias de Beethoven, os concertos de Brandenburgo.

Aos 17 anos, sobreveio uma situação-limite de que jamais vos recuperastes completamente: a perda de vossa mãe. Naquele então, começastes o curso de Direito, sem convicção, ou qualquer laivo de entusiasmo. No horizonte, uma nova luz vos atraiu – o Jornalismo. Com armas e bagagens partistes para o novo desafio ao qual vos mantendes fiel há 45 anos. Registre-se que, desde os dez anos, vínheis vos devotando à leitura com afinco, a revelar as duas faces de vossa vida intelectual e profissional articuladas: as Letras e o Jornalismo, numa imbricação indissociável.

Sobre a nova vida de jornalista, escrevestes: “Por incrível que pareça, foi a minha salvação: foi um fio-terra, num período de angústia e desorientação.”

Outro dado relevante viria somar-se ao ingresso nas lides impressas: a Rua da Matriz. Deram-se dois encontros decisivos, o primeiro com a família Barretto Filho, cujo *pater familias* haveria de se tornar o vosso mestre incontestado, ao longo de toda a vida, em que pese a diferença de 30 anos entre vós. José Barretto Filho, professor e escritor de fôlego, era homem de vasta cultura e superior inteligência, que tem sua biografia condecorada com um texto sobre a sofrida correspondência entre Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, um belo e consistente estudo sobre Machado de Assis (a merecer reedição), além de romances e ensaios de múltipla natureza. Este ano se celebram os 100 anos de seu nascimento. Professor da PUC, jurista de raro talento, educador, filósofo e historiador da Cultura Hindu, dele fui colega no Conselho Federal de Educação e no Magistério Superior e posso testemunhar a grande lacuna que significou o seu desaparecimento. Pois foi ele quem orientou em vosso percurso intelectual os passos mais consistentes, designadamente na problemática filosófica e nas questões de fronteira entre a Filosofia e a Religião.

Entre vós e Barretto Filho, havia uma geração de diferença, o que jamais constituiu óbice a uma relação intelectual e espiritual particularmente frutífera. O Oriente perpassava a *Weltanschauung* do velho mestre. Para vós, o Oriente, longe de vos distanciar de vossas convicções mais impregnadas da fé em que fostes educados, vos sussurrava um fenômeno religioso totalmente despojado da rotina, do hábito. É que, por vezes, o Cristianismo poreja em alguns fiéis uma espécie de banalização indevida, longe da solidez teórica e espiritual que herdamos dos grandes luminaires, designadamente dos místicos

que, segundo Henri Bergson, eram dotados de um bom-senso superior. Dissestes certa feita que foi nas tradições mais profundas do Oriente que havíeis encontrado o vosso nervo metafísico. É que tais descobertas reveladoras não se haviam submetido ao dogmatismo da razão, ou melhor, a um racionalismo pretensioso e mesmo pueril. O mistério conservou toda a sua inteireza em vosso espírito e vos propiciou uma abertura de espírito, sem a qual, nem a Filosofia, nem a Religião nos permitem respirar o ar puro de uma verdade que, para nós, acena como forte luz a balizar nossos caminhos. Mas o velho Barretto haveria de vos ensejar outro encontro decisivo para a vossa vida, com Cecília, diletta filha do mestre. Os Barrettos moravam perto da vossa residência. Rua surpreendente, porquanto nela habitavam famílias particularmente numerosas. Além dos Barrettos, que tinham 12 filhos, os Lacombes abrigaram um pequeno clube de 13 filhos e os Assis Ribeiro 12 e vós éreis nove irmãos. Pudera, era a Rua da Matriz!

Cecília, filha de Barretinho, como o chamávamos, era toda graça e pureza angélica. Ela e vós vos destes às mãos e percorrestes um caminho pleno de felicidade, até que o Senhor a chamou para o Seu convívio. Um ilustre monge me disse recentemente que a presença de Cecília no Colégio São Bento foi uma luz que lá penetrou profundamente e deixou marcas indeléveis.

A perda de vossa mãe vos fez com que vos afastastes da fé familiar. Vosso pai quase se tornou monge beneditino, ao tempo em que uma leva de homens talentosos tomou hábitos, como D. Marcos Barbosa, Dom Irineu Pena (há pouco falecido, aos 92 anos), D. João Evangelista, oriundos de profissões diversas. Vossa formação católica sofreu abalos e vos levou à contestação radical e ao cultivo do Marxismo, à época quase inevitável. Era o vosso tributo a um sarampo ideológico, à época, manifestamente epidêmico.

A Filosofia fez parte de vosso cardápio, mas alguma voz vos sibilara que o racionalismo não dava conta das profundas indagações do espírito humano. Seria talvez uma espécie de geometria do espírito, e não o seguro condutor da inteligência ao núcleo dos problemas essenciais com que se defronta o homem. A razão raciocinante e suas deficiências vos conduziram intuitivamente a dela vos apartar em suas pretensões excessivas à explicação do real em sua inteireza. Isto sem jamais negar o valor da inteligência, em seu sentido etimológico.

É quando ingressa em vossa vida intelectual e espiritual o casal Maritain, cujos livros à época eram muito lidos nos meios católicos. Raissa

Maritain, em *Les Grandes Amitiés*, traça um retrato fidedigno das oscilações espirituais e das conquistas do chamado *Renouveau Catholique*. Isto após o difícil momento existencial vivido por Jacques e Raissa, no Jardin des Plantes. Ali, bem perto da casa em que Peter Wust se hospedou para frequentar os intelectuais católicos franceses, concluíram os jovens pensadores que, se a vida carecesse de sentido, como então acreditavam, nada mais racional do que pôr fim à existência. O gélido pacto de morte se viu superado pelo fogo da fé que incendiou suas almas jovens.

Adiante se dará a ruptura dos intelectuais católicos com o historicismo impositivo e mesmo uma avaliação desfavorável da preeminência da própria História. Delineando o perfil dos *sorbonards*, Raissa escreveu:

[...] a História tornara-se para eles uma espécie de ciência-rainha, que herdava, sem poder carregá-los, todos os direitos da Metafísica repudiada; e eles ainda a tornaram mais arrogante ao pretender transformá-la em ciência exata, cobrando dela a explicação definitiva da vida do pensamento, através de uma pesquisa das fontes que fugira sem fim de causa acidental em causa acidental.

Deu-se então o encontro com o feroso Léon Bloy que, em vez de teoria, trazia o seu compromisso sem volta com a plena doação de seu viver ao Caminho, à Verdade e à Vida. Vós dissestes que Léon Bloy “não era uma teoria, e sim uma grande verdade de carne e osso”.

A decepção com o racionalismo vos fez volver os olhos para a vossa infância, quando, deslumbrado, observáveis as formigas e aranhas do jardim e o barulho dos bambus sacudidos pelo vento que deixava vossa alma em enlevado estado poético.

Cabe aqui devolver-vos a palavra para narrardes o milagre de uma descoberta transcendente que vivenciastes:

[...] passeando uma tarde pelo terraço de nossa casa, notei que o brilho do sol poente e a luz pálida do crepúsculo se combinavam, imprimindo à aproximação da noite uma beleza fora do comum e um encanto desconhecido. As próprias paredes da casa vizinha pareceram transfiguradas. Erguendo o véu da vulgaridade que envolve o mundo cotidiano, seria acaso o poente o mago autor desse milagre? Não. Eu bem discernia a causa de tudo na impressão produzida em minh’alma por esse espetáculo: aquela visão de beleza eclipsara a minha consciência de mim mesmo. Até então, ao ritmo diário da vida, o Eu me atravancava a consciência, alterando e encobrindo toda a perspectiva.

Naquele instante, ao contrário, esse Eu passara para o segundo plano, e pude então distinguir o mundo sob seu verdadeiro aspecto. Tudo nele cintilava de beleza e de alegria. Morrera a vulgaridade.

É um instante privilegiado que experimentastes e que fala fundamente da densidade do mistério que se aninha no mais recôndito de nosso ser. Daí vossa visão do Cristianismo que “não foi inventado para ser o governo do mundo”, porque “continua a ser um mistério”. Para “penetrar esse mistério [...] o orgulho da inteligência é um obstáculo real”.

A força gravitacional da imanência não se aninhara em vossa alma, mesmo em instantes cinzelados pelos apelos da desesperança. É que uma inspiração maior se alojara nas fímbrias do vosso ser a falar de valores superiores. Como olvidar o pensamento atual de Jean Baudrillard: “O velho sistema de valores substituído pela troca generalizada de mercadorias só nos levou à impossibilidade de troca?”

O trecho de vossa experiência quase mística é o início de uma caminhada, prenúncio de um encontro definitivo com a fonte única de toda a inteligência e de toda a bondade. É todo um roteiro ajustado à forte palavra de São João da Cruz: “Para que possa ser tudo, deseje ser nada. Para que possa ter tudo, deseje ter nada.”

Não se cuida aqui de despojar o homem de sua dignidade, de sua autonomia, de sua liberdade. Menos ainda de lhe cortar as asas para os grandes voos existenciais. E sim de retirar-lhe os grilhões que o prendem à epiderme da realidade, às conjunturas passageiras e fugazes que nos desviam o olhar do genuíno foco – o núcleo do nosso próprio ser, aquele que nos permite uma aproximação ontológica com o outro e, sem a qual, a vida fenece, se estiola e mesmo murcha. Bem sei que vós subscreveríeis tais veredas conducentes ao grande sertão que nos espera (rosianamente falando), o plano em que nosso destino poderá superpor-se à nossa vocação.

O novo século nos vem revelando um mundo conexo e interdependente. É o momento de homens e mulheres embebidos numa visão humanista forcejarem por tornar mais amiudado o diálogo interpessoal e entre nações aptos a lograrem o entendimento, a concórdia e a paz. A voz dos humanistas se faz crescentemente necessária.

Se for verdade que o pensar e o ler vivem e respiram uma circularidade mutuamente enriquecedora, cabe perquirir o sulco de vossas leituras. Voraz leitor sempre fostes, desde o dealbar de vossa vida intelectual. Aos dez anos, a História Romana desfilava seus capítulos em vosso espírito ávido de abarcar o sedutor universo à vossa volta.

A filosofia que temos depende do filósofo que somos, repetia Georg Simmel, e encontrá-la no recesso do nosso ser implica acompanhar delicadamente os momentos em que a criação começa a fazer morada em nosso espírito, sem nos darmos conta das sementes que se vão plantando sub-repticiamente em nosso espírito.

Quais teriam sido as sementes que se alojaram nas dobras de vossa alma? Vós mencionastes a trindade universal do vosso mundo de leituras, Cervantes, Dostoiévski e Thomas Mann. Escritores de ideias (mesmo Cervantes) abriram de par em par as portas para a complexidade da alma humana, apresentando-a em suas células mais recônditas, por vezes com uma tocante simplicidade.

O romance *Dom Quixote* talvez seja uma espécie de introdução quase obrigatória para se penetrar nos recantos mais profundos da alma humana, como que sintetizando a *bellum intestinum* entre o realismo e o sonho, o racionalismo e a livre imaginação, a filosofia lastreada no puro bom-senso e aquela que se abre ao mistério e aos desafios das dúvidas que precedem as adesões à busca de horizontes sem limites, da prosa que poetiza as belezas do existir.

Páginas de Dostoiévski nos falam de uma sofrida existência imersa em tragédias cercadas de lances do cotidiano, em que emerge, com frequência, uma abertura de almas, com diálogos de raro alcance ontológico. Vós sentistes o baque causado pela leitura de *O Idiota* do escritor russo. E não resististes à tentação de ler muitas outras obras do romancista russo, dentre as quais há que citar *Os Irmãos Karamazov* e *Crime e Castigo*. Estavam lançadas as bases sólidas para outras buscas que geraram o Jornalismo Literário que encarnais com *aisance* inconfundível.

A atração pela obra de Thomas Mann, vós o confessais sem rebuscos, promanou da vossa paixão pela Música. O escritor alemão, que abandonou a Alemanha para fugir da tirania dominante no País, e que haveria de horrorizar o mundo inteiro, proferiu, em Zurique, uma conferência intitulada

“Sofrimentos e Grandeza de Richard Wagner”. A fúria despertada pelo pronunciamento do escritor levou-o a buscar abrigo no exterior.

Mais tarde, Thomas Mann publicaria o seu último livro, o famoso *Doktor Faustus*, em que o herói, Adrian Leverkühn, é um compositor em crise existencial, vítima de impiedosa sífilis (vós vistes aí o símbolo para a doença da própria Alemanha). É a barganha faustiana. No entanto, o que importa é frisar que o aureolado romancista alemão buscava um novo sistema de composição. O que gerou um sério problema, pois fora perseguir um sistema de composição que outro não era senão o Dodecafonismo, a música dos doze sons. Sobreveio a acusação de plágio de Schoenberg, quando a desarmonia entre dois gigantes entrou pela porta dos fundos.

Na verdade, vós avaliastes Thomas Mann como uma mistura de lirismo com uma certa seriedade alemã que havíeis encontrado na Música. Fostes pinçar no século XVII (no vosso entender mais rico do que o subsequente) Fénelon, místico que escreve com a dignidade de um Racine, assentistes. Outro místico vos atraiu a atenção, Newman, que sacudiu os ingleses com a sua conversão ao Catolicismo, ao abandonar a Igreja Anglicana, após anos de estudo, reflexão crítica e permanente oração.

Podemos mencionar, em obediência ao paralelismo Música/Literatura, vossa admiração por Jane Austen. Escrevestes: ela “parece realizar nas letras um certo ideal mozartiano – leveza, graça, espírito, tudo isso embrulhado no mais puro Classicismo. E como o Classicismo é necessário para temperar os nossos ardores românticos”, concluístes. Chesterton e seu estilo original atraíram vossa atenção pelas surpresas dos paradoxos criativos e a mestria de uma dialética primorosa.

Frequentastes famosos romancistas católicos, como François Mauriac, para quem “o romancista é, de todos os homens, aquele que mais se parece com Deus: é o imitador de Deus”, além de Georges Bernanos e Graham Green. Sem mencionar aquele que fundamente penetrou na alma de várias gerações pela radicalidade de seu compromisso com a fé, o já citado Léon Bloy. A turbulenta e vivaz caminhada espiritual do trágico romancista constituiu para vós “uma aventura pessoal de que Eu não conheço limites”. Em vosso baú de admirações, há um lugar especial para Jorge Luis Borges.

Fixando o olhar em nossa Literatura, avulta com vigor em vossa admiração Machado de Assis, o verdadeiro milagre brasileiro e fundador da Cadeira que hoje passareis a ocupar.

Lima Barreto é também objeto de vossa atenção e integra a trindade literária tão identificada com a alma da Cidade Maravilhosa, juntamente com Machado de Assis, Lima Barreto e Carlos Heitor Cony.

A Academia Brasileira de Letras vem abrigando, desde sua fundação, há III anos, literatos e cultores das mais diversas áreas do saber e das mais diversas profissões. Com Machado de Assis, Joaquim Nabuco e outros escritores de nomeada, a novel instituição entendeu de gerar um convívio culturalmente múltiplo entre seus membros por maneira a se constituir num grupo representativo dos valores intelectuais da vida brasileira. Romancistas, poetas, críticos literários, contistas aqui convivem com sociólogos, historiadores, cientistas, filósofos, teólogos, cultores de Ciências Humanas e Sociais e de diversas Artes. E também profissionais da Educação, da Medicina, do Direito, da Comunicação, e de numerosos outros campos da atividade humana.

Vós ingressastes no Jornalismo em momento de desencanto e dele colhestes a emulação para superar o *nonsense* daqueles dias cinzentos. Pudestes trabalhar nos grandes jornais desta Cidade trepidante. Astros da profissão, muitos dos quais escritores renomados, chefiavam redações e, assim, contribuíam para a formação de novas gerações de jornalistas. Podeis dizer que Elio Gaspari, Wilson Figueiredo, Luiz Alberto Bahia, Heráclio Salles e Luiz Garcia vos deram o fulcro de sua experiência e vos prepararam para as jornadas que iríeis trilhar e de que vos tornastes um dos expoentes. O *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil*, o *O Globo* marcaram os 45 anos de vossa atividade jornalística. Os fatos relevantes do País e do exterior pervadem o espaço jornalístico e demandam interpretações. Daí a extensão cultural que se exige dos profissionais da Comunicação.

Cabe recordar a palavra de Wickham Steed, um antigo editor do *The Times*, de Londres:

O jornalista ideal seria aquele que, tendo dominado e assimilado a sabedoria dos antigos, as filosofias dos mais modernos, o conhecimento dos cientistas, a mecânica dos engenheiros, a história da sua própria e a das outras épocas, bem como os principais fatores da vida econômica, social e política, fosse capaz de guardar todas essas coisas

em sua mente e fornecer tanto quanto delas pudesse ser prontamente digerido por seus milhões de leitores, em proporção a um desejo que ele adivinharia.

Há uma pressão constante nas redações, o que levou T.S. Eliot a obter: “Há espíritos com os quais tenho uma estreita afinidade; não se põem a escrever senão sob a pressão de uma oportunidade imediata, ou somente sob essa pressão atingem o seu melhor rendimento. É tal disposição de espírito que me proponho considerar como característica do Jornalismo.”

Entre nós, o Jornalismo se transformou na ponte conducente às Letras. Escritores nasceram na desafiante tarefa de comunicar fatos e opinar nas redações dos periódicos. A Academia Brasileira de Letras acolheu até agora 278 escritores, cerca de uma centena e meia dos quais provieram da Imprensa. Houve acadêmicos que nasceram como escritores nas redações de jornais e revistas. Outros foram articulistas sistemáticos ou esporádicos. Todos se beneficiaram do dinamismo do cotidiano do Jornalismo.

Do passado, luziram na Mídia Impressa, dentre muitos outros, os nomes de Sílvio Romero, José do Patrocínio, Rui Barbosa, Adonias Filho, Afrânio Coutinho, Álvaro Lins, Austregésilo de Athayde, Alceu Amoroso Lima, Assis Chateaubriand, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Castello Branco, Marques Rebelo, João Ribeiro, Odylo Costa, filho, Raimundo Magalhães Júnior, Ribeiro Couto, Roberto Marinho, Josué Montello.

Sr. Acadêmico Luiz Paulo Horta,

Ao longo de mais de quatro décadas vós vindes espraçando as chispas de talento de vossa pena brilhante. Escrever é um ato existencial prioritário nas curvas da historicidade dos autenticamente vocacionados para as lides literárias. Vós o sois, porque escrever é comunicar-se, é estender a mão ao outro para tocá-lo em sua sensibilidade. É convidar o próximo para o diálogo silencioso e fecundo de almas em busca de comunhão. Cuido caber repisar a respeito a pergunta que o saudoso amigo e escritor Antonio Carlos Villaça formula para si mesmo: “Que é escrever para o escritor? Escrever é, para mim, a única forma de conviver. E, pois, de viver e de conviver. Transviver.”

Escrever é, para vós, uma constante busca da verdade e não das certezas periféricas que nos iludem a inteligência e a distraem da tarefa mais consistente de perquirir e sondar o núcleo do ser que, essencialmente, se situa no imo d'alma e está aberto ao outro e à Transcendência. Ninguém possui a verdade, ela vive dentro de nós e pervade todos os nossos espaços. Como sentenciou Hans Urs von Balthasar, “a verdade é sinfônica”. Ela unifica a multiplicidade de dimensões da pessoa e lhe dá respaldo ontológico e vivificador. A orquestra precisa de um maestro, mas também de cada instrumento com funções bem definidas e sem qualquer deles o conjunto sinfônico não nos oferta a harmonia que nos encanta. A verdade por igual carece de espaço e de amplitude para a sua vigência em nosso espírito, sem as limitações de uma visão fundamentalista que lhe tolhe a torrente de energia que nos enche a alma de enlevo.

Não foi à toa que vós partistes do Jornalismo Cultural para a Filosofia e a Teologia, além de vos haverdes devotado à Música como linguagem divina.

Vós sois um ponto de encontro do jornalista com o literato. As fronteiras entre ambos nem sempre são nítidas. Isto porque o Jornalismo é encarado como uma forma de, sem adiposidade, revelar os dados em sua pureza quase absoluta. Para Emile Boivin, citado por Helio Consololaro, Homero é visto como o primeiro repórter ao narrar na *Ilíada* os combates entre gregos e troianos. A verdade é outra: a obra é perenemente literária, como, entre nós, o são *Os Sertões* de Euclides da Cunha, os romances de Rachel de Queiroz, as obras de Guimarães Rosa e de Machado de Assis, nascidas muita vez em jornais e revistas.

Alceu Amoroso Lima visualiza o Jornalismo como um gênero literário e, efetivamente, o é, pelas peculiaridades das escritas que nos chegam, em periódicos de boa feitura, regadas de figuras de retórica e com fluência natural.

É bem de ver que, hoje, o Jornalismo retrata a fugacidade do dia a dia. As interpretações constituem um bálsamo para mitigar a massa de informações que superlotam a nossa retentiva e atulham a nossa memória.

Vós sois um jornalista pleno que, partindo de dados objetivos, palmilhais a via opinativa de uma rica muticulturalidade. Assim, é que literatos, filósofos, teólogos, cultores das Ciências Humanas e Sociais pululam em vosso universo jornalístico a revelar a amplitude de vossa cultura e a marcante sensibilidade em cinzelar o perfil daqueles que merecem o destaque que lhes atribuis.

Vós certamente não partilhais da assertiva de Flaubert e Proust que desmerecem o papel do Jornalismo. Pelo contrário, tendeis a concordar com o

parecer de Paulo Mendes Campos que não acreditava no talento do escritor sem que ele tivesse passado pela Imprensa.

As Artes vêm ganhando crescente espaço na Academia. Recentemente, o Cinema teve o reconhecimento de seu valor nesta augusta Casa mais que centenária. Já a Música ensaiou seus primeiros passos há menos de uma década, com a implantação do projeto Literatura e Música de Câmara e, desde então, vem ampliando sua presença entre nós. Convosco, a Música entra triunfalmente na Academia Brasileira de Letras e nos acena com uma programação mais rica e variada a atestar o seu papel de relevo na vida cultural da Cidade Maravilhosa, com reflexos em todo o País. Especialmente graças à internet que permite a todos o acesso às atividades de nossa programação.

A Música preenche largos espaços de nossa intimidade espiritual. Ela tem o condão de abrir a porta do céu, no sentir de Beaudelaire. Sentenciou Marcel Proust que “a Música é talvez o exemplo único do que teria podido ser – se não tivesse havido a invenção da linguagem, a formação das palavras, a análise das ideias – a comunicação das almas”.

Vossa obra musical é consistente e se desdobra em muitos livros, sem falar em crônicas que os aficionados acompanham com desusado interesse, dada a extraordinária sensibilidade que revelais e um conhecimento penetrante do tecido musical.

Citemos as obras mais importantes: “Música Clássica em CD – Guia para uma Discoteca Básica”, “Sete Noites com os Clássicos – para Entender os Estilos Musicais da Renascença ao Modernismo”, “Villa-Lôbos – uma Introdução”, “Música nas Esferas” e o “Dicionário Grove de Música”. O dicionário foi editado em 20 volumes. É bem curial assinalar o desafio de reduzi-lo a um volume, com as opções acertadas para o registro dos vultos da Música em obediência a uma justa hierarquia.

Vossa opção radical pela Música tem um sabor platônico: “ginástica para o corpo, música para o espírito”. É uma visão de quem absorveu plenamente a tese basilar do primado do espírito. Assim é que Platão fala da Música como “amor da beleza”. E infere daí que “aquele que tem alma musical poderá amar todos os homens”. Esta é a essência do vosso modo de ser: buscar a harmonia entre os homens mercê da prévia harmonia dos espíritos que a Música possibilita.

Na galeria dos grandes da Música Clássica, em que caminhais com a desenvoltura de quem se reclina em sua poltrona favorita, é manifesta a preferência pela trindade Bach, Mozart e Beethoven. Ficamos a dever a Bach a edificação de uma estrutura que orientou os pósteros de maneira decisiva. Qual um balizamento indispensável ao caminhar da Música em sua crescente afirmação do Barroco ante o Classicismo e o Romantismo.

No estudo das correntes musicais mais relevantes ao longo do tempo, soubestes apontar em Haydn o verdadeiro pai do Classicismo – a base sobre a qual se assentaram as inovações revolucionárias de Mozart e de Beethoven. Ao último, frisais, trata-se de “um caso único”, pois ele fez “a ligação entre o antigo e o moderno”. Beethoven é uma de vossas paixões. Para vós, o velho mestre “continua a usar tudo o que o Classicismo tem de bom. A saber, um admirável sentido da forma e a capacidade de dominar as emoções”. Beethoven soube temperar o seu mundo tempestuoso e a serenidade que se lhe seguiu, à semelhança de Goethe.

Coube a Schopenhauer “assegurar à Música um primado absoluto em relação às demais artes pelo seu inconfundível caráter metafísico”. É imediata a ilação de que as filosofias e as artes mantêm um vínculo por vezes mal encoberto, mas nem por isso menos relevante.

Vossa atenção jamais olvidou a Música Brasileira e, nela, sempre destacaís o vulto sem rival de Villa-Lôbos. Escrevestes: “Villa-Lôbos está para a Música Brasileira como Bach para a Música Alemã: tudo parece começar por ele.”

A vossa rica biografia no Jornalismo e na Música já vos situa no elevado conceito em que vós sois tidos pela *intelligentzia*. Mas vós ainda nos reservastes uma surpresa: durante dez anos formastes grupos voltados ao estudo da *Bíblia*. Os encontros ocorriam às segundas-feiras, à noite, em vossa residência, com cerca de 40 participantes, em média. As portas da casa ficavam abertas e qualquer pessoa podia comparecer aos encontros, sem convite prévio. As sessões eram precedidas de minuciosa preparação dos textos a serem lidos e comentados, dos comes-e-bebes e, surpreendentemente, sempre apareciam cadeiras qualquer que fosse o número dos presentes. Havia como que o milagre da multiplicação de cadeiras. Em tudo vós e Cecília evidenciáveis a riqueza de vossa fé e a plena abertura de alma aos outros.

Os círculos bíblicos se tornaram famosos e a leitura de trechos do livro sagrado conduzia maviosamente a interpretações e análises múltiplas, com a

participação de todos, bem ao seu feitio aberto ao outro. Esta riqueza nos será revelada em vosso próximo livro, que virá a lume brevemente.

Certa feita, uma das participantes não pôde sopitar uma observação, quando vivíeis momentos tempestuosos. Vós lhe dissestes: “Eu entendo a vida como um dom e tudo isto que venho sofrendo faz parte deste dom maravilhoso.” Vós estais retratados neste pensamento de raro peso existencial.

Foi um itinerário luminoso em que a Cultura e a fé se uniram e propiciaram um enriquecimento espiritual que gerou significativo aumento no número de vosso já grande contingente de admiradores. Isto porque nada mais profundo do que o transbordamento do Eu quando nele avulta a verdade que escapa à visão epidérmica do mundo e das pessoas. E vós porejais este universo que preserva a autonomia do pensar e do crer e entre ambos estabelece os elos recônditos nem sempre percebidos. Com criatividade buscastes sempre construir uma ponte entre o *Antigo* e o *Novo Testamento*, frequentemente havida como inexistente ou, pelo menos, insuficientemente sólida para evidenciar a continuidade de um processo que nos levou ao Cristianismo.

Sr. Acadêmico Luiz Paulo Horta,

A Academia Brasileira de Letras vos acolhe de braços abertos na plena convicção de que vós lhe aportareis a preciosa contribuição de vossa cultura e de vosso ameno convívio. Totalmente empenhado em prosseguir na senda até aqui trilhada, com patente privilégio conferido ao Jornalismo, à Música e à vossa confissão religiosa, vós refizestes o vosso itinerário afetivo com a alegre, vivaz e gentil Ana Cristina Reis, que tanto estimamos, e vos reencontrastes consigo mesmo no patamar da grande paz e alegria a que a fé e o amor inevitavelmente conduzem.

Discurso da
SRA. CLEONICE SERÔA DA MOTTA BERARDINELLI

e

Resposta do
SR. AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

*Sessão solene extraordinária do dia
05 de abril de 2010*

I

DISCURSO DA SRA. CLEONICE SERÔA DA MOTTA BERARDINELLI

Sr. Presidente, Marcos Vinícios Vilaça; Senhoras e Senhores Acadêmicos; Autoridades presentes; queridos Colegas e Amigos:

De Cláudio Manuel da Costa, falarei em primeiro lugar. É ele o patrono da Cadeira 8, para a qual me elegestes, numa demonstração de confiança que me enche de um justo orgulho – orgulho de pertencer a esta Casa, da qual só agora me aproximei por uma espécie de timidez que me tolhe o impulso de tentar algo que me parece ambicioso de mais. E ides permitir que lembre aqui, neste momento solene, um fato antigo, de que é personagem central o poeta português quinhentista, Sá de Miranda, ou, como era mais frequentemente chamado, o Dr. Francisco de Sá, irmão do nosso terceiro governador-geral, Mem de Sá, e tio do fundador da nossa Cidade, Estácio de Sá. O que talvez vos seja novidade é o fato do qual ele foi personagem quando, vencendo a sua timidez, decidiu, já entrado em anos, endereçar, àquela que queria para sua mulher, um pedido de casamento a que ela, surpresa, respondeu: “Senhor, por que vindes tão tarde?”

Por que lembrar este fato, num momento grato ao meu coração e à minha inteligência? Porque me pareceu ouvir uma voz coletiva, vinda em minha direção, a questionar-me: “Senhora, por que tão tarde? Por que mais tarde que qualquer um de nós outros?” E, enchendo-me de coragem, responder-vos: “Pelo mesmo motivo que levou o velho poeta a retardar o tempo da sua plena realização.”

Aceitai-me tal como sou e permiti-me dizer algumas palavras antes de voltar ao meu ilustre Patrono, escolhido pelo Fundador da minha Cadeira, com refinada competência. São palavras simples, de agradecimento.

As primeiras serão endereçadas a meus pais, Emídio e Rosina, e a meus irmãos, Nilda e Adilson, que fizeram da minha vida em família uma consonância de paz e alegria, de carinho recíproco e amizade total. Poderíamos todos dizer, se não se tivessem ido à minha frente: fomos uma família feliz.

E há mais o agradecimento a meu marido que, interpelado por mim quando o casamento ficou marcado: “Acho que devemos definir o que você aceitará que eu continue a fazer daqui em diante.” Me respondeu que não gostaria que eu continuasse a dar aulas no ensino secundário. Continuei: “E a Faculdade?” “A Faculdade é sua vida.” E seguimos juntos até à sua partida: nós dois, meus cursos, meus alunos do ensino superior.

A todos os Acadêmicos digo “obrigada, obrigadíssima”, pelo simpático acolhimento que me dispensaram, nesta confraria de cunho muito especial, em cujo convívio me enriquecerei, sem sombra de dúvida.

Aos funcionários da Casa, sobretudo às secretárias Maria Carmen Oliveira e Lúcia Deppe da Costa, agradeço a imensa ajuda dada pessoalmente, a mão estendida, o ouvido alerta, a resposta pronta e competente. Mas já é tempo de voltar ao meu grande Patrono.

A poesia lírica de Cláudio se compõe de 100 sonetos, alguns epicédios, éclogas e epístolas, alguns romances em redondilha maior e uma série de cançonetas, dialogadas duas a duas, estrofe a estrofe, em contraponto, como num dueto em que os respectivos cantores, ou o mesmo em dois tempos diferentes, se contradizem. O par mais curioso talvez seja o primeiro, cujos poemas se intitulam: “À lira desprezo” e “À lira palinódia”. Constituído de 18 quartetos, em nove grupos de dois, e escritos em hexassílabos, um metro ágil e gracioso, têm como locutor o poeta e como alocutária muda a lira. Porque esta não o consola, rejeita-a; arrependido, retrata-se. Na primeira edição, infelizmente não seguida pelas outras, os quartetos correm paralelos nas páginas que, no livro aberto, ficam lado a lado. Eis o primeiro grupo de dois quartetos, dispostos numa e noutra coluna:

À LIRA DESPREZO

Que busco, infausta lira,
 Que busco no teu canto,
 Se ao mal, que cresce tanto,
 Alívio não me dás?

A alma, que suspira,
 Já foge de escutar-te:
 Que tu também és parte
 Do meu saudoso mal.

À LIRA PALINÓDIA

Vem, adorada lira,
 Inspira-me o teu canto:
 Só tu a impulso tanto
 Todo o prazer me dás.

Já a alma não suspira,
 Pois chega a escutar-te:
 De todo, ou já em parte
 Vai-se ausentando o mal.

Como se vê, os versos de um e outro grupo, terminam, um a um, com a mesma palavra, posta no segundo para negar o que foi dito no primeiro. Sob o disfarce de um desentendimento e uma decepção com a lira, o que neles se canta é um desengano amoroso ao qual o instrumento não pode dar remédio. Sendo a leitura feita *pari passu*, como insisto em repetir, não há propriamente dois tempos diversos: o da repulsa e o da reconciliação. Há, isso sim, uma oscilação entre os dois sentimentos contraditórios que assaltam o poeta e que o fazem chamar à lira *infausta*, e logo *adorada*; fugir-lhe e chegar-se a ela; considerá-la parte do seu mal e contributo para a ausência dele. Oscilação que se prolonga até os últimos versos, engenhosamente tecidos pelo poeta num vai-vém de lançadeira, a tramar o texto poético que nos envolve, a nós. Fiz questão de chamar a atenção para este virtuosismo de Cláudio, assumindo, como fazem alguns dos que lhe estudam a poesia, a inclusão do nosso poeta entre aqueles que conservam características positivas do movimento poético anterior – o Barroco.

Muito haveria ainda a destacar na produção lírica de Cláudio, mas me deterei num único soneto, que considero dos mais primorosos jamais escritos em nossa língua, dirigido a uma Nise que povoa insistentemente as suas páginas:

Nise? Nise? Onde estás? Aonde espera
 Achar-te uma alma, que por ti suspira,
 Se, quanto a vista se dilata, e gira,
 Tanto mais de encontrar-te desespera!
 Ah se ao menos teu nome ouvir pudera

Entre esta aura suave, que respira!
Nise, cuido que diz; mas é mentira.
Nise, cuidei que ouvia; e tal não era.

Grutas, troncos, penhascos da espessura,
Se o meu bem, se a minha alma em vós se esconde,
Mostrai, mostrai-me a sua formosura.

Nem ao menos o eco me responde!
Ah como é certa a minha desventura!
Nise? Nise? onde estás? aonde? aonde?

O cenário onde se desenrola a busca – busca dolorida e vã do objeto amado – leva o leitor a revestir o sujeito lírico de vestes pastoris, sob as quais desponta uma sensibilidade em que já se prenuncia o romantismo nascente. O pastor chama por Nise nos versos extremos; em ambos pergunta onde ela está; em ambos fica sem resposta. Busca-a com a alma e com os olhos que se dilatam e giram, no esforço de ver mais e em toda parte. Pensa ouvir seu nome, sussurrado pela brisa, “mas é mentira”. Pergunta por ela à natureza e nada lhe responde. E o pastor amoroso, reconhecendo a sua desventura, volta a chamar pela amada. E continuará a chamar e a não ter resposta, pois o soneto, como uma *canção redonda*, sugere a possibilidade de recomeçar pelo mesmo verso com que terminou, indefinidamente.

Saldada a dívida com o meu Patrono, passo a falar do Fundador desta Cadeira, o grande poeta parnasiano Alberto de Oliveira, que nela antecedeu a Oliveira Vianna, a quem darei, frequentemente, a palavra, já que este, seu incondicional admirador, em seu discurso de posse, começa por acentuar o ambiente familiar em que o poeta foi criado, uma verdadeira tribo patriarcal, unida e numerosa, mais que isso, uma espécie de pequena Academia de Letras, concluindo que aí estaria o segredo da postura desse que “poderia ter sido tudo neste país [...], entretanto, não quis ser nada disto: insulou-se na Arte e não foi outra coisa durante a sua vida senão exclusivamente o poeta Alberto de Oliveira”.

Mergulhado numa época fértil em novas escolas filosóficas, literárias, artísticas em geral, políticas, mas limitadamente permeável às suas influências, assistiu ao começo e ao fim da poesia condoreira, passou pela parnasiana, pela

simbolista, viu chegar o Modernismo e o Futurismo, e continuou parnasiano, apurando as suas qualidades artísticas. Um clássico, pois, considera-o o seu sucessor em nossa Cadeira.

Referindo-se às obras mais maduras de Alberto – *Sonetos e Poemas*, considera-o “inteiramente livre de todas as fraquezas e dubiedades da primeira fase, afirmando-se não só magnífico pelo brilho, pela precisão, pelo colorido, como admirável pela música e vernaculidade da expressão. E ainda acrescenta: “Este fascínio pela beleza do idioma é que o levou, provavelmente, quando teve de escolher patrono, a recuar ao século XVIII, à Escola Mineira – e a fixar-se em Cláudio Manuel da Costa. [...] Alberto foi um árcade e continuou a tradição de Gonzaga e de Cláudio; mas a continuou com muito mais brilho, mais inspiração, mais variedade de ritmos e motivos.”

Minha concordância quase total com as opiniões expendidas pelo historiador é aqui *in totum* coincidente. Como ele, eu também diria que (e cito): “O que ele amava na nossa língua, como a expressão do Classicismo, era algo mais do que a expressão da sua época: nela encontrava o que não está sujeito às contingências do tempo, porque é o que há de permanente e eterno na língua, e que é a sua essência, o seu espírito, em suma, o que chamamos o seu gênio. Na sua tersa e castiça linguagem, há a língua portuguesa em tudo o que ela tem de essencial no seu ritmo, na sua força, na sua delicadeza, na sua harmonia vocabular, na sua beleza plástica, na sua elocução pura e forte, no tesouro das suas riquezas sônicas. Nela, encontramos o português na sua genuinidade clássica, entremeado do português que aqui falamos, com termos buscados à nossa fauna, à nossa flora, à nossa geografia, ao nosso folclore, alguns deles – muitos deles! – saídos da maloca tupi ou mesmo vindos da cubata africana, mas todos vernaculizados pela tradição local e popular.”

Buscando analisar as obras de Oliveira Viana, o jurista, o professor de Direito Criminal, o sociólogo, o membro de Institutos de História, Geografia e Antropologia, o ideólogo da eugenia racial no Brasil, a primeira obra sua posta à minha disposição foi, porém, a cópia do seu discurso de posse na Academia. Nenhuma das faces que acabo de citar encontrei no belo e inteligente texto em que ele fazia a análise literária da poesia de seu antecessor – análise em largas pinceladas, por vezes, e por outras, de pincel fino, sensível em extremo.

Confesso-vos que foi um encontro prazeroso: preferi logo esta face que se me revelava à outra, em que me era difícil, por exemplo, admirar-lhe a xenofobia. Este meu primeiro contato com Oliveira Viana causou-me, pois, uma grande surpresa: deu-me, em corpo inteiro, o retrato de um sensível crítico literário, capaz de “penetrar no reino das palavras”, ouvir-lhes a voz, decifrá-las, saboreá-las e, mais que tudo, compartilhar conosco, seus leitores, essas experiências auditivas, gustativas, quase tácteis, que nos chegam filtradas pela palavra sábia do que soube ler e sabe dizer, o que soube entender.

Foi assim que me reaproximei de um poeta que conhecia de há muito e que muito admirava, e foi assim que descobri em Oliveira Viana um invejável leitor e analista deste mesmo imenso poeta. Foi assim que reuni, numa só apreciação, o historiador *doublé* de crítico literário e o poeta.

Não terminarei aqui pelas apreciações deste leitor especial, alternadas com as minhas próprias. É preciso dar-vos, a todos que me ouvis, ao menos um poema do poeta tão merecidamente louvado e o escolho dentre os sonetos do livro *Sol de Verão*, de 1904:

Horas Mortas

Breve momento, após comprido dia
De incômodos, de penas, de cansaço,
Inda o corpo a sentir quebrado e lasso,
Posso a ti me entregar, doce Poesia.

Desta janela aberta à luz tardia
Do luar em cheio a clarear no espaço,
Vejo-te vir, ouço-te o leve passo
Na transparência azul da noite fria.

Chegas. O ósculo teu me vivifica.
Mas é tão tarde! Rápido flutuas,
Tornando logo à etérea imensidade;

E na mesa a que escrevo, apenas fica
Sobre o papel – rastro das asas tuas,
Um verso, um pensamento, uma saudade.

Um soneto perfeito, dirigido a uma figura feminina que chega, como um bálsamo, ao fim de um dia penoso. Figura etérea, entra pela janela, trazida pelo luar. Toda leveza, envolta em luminosidade, chega, beija o poeta e volta a perder-se na imensidade. Um rastro, porém, fica da visita. Onde? No papel em que ele escreve. É um rastro também leve, – rastro de asas que o afloraram, deixando, apenas, quase imponderável, no fecho de ouro do soneto, “Um verso, um pensamento, uma saudade”. Uma saudade! É uma revelação a presença, em lugar de honra, deste sentimento tão ligado ao Romantismo, tão ligado, que está presente no momento em que este movimento artístico surge em Portugal, com Almeida Garrett, na introdução do seu poema *Camões*:

Saudade! Gosto amargo de infelizes,
Misterioso pungir de acerbo espinho,
É dor que os seios d'alma dilacera,
Mas dor que tem prazeres... saudade...

Já compareceram aqui, trazidos pela minha voz, três expressivas figuras da nossa cultura: Cláudio Manuel da Costa e Alberto de Oliveira, poetas; Oliveira Viana, leitor finíssimo de poesia.

A seguir, estará conosco o quarto convidado, Austregésilo de Athayde.

Pernambucano de Caruaru, nasceu Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Athayde no dia 25 de setembro de 1898, tendo falecido no Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1993. Uma longa vida, produtiva, eficiente, rica em atividades várias, entre as quais se foi dividindo, sempre apaixonado pelo que fazia, mas mais constantemente pelo jornalismo, tendo colaborado nos mais importantes e lidos jornais de sua época – ou de suas épocas? pergunto-me, já que muitas foram as faixas etárias que percorreu a trabalhar na profissão preferida, dos vinte e poucos anos, até aos 60. Na década de 50, deixou-se atrair pela Academia à qual, desde então, passou a dedicar-se com grande interesse, tendo sido eleito presidente em 1959 e sucessivamente reeleito para dirigi-la por longos 34 anos, até o fim de sua vida. Sua atuação nesta Casa foi extremamente produtiva. Foi nela que o jornalista, formado em

Direito pela antiga Universidade do Distrito Federal, colaborador dos mais importantes jornais do país, diretor-secretário d' *A Tribuna*, colaborador do *Correio da Manhã*, diretor d' *O Jornal* – órgão líder dos Diários Associados –, que viajou pelo mundo, tendo tomado parte na III Assembleia da ONU, em Paris, onde foi membro da comissão que redigiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em cujos debates teve papel decisivo; que, em 1952, recebeu, na Universidade de Columbia, EUA, o Prêmio Maria Moors Cabot, por sua destacada atividade jornalística, este cidadão multimodo que, diplomado pela Escola Superior de Guerra, em 1953, se tornou seu conferencista e que, depois da morte de Assis Chateaubriand, passou a integrar o condomínio diretor dos *Diários Associados*, como Presidente da ABL se revelou o administrador inteligente, capaz, sempre presente, o que justifica as suas sucessivas reeleições, e o sucesso de suas múltiplas e variadas realizações.

Publicou, a partir de 1921, uma dezena de livros – de ficção, de reflexão, de crônicas, um ensaio filosófico, alguns de assunto político. Plurifacetado, lúcido, de escrita apurada, elegante, clara, fazia plenamente jus ao título de *Acadêmico*, recebido em honrosa eleição. Feliz a Academia que pode contá-lo entre os seus.

Conheci-o em sua casa, recebida pelo casal Jujuca-Austregésilo, em ambiente familiar, no qual seus dois netos – Felipe e Maria – nos aproximavam ainda mais, por serem também meus sobrinhos-netos, netos de meu irmão Adilson Serôa da Motta, e filhos de minha sobrinha Regina e seu filho Antonio Vicente.

De Austregésilo de Athayde, passo a Antonio Callado, que lhe sucedeu e que, como seu antecessor, teve uma atividade múltipla, fixando-se, no entanto, na criação literária, em que tinha começado, nela permanecendo até ao fim da vida.

Sua estreia fora em peças teatrais, nos anos 50, quando encenou a que lhe deu o maior sucesso: “Pedro Mico”, dirigida por Paulo Francis, com uma cenografia assinada por Oscar Niemeyer, na única atuação desse gênero do grande arquiteto.

Antes disso, porém, formara-se em Direito, nunca tendo exercido a atividade. Ainda estudante, trabalhara como repórter e cronista n' *O Globo* e n' *O Correio da Manhã*. Contratado, em 1941, pela BBC de Londres, dela foi redator até 1947, quando, convidado pela *Enciclopédia Britânica*, chefiou a seção da nova *Enciclopédia Barsa*, publicada em 1963. Trabalhava, em 1968, no *Jornal do Brasil*,

que o enviou ao Vietnã em guerra. Em 1975, aposentou-se como jornalista, mas continuou a colaborar na imprensa.

No mesmo ano de 1975 foi à Universidade de Cambridge, Inglaterra, como *Visiting Scholar*; em 1981, à Universidade de Columbia, em Nova York, como *Visiting Professor*. Em 1992, tornou-se colunista d'*A Folha de S. Paulo*.

Paralelamente a essas funções variadas que exerceu, escreveu obras literárias, sobretudo de ficção, marcadas, quase sempre, pela ojeriza ao regime militar, o que lhe custou duas prisões – em 1964 e 1968, esta última após o fechamento do Congresso com o AI-5.

Situando-se sempre entre os intelectuais que se opunham ao regime militar, tendo sido preso duas vezes, Callado revela em seus romances seu compromisso político, sobretudo no que é considerado por muitos o mais engajado das décadas de 60 e 70, *Quarup*.

Se voltarmos atrás mais de 20 anos, vê-lo-emos na Paris libertada, em 1944, trabalhando no serviço brasileiro da *Radio-Diffusion-Française*. Se a Paris voltarmos mais uma vez, em 1987, encontrá-lo-emos a participar do *Salon du Livre*, a convite do Ministério da Cultura de França. Mais algum tempo e de novo lá estará, em 1990, representando o Brasil na semana *De Gaulle en son siècle*. Recebeu várias condecorações e prêmios, no Brasil e no exterior.

Na Europa, se dá conta da sua (como ele diz) “tremenda fome de Brasil”. Lê incansavelmente literatura brasileira, sentindo crescer o seu desejo de conhecer o interior do país. Datam de sua volta as grandes reportagens sobre o Nordeste, o Xingu e outras.

De toda a sua produção literária, é *Quarup* o livro mais famoso. Publicado em 1967 e traduzido para várias línguas, reflete o seu interesse crescente pelo Brasil interiorano que muito amava e muito estudou. Seu protagonista, Fernando (sempre chamado Nando), é um padre que aguarda a realização de um sonho utópico – criar, no seio da Amazônia, um novo paraíso, tal como teriam sido as missões jesuíticas no sul do País. Sonho que não consegue realizar, acabando por abandonar o sacerdócio.

Eleito para a Academia Brasileira de Letras em sucessão de Austregésilo de Athayde, foi recebido em 12 de julho de 1994.

Morreu em 28 de janeiro de 1997, dois dias antes de completar os 80 anos, tendo permanecido apenas dois anos e meio na ABL.

Nascido em 1919 em Ubá, Minas Gerais, Antonio Olyntho Marques da Rocha é o quinto ocupante da Cadeira, eleito em 1997, na sucessão de Antonio Callado. A ele sucedeu, com a responsabilidade de vir em seguida a um acadêmico com um currículo invejável.

Iniciou seus estudos no Seminário Católico de Campos, onde concluiu o curso secundário. Prosseguiu-os nos Seminários Maiores de Belo Horizonte e de São Paulo. Desistindo da carreira eclesiástica, passou a ser professor, dando, durante dez anos, aulas de Português, Latim, Francês, Inglês, História da Literatura e História da Civilização, em colégios do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que se dedicava ao jornalismo e à publicidade.

Desde então escreveu poesia e prosa, tendo publicado *Presença*, sua estreia poética, e *Jornalismo e Literatura*, adotado em cursos de jornalismo em todo o país, além dum conjunto de ensaios, o *Diário de André Gide*.

Começa então sua carreira de conferencista. Convidado pelo Governo da Suécia para as comemorações do cinquentenário do Prêmio Nobel, fez conferências em Estocolmo e Upsala; a convite do Governo Americano, percorreu 36 Estados, dissertando sobre cultura brasileira; nomeado Adido Cultural em Lagos, fez cerca de 120 palestras na África Ocidental. Participou de Seminários no Brasil e no exterior e em mais de 40 universidades e entidades culturais ao redor do mundo.

Grande divulgador da nossa cultura, como Diretor do Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, lançou a Coleção Mauá de livros técnicos, promoveu exposições de pintura relacionada aos setores abrangidos pelo Ministério, dirigiu a revista *Brasil Constrói*, lançou mais de 30 concursos literários, culminando com a criação do Prêmio Nacional Walmap.

Como Adido Cultural em Lagos, promoveu uma grande exposição de pintura sobre motivos afro-brasileiros, colaborou em revistas nigerianas e mergulhou tão fundo nos assuntos da nova África independente, que desse convívio resultaram seus três livros mais importantes, a trilogia constituída por: *A Casa da Água*, *O Rei de Keto* e *Trono de Vidro*.

Publicou também *Brasileiros na África*, resultado de pesquisa e análise sobre o regresso dos ex-escravos brasileiros ao continente africano. Este livro tem sido motivo de teses, seminários e debates.

Casou-se, em 1955, com Zora Seljan, e, a partir de então, trabalharam juntos em atividades culturais e literárias – ele, como crítico literário, ela, como crítica teatral – no jornal *O Globo*. Em 1973, os dois criaram juntos um jornal, em Londres, e em inglês, *The Brazilian Gazette*.

Bem mais haveria a dizer deste notável acadêmico que se distinguiu pela sua diversificada, contínua e qualificada atuação, em numerosas áreas, sempre com igual destaque. Na Hora da Saudade a ele dedicada, o então Presidente Cícero Sandroni disse que a sua ausência abriria uma lacuna na Academia, e estava plenamente certo.

Minha missão estaria cumprida neste momento, se não tivesse de realizar um desejo de, pela segunda vez, homenagear o Fundador da Cadeira 8, contando-vos uma *petite histoire* que redigi para lê-la nesta ocasião.

Em março de 1926, em São Lourenço, estação de águas minerais, estávamos nós quatro – mamãe e seus três filhos –, por três semanas. A essa altura do ano, seria impossível a papai, capitão do exército, tirar férias para acompanhar a família. Era a véspera do regresso, à tardinha. Sentados na agradável varanda que abrangia toda a frente do hotel – uma antiga casa de fazenda, simples, mas aprazível, àquela hora banhada pela brisa do fim de tarde, reuniam-se os hóspedes para assistir à chegada dos novos companheiros de estada – um hábito e uma distração, onde poucas havia.

Os passageiros, em táxis, paravam diante da escada de poucos degraus que dava acesso à varanda, como que a dividindo ao meio. Num dia que já não posso fixar, chegou, entre vários outros futuros hóspedes, um senhor distinto, de certa idade, com bela cabeleira toda branca e largos bigodes negros, cujas malas foram postas pelo porteiro junto à entrada, enquanto ele ia à recepção do hotel.

Entre os hóspedes, sobretudo entre as jovens, passou um murmúrio de curiosidade: “Quem será esse senhor tão distinto?” Ato contínuo, perguntaram a uma das meninas que também ali estava, e que preferia a companhia das mais velhas para conversar, se queria dar uma olhada nos cartões das malas para satisfazer a curiosidade de todos. A garota não se fez de rogada: discretamente, olhou para um dos cartões e veio, triunfante:

“É o Alberto de Oliveira!”

Não se espantem de ouvir que uma garota de nove anos sabia a importância da sua descoberta. Ela pertencia a um grupo bastante grande de meni-

nas de classe média que, àquele tempo, aprendiam declamação e, como em casa também o gosto pela poesia era alimentado pelos pais, não só conhecia o nome do grande poeta – “o príncipe dos poetas brasileiros” –, mas sabia alguns de seus poemas de cor. Foi, pois, grande a sua emoção ao descobrir que ele ali estava, ao alcance dos seus olhos e da sua voz. Mas já era a hora da refeição vespertina. Todos foram para a sala de jantar.

De volta à varanda, agruparam-se no lado direito da escada, o mais iluminado. No outro, num solitário sofá, numa penumbra discreta, sentou-se o poeta.

Ninguém se conformou com a sua segregação e novamente apelaram para a garota: “Você se importaria de ir convidá-lo a vir para junto de nós?” “Claro que não.” Era o que ela mais queria. E lá se foi. Aproximou-se dele, que a olhou, divertido; convidou-o: “Dr. Alberto de Oliveira, vim pedir-lhe que venha para o outro lado, conversar conosco.” “Minha menina, que graça tem conversar com um velho?” “O senhor não é nenhum velho e estamos todos querendo a sua companhia.” Estendeu-lhe a mão, que ele tomou, afetuoso, e foram para o grupo que o acolheu com expressiva simpatia. Facilmente entabulou-se a conversa, que foi passando de um a outro assunto, fixando-se na poesia. Alguém disse que a menina declamava muito bem e ele, delicadamente, quis ouvi-la. Ela não se fez rogar. Apresentou-lhe uma pequena lista dos poemas que sabia de cor; ele escolheu um, pareceu gostar e pediu mais; mais outro, mais outro, ainda outro. Ela protestou: “Não é justo. Eu já disse uma porção e o senhor não disse nenhum. Agora é a sua vez.” “Eu não tenho graça. Sou um velho poeta. Você, sim, que é uma menininha...” mas, enfim, depois de muitas negações, aquiesceu: “Você é terrível! Vou dizer um, mas não meu. Vou dizer um soneto de Olavo Bilac.” E disse um dos mais felizes sonetos do grande Parnasiano, mas que, como eu penso – não sei se com razão –, é parnasiano no significante, mas ainda romântico no significado: “Maldição”. Na voz grave e pausada do poeta, o poema ganhava relevo e transmitia com mais intensidade a maldição de um apaixonado infeliz, desesperado. Ecoaram as palmas pela sala; delicadamente as interrompeu, perguntando à garota: “Não quer dizer-nos mais um poema?” Ela não sabia mais nenhum. Ele, insistente: “Procure bem, nesse precioso escrínio da sua memória, mais um diamante precioso.” E ela, com pena, esforçando-se para lembrar: “Qual... Nem uma turmalina quebrada...”

Já eram horas de dormir. A mãe lhe lembrou que voltariam a São Paulo no dia seguinte. O poeta teve pena de interromper tão rapidamente o convívio que apenas tinha começado. Também ele iria a São Paulo nos próximos dias e se hospedaria no Hotel Esplanada. Convidou-a a ir visitá-lo. “Se a mamãe me levar...” A mamãe disse que sim. Combinado. Deram-lhe o telefone de casa. Ela lhe disse ainda que tinha um livro de lembranças dos amigos, que ganhara como prêmio no Colégio. Gostaria de ter algo escrito por ele. “Mande levá-lo ao hotel e prometo escrever-lhe uns versinhos. Depois você irá visitar-me e eu lho entregarei de volta.”

Assim foi. E até hoje a menina daquele tempo guarda, como relíquia, o caderno no qual Alberto de Oliveira escreveu esta pequena joia de afeto e simplicidade, oferecida numa data que marcará, 84 anos depois, um acontecimento decisivo na vida da menina:

À Cleonice

Pouco te importe o meu nome.
Não vale nada.
E nada que é, se consome
E apaga. Aqui
Vale apenas, enlevada,
A alma que deixo ajoelhada
E a Deus, lembrando o teu nome,
Reza por ti

Alberto de Oliveira

S. Paulo, 16 de Março de 1926

A menina ficou encantada e encantada continua quando lembra os dois breves encontros com o Poeta. E nem podia prever, àquele tempo, que, mais de 80 anos depois, se sentaria numa Cadeira 8, de que ele era o Fundador e que poderia chamá-lo, com imenso carinho: “Meu caríssimo confrade.”

II

RESPOSTA DO SR. AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

Era uma vez um menino que, muito pequeno ainda, chegara ao Rio de Janeiro das Minas Gerais. Estudou sempre em Copacabana, em colégio onde, mais para o fim do curso, teve uma professora bonita, nascida em Botafogo. Adolescente, quando ele já acalentava a pretensão de julgar-se rapaz, aquela grande preceptora, e outro professor – igualmente ilustre, embora chamá-lo belo seria exagerar-lhe os atributos –, aprofundaram no aluno o prazer da leitura e da escrita em Língua Portuguesa. A jovem, formosa e querida mestra contribuiu para nele acentuar, desde então, o gosto por estudos que, também por sua causa, o têm acompanhado pelo resto da vida. A tal ponto que, embora sem o tornarem mais que um aprendiz de escritor, confessadamente bissexto, acabaram por trazê-lo a este plenário prestigioso de grandes cultores do idioma. O caro professor se chamava Carlos Henrique da Rocha Lima. A mestra amada, Cleonice Serôa da Motta, depois Berardinelli, a quem tenho, hoje, a honra desvanecedora de aqui receber.

Nossa docente maior diz ter sido “empurrada” para cá pelos seus “meninos”. Entre estes, naturalmente liderados pela discente Ana Maria Machado, nos alinhamos, discípulos de sempre, Antonio Carlos Secchin, Domício Proença Filho e o que vos fala, e não precede os demais por merecimento, senão pela antiguidade, pois é estudante há mais tempo. Ainda falta um, o mais dotado, que fulgurava intensamente, lembrando lâmpada ligada a voltagem superior à sua, e, por isso mesmo, logo extinta, aos 49 anos: José

Guilherme Merquior. Nós todos fomos alunos de Cleonice, e os outros, mais literatos que eu. Aqui, todavia, me reservo o direito de aceitar a precedência que me confere a ancianidade, atribuindo-me o privilégio de saudar Cleonice Berardinelli como decano dos seus pupilos nesta Casa.

Suas contribuições à nossa língua foram tais, tais os seus títulos eméritos em Português, que surpreende haver sido ela, somente agora, chamada a integrar uma casa que “tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional”, conforme reza seu Estatuto.

Quando a mestra eminente completou 50 anos do magistério superior de Literatura Portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro, os professores daquela disciplina, seus colegas, publicaram um livro denominado *Cleonice – Clara em sua Geração*, lembrados que estavam das palavras de Fernão Lopes sobre o condestável Nuno Álvares Pereira: “Como a estrela da manhã, foi claro em sua geração, sendo de honesta vida e honrosos feitos, no qual parecia que reluziam os avisados costumes dos antigos e grandes varões.”

É curioso recordar que a grande cultora da Língua e da Literatura Portuguesas sempre se mostrou excepcionalmente dotada para Matemática e para a Música. Tencionava tornar-se engenheira, e sonhava também com a orientação de Lorenzo Fernandez, que lhe fora oferecida pelo maestro, por considerá-la uma virtuose ao piano. Mas, sob a influência de professores e familiares, acabou cursando Letras Neolatinas na Universidade de São Paulo, onde teve mestres da envergadura de Rebelo Gonçalves, Pierre Horcade, Michel Berveiller, Fidelino de Figueiredo e Giuseppe Ungaretti (privei com este grande poeta italiano na Embaixada do Brasil em Roma, que ele frequentava assiduamente nos anos 50). Cleonice reconhece ter-se apaixonado pelas disciplinas linguísticas – que segue estudando sem cessar – ao ouvir Fidelino, seu mestre maior. E, ao louvar o ilustre lente lusitano, ela não só manifestou a mais firme profissão de fé antifascista, como, enquanto recordava o suave relacionamento mantido pelo professor com os alunos, indicou, também, a disposição com que viria a lecionar até hoje: “Nosso ponto de maior confluência foi um mestre muito especial, que, português, era um cidadão do mundo. O mundo o acolhera quando a pátria o rejeitara. A pátria não, o regime que a dominara, o execrado salazarismo, que ele criticara, e contra o qual se insurgia. A Universidade de São Paulo o convidou, e nós recebemos com simpatia crescente a cada nova aula, a cada encontro. A par do afeto, a admiração.

Admiração pelo saber, pela capacidade de transmiti-lo, pela inteira simplicidade. Viamo-lo lá no alto da sua competência, e nos sentíamos pequenos. Ele, porém, nos dava a mão, acercando-se de nós, buscando uma relação que nos aproximasse, sobretudo, pela afeição.”

A Literatura Portuguesa começara a ser ensinada em nível universitário, no Brasil, por Fidelino de Figueiredo. Pode-se imaginar como Cleonice recebeu dele, encantada, o convite para ser sua assistente. Mas, ao chegar a casa, no mesmo dia, teve a decepção de saber que o pai militar fora transferido para o Rio de Janeiro. Prosseguiu, assim, a carreira universitária na Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil. No teatro estudantil, coube-lhe representar, no *Auto da Alma* de Gil Vicente (que, daí em diante, ela nomeou seu padrinho literário), o personagem do anjo da guarda – papel que lhe coube como uma luva, pois o seria sempre para cada um dos seus discípulos. Quanto à atividade letiva, tornou-se assistente de Thiers Martins Moreira, que lecionava Literatura Portuguesa no Departamento de Letras. E foi Thiers quem lhe abriu o espírito para o mundo poético de Fernando Pessoa.

Na Faculdade, Cleonice apresentou tese de livre-docência intitulada *Poesia e Poética de Fernando Pessoa*. Passaria, com o tempo, de assistente a adjunta e titular. Tornou-se doutora em Letras Clássicas e Vernáculas, lecionou nos cursos de mestrado e doutorado, foi orientadora, conselheira, pesquisadora, crítica e ensaísta, culminando a carreira como professora emérita da, já então, Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ainda ensina. Universidade, aliás, em cuja área administrativa participou do Conselho de Ensino e Graduação, do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, atuou como diretora adjunta e coordenadora da Pós-Graduação na Faculdade de Letras.

Aliás, seria de perguntar onde Cleonice não lecionou, onde não se encontram ex-alunos seus, que tanto ficaram a dever-lhe pela vida afora. Ela os teve na Universidade Federal Fluminense, pois ali daria cursos de pós-graduação, e fora aprovada em primeiro lugar no concurso para titular de Literatura Portuguesa; na Universidade Católica de Petrópolis; na Universidade Santa Úrsula.

Em 1963, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro convidou-a para coordenar a área de Literatura Portuguesa no Departamento de Letras da sua Faculdade de Filosofia, e, nos anos 70, a mestra ilustre participou do programa de pós-graduação. Já aposentada, um convênio firmado

entre o Instituto Camões e a Universidade Católica criou nesta última, especialmente para a sua professora emérita, a Cátedra Pe. Antônio Vieira de Estudos Portugueses, a fim de promover pesquisas, seminários, palestras, cursos e a edição de publicações. E, ao opinar sobre Vieira, Cleonice revelou, tanto quanto o padre jesuíta, os seus princípios éticos e a sua forma de julgar a ação política: “Eu me interessei muito pelos sermões engajados, em que ele defende uma contraideologia, e enfrenta os senhores de engenho. Imagine o que é um jovem sacerdote diante do poder econômico que representa os tais senhores de engenho, para defender diante deles, acusando-os, senão direta, indiretamente, de tudo que se fazia contra os negros. Ele defendeu os índios, os menos favorecidos, defendeu os judeus, num momento em que isso era perigoso.”

Recebido o Diploma de Mérito do Instituto Camões, ela seria ainda homenageada pelo primeiro livro editado por aquela instituição na série *Figuras da Lusofonia – Cleonice Berardinelli*.

Foram diversas as universidades brasileiras, americanas e europeias em que Cleonice proferiu conferências, ministrou cursos, integrou congressos e seminários, presidiu bancas examinadoras. Em 1972, designada pelo Ministério da Educação e Cultura, foi membro da Comissão Especial Brasileira do Quarto Centenário de *Os Lusíadas*. Em 1985, participou do Segundo Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos, e, em 1988, de conferência reunida para celebrar o centenário do poeta, ambos em Lisboa, onde teve editados os seus *Estudos de Literatura Portuguesa*. De 1985 a 1989, seria professora visitante nas universidades da Califórnia e de Lisboa, ministrando cursos de pós-graduação em Literatura Portuguesa.

Cleonice presidiu a Associação dos Professores de Literatura Portuguesa do Estado do Rio de Janeiro, foi membro-fundador da Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa, é vice-presidente da Associação Internacional de Lusitanistas. Hoje, aqui no Rio, prepara cursos para a Casa do Saber, onde, faz pouco, dissertou sobre “Sete Séculos de Poesia Portuguesa” – a trovadoresca, a palaciana, as dos séculos XVI, XIX e XX. Já orientou mais de 100 dissertações, ensinou a mais de mil alunos. Nunca tirou férias, licença-prêmio, licença especial. E, como se os seus inúmeros títulos fossem poucos, esta stakhanovista do trabalho intelectual a eles acresce os de pesquisadora do Conselho Federal de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, consultora da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior, a CAPES, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, a FAPERJ, que lhe outorgou a sua Medalha do Mérito Científico.

Das tantas obras de Cleonice – que não elencaremos, evitando transformar esta saudação em catálogo de livraria –, cumpre destacar, como simples exemplos entre as mais desenvolvidas, que o seu ensaio camoniano mais antigo data de 1963, quando ela já havia publicado desde dez anos antes, por iniciativa do Prof. Thiers, uma coletânea de cantigas medievais transpostas para o Português moderno, uma antologia comentada de Mário de Sá-Carneiro, e uma edição crítica de auto quinhentista anônimo. Publicaria, ainda, as *Poesias* de João de Deus e o *Teatro de Gil Vicente*, além de elaborar a edição crítica das obras dramáticas de Antônio Ribeiro Chiado. Em 1973, vieram os *Estudos Camonianos*, focalizando a épica, a lírica e o teatro do poeta imenso; com introdução e notas apareceria, em 1975, a *Obra em Prosa* de Fernando Pessoa, e, em 1980, o *corpus* dos *Sonetos de Camões*, por ela considerado a “obra mais extensa e de maior responsabilidade que até hoje preparei”; os amplos *Estudos de Literatura Portuguesa* surgiram em 1985; vieram, em 1988, a edição crítica de *A Passagem das Horas de Álvaro de Campos*, e, em 1990, a dos *Poemas de Álvaro de Campos*.

Aqui, torna-se significativa a atenção prestada por Cleonice a este heterônimo do poeta, que se indagava: “O que é a necessidade de escrever versos, senão a vergonha de chorar?” Heterônimo a quem o autor emprestou o seu poema que mais me atrai, “A tabacaria”. Atrai e inquieta, como o *Livro do Desassossego*, do heterônimo Bernardo Soares.

A Secretaria de Estado da Cultura de Portugal patrocinou a edição crítica da obra pessoana, de autoria da nossa mestra. E ensaios de Cleonice Berardinelli sobre o grande vate português foram ainda publicados em *Fernando Pessoa – Outra Vez te Revejo...*, de 2004.

A própria Cleonice justifica suas preferências, confessando “o muito amor que dedico aos dois poetas exponenciais de Portugal – Camões e Pessoa”. Ela considera que nenhum outro dos seus ensaios lhe deu a satisfação proporcionada pela “Leitura do Adamastor”, extraído d’*Os Lusíadas*: “É minha. Ninguém, que eu saiba, a fez antes de mim. Gosto do meu Adamastor, com suas duas faces, antes e depois de Vasco da Gama, a que inspirava medos e a que causa compaixão. O Adamastor, desvendado, revelou a outra face, a face da fraqueza, até aí irrevelada. Não se mata, na verdade, mas perde a sua

unidade aparente, passa a ser a imagem do povo que o decifra e que nela se projeta, para nela se reconhecer.”

Não ousei indagar-lhe para qual dos bardos, entre ambos, *son cœur balance*. Pois ela afirma que, na leitura do grande épico camoniano, “era preciso voltar e voltar, a percorrer caminhos, a descobrir recantos, por vezes de difícil acesso; que o texto do poeta maior se desvelava aos poucos, sempre guardando segredos a serem decifrados. E, depois de tantas navegações pelos seus versos, ainda continuo a ter revelações”. Mas tampouco desconheço que, ao lado da sua cama, dormem as obras de Fernando Pessoa. Nem que, durante a primeira visita a Portugal, Cleonice reconhecia: “No princípio era o sonho... Mas, agora, já começou a ser realidade... (...) Será que eu não posso dizer, ver ou pensar, sem que Pessoa se intrometa?” Isso desde que conviveu com os papéis do poeta, reunidos no espólio da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Ela também publicou *Os Melhores Poemas de Bocage*, uma antologia dos versos de José Régio, e prefaciou Miguel Torga. Nem se cuide, porém, que a atenção e admiração da professora ilustre se concentram, apenas, nos grandes bardos lusitanos. Cleonice, cultora dos maiores poetas brasileiros (afirmou, certa vez, que “a poesia de Machado de Assis nada fica a dever à sua prosa”), era, também, por eles justamente admirada. Manuel Bandeira, em crônica, assim se referiu às palestras que ela proferia, na Rádio Ministério da Educação, de 1962 a 1982: “Meus amigos, meus inimigos, aos sábados, (...) sintonizem pois os seus rádios (...) e ouçam ‘Camões, poeta de todos os tempos’, na voz bonita e no comentário claro e sábio de Cleonice Berardinelli.”

Já Carlos Drummond de Andrade dedicou o seu *Fazendeiro do Ar & Poesia até Agora* à nossa nova companheira:

Deixarei minha fazenda
perdida nos mapas do ar,
para, em singela oferenda,
constante me dedicar
a Cleonice Berardinelli.

E a ela voltava:

Com respeitoso carinho
trago pois minha oferenda
de bem humilde vizinho (...)
(a justiça é que me impele)
à genuína fazendeira
Cleonice Berardinelli.

Mas tampouco poderíamos reduzir o interesse agudo e penetrante de Cleonice aos poetas. Pois, nas “Linhas mestras da Literatura Portuguesa”, que organizou para lecionar na Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluiu se apresentarem como seus aspetos mais marcantes o subjetivismo, o nacionalismo (forma mais ampla do subjetivismo, tomado em duas vertentes, a laudatória e a crítica), o saudosismo e o messianismo. Por consequência, os autores mais representativos daquelas linhas mestras seriam, para ela, o historiador Fernão Lopes, os dramaturgos Gil Vicente e Bernardo Santareno, o poeta lírico e épico Luís de Camões, o ficcionista Eça de Queirós, e o poeta e prosador Fernando Pessoa. Os maiores, porém – insiste –, foram Camões e Pessoa.

Em seu ensaio “Para uma análise estrutural da obra de Eça de Queirós”, Cleonice dissecava livros que me encantaram a juventude, como atraíram a geração precedente (recordo-me de Afonso Arinos citando, de cor, longos trechos da prosa do extraordinário escritor). À nova acadêmica pareceu “lícito, se não aconselhável, considerar a obra de Eça como uma grande narrativa, cujo tema seria – para empregar um termo científico, do agrado do naturalista que ele era à altura em que concebia o projeto – a biópsia da sociedade portuguesa. (...) A conclusão-síntese, que o leitor já tirou por conta própria (...): situado em nível social cada vez mais alto, com antecedentes que o tornam consciente e responsável, o personagem-título – que acaba por ser comparado a Portugal – comete faltas cada vez mais graves e menos justificáveis. Girando em sua volta num mundo sempre mais representativo da totalidade, mais válida também será a crítica social. A par deste agravamento de juízo, irá surgindo (...) a sua atenuação por uma espécie de fuga para o passado (...). Unindo-as, temos o lado positivo em que (...) se insinua uma solução menos pessimista”.

Cleonice foi chamada por Aníbal Pinto de Castro, lente em Coimbra, “a grande senhora dessa universidade do mundo lusófono”. E ela explica por que: “Batalhamos pela expansão da cultura e, especialmente, da Literatura

Portuguesa, em territórios onde a língua é a mesma, ou onde as línguas são outras.” O professor luso, ao se estender sobre a nossa recente e ilustre companheira, julgaria que “a figura e a ação de Cleonice Berardinelli, que podemos considerar, sem lisonja nem hipérbole, uma das personalidades que mais longe e com maior altura alcançou nos doutorais dessa grande universidade do mundo lusíada, cujas paredes se alargam por mares, continentes e nações, aliando, em suma gentileza e elegância, a dignidade de uma grande senhora com o saber feito de honesto estudo, só é possível aos mestres de rara e excelsa estirpe. E muito importa salientar, neste momento em que a homenageamos em Portugal, o quanto Portugal lhe deve, sem que para merecer essa dívida tenha postergado, em qualquer momento, a sua alma brasileira, e o espaço que nela ocupou sempre o conhecimento e o culto dos grandes textos e das grandes realizações do espírito da sua pátria”.

Ivo de Castro, da Universidade de Lisboa, fez-lhe coro: “A norma culta a que pertence a língua de Cleonice integra-se, assim, na variante nacional brasileira, ocupando dentro dela a posição mais ligada à variante portuguesa, mas, mesmo assim, dela se distinguindo.”

A alegria de aqui saudar Cleonice Berardinelli me traz à memória saudosa a lembrança de outra figura admirável da nossa vida literária que, infelizmente, já não se encontra entre nós. Essa amiga querida, herdada do convívio quase diário que mantivemos, em Roma, com o poeta Murilo Mendes, de quem era discípula diletta e confidente, viria, no futuro, responsabilizar-se pela organização, publicação e divulgação da obra do grande escritor mineiro, exaustivamente coligida e organizada em *Poesia Completa e Prosa*. Acolher Cleonice recorda-me Luciana Stegagno Picchio, por quem fui igualmente distinguido, a fim de recebê-la nesta Academia como membro correspondente. A Luciana, muitos laços de grandes serviços prestados à Literatura Brasileira e Portuguesa unem Cleonice.

Ao integrá-las entre nós, acolhemos um espírito que, encarnando toda a herança humanística da latinidade, as tornou filhas de Roma e da Lusitânia. E, quando as abrigamos entre nós, nada mais fizemos além de reconhecer o empenho extraordinário com que, durante décadas, essas duas estudiosas infatigáveis se entregaram ao estudo e difusão da cultura literária do Brasil e de Portugal, como professoras, investigadoras, ensaístas, críticas, filólogas, historiadoras e editoras.

No ensaio *Uma Ilha para Cleonice*, constante do livro *Figuras da Lusofonia – Cleonice Berardinelli*, Luciana afirma que a nova acadêmica, “dentro da nossa literatura luso-brasileira, foi sempre uma ilha. Uma ilha de cultura portuguesa dentro do mundo acadêmico brasileiro. E, na Europa, uma ilha de cultura e de doce fala brasileira dentro do mundo acadêmico português”.

Se a italiana participou, em Lisboa, do Congresso Internacional por ocasião do quinto centenário do nascimento de Gil Vicente, e preparou verbebo sobre ele para a *Enciclopedia dello Spettacolo* de Roma, a brasileira recuperou, em edição nacional, uma coletânea da obra do eminente teatrólogo português. A propósito de Gil Vicente, observa Cleonice, “o grande poeta que, mesmo no teatro, escrevia sempre em versos, jamais utilizou a medida clássica dos versos decassílabos, estabelecida na época. Continuou escrevendo as obras à sua maneira”.

Luciana e Cleonice se aproximaram de Jorge de Sena, batalhador incansável contra a ditadura fascista de Salazar, e que, obrigado por isso a deixar Portugal, se refugiou entre nós, lecionando em universidades paulistas, e adquirindo a nacionalidade brasileira. Luciana chegou a traduzi-lo para o italiano, e Cleonice, na pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ofereceu disciplina sobre “O poliédrico Jorge de Sena”. Legou sua biblioteca particular à Cátedra Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros, de cujo Conselho Administrativo participava no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde, a partir de 2002, instituiu e financiou uma bolsa de pesquisa com o seu nome.

A propósito de José Saramago, Luciana escreveu *Instantanee per um ritratto*, e Cleonice foi com ele, quase simultaneamente, eleita para esta Casa. O Prêmio Nobel português disse, desta amiga, que “ela faz parte da aristocracia do espírito, essa que, sim, é necessária para a evolução da sociedade”.

Luciana preparou verbetes sobre Luís de Camões para a *Enciclopedia Europea Garzanti*, e acerca de Fernando Pessoa para a *Cultura del Novecento*, ambas editadas em Milão, enquanto Cleonice elaborou edições críticas sobre os dois poetas maiores de Portugal. “Na universidade, graças à Prof.^a Cleonice Berardinelli, descobri a beleza que havia no magistral épico de Camões”, reconhece o discípulo Zuenir Ventura.

Enquanto Luciana Stegagno Picchio era acolhida pela Academia de Ciências de Lisboa, e premiada com doutorados *honoris causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela Universidade Clássica e pela Universidade

Nova de Lisboa, Cleonice se tornava membro correspondente daquela Academia de Ciências, em sua Sessão de Letras, e, titular, da Academia Brasileira de Filologia. Portugal outorgou a Luciana, pelas mãos do então-presidente Mário Soares, membro correspondente da Academia Brasileira de Letras, a Ordem de Santiago da Espada. A italiana benemérita receberia ainda, do Brasil, as ordens do Cruzeiro do Sul e de Rio Branco.

O Conselho de Cultura do Rio de Janeiro atribuiu a Cleonice o Golfinho de Ouro. Ela é doutora *honoris causa* pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo sido condecorada com as ordens portuguesas do Infante D. Henrique e de Santiago da Espada, ao passo que o Itamaraty se honrava em conceder-lhe a Ordem de Rio Branco, como justa retribuição aos méritos de quem lecionara no curso para formação de diplomatas do Instituto Rio Branco em 1961 e 1962 (anos estes, permito-me recordar, em que Afonso Arinos foi ministro de Estado das Relações Exteriores).

Last but not least, aproxima-as mais ainda a beleza da *top model* brasileira, iluminando a capa de *Cleonice: clara em sua geração*, e a da formosa enfermeira ruiva, a encantar os espectadores dos filmes neorrealistas na Itália do pós-guerra. E se alguém duvidar do que vos conto, torno prudente, como Gonçalves Dias: “Meninos, eu vi.”

Não abusemos, porém, do tempo que, nesta noite de gala, poderia ter sido ocupado, quase exclusivamente, pela aula magna a nós ministrada pela nova acadêmica e educadora de sempre. Assim, tenta-me parafrasear o velho amigo, grande diplomata, grande filólogo, grande lexicógrafo Antônio Houaiss, que lecionou no mesmo colégio onde fui aluno de Cleonice, seria recebido na Academia Brasileira de Letras por Afonso Arinos, e foi meu saudoso predecessor nesta Casa: “Se algumas lições a vida me deu, uma é esta: em momentos assim, é mister ser breve. No caso, a brevidade se me impõe por muitos motivos: a riqueza da personalidade e da obra da minha homenageada; a circunstância de que não quero agradecer-vos a atenção e a presença com pagar-vos de uma digressão que vos venha a ser enfadonha. Entre o pecado do excesso e o pecado da carência, buscarei ficar neste, por mais leve, creio.”

Ninguém melhor do que a própria dona desta bela festa para resumir afinal, simples e objetiva como sempre, o que tem sido o seu itinerário admirável, a sua demorada travessia: “Neste momento, a que cheguei por um longo caminho, que passou por uma vida familiar feliz, por um percurso escolar afe-

tuosamente estimulado por meus pais e seguido lado a lado com meus irmãos, por um casamento bem-sucedido, por um convívio afetuoso com sobrinhos de sangue, com filhos, netos e bisnetos (não nascidos de mim, mas assim amados, num amor por eles retribuído), por uma vida universitária em que, como discente, tive mestres inesquecíveis, em que, como docente, consegui fazer uma carreira que, em extensão e dedicação, desafia paralelos, e ao longo da qual transformei alunos em colegas e amigos os mais queridos, um percurso que passou por muitas alegrias e tristezas, com feridas ainda não cicatrizadas.”

Mas sinto, agora, que o reconhecimento acadêmico, embora tardio, das suas virtudes excepcionais, terá o condão de esparzir, enfim, um bálsamo definitivo sobre a alma da mestra amada. Podemos dar graças a Deus por haver-nos presenteado esta mulher generosa e incansável, esta existência fecunda em que tantos discípulos puderam valer-se dos seus ensinamentos sempre apurados, sempre cuidados; por esta trabalhadora impecável no cumprimento da tarefa, na simplicidade, na coerência, na dignidade, na dedicação, na integridade, na abnegação, na lealdade; por esta estudiosa incessante que prestigiou nosso país em tantos congressos, simpósios, colóquios, palestras e outros encontros acadêmicos, no Brasil e pelo mundo afora; por esta autora e editora crítica de tantos livros publicados entre nós e em Portugal, de ensaios e conferências com que enriqueceu os estudos do idioma; por esta grande dama da Literatura Brasileira e Portuguesa que é Cleonice Berardinelli; por esta professora que definiu, numa frase, seu destino e sua vida: “Descubro que o magistério, para mim, não é apenas o solo de origem, mas também o espaço de realização do desejo. Princípio e fim.”

Discurso do
SR. GERALDO HOLANDA CAVALCANTI

e

Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA

*Sessão solene extraordinária
do dia 18 de outubro de 2010*

I

DISCURSO DO SR. GERALDO HOLANDA CAVALCANTI

É a Academia Brasileira de Letras um *continuum*, no qual nós, os Acadêmicos, constituímos o estofo de que se compõe a sua perenidade. Daí a tradição esperar que o acadêmico que toma posse faça, no seu discurso, a genealogia de sua Cadeira. Ainda são pouco numerosos os que fizeram a história da Cadeira 29, embora muitos, se de cada um quisesse fazer o perfil. Mas, ao deles herdar o privilégio de ocupar o assento que agora me cabe, sinto-me compelido a evocá-los, pois com eles componho a linhagem na trama que constitui a história da Academia. Falarei deles, portanto, mas serei breve, e, destarte, necessariamente omissos no que alguns pudessem esperar que de um ou de outro recordasse.

A Cadeira 29, da qual me honra hoje assumir a sucessão, teve como Fundador Artur de Azevedo que para ela escolheu Martins Pena como Patrono. A Martins Pena, pois, minhas primeiras palavras.

Nosso patrono surge em cena, meteoricamente, aos 23 anos, com a peça “O Juiz de Paz na Roça”, levada ao palco pela companhia teatral de João Caetano, o maior ator e encenador da época no Brasil. Toda sua obra, de cerca de 30 títulos, Martins Pena a produziu nos oito anos que se seguem. Em grande parte foram comédias que expunham os costumes urbanos e rurais da sociedade de sua época. Com elas criava situações e tipos, nos quais os espectadores se reconheciam, e que davam aos atores a possibilidade de explorar a empatia com o público. Não foi o Molière brasileiro, como o chamou João

Caetano, mas um digno sucessor das duas vertentes pelas quais fluiu a comédia desde seu aparecimento na Grécia antiga, fundindo em suas peças, de autêntico sabor nacional e popular, a tradição da comédia de situações, que vinha de Aristófanes, com a de criação de tipos, na linhagem do mestre francês. É a “espantosa atualidade” de suas peças que leva Antonio Candido, de quem tomo a expressão, a poder dele dizer ter sido, “talvez, o maior escritor do teatro brasileiro”. Usando a linguagem de suas criaturas, estabelecia uma comunicação fácil com a plateia que, mesmo quando desnudada, em cena, nas suas fraquezas e pequenas vilanias, se via reconfortada pelos finais felizes de seus singelos, mas arrevesados e frequentemente inverossímeis enredos. O gênero por ele introduzido, com as adaptações exigidas pela evolução dos costumes e as exigências de plateias mais apuradas, perdura vivo até hoje, responsável pelas melhores bilheterias.

Martins Pena morreu em 1848.

Dez anos depois um talentoso jovem escritor de 17 anos ensaiava suas armas de crítico, no jornal *A Marmota Fluminense*, com um artigo que se intitulava, nada mais, nada menos, “O passado, o presente e o futuro da literatura”. Chamava-se Joaquim Maria Machado de Assis, e o que ele diz do teatro da época é ser “palpável que a esse respeito somos o povo mais parvo e pobretão entre as nações cultas. Dizer que temos teatro é negar um fato, dizer que não o temos é publicar uma vergonha”. Segue o crítico neófito, com o vigor dos verdes anos, referindo-se à qualidade do que se apresentava nas salas de teatro do Rio de Janeiro: “A tradução é o elemento dominante, nesse caos que devia ser a arca santa onde a arte pelos lábios de seus oráculos falasse às turbas entusiasmadas e delirantes. Transplantar uma composição dramática francesa para a nossa língua é tarefa de que se incumbe qualquer bípede que entenda letra redonda.” E indica a solução: “A sociedade – escreve – é uma mina a explorar, é um mundo caprichoso, onde o talento pode descobrir, copiar, analisar um aluvião de tipos e caracteres de todas as categorias. Estudem-nas, eis o que aconselhamos às vocações da época.” Ora, o que estava o jovem crítico a ensinar, se não, precisamente, o que fizera Martins Pena, cuja obra, naquele intervalo, pelo visto, não houvera deixado marca sensível nos palcos e na crítica fluminenses. Ou a teria Machado apresentado, se não como modelo, pelo menos como a exceção. Como veio a fazer seu desafeto, Sílvio Romero, 20 anos depois, ao escrever:

se se perdessem todas as leis, escritos, memórias da história brasileira dos primeiros 50 anos desse século XIX, que está a findar, e nos ficassem somente as comédias de Martins Pena, era possível reconstruir por elas a fisionomia moral de toda uma época.

Fundador da Cadeira 29, Artur de Azevedo foi uma das personalidades mais ativas na história literária brasileira. Poeta, contista, crítico, cronista e teatrólogo, deixou uma obra vasta e respeitável em todos os campos em que atuou.

Não vou deter-me nos quatro primeiros aspectos, bastando-me dizer que, como poeta, foi por Olavo Bilac considerado “um poeta lírico como poucos, e isso – acrescenta Bilac – em uma terra em que há tantos poetas líricos de primeira ordem. Há sonetos de Artur de Azevedo – continua Bilac – que sempre hão de figurar em todas as antologias da nossa língua”. O mesmo podemos dizer de alguns de seus contos, gênero em que se inicia aos 16 anos, e que, duas ou três gerações após a sua morte, ainda tinham presença obrigatória nas antologias escolares. Como crítico e cronista, deixou mais de quatro mil textos, dos quais um quinto de crítica ou crônica teatral. É ainda Bilac, no necrológio do amigo, que anota: “A Crônica está de luto: perdeu um de seus melhores servidores – talvez o melhor, porque foi de todos o que mais soube tratá-la, como ela quer ser tratada, com um espírito onímodo, dando a todos os assuntos uma leve graça fugitiva, e pondo a arte do dizer ao alcance de todas as inteligências, sem prejuízo da correção do estilo.”

Mas é do teatrólogo que quero dizer algumas palavras.

É Machado ainda, em 1873, um quarto de século após a morte de Martins Pena, 15 anos depois de suas objurgatórias juvenis, que diz do teatro brasileiro poder “reduzir-se a uma linha de reticência. Não há atualmente teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se representa. (...) Hoje, que o gosto público tocou o último grau de decadência ou perversão, nenhuma esperança teria quem (se) sentisse com vocação para compor obras deveras de Arte. Quem lhes receberia se o que domina é a cantiga burlesca ou obscena, a mágica aparatosa, tudo o que fala aos sentidos e aos instintos inferiores?” Nesse mesmo ano chega do Maranhão Artur de Azevedo para renovar, mesmo recriar, o teatro nacional. Tinha 18 anos e já trazia na bagagem uma peça de sua autoria, “A Baronesa de Caiapó”, representada na Capital maranhense centenas de vezes.

Ensaia Artur de Azevedo uma produção inovadora, que traga ao teatro realismo dramático. Mas logo se desespera. E diz ter de recorrer à comédia ligeira para sobreviver. Lamenta-se: “O teatro que mais convém nos países novos como o Brasil é o teatro de costumes, e esse, deixem lá, é o verdadeiro teatro.” Autor de mais de 100 textos para a cena e de uma trintena de traduções de peças francesas, sua proximidade assusta e favorece a crítica apressada que condena a ligeireza de suas peças e acusa-o de não haver produzido um teatro literário. Tal não era, de fato, a intenção do autor. “Tentei fazer teatro literário e (o) fiz”, diz ele. Mas constata a pouca receptividade do público às suas comédias mais refinadas, assim como às traduções que fez de Molière, enquanto suas adaptações de operetas francesas lotavam as plateias. “Ora aí tens!”, exclama. E assim retoma a tradição do teatro ligeiro e, nas suas peças, introduz números de música ou partes cantadas, como no modelo francês, apelidando-as de burletas, e inicia, no Brasil, o teatro de revista. Era o de que o nosso público gostava, disse, “e razão tem ele ... situações claras que não o obriguem a uma grande ginástica de raciocínio”.

Sua grande alegria de viver, seu espírito humorístico, sua vida boêmia não apagavam as qualidades de uma grande simpatia com os problemas humanos, uma ironia saudável e generosa. Sua boêmia nada tinha a ver com o escapismo em que muitos medíocres se refugiavam. Era vivida como uma condição quase que obrigatória da vida literária do Rio de Janeiro da época, como retrata Brito Broca, e que em nada afetava ou diminuía sua rotina de escritor. Usava-a na medida justa.

O teatro. Sempre o teatro e até os seus últimos momentos no delírio da morte. E não o queria só para a própria fama, mas para o benefício da sociedade, tanto estava convencido da sua necessidade como fator de educação popular. Grande incentivador da ideia da construção de uma sala de teatro oficial, defendeu, arduamente, a edificação do Teatro Municipal. Mas seu projeto era mais ambicioso. Queria que ele fosse o reduto para a ação do Estado na criação de escolas, para educar o gosto pelo bom teatro, e de laboratório, para a formação de profissionais de alto nível em toda a gama da profissão. Com a mesma determinação, lutou para que fosse conferida à Biblioteca Nacional uma sede compatível com o seu excepcional acervo e seu papel social. Ao tomar conhecimento do cinematógrafo nascente, nele viu o poten-

cial educativo para as gerações futuras, levando-lhes ao alcance os grandes momentos da sua Arte.

Espírito generoso, empenhava-se na divulgação das obras de outros dramaturgos e comediógrafos nacionais. É Bilac ainda quem observa, no necrológio citado:

A quantos outros escritores novatos Artur não deu, como me deu a mim, o amparo de sua popularidade, o prestígio de seu nome, a proteção de sua bondade generosa!

Profundamente enraizada na realidade brasileira, ou, mais precisamente, na carioca, sua atilada percepção psicológica do comportamento individual e social da sua época dele fez um colecionador de tipos que, na verdade, com vestes diferentes, repetem-se e permitem a algumas de suas comédias resistirem ao tempo e despertarem ainda o interesse como se fossem atuais. Isso vimos confirmado, há apenas poucas semanas, quando sua peça “O Mambembe” foi reencenada, com grande sucesso de público, no teatro SESC Ginástico, no Rio de Janeiro.

Quando eu morrer, – escreveu – não deixarei o meu pobre nome ligado a nenhum livro, ninguém citará um verso, nem frase, que saísse do cérebro; mas com certeza hão de dizer: “Ele amava o teatro”, e este epitáfio moral é bastante, creiam, para a minha bem-aventurança eterna.

A rigor, deveria, agora, voltar minhas atenções para Vicente de Carvalho que a Artur de Azevedo sucedeu como titular da Cadeira 29. Peço licença para fazer diferente e tratar imediatamente do sucessor do poeta paulista, Cláudio de Souza, também paulista, para não deixar em meio uma reflexão sobre os caminhos do teatro brasileiro. A Vicente de Carvalho regressaremos depois. E o faço, também, porque é o próprio Cláudio de Souza que assim o requer, ao dizer, no seu discurso de posse, que, com sua eleição, a Academia o permitia reconquistar para o teatro a poltrona que a ele havia concedido no ato de sua criação.

Notamos que há uma continuidade entre a obra de Martins Pena e a de Artur de Azevedo. E de que fala esse teatro que vem do século XIX? Do dia a dia de uma sociedade que busca sua identidade numa cultura que se estruturava, principalmente, no cotidiano da sociedade pequeno-burguesa citadina, e, quando no da rural, por suas reações no contato com a sociedade urbana.

Vimos tanto Martins Pena como Artur de Azevedo a lastimar a impossibilidade de uma dramaturgia séria no palco brasileiro pela incapacidade cultural do público para apreciá-la. Cláudio de Souza, já no início do século XX, dá outras razões. Não tinha havido, na história do teatro brasileiro, e não havia ainda no seu tempo, lugar para o teatro dramático – diz –, pois a vida, e agora o cito, “corre-nos serena, tranquila, blandiciosa, abundante nos celeiros da província com frutos nativos e terra dadivosa. (...) Nosso teatro não pode, pois, ser mais do que é, expressão da alma popular, sincero, risonho e despreocupado”. E, enfaticamente, declara: “Não se compreende, pois, que o teatro, reflexo do meio e da civilização, venha pôr-nos em cena embates, conflitos, desequilíbrios morais e sociais que devemos pedir emprestado a outros povos, para fingir requintes e vícios iguais ou maiores do que os deles.”

É forçoso reconhecer que essa visão idílica não correspondia à realidade social da Primeira República. Wilson Martins refere-se à sociedade da época como “pesada de crises e inquietações”. Tragédias ainda recentes revelavam os efeitos de um patriarcado remanescente que dilacerava a paz doméstica, esta, em grande número de casos, não mais do que a máscara decente para dramas que desfiguravam a alma de seus integrantes. Nada disso aparece no teatro de Cláudio de Souza. O drama que se insinua nas suas comédias é o do descompasso entre a moral pequeno-burguesa que predomina na nascente classe média urbana e na pequena aristocracia rural que domina a roça, para utilizar a expressão da época, e os inovadores hábitos do mesmo extrato social na cidade.

Comparada à de seus antecessores, a obra de Cláudio de Souza difere apenas na tentativa de buscar um certo realismo psicológico mais elaborado nos seus personagens. Mas repete a inevitável concessão ao gosto das plateias pouco ilustradas de que já se queixavam Martins Pena e Artur de Azevedo há mais de 100 anos. A tonalidade nova é dada pela mordacidade das alusões aos costumes contemporâneos na forma de chistes intercalados nos diálogos, um expediente importado da comédia contemporânea francesa. Homem culto, rico, de hábitos requintados, genuíno praticante da linguagem educada, não era fácil a Cláudio de Souza alcançar nas falas de seus personagens uma autêntica reprodução da maneira de falar, e até mesmo de pensar, dos seus personagens populares.

Cláudio de Souza escreveu 29 peças, a última das quais, “Pátria e Bandeira”, em 1942, se excluirmos *Le Sieur de Beaumarchais*, escrita em francês, ainda no mesmo ano. No ano seguinte, nascia em São Paulo o moderno teatro

brasileiro com a encenação, pelo grupo *Os Comediantes*, de “Vestido de Noiva”, de Nelson Rodrigues, sob a direção do polonês Zbigniew Ziembinski. Quem teve a oportunidade de assistir a esse espetáculo viveu um dos maiores momentos do teatro no Brasil.

Não posso abandonar Cláudio de Souza sem mencionar, de seu legado no mundo das letras, sua obra mais original e permanente: a criação, em 1936, do PEN Clube do Brasil. Dos objetivos originais do PEN Club internacional, guardou, para o rebento brasileiro, aquele de congregar escritores e profissionais da palavra com vistas a estimular a criação literária. Deu de si muito de dedicação e dos bens de sua fortuna pessoal. Tomou emprestada da Academia Brasileira de Letras, à qual já pertencia desde 1924, a rigidez institucional que o distingue das associações congêneres em outras partes do mundo. Nas mais de sete décadas desde então passadas, o PEN Clube do Brasil vem prestando inestimável contribuição às letras brasileiras.

Volto no tempo para restaurar, no seu lugar, Vicente de Carvalho que, eleito para a Cadeira 29, em sucessão a Artur Azevedo, nela nunca se sentou. Tomando posse por carta – não foi o único –, faltaram-lhe o discurso de inauguração e o de recebimento. Este se dará, na verdade, postumamente, quando, no dia 8 de outubro de 1924, sobre seu antecessor, falará o Acadêmico Cláudio de Souza, seis meses após a morte do poeta. Não foi um necrológio. Não cabia. Foi um panegírico, como convinha à circunstância e à oratória do novo acadêmico.

À circunstância digo, e paro para uma reflexão. A sucessão acadêmica é obra do destino. As cadeiras, se têm patronos, não são dinásticas por profissão ou sobre-excelência em algum gênero literário. Vimos Cláudio de Souza dizer que ao suceder a Vicente de Carvalho recuperava para o teatro a Cadeira 29. Mas essa recuperação era circunstancial e não uma herança devida.

À oratória, acrescentei. Por necessidade. O estilo sublime ainda encontrava cultores na época em que viveu e falou Cláudio de Souza, e nenhum mais a ele devotado do que o novo acadêmico.

Quem foi Vicente de Carvalho? Dizem os resumos biográficos que foi um poeta parnasiano que podia ombrear-se a Olavo Bilac, Raimundo Correia e Alberto de Oliveira. É pouco e é muito.

Vicente de Carvalho foi advogado, político, deputado constituinte, magistrado, ministro do Tribunal de Apelação de São Paulo, empresário,

fazendeiro, jornalista. Escreveu contos e poesias. Com essas criou a sua reputação de poeta parnasiano.

Essa qualificação, repetida quase como um lugar comum, é uma imprecisão. Escreveu, sim, poesias parnasianas, como todos os poetas seus contemporâneos, mas a parte substancial de sua produção foi de um romantismo tardio na temática e na forma, onde havia uma predileção pelos ritmos e os gêneros populares, a redondilha maior e a trova. De início, não apenas não era parnasiano como, ao Parnasianismo, se opunha com veemência. “Prefiro o obscuro rouxinol mavioso de *Menina e Moça* aos pavões bizarros do parnasianismo”, escreve ao tempo de seu segundo livro de poemas, *Relicário*, em 1889. No mesmo texto, acrescenta que a poesia parnasiana “faz-me lembrar os manequins destinados ao reclamo dos alfaiates: por fora desenham-se as formas corretas da roupa bem talhada, dentro dorme um pedaço de pau toscamente ajeitado ao feito do corpo humano ... não quero que por amor ao apuro casquilho se faça da poesia o manequim do verso”. Seu verso era limpo, transparente, acessível no vocabulário, despretensioso nas imagens, ricas embora, muitas vezes brilhantes, razões para seu permanente sucesso. E só cantava o amor e a natureza, até que, na maturidade, deu um tom mais filosófico e naturalista à sua poesia, deixando-nos ora suas reflexões sobre a morte, assumindo o Naturalismo macabro de um Augusto dos Anjos, como no terceiro poema de *Avulsos*, ou tocando-nos com a sua dor pela morte de um filho, como em “O pequenino morto”, ora exprimindo, como em seu pungente “Fugindo ao cativo”, o drama épico da escravidão.

Ninguém podia ser mais diferente do que o seu sucessor. Da recorrente evocação da natureza em seus primeiros poemas, diz Cláudio de Souza, no panegírico já mencionado: eram esses os tempos em que na sua poesia “cada colina tinha sua oréade, cada rio uma náíade, cada arbusto uma dríade, cada angra uma nereide, ... e vivia a natureza a sorrir o riso dos deuses, e eram os vales frescos e umbrosos, as montanhas pitorescas, os vales férteis, o mar cerúleo, o firmamento limpo e anilado”, uma anáfora seguida de uma seriação sintética – desculpem-me essa investida no vocabulário técnico dos manuais de oratória, mas estimo ter sido essa a intenção do autor, a de que fosse reconhecido o seu domínio dos recursos estilísticos das *belles lettres*, e volto à frase interrompida –, helênicas alusões que nada tinham a ver com a poesia de Vicente de Carvalho, onde oréades, náíades, dríades e nereides não são men-

cionadas uma só vez. Encontraremos, sim, a natureza real que comungava o poeta, com sua flora, sua fauna, seus habitantes e artefatos, o coqueiro, o jameiro, a aroeira, a garça, a araponga, a juriti, o caitetu e a cascavel, os canoieiros, o puçá, o candeeiro, e até as panelas que chamam ao fogo, nada disso, que eu saiba, conhecido no Parnaso.

Bem ao contrário de um parnasiano reticente, era Vicente de Carvalho um poeta, cuja simplicidade de linguagem, cujo avesso à obscuridade, ao rebuscado, à alusão literária, mais se prestava a uma apreciação oposta, a de um sentimentalismo, por vezes até mesmo um tanto raso, pelo menos em sua obra de mocidade. Donde poder ver Mário de Andrade na sua poesia, “um parentesco assaz tênue ... com o parnasianismo”, e Manuel Bandeira, que chega a igualá-la, e até superar, à da trindade parnasiana canônica, a afirmar que a ela “mal se pode aplicar o rótulo” de parnasiana.

No longo prefácio à primeira edição de *Poemas e Canções*, o livro máximo, e quase poderíamos dizer o livro único de Vicente de Carvalho, pois nele está reunida toda a obra considerada definitiva pelo poeta, diz Euclides da Cunha:

Nas várias escolas esporádicas – que vão do parnasianismo, com a idiotice de seu culto fetichista da forma, ao simbolismo, com a loucura de suas ideias exageradamente subjetivas –, o que parece a decadência da poesia é apenas o desequilíbrio e as emoções falsificadas dos que não podem mais compreendê-la na altitude a que chegou o nosso pensamento.

E chegamos a Josué Montello.

Montello nasceu fadado a pertencer à Academia.

Precoce em tudo o que fazia, aos 14 anos tornou-se professor na escola em que era aluno. Aos 15, lança seu primeiro livro de poemas. Aos 18, é eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Transfere-se para o Rio de Janeiro, inicia sua carreira jornalística e é nomeado Inspetor Federal do Ensino Comercial. Aos 19, obtém, por concurso, o cargo de Técnico de Educação. Aos 23, publica seu primeiro romance, *Janelas Fechadas*. Aos 26, vê representada sua primeira peça teatral, “Precisa-se de um Anjo”. No mesmo ano, prepara o plano de reforma da Biblioteca Nacional, da qual se torna de imediato Diretor dos cursos e, finalmente, aos 31 anos, Diretor-Geral. Ninguém parará esse dinâmico homem público e homem de letras que irá, de cargo em cargo, no Brasil, a Secretário-Geral do Governo do Maranhão,

Subchefe da Casa Civil do Presidente Juscelino Kubitschek, Diretor-Geral do Museu Histórico Nacional, Fundador e Diretor do Museu da República, Presidente do Conselho Federal de Cultura, Reitor da Universidade Federal do Maranhão, e, no exterior, a Adido Cultural junto às Embaixadas do Brasil em Lima, Lisboa, Madri e Paris, para terminar seus cargos públicos como Embaixador do Brasil junto à UNESCO.

Neste recinto da Academia falará, pela primeira vez, aos 22 anos, para pronunciar uma conferência por ocasião das comemorações do centenário de nascimento de Machado de Assis, iniciando uma relação intensa que desembocará na sua eleição para membro titular aos 37 anos. Entre uma data e outra, a Academia editará, aos seus 26 anos, o ensaio bibliográfico sobre Gonçalves Dias, de sua autoria; aos 31 lhe concederá o Prêmio Sílvio Romero, de Crítica e História, por sua *História da Vida Literária*; dois anos depois, o Prêmio Artur Azevedo, por sua peça “Escola da Saudade”, e em mais seis anos, o Prêmio Coelho Neto de Romance, por seu *Labirinto de Espelhos*. Estava mais do que pavimentado o caminho para sua admissão como Acadêmico. Da Academia, veio a tornar-se Presidente em 1994 e 1995.

Relembrado, mais que tudo, por sua imensa produção na área da ficção, especificamente na do romance, Montello poderia ter ficado reconhecido, igualmente, como homem de teatro. A tese com a qual obteve aos 21 anos o cargo de Técnico de Educação tratava, precisamente, de “O Sentido Educativo da Arte Dramática”. Muito cedo, estreia nos palcos com a peça “Precisa-se de um Anjo”, em 1943, após haver publicado apenas um primeiro livro de poemas, seu primeiro romance e um livro de ensaios. Tinha 26 anos. Sua última peça é de 1997, quando o escritor completava 80 anos. Escreveu nove peças ao longo da vida, o que demonstra um interesse constante pelo gênero. Tinha títulos, portanto, para reivindicar a linhagem teatral da Cadeira 29. Não o esquece Montello em seu discurso inaugural e se felicita de que o receba Viriato Correia “autêntico homem de teatro, dos maiores que o Brasil tem tido”, nas suas palavras.

Montello foi tudo, além do ensaísta, do dramaturgo e do romancista de que já falamos. Foi poeta (o que as biografias resistem em registrar, mas Viriato Correia, no discurso de saudação ao novo Acadêmico fez questão de ressaltar); jornalista (deixou marcada a sua presença em revistas e jornais que já se foram – *Dom Casmurro*, *O Malho*, *A Careta*, *A Ilustração Brasileira*, *Manchette*,

ou jornais, como o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias*, e o *Jornal do Brasil*, que acaba de finar-se, bem como no sobrevivente *O Globo*); cronista, diarista, memorialista, novelista, autor de livros para crianças, historiador, orador, tradutor, que mais... Dele escreveu seu grande amigo e nosso Confrade Evaristo de Moraes Filho que tudo o que dele se diga ou é de mais ou é de menos. Certamente, dele nada disse eu de mais. Estas poucas linhas, ou estes poucos minutos, nem mesmo permitiriam enunciar os títulos de sua vastíssima obra de cerca de 150 volumes. A única maneira de não ser injusto à sua memória é dizer que Josué Montello foi o escritor por antonomásia. Graças a seu enorme talento, à sua cultura universal, à sua inquebrantável disciplina, produziu uma das mais abrangentes obras da Literatura Brasileira. Disse ele certa vez, desta mesma tribuna, citando Mallarmé, que tudo neste mundo se acaba em livro. E, noutra ocasião: “Sou um escritor. (...) Sou assim por determinação da natureza.”

Está aí Josué Montello, de corpo inteiro.

Suceder a José Mindlin é algo que me toca profundamente. Nossa amizade iria comemorar em breve as bodas de ouro de uma convivência amável e fraterna. Desde sua eleição, costumava dizer-me, quando neste recinto nos encontrávamos: “Quero vê-lo aqui – e acrescentava – de preferência com o meu voto.” Deu-me a sua vaga.

Não se pode falar de José Mindlin sem falar de Guita. Formaram um só ser em duas pessoas distintas desde o dia em que, ainda estudantes, não sabendo Guita, referindo-se às facções políticas universitárias que disputavam a sua adesão, a que partido filiar-se, recebeu do colega José a proposta de filiar-se a ele próprio. Viveram casados e complementados por quase 70 anos. A perda da companhia, dias depois de sua eleição para esta Academia, levou-lhe o gosto de viver que sempre havia caracterizado aquele que “nada fazia sem alegria”, divisa retirada de Montaigne - *Je ne fay rien sans gayeté* - que José tomou como *ex libris* de sua famosa biblioteca, porque era sua palavra de vida. Guita e José Mindlin. Seus nomes continuarão unidos, como queria José, prolongando a união exemplar de suas existências, na Biblioteca que será conservada no *campus* da USP para abrigar a magnífica Brasileira que ele, com seu tino para encontrar a obra rara e sua persistência para adquiri-la, conseguiu reunir num trabalho de mais de sete décadas.

São conhecidas as muitas histórias relacionadas à constituição da biblioteca Guita e José Mindlin que não vou aqui evocar, pois, com graça e

humildade, o próprio José inúmeras vezes as reconstituiu em documentos publicados, entrevistas concedidas, e resumiu na obra *Uma Vida entre Livros*. Documentos fundamentais para conhecer algumas das descrições episódicas de momentos grandiosos de sua vida de colecionador encontram-se, igualmente, no catálogo da exposição de 110 exemplares de sua coleção no Museu Lasar Segall, em São Paulo, realizada em 1999, que os cariocas puderam ver, depois, no Museu da Chácara do Céu, e, com perfeita memória e rara erudição, ele próprio anotou na monumental obra editada pela Biblioteca Nacional, por ocasião dos seus 90 anos, *Destaques da Biblioteca Indisciplinada de Guita e José Mindlin*. O que quero ressaltar neste momento é o inabalável bom humor com que sempre relatou suas aventuras e desventuras como colecionador de livros.

Diferentemente de seus congêneres mais célebres, José não era um bibliômano, mas autêntico bibliófilo. Amava os livros e com eles convivia. Dizia que sua biblioteca era indisciplinada. Não era. Ou o era apenas no sentido de que construí-la não obedecia a um programa. Seguiu o que ele chamava de vertentes, linhas de interesse que, por vezes, se desdobravam, por vezes se extinguíam. A vertente Brasil, por exemplo, se ramificou em Literatura, História, Viagens, História Natural, Arte etc., como disse no seu discurso de posse nesta Academia, e incluímos no seu “etc” a Poesia, que sempre teve um lugar muito especial entre os seus livros. Vertentes subsequentes foram, por exemplo, as obras de referência, a história do livro e as artes gráficas, inclusive a tipográfica, ou a do livro em si, como objeto, em particular pela arte da encadernação. Novas vertentes surgiam constantemente, a dos periódicos, a dos manuscritos originais, a de roteiros cinematográficos, a da literatura de cordel, e as de cartas, dedicatórias, provas tipográficas, proclamas, alvarás, documentos históricos da Imprensa Régia, mapas, calendários, catálogos, regimentos de irmandades, catecismos, enfim toda sorte de “papéis velhos” originais que pudessem ser úteis ao pesquisador da história literária, política e social do Brasil.

Não tinha corretores, *book dealers*, para alertá-lo ou substituí-lo. Cada livro adquirido foi por ele examinado, apreciado para ter a certeza de que seria bem acolhido, pelos demais, na biblioteca, como se merecesse a sua companhia. E cada um foi, ou era, frequentemente visitado, folheado, contemplado, e, sempre que possível, lido. Não os lia todos. Seria impossível. Desejo talvez não lhe faltasse. Dizia que, ao adquiri-los, tinha pelo menos a intenção de lê-

-los. E chamava de “loucura mansa” o que reconhecia ser seu vício incurável: comprar livros. Loucura, talvez, mas havia método em sua loucura.

Alberto Manguel faz uma distinção entre bibliotecas com livros entronizados e bibliotecas com livros lidos. A de José Mindlin não tinha livros entronizados. Mesmo as joias da coroa estavam expostas à consulta do leitor interessado, ele próprio em primeiro lugar, que as visitava regularmente, e a quem quer que se beneficiasse de sua generosa acolhida para realizar trabalhos de pesquisa. Sua enorme biblioteca surgiu, aliás, como um produto quase diria secundário do seu amor pela leitura. Ele próprio o diz ao evocar o nascimento de sua coleção a partir da leitura de obras específicas que o levavam a procurar outras obras do mesmo autor e depois obras sobre aquele autor e assim por diante.

Mindlin costumava dizer que não tinha tempo para ler os bons livros porque existiam os ótimos, citando, e propositadamente distorcendo, uma *bou-tade* de Thomas Mann. E não era verdade, pois ele próprio se orgulhava de haver feito belas descobertas através da leitura de autores desconhecidos que lhe chegavam às mãos pelo acaso.

Gostava de ler em voz alta. “Para mim – escreveu – a poesia é, de certo modo, uma partitura cuja musicalidade só a leitura em voz alta faz aparecer.” Guita era sua ouvinte predileta, porque constante e sempre atenta. Fazia-o com uma evidente satisfação e orgulhava-se de sua voz. Sua impostação solene e cadenciada pareceu-me, à primeira vista – ou devo dizer à primeira audiência – datada, mas vim a descobrir, depois, que devia estar impregnada no seu gene russo, pois era a mesma entonação que encontrei nas gravações de Ana Akhmátova ao ler os próprios poemas.

Do amor e do carinho que tinha pelos livros dizem muito as palavras com que procura justificar-se perante os que não foram selecionados para figurar na exposição do Museu Lasar Segall ou entre os *Destaques* da edição da Biblioteca Nacional, seleções que teve que fazer enfrentando “muitas ciúmeiras e muitas queixas” dos livros que delas foram excluídos.

A imagem de José Mindlin está associada ao livro, à biblioteca. Mas Mindlin foi muito mais do que o bibliófilo. Foi o empresário sempre disposto a pôr a sua empresa a serviço das artes, o editor, o incentivador da esposa no árduo e exigente trabalho de restauro de livros e obras de Arte, o administrador vigilante da proteção do patrimônio cultural quando em cargo executivo

no Estado de São Paulo, o zelador dos manuscritos de grandes escritores brasileiros e o mecenas para a divulgação desse patrimônio.

Em 2004, para comemorar os seus 90 anos, a EDUSP, da qual era Mindlin o presidente da Comissão Editorial, decidiu publicar uma obra que fizesse recordar os livros dos quais houvesse sido ele editor, coeditor ou patrocinador, muitas delas publicadas pela Metal Leve, ao tempo em que ele presidiu a famosa empresa produtora de autopeças, por ele mesmo fundada. Sob protestos do homenageado, a EDUSP produziu o catálogo *José Mindlin, Editor*, preciosa recapitulação de um dos aspectos mais fascinantes da obra de José, infelizmente só conhecida por um número reduzido de seus amigos e dos beneficiários de seu generoso apoio e interesse pelas artes gráficas aplicadas ao livro. São 60 obras de primoroso acabamento gráfico, a primeira das quais, as *Elegias de Duino*, de Rainer Maria Rilke, em tradução de Diva Ferreira da Silva, foi publicada em 1951. Mas não data daí a incursão inicial de Mindlin nas artes tipográficas. Aos 14 anos de idade, já demonstrara sua preocupação com a qualidade da impressão como editor da revista *Rio Branco*, que levava o nome da escola em que estudava em São Paulo. Na década dos 50, colaborou estreitamente com o grupo pernambucano *Gráfico Amador* cuja atuação revela uma das páginas mais originais da Arte Gráfica no Brasil. E aqui não posso deixar de evocar a figura fidalga de Aloysio Magalhães, seu grande animador, tão prematuramente desaparecido, morto em Veneza – como Aschenbach – enquanto defendia, em reunião da UNESCO, a inclusão de Olinda na Lista do Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. A partir da década dos 60, de início em colaboração com Gastão de Holanda, ex-participante do grupo *Gráfico Amador*, no Recife, primeiro, e no Rio de Janeiro depois, inicia um projeto ao qual estarão associados os nomes de João Câmara, João Cabral de Melo Neto e Haroldo de Campos, este como tradutor de Octavio Paz. As publicações patrocinadas pela Metal Leve terão um destino mais especial: reeditar, em edições fac-similadas, revistas e livros tornados raridades, relativos, sobretudo, ao período modernista nas letras nacionais. Assim ressurgem *A Revista*, de Carlos Drummond de Andrade, a *Revista Anual do Salão de Maio*, de Flávio de Carvalho, a revista *Verde*, do Grupo de Cataguases e a *Revista de Antropofagia*, consequência e seguimento do Manifesto de Oswald de Andrade. Durante sua breve passagem como Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, a par de uma atividade administrativa rigorosa de

desburocratização dos processos da Secretaria, criação de projetos de preservação do patrimônio cultural, estruturação da carreira de pesquisador, dirigiu, ainda, a publicação de uma vintena de livros em coedições, uma bibliografia de editor bissexto, como se intitulava, que encheria de orgulho qualquer casa editorial.

Como preservador e difusor da cultura nacional, permitam-me introduzir aqui uma palavra de louvor e reconhecimento pela contribuição inestimável por ele prestada à União Latina, ao tempo em que eu a tinha a meu cargo, para a realização do que foi a maior e mais bela exposição da Arte Barroca brasileira jamais realizada no exterior, entre 1999 e 2000, no *Petit Palais* de Paris, intitulada *Brésil Baroque – Entre Ciel et Terre*, com a apresentação de mais de 600 obras de Arte de coleções oficiais e particulares do Brasil inteiro. Sem sua mediação para a obtenção dos recursos necessários a essa prestigiosa apresentação, a exposição possivelmente não teria chegado a realizar-se.

Escreve Mindlin na introdução aos *Destaques*: “Não tenho o fetiche da propriedade, porque, em matéria de raridade, considero-me mais um depositário do que um proprietário, uma vez que, para mim, o outro papel da biblioteca, além da leitura, é o da preservação da cultura – a gente passa, mas os livros ficam.” Há cerca de um ano, dizia numa entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*: “Nunca me considere o dono desta biblioteca. Eu e Guita éramos os guardiões destes livros que são um bem público.” E isso demonstrou, exemplarmente, ao doar os 26.000 livros que consistem a sua *Brasiliana*, a maior parte de sua biblioteca, à Universidade de São Paulo, num digno e raro exemplo de mecenato no Brasil, último grande gesto de um grande homem, um grande brasileiro.

Cito mais uma vez Alberto Manguel, que de livros e bibliotecas muito sabe: uma biblioteca é “um monumento incumbido de derrotar a morte”. Guita e José derrotam a morte ao ficarem recebendo com seus nomes no portal da futura biblioteca que abrigará os seus livros no *campus* da USP, por muitos e muitos anos, muitíssimos espero, todo aquele que neles for buscar inspiração e sabedoria.

Antonio Candido observa com precisão que, quando um homem é capaz de combinar harmoniosamente os traços de inteligência e sensibilidade demonstrados por José Mindlin para construir ao longo da vida uma bibliote-

ca valiosa, “vai além da categoria de colecionador e se torna plenamente o seu autor, como um escritor é autor daquilo que escreve”. Assim soube nele reconhecer a Academia Brasileira de Letras ao elegê-lo em 2006. Homem de letras no sentido mais amplo da palavra, homem da palavra no sentido mais amplo do termo.

Muitas coincidências dizem respeito à Cadeira que hoje ocupo e às minhas relações com a Academia. De Cláudio de Souza, sou sucessor duas vezes: primeiro como presidente do PEN Clube do Brasil, e agora, por ocupar-lhe a mesma Cadeira nesta Academia. De Josué Montello, fui antecessor na UNESCO. À UNESCO, igualmente, estão ligados os nomes de outros ilustres acadêmicos, alguns meus antecessores, como Paulo Berredo Carneiro e Carlos Chagas, outros meus sucessores como, além de Josué Montello, José Guilherme Merquior. Ainda na UNESCO, tive o privilégio de ter como colaborador o Acadêmico Abgar Renault na crucial XXI Conferência Geral, realizada em Belgrado, em 1980.

Esta breve, brevíssima, evocação de pessoas que me precederam na Academia Brasileira de Letras, às quais estive ligado, é, por si mesma, demonstração da sua plurivalência. E do sentido exato de sua divisa.

Se é missão da Academia a cultura da língua e da literatura nacional, tem ela que ser dinâmica e corresponder às vocações naturais de uma e de outra. O idioma de um povo ou de uma nação é algo vivo, evolutivo, maleável. Que as palavras envelhecem já o sabia Horácio que diz, na sua *Arte Poética*: “Como as folhas na mata, as palavras envelhecem e caem (...). Algumas renascem, outras, agora em voga, cairão, se o uso assim o quer, o uso ao qual pertence, nas línguas, a soberania, o direito, a regra.” E isso se aplica tanto à palavra isolada, nas suas conotações, quanto a seu emprego na frase, no seu uso sintático, semântico, estilístico. E é, então, a literatura que é afetada. A norma culta, que cumpre aos gramáticos detectar, proteger, tampouco é marmórea, e é por saber como transgredi-la que, muitas vezes, de algum escritor que a dome, pode surgir uma nova linguagem literária. Vimos como isso souberam fazer, de forma magistral, em seu tempo, o nosso Confrade Guimarães Rosa, e, mais recentemente, o escritor português José Saramago, que há tão pouco se despediu de nós. O que isso tem a ver com a Academia? Precisamente ser ela a zeladora de que esse processo, a evolução do idioma e a transmissão da literatura se faça de modo a preservar a singularidade e a autenticidade de uma e de

outra. Atentemos serem objetivos da Academia a “cultura” do idioma e da literatura. E cultura, no sentido etimológico, quer dizer “amanho”.

Isso me leva à consideração final desta breve reflexão sobre o que pensa da Academia este que foi por ela honrado ao admiti-lo em seu seio.

A nós, que nestas cadeiras nos sentamos, atribuem-nos, os de fora, pretendermos ser imortais. Ora somos mortais como qualquer um e a imortalidade que se inscreve na divisa da Academia está mais referida a ela como Instituição, com tudo o que a palavra tem de exacerbação do contingente, do que a cada um de nós como contribuintes para sua continuidade. Aqui estamos apenas para demonstrar quão passageiro é o renome que ela nos possa dar. Ela, a Academia, é que perseverará, recolhendo a contribuição que cada um de nós lhe possa prestar na realização de seus cometimentos. E sua missão nunca terminará ... eterna enquanto dure, diria o poeta.

Desejo, ao terminar, deixar o registro de meu profundo reconhecimento a todos os Acadêmicos que me acolheram à sua companhia. Serei assíduo em procurar justificar sua confiança. A todos os que aqui me cercam, unidos no gesto de amizade que essa presença significa, minha enorme gratidão. Esta entrego, muito especialmente, a minha mulher, meus filhos, meus netos, minhas irmãs, meus sobrinhos e aos demais familiares que, aqui presentes ou de longe, estão comigo neste momento.

Agradeço, orgulhoso, a atenção especial que me concede o Ex.^{mo} Sr. Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco, ao designar o Sr. João Lyra Neto, Vice-Governador, para representar o Governo do Estado nesta cerimônia. A ele e a sua Exm.^a Esposa, Sr.^a Leila Queiroz, agradeço a presença neste recinto. Comove-me, igualmente, que aqui esteja representada a Academia Pernambucana de Letras, na pessoa de seu Presidente, o Sr. Waldênio Porto, cuja recente obra “Violinos no Coque” relata a bela experiência social e cultural que vem sendo realizada em Caruaru, sua Cidade natal, com a Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque.

Não terminei, ainda. Tinha dois compromissos com respeito a este discurso. Um era comigo mesmo: fugir ao usual recurso retórico de iniciar ou terminar o discurso duvidando do discernimento dos que me elegeram, o que me parece uma injuriosa ingratidão. Outro era com uma pessoa aqui presente, e que não preciso nomear. Disse-me ela, quando pela primeira vez nos encon-

tramos após a minha eleição: “E fale, Geraldo, de Pernambuco, em seu discurso de posse!”

Não foi fácil cumprir a promessa que lhe fiz no texto de uma oração que só trata de paulistas e de maranhenses. Procurei um jeito de atendê-la, como terão notado, ao referir-me, em várias oportunidades, a pernambucanos ilustres. Foi o máximo que consegui este modesto pernambucano que aqui cessa suas palavras. Percebo, no entanto, que, ao assim me caracterizar, descumpro o outro compromisso, o assumido comigo mesmo, e incorro o risco de ver-me desacreditado pelo nosso presidente que não considerará válido o bizarro oximoro no qual incorro ao acoplar os dois adjetivos que me apliquei, porque, mais do que desconjuntados, ele os considerará contraditórios.

II

RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

A nossa Academia, a Casa de Machado de Assis, recebe hoje o escritor Geraldo Holanda Cavalcanti. Sensibiliza-me particularmente poder dizer estas poucas palavras nesta noite muito especial.

Acompanho Geraldo desde a nossa mocidade na querida Cidade do Recife, nos corredores, nas salas, na biblioteca da emblemática Faculdade de Direito, antigo reduto de intelectuais ativos, de escritores ou candidatos a escritores, não menos motivados. Ainda me lembro da sua silhueta esguia atravessando a Praça Adolfo Cirne, com o violino na mão esquerda, e na outra, um livro volumoso, provavelmente um código. Entre a suave melodia da música e a aspereza da normatividade, ele equilibrava as suas assonâncias e dissonâncias. Aí começamos uma conversa, um diálogo aberto e até agora sem interrupções.

A nossa interlocução girava em torno da Literatura, da Filosofia, da Política e, frequentemente, das Artes, não fora Geraldo o escritor, o artista plástico, o músico, sempre discreto. Como discreto continuaria a ser a vida inteira, mesmo em outros ofícios menos discretos.

A Academia Brasileira de Letras, ao receber Geraldo Holanda Cavalcanti, acolhe um verdadeiro poeta.

Ele tem sabido cultivar outras espécies literárias, e menos literárias. Para todas, carrega consigo a inabalável vontade de inventar o mundo, inventar e se deixar inventar pela realidade – essa trama complexa de homens e coisas, esse caminho tenso, pontilhado de obstáculos. A poesia

tem sido sempre, basta observar a cronologia da sua produção poética, a inseparável companheira de viagem.

O seu primeiro livro, de poesia, *O Mandioca de Verdes Mãos* (1964), foi editado na Coleção Tempoésia, das EDIÇÕES TEMPO BRASILEIRO, casa editorial cinquentona, presidida até bem pouco pela competência do meu querido e saudoso irmão Franco Portella. Os originais me foram trazidos pelas mãos diligentes da sua admirável companheira, de vida, de artes e ofício, Dirce Cavalcanti. Logo em seguida, comecei a receber recomendações entusiásticas de colegas que não sabiam das nossas pré-históricas ligações recifenses, e se dispunham a alertar-me sobre a grandeza do poeta. Todos eles enfatizavam a qualidade da sua poesia e, os nomes maiores que mais me tocaram foram os de João Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, José Guilherme Merquior. Não precisava. Mas foi bom saber que eles também reconheciam o superior fazer poético do Geraldo. O poeta José Paulo Moreira da Fonseca, diretor da coleção, nos trouxe a sua incondicional acolhida. O livro foi lançado sem pompas e circunstâncias, mas logo obtendo a mais criteriosa adesão crítica.

Depois a carreira diplomática o levou pela vida afora. E sempre nos reencontramos nas mais diversas geografias. Voltei a publicar os seus belos poemas “O elefante de Ludmila” e “A palavra” na *Revista Tempo Brasileiro*, e posteriormente incluídos nas suas *Poesias Reunidas*.

Sobre a sua brilhante carreira de diplomata já falei nas palavras de recepção ao presidente do PEN Clube. Agora, preferiria falar somente do escritor, para mim o seu traço mais distintivo. Pretendia ater-me apenas ao intelectual. Mas, a sensatez de minha mulher, Célia Maria, também pernambucana de quatro costados, entendeu que eu devia referir-me mais uma vez ao diplomata tão exemplar quanto polivalente, que nele, por discrição estrutural, ficou menos conhecido. Ou porque dispunha igualmente da antevisão de que no poder eventualmente ESTAMOS, e na vida e na poesia constantemente SOMOS. Compreendo e me identifico com essa posição. A proximidade do poder, aqui e lá fora, só me facilitou, entre um ou outro raro clarão, a leitura de algumas parcas apostilas sobre a miséria humana. O poeta, aquele que vê antes, certa vez registrou, com inigualável propriedade:

Meu heroísmo é viver
imune ao incenso da inveja

ao halo fugaz das vitórias
às pérfidas regalias do poder
Meu heroísmo é sobreviver

Já disse e repito. O nosso encontro começou há algumas décadas, quando dois jovens estudantes se cruzaram nos corredores da tradicional Faculdade de Direito do Recife. O primeiro estava de partida; o segundo apenas chegara. Um vinha de Olinda, e como que atravessara a rua. O outro veio da Bahia, transpôs o tempo no espaço. Nem por isso deixaram de criar o MRI – Movimento Renovador Independente. A proposta do grupo era razoavelmente inovadora e incomodamente independente. A renovação não foi bem entendida e a independência logo deixou de ser suportada. Mas por aí se iniciou o diálogo, o intercâmbio, a interlocução, que perduraram e perduram, e que foram reabastecidos ao longo do tempo e dos mais diferentes cenários, nacionais e internacionais. E que prossegue aqui, nesta Casa de tradições vivas, e não apenas de comendas ornamentais.

A discrição, a polidez nata, o cuidado ético tornaram-se responsáveis pela pouca visibilidade da admirável trajetória profissional e intelectual do Acadêmico Geraldo Holanda Cavalcanti. Por isso, procurarei reconstituir o seu percurso.

Embora formado em Direito, nunca praticou qualquer das profissões para as quais os cursos jurídicos lhe haviam preparado. Sua predileção pelo Direito Internacional Público o fez pensar, desde cedo, que era na diplomacia que encontraria sua vocação. E assim foi, e assim tem sido.

Entrou no Itamaraty por um concurso direto, no qual tirou o primeiro lugar.

Depois de um estágio na Divisão Cultural, para onde foi distribuído por ninguém mais, ninguém menos, do que João Guimarães Rosa, em função da nota que havia tirado na prova de Cultura Geral, logo foi chamado a trabalhar com o Chefe do Departamento Econômico, Embaixador Edmundo Barbosa da Silva, o que, de certo modo, determinou o início de sua carreira, pois teve uma sucessão de cargos e postos orientados para os problemas econômicos e financeiros. Assim, como Secretário de Embaixada, em seus primeiros desempenhos no exterior, na Embaixada em Washington, na missão em Genebra, e novamente em Washington, foi com problemas econômicos,

comerciais e financeiros, que lidou. Dessa época, guardou especial memória da colaboração que prestou na elaboração dos estatutos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da participação nas negociações financeiras para consolidação das dívidas do Brasil com os credores europeus, no Governo do Presidente Jânio Quadros, e da contribuição prestada para a formulação da plataforma dos países em desenvolvimento, na questão agrícola, durante a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Os anos em Moscou o aproximaram dos assuntos políticos, mas logo foi chamado pelo Governo a colaborar, como Chefe do Escritório do Instituto Brasileiro do Café, em Nova Iorque, na época das difíceis negociações a respeito da entrada do café solúvel brasileiro nos Estados Unidos, voltando a tratar de temas comerciais.

Trouxe-o de volta às questões políticas o Embaixador Mário Gibson Barbosa, convidando-o para assumir o Consulado-Geral em Hong Kong, com a função não declarada de observador da República Popular da China. Nessa qualidade, empreendeu as gestões iniciais junto às autoridades chinesas que culminaram no estabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China-RPC, quando já estava na Secretaria de Estado, no início do Governo Geisel, numa antecipação premonitória da importância que esse país viria a ter no cenário internacional.

Na Secretaria de Estado, ocupou-se da condução da unidade de planejamento estratégico da política externa e das negociações internacionais com ela relacionadas.

Nomeado Embaixador junto à UNESCO, e eu o pude ver diretamente em ação, teve a oportunidade de dar sua decisiva contribuição às gestões em favor da inclusão de Ouro Preto e de Olinda na lista do Patrimônio da Humanidade.

No México, considero ter sido relevante, ao lado da atuação bilateral que aprofundou no campo cultural – pude constatar pessoalmente a excelente penetração que tinha nesse meio –, sua participação como Presidente do Comitê Indigenista Interamericano, em defesa das culturas indígenas do continente.

Em Bruxelas, ao lado do trabalho de esclarecimento e defesa da imagem do Brasil junto ao Parlamento Europeu, veio a articular os passos iniciais para o diálogo Mercosul-União Europeia. Isso o levou a ser convidado para atuar

como Conselheiro para Assuntos do Mercosul do Instituto de Relações Euro-Latino Americanas (IRELA), de Madri, mesmo depois do seu afastamento da carreira.

Retirado de suas funções diplomáticas com o advento do Governo Collor, por uma medida provisória que inabilitava os Embaixadores após 15 anos de exercício, apresentou sua demissão dos quadros do Ministério, havendo sido imediatamente convidado a assumir a Presidência da Ericsson Telecomunicações do Brasil, onde lhe coube a delicada tarefa de defender os interesses nacionais, por ocasião da implantação da telefonia celular em nosso país.

Em 1994, foi convocado pelo Governo a novamente colaborar em questões diplomáticas, na qualidade de Representante Pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no Grupo de Chefes de Estado e de Governo em Apoio ao Multilateralismo (Grupo Carlsson) que, entre outros assuntos, tratava do tema da revisão da Carta das Nações Unidas. Recebeu ainda a incumbência de colaborar na criação da Comissão de Vizinhança com a Colômbia, e de assumir sua gestão como Representante do Presidente, destinando-se a Comissão a desenvolver programas com o objetivo de dirimir os problemas de fronteira e estabelecer, nessas áreas, projetos de cooperação de impacto social nos dois países. Em seguida, voltou a atuar no plano multilateral chefiando as delegações do Brasil nas conferências mundiais sobre população (Cairo, 1995) e sobre Assentamentos Humanos (Istambul, 1996).

Em 1997, foi eleito Secretário-Geral da União Latina (Paris), cargo que exerceu até o fim do ano 2000. Muitas são as atribuições da União Latina, como, inclusive, a concessão do prestigioso Prêmio de Roma, que anualmente consagra um novelista dos países membros. Mas o marco definitivo de sua passagem pelo organismo pode ser considerado a série de grandes exposições de Arte, realizadas na França, na Itália, na Espanha, e em vários países da América Latina. No Brasil, o público carioca pôde visitar a bela exposição de Arte Barroca boliviana no Museu Nacional, e o de São Paulo, a grande exposição de pintores do Século de Ouro espanhol, na Pinacoteca, ambas trazendo pela primeira vez ao espectador brasileiro obras-primas da pintura dos dois países. Mas, a excepcional exposição do Barroco Brasileiro no *Petit Palais*, em Paris, a mais completa já realizada no exterior, a cuja inauguração compareci,

foi o grande momento do programa de difusão cultural empreendido na sua administração.

Vale a pena mencionar que, além de haver recebido as mais altas condecorações do Governo brasileiro, é detentor, igualmente, de algumas das mais distinguidas condecorações estrangeiras.

Ele prefere dar especial destaque à comenda da Ordem dos Caetés, que recebeu de Olinda, pelo seu trabalho em favor da inscrição dessa Cidade, que quase pode considerar como o seu berço – pois para ela se mudou com menos de dois anos de idade e dela somente sai 20 anos depois – na lista do Patrimônio da Humanidade.

Como se vê, a sua agenda internacional aponta para um novo internacionalismo, capaz de compreender certas emergências apenas esboçadas, bem como valorizar o jogo não raro tenso das diferentes identidades culturais. Sobreretudo com relação à Ásia, à África e à América Latina.

Apesar de todos esses cargos e encargos, o escritor latejava, pulsava dentro do seu corpo e de sua alma.

O seu primeiro livro, *O Mandioca de Verdes Mãos*, já era uma poesia de corte vertical, mas sem qualquer cerebralismo inócuo. Apenas a recusa do desperdício verbal, da dilapidação retórica, da estridência oca. A argúcia crítica de José Guilherme Merquior constatou logo esse percurso silencioso, procriativo, no interior do qual o próprio lirismo habita descontraidamente. Lembro-me bem de um poema-poética da “Vigésima estória”:

o ofício de ver por dentro
as coisas que não tem fora
de ouvir sons que não vigoram

o ofício de não ter medo
das coisas que não existem
e das que nos circuntolhem
conhecer do quanto doem
na malha que nos reprime

o ofício de abrir palavras
que delgadas como pontes
reliquem as coisas sem nome
ao mundo das coisas dadas.

Não é difícil perceber que o poeta, na melhor tradição ocidental, reflete o tempo todo sobre o seu fazer, sobre essa poesia entretextual que dialoga com os seus companheiros de ofício, passados e presentes. E mesmo quando escreve não apenas SOBRE, concede voz AO poeta, furtivo, dividido, o sujeito cindido nos tempos modernos, todo quebrado entre a memória e a evidência, ele sabe reunir pedaços de vida atravessados de lirismo. Lirismo ativo, interpelativo, associativo. Jamais contemplativo ou dissociativo. O que me leva a acreditar que existem poetas por dentro, e fazedores de versos por fora. O comedimento, nessa hora, se choca com o histrionismo. O histrionismo vem a ser o homicídio da representação. O mais que é menos, porque é excedente. Quando o histrionismo entra por uma porta, a representação sai pela outra.

Na *Revista Tempo Brasileiro* publicamos igualmente dois textos referenciais do trabalho poético de Geraldo Holanda Cavalcanti. Esses textos, já citados, são “A palavra”, uma espécie de metalinguagem vitalizada, e “O elefante de Ludmila”, talvez a versão irônica da vontade de poder. Todos esses poemas, e outros inéditos, passaram finalmente a fazer parte do seu *Poesia Reunida* (1998), que mereceu, em 2000, o Prêmio Fernando Pessoa, da União Brasileira de Escritores. O volume contém introdução de Álvaro Mutis, na qual o escritor internacionalmente consagrado considera o texto do nosso poeta, cito, “uma obra-prima da poesia brasileira, ou mesmo ibero-americana”.

Mas Geraldo Holanda Cavalcanti é ainda, e como se não bastasse, o excepcional tradutor de Eugenio Montale, Salvatore Quasimodo, Giuseppe Ungaretti. Com a tradução de Montale, ele obteve, em 1998, o prestigioso PREMIO INTERNAZIONALE DI LETTERATURA EUGENIO MONTALE, de Cremona, Itália. Vale acentuar que não se traduz apenas o vocábulo ou o verso. Traduz-se principalmente a experiência intersubjetiva, traduz-se a vida da poesia que é a vida do mundo. E para isso é imprescindível elevar-se ao núcleo da irradiação poética originária. Indagando, perguntando, interpelando até.

É este o intelectual sem adjetivos, Geraldo Holanda Cavalcanti, o escritor convincente e o servidor público que se faz acompanhar de exemplar folha de serviços prestados ao seu País, um intelectual de hoje, denso, aquele que se encontra em condições éticas e técnicas, para levar adiante a ação-reflexiva e a reflexão-ativa, para defender e promover a liberdade de expressão.

É na poesia que Geraldo Holanda Cavalcanti se dá por inteiro, mesmo que aos pedaços. O seu discurso nada tem de contínuo, e muito menos

de contíguo. O arco temático projeta um raio extenso que vai desde o amor, ou seja, a vida, até o espectro indecifrável da morte, com quem um dia se deparou diante do corpo inerte da mãe:

É a morte assim, tão parecida à vida?
Um sopro mais forte como de cansaço
e súbito o silêncio, as unhas brancas e
o frio
Minha mãe nem me viu. Me ouviu? Quem sabe!
Haveria o que dizer se me olhasse?

O tenaz “aprendizado do impossível” (a expressão é do poeta) jamais resvala na poética do luto, porque cultua o enfrentamento da dor sem pranto e sem lamúria. Nele, a esperança alterna a todo momento com a melancolia. E se, como diz o poeta, na sua “receita de sabedoria”, “o que morre primeiro é a esperança”, a melancolia é a primeira que chega, talvez para aguçar ou compensar a perda da esperança. A melancolia não exclui de todo a esperança.

Poucas vezes me vi diante, tão verticalmente, do saber-fazer da construção poética, chegando até o limite ilimitado do silêncio, como no poema de alta voltagem lírica “Em louvor do silêncio”:

Fiquemos calados, querida
se é o amor tão evidente
o que acossa nossas bocas

Pois que palavra mais rica
do que a lúcida sintaxe
que maneja nossos corpos?

Roço tua pele e tua vida
e em nosso silêncio explodem
cometas enlouquecidos

O poeta ama, e ama tão completamente, que prefere calar, o amor que deveras sente. Sou levado a imaginar que inaugurou o amor silencioso, tão proscrito na alma dos amantes tagarelas, e procurou conduzir até a fronteira

do impossível, a gestão impulsiva e escrupulosa do afeto, como naquele segmento do misterioso poema “Clarice”:

O que queremos dar
é no silêncio que

entregamos. Somente
o silêncio é inteiro

O silêncio, ninguém duvide, é uma caixa de surpresas. De afetos conturbados e afeições bem administradas. Somente o silêncio pode dizer as palavras que não conseguimos falar. Bem-aventurados aqueles que alcançam guardar o silêncio repleto, ou “repleno”, como dirá agora o nosso poeta. Parentes próximos daqueles que auscultam os batimentos cardíacos da vida que circula pelas frestas, pelo sistema sanguíneo, pelos escaninhos do silêncio. Aliás, falando deles me vem logo à mente o nome dos poetas Joaquim Cardozo, João Cabral, Ferreira Gullar, Félix de Athayde.

Porque nunca acreditou na verdade completa, na “cidade inteira”, na paisagem fixa, ele não perde de vista a realidade, e percebe que o real se move o tempo todo, pelas ruas e curvas da cidade, e distribui, com igual espessura pictórica, a opacidade do asfalto e os verdes de todas as cores da Zona da Mata. Aliás, o artista plástico que um dia montou a bem-sucedida capa de *O Mandioccal de Verdes Mãos*, está sempre presente nas suas decisões visuais. No seu DESCRIVIVER.

Não é possível discernir sobre o trabalho infatigável do escritor Geraldo Holanda Cavalcanti sem mencionar o tradutor vingado. Nas línguas italiana, inglesa, francesa, espanhola, ele nos trouxe autores admiráveis. Os desafios, as armadilhas, os ganhos do tradutor, como ele nos fez ver, no volume de sua autoria, *Memórias de um Tradutor de Poesia*. Ele conhece o que se propõe a ser o respeito e a independência frente ao original. O que torna a tradução, quando bem realizada, um trabalho de coautoria, de interpretação. Como sempre conseguiram os seus companheiros de esporte radical, Abgar Renault, Ivan Junqueira, Ivo Barroso, Mário Chamie, Haroldo de Campos, Marco Lucchesi, Alberto Pucheu. Mas ele, que aprendeu com a boa modernidade a noção do limite, dirá mais adiante: “Minha primeira tentação é dizer que não há tradução de poesia. Há tradução de poemas.”

Vale lembrar que, ao longo do itinerário criativo, como autor e tradutor, em nenhum instante se deixou levar pela avareza da influência, sobre a qual tanto se tem equivocado o notório, embora não notável, ensaísta americano Harold Bloom. O nosso tradutor em questão parece adotar sempre a mesma postura: manter a distância regulamentar ou a fidelidade altiva.

Poucos conseguem subverter o papel da influência: o importante não é investigar o que o modelo, nem sempre inquestionável, pode ditar, mas pensar o que o possível influenciado fez da influência. O mais revelador do acompanhamento desse processo imprevisível é a fascinante reinvenção da influência. O nosso Machado conhecia muito bem esse trajeto inóspito. E quem buscar outros esclarecimentos procure o ensaísta Sergio Paulo Rouanet, o autor de *Do riso à melancolia*.

Cabe aqui uma pequena pausa para reverenciar a erudição respeitável e bem-comportada, avessa ao luxo e à ostentação: a magnífica edição de *O Cântico dos Cânticos*, famoso e enigmático poema bíblico, o *Ensaio de Interpretação através de suas Traduções*. Esta vem a ser a sua maior obra de erudição. Jamais da erudição costumeira, exibicionista, convencional, e provavelmente inútil. É antes a erudição a serviço da elucidação e do conjunto da obra. O uso da erudição, tão superior quanto criterioso, fortalece em nós o entendimento e os laços de cumplicidade. O livro bíblico, até hoje cercado de interrogações, revela e se revela. É quando se aliam, coisa rara, a percepção do poeta e o conhecimento do *scholar* bem plantado. Um novo jato de luz ilumina zonas que pareciam inevitavelmente soterradas.

Merece destaque a série narrativa de *Encontro em Ouro Preto*, reunião dessas, agora quem esclarece é o narrador, “artimanhas que o inconsciente elabora à nossa revelia”. O poeta Marco Lucchesi com a sua reconhecida probidade crítica, vê aí a “prosa calibrada, na fronteira, no claro-escuro da palavra, na ambiguidade que parece brotar de situações apresentadas”. A ambiguidade, como se sabe, nunca é o desvio ou a ocultação, porém o modo de ser plural da linguagem literária. Como aquela famosa Capitu, de olhar “oblíquo e dissimulado”.

O dedicado trabalho da linguagem leva o narrador compulsivo a dar vida aos mínimos detalhes, a agarrar o instante pelos cabelos: o encontro desencontrado, os sonhos descarrilhados, o mistério da troca de nomes, a descoberta de Agnes, a miragem mobilizadora de Helena, a bendita maldição do

violino, a autoconcentração de Augusto, a irrupção fracassada do improvável colega de escola, até a 49ª vítima.

Às vezes chego a ler *Encontro em Ouro Preto* – vacilo – como o conjunto narrativo movido pelo realismo imaginário ou um longo poema em prosa, lírico e curvilíneo. Até porque os padrões narrativos institucionalizados já não conseguem manifestar a multivivência da realidade.

Já foi possível observar que o lirismo se afirmara desde a elevada interlocução com as estórias de Guimarães Rosa. Agora, essas saídas “fantásticas”, configuram e aceleram o que prefiro designar como realismo imaginário, sintagma pleonástico, mas nem por isso menos convincente.

Chegamos agora às suas memórias escritas no volume *As Desventuras da Graça*, que viemos a ser informados tratar-se de memória-ficção, capaz de combinar perigosamente a “vertigem do tempo”, nas palavras do memorialista, e as ficções do real, no registro do espectador. Há, sobretudo, o equilíbrio instável, no roteiro arriscado de quem se dispôs a saltar por cima das armadilhas das lembranças perdidas, que aqui não é tão somente a rememoração, o inventário, a revelação. Nem a queima de arquivos, nem o ajuste de contas, abusos ilícitos da prática memorialista. Os seus autores, os seus interlocutores, os seus desencontros, as suas variadas cidades desfilam tranquilamente pelas suas páginas.

Permitam-me uma pequena digressão. Tenho para mim que a guerra do Médio Oriente é uma guerra de memórias. Cada um dispara contra o outro o seu arsenal memorialístico. Ninguém está disposto a esquecer nada. E juntos, estranhamente unidos, ameaçam a paz de todos nós.

O autor de *As Desventuras da Graça* não esconde nada, nunca trapaceia. Mesmo sabendo que “toda história narrada é uma interpretação”, ele procura deixar bem claro que “tudo o que neste livro está escrito é verdade, e nada do que aqui está escrito posso (diz) garantir que foi assim que ocorreu”.

Ele está longe da “vida passada a limpo”, como queria o nosso grande poeta, porque está perto da vida paradoxal, a uma só vez em baixo e alto-relevo.

Convém insistir que a poesia nunca será propriedade privada do poema. Ela pode ser descoberta em muitos outros lugares.

O católico familiarmente cuidadoso, solidamente plantado, cultor das práticas e cerimônias religiosas, jamais imaginaria que teria bem adiante, não sei se sob o calor dos trópicos ou o frio moscovita, o seu encontro, ou desen-

contro, com *As Desventuras da Graça*. Criado no código de chumbo do jesuitismo inaciano, detentor do poder cultural desde a colônia, desde os idos e havidos da *Ratio Studiorum*. As cenas e contracenias dessa experiência marcariam para sempre a “tumultuada aventura de minha (sua) vida religiosa”. Mas nunca deixou de abrir o maior crédito de confiança ao anjo da guarda. Também como ele, não me furtei, em conferir especial papel a esse generoso personagem místico. Foram a minha mãe, Maria Diva, e a minha mulher, Célia Maria, quem introduziram em minha vida os prestimosos e valiosos serviços do anjo da guarda.

É enriquecedor poder compartilhar da densidade intelectual, da amplitude existencial do olhar agudo ao recolher poeticamente os pedaços de vida que se cruzam e se fragmentam sobre e sob os endereços diversos da realidade. Dele, também se poderia dizer que nada do que é humano lhe é indiferente.

Talvez ele surpreenda com a construção antecipada da estrutura simultânea do tempo. O tempo nunca foi uma série compartimentada de presente, de passado e de futuro. Suponho que estamos diante da primeira memória não sucessiva. Logo, convém prestar atenção na sentença que ele nos adianta: “Construo o passado à medida que o reconstituo.”

Quando a memória e a ficção se unem lealmente, os resultados literários chegam a ser surpreendentes.

Antes de concluir, não querendo abusar da paciência geral da nação literária, gostaria de salientar a consistência argumentativa na obra monumental de elucidação reflexiva: *A Herança de Apolo* (Poesia Poeta Poema), livro substancial, compêndio involuntário, porém compêndio, em vias de publicação. Todo esse movimento de construção, de desconstrução e de reconstrução da aventura poética chega a seu estuário complexo, culto e compreensivo. Aí se configura e se desfigura exaustivamente o espólio cifrado da metáfora. Essa linhagem que se estende desde os apologistas até os denegadores da ocorrência metafórica, como o grande poeta espanhol Antonio Machado, que não se exime de afirmar: “Bons poetas são parcios no seu uso.” Que não ouçam, ou que ouçam essas afirmações os vates estridentes, servidores insidiosos da poluição sonora. Ainda bem que, ao lado das explosões escandalosamente metafóricas, insistem e persistem as edificações silenciosamente metonímicas.

A Herança de Apolo, largo itinerário percorrido por poetas e pensadores na tentativa vã de definir a poesia. Palavras, palavras, acionadas pela ambição malograda. Porque toda definição termina sendo reducionista. Aproximar-se, viver junto, contar com razoável repertório de referenciais, vem a ser o modo mais indicado de compreender. É o que faz Geraldo Holanda Cavalcanti nesse empreendimento substancial, astuciosamente culto, constituído por fragmentos da lucidez matizada. Mostra ele os vários cognomes do poeta, mostra, sobretudo, as variações viscerais dessa interminável peripécia, harmoniosamente distribuída entre a poesia, o poeta e o poema.

As insuficiências teóricas, o analfabetismo, induzem a confundir, simploriamente, poesia e poema. Como se uma não fosse parceira – mais até, instância constitutiva – da outra. Tudo isso se esclarece nessa consolidação das leis, mais do que legais, legítimas, da poética de todos os tempos. No entanto, o nosso poeta sabe, e deixa transparecer limpidamente, de forma interpelativa, na metalinguagem do poema “A palavra”, tão festejada por Mestre Abgar Renault:

Quanto carrega cada
palavra proferida
e de quanto se alarga
quando ouvida?

Quanto dura a palavra
que da boca ferida
no instante se apaga
recebida?

Quanto deixa gravada
a palavra colhida
na memória apagada
esquecida?

Ao falar do poema, previsível morada da poesia intermediada pelo poeta, Geraldo Holanda Cavalcanti faz uma severa advertência: “Deixar a definição do poema aos poetas é rodar num círculo vicioso.” É um dos pontos altos dessa articulação persuasiva, ampla, geral e irrestrita, da *Poética* e da *Retórica* de Aristóteles com as inflexões sancionadas pela *Enciclopédia* francesa.

A Herança de Apolo é o manual, talvez um pouco volumoso, mas em nenhum momento dispensável, que os poetas deverão carregar consigo. A panteonização precipitada do poeta corre o risco de autorizar o esbanjamento falimentar. A todo instante é urgente tomar decisões sobre o inesperado ou o esperado da palavra caprichosa. Da palavra esquivada e raramente explícita no interior da qual significado e significante pactuam a sua contemporaneidade. A poesia, basta observar atentamente, deve ser a promessa e a instigação que o poeta recolhe e conduz ao poema, no jogo crispado de metáforas e metonímias. Sem concessões à grandiloquência.

O exercício bem-sucedido da consciência crítica, em meio à liberdade conquistada pela linguagem, será certamente um valioso suporte dessa jornada. A liberdade da palavra nunca deixou de existir, nem debaixo das formas páleo ou neoconservadoras. O que se torna inadiável é evitar as derrapagens irracionais. O impulso “arreatador”, por exemplo, não pertence à esfera da racionalidade. A oportuna dessublimização deve ser lícita, prudente até, e não escandalosa ou abjeta. Caso contrário, pode cair na vulgaridade.

A busca valéryana da correspondência entre o pensamento e a linguagem logo se transforma em ponto de honra. Responde assim à formulação de Ezra Pound, por ele veiculada, segundo a qual o “poeta precisa conhecer o seu ofício assim como o músico conhece a sua teoria”. Fica difícil aprovar as contas do poeta analfabeto, em matéria de poesia. Como não raro acontece.

O poema é o domicílio da poesia. Quem dirige essa arriscada travessia vem a ser o poeta. Se ao condutor faltar aptidão, mesmo tocado pelas melhores intenções, a poesia pode perder-se no meio do caminho.

Além do mais, a poesia não envelhece. Já o poema envelhece, está sujeito à esclerose múltipla da palavra. O desequilíbrio entre forma e conteúdo alimenta essa ameaça, e pode estimular a agonia. Daí a repulsa que ainda provoca, agora mais do que nunca, a formatização. Já a forma, ao contrário, confere vida ao conteúdo, e existe por causa dele.

É mais do que coerente o longo percurso poético de Geraldo Holanda Cavalcanti. Sessenta e tantos anos de reflexão densa, SOBRE e COM a poesia, da dessacralização da palavra até a desmitificação do poeta.

Os momentos finais de *A Herança de Apolo* são incisivos: “Não é por ser poeta – conclui ele – que o poeta é superior a quem quer que seja. Muito menos deve sentir-se ele, legitimamente, ‘escolhido’ por forças superiores para

cumprir uma missão em virtude de sua qualidade de poeta. Não existe uma missão do poeta, como não existe uma missão do músico, do pintor, do romancista. Não estão os seus ofícios governados por categorias éticas estranhas ao próprio universo da Arte.” E acrescenta: “Nenhuma razão existe, pois, para que o poeta se sinta sagrado, divino, profeta, ou o que mais seja que lhe confira o direito a uma especial reverência por parte dos demais seres humanos.”

Foi com este verdadeiro poeta que iniciei um diálogo, ininterrupto, respeitoso, profícuo, em dias longínquos, nas margens do rio Capibaribe, e que prossegue, e prosseguirá sempre, à beira da baía de Guanabara, nas janelas entrecruzadas dessa nossa outra Cidade querida.

Poeta Geraldo Holanda Cavalcanti, a Casa de Machado de Assis, do bruxo enigmático e sábio, a partir de agora é sua também.

Discurso de
SR. MARCO LUCCHESI

e

Resposta do
SR. TARCÍSIO PADILHA

*Sessão solene extraordinária
do dia 20 de maio de 2011*

I

DISCURSO DO SR. MARCO LUCCHESI

Posso dizer, como Nélide Piñon, que sou um brasileiro recente. Nasci anfíbio. Tenho duas línguas e dois corações. Metade adesão. Metade abandono. Trégua feroz. E surda guerra. Um solo a duas vozes. O violino e o contrabaixo. E já não sei qual dessas vozes melhor me pronuncia. Um verso de Luzi e outro de Drummond. O Maracatu de Mignone e os crisântemos de Puccini.

DUAS PÁTRIAS E DUAS LÍNGUAS

A primeira veio dos olhos castanho-claros de minha mãe, onde sorvi a língua toscana: a melodia sinuosa das montanhas que impedem que os de Lucca vejam os de Pisa, como disse Dante; o aroma puríssimo do azeite das terras de Massarosa e o céu em chamas, à beira do crepúsculo; verbos e palavras antigas, como *acquaio*, *augello*, *polla*, que se entrelaçam com a vegetação do lago de Massaciucoli; a altura das vogais, como a da torre da Igreja de Pieve a Elici, onde me perco num sonho de ascensão. Minha memória absorve passagens da *Divina Comédia*, como a de Paolo e Francesca:

Quando leggemmo il disiato riso
esser basciato da cotanto amante,
questi, che mai da me non fia diviso,



*la bocca mi basciò tutto tremante.
Galeotto fu 'l libro e chi lo scrisse:
quel giorno più non vi leggemmo avante.*

*Mentre che l'uno spirto questo disse,
l'altro piangèa; sì che di pietade
io venni men così com' io morisse.*

E caddi come corpo morto cade.

A outra língua é a portuguesa, a que aprendi a amar duas vezes, como brasileiro e filho de italianos. Língua de matriz antiga, de ínvios mares e sertões bravios, do *Esmeraldo de situ orbis*; subúrbios da Leopoldina e praias antigas, como Icarai, Adão e Eva, Jurujuba; língua de nações indígenas e africanas; língua de Vieira, contra as armas de Holanda; do magma de Guimarães Rosa; das tempestades que varrem a obra de Clarice; do abismo em que flutua o delírio de Brás Cubas. Todos repercutem em meu destino de escritor. Como esquecer, afinal, a insuperável lição de Tétis?:

Vês aqui a grande Máquina do Mundo,
etérea e elemental, que fabricada
assi foi do Saber, alto e profundo,
que é sem princípio e meta limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
globo e sua superfície tão limada,
é Deus: mas o que é Deus ninguém o entende,
que a tanto o engenho humano não se estende.

São estes os fantasmas que habitam minha nau peregrina. Vivo um atlântico de extremos. Naufrágio e calmaria. Destino e perdição. *Qualquer coisa de intermédio que vai de mim para o outro.* Da máquina do mundo ao amor de Francesca. Donde essa paixão visceral por Dante e Camões. Sou como um duplo cercado de espelhos. Imagem perdida na Ilha dos Amores ou nas praias do Purgatório. Vasco e Virgílio. Afinal, *amor meus, pondus meum. Meu amor é meu peso*, como lemos nas *Confissões*. E quanto a mim, não tenho outra saída senão a de multiplicar por dois minha densidade rarefeita.

A Cadeira 15 resgata o quociente parcial da soma desses duplos. O Patrono é Gonçalves Dias e o Fundador, Olavo Bilac. Quase um compêndio de dois séculos. Seguem-se Amadeu Amaral, Guilherme de Almeida, Odylo Costa, filho, D. Marcos Barbosa e o Pe. Fernando Bastos de Ávila. Modifico o verso de Dante, no Limbo, e, dessa cadeira, posso dizer, com modéstia e gallardia, que “io son *settimo* tra cotanto senno”.

Chego a Gonçalves Dias com oito anos de idade. O sortilégio de sua redondilha foi a escola onde matriculei meus versos da infância. Da “Loa da Princeza Sancta” sublinho esta passagem:

Quando o Rey tinha-los juntos
Começava a discursar:
‘Os iffantes já são homens,
Vou-me ás terras d’alem-mar
Armal-os hy cavalleiros;
Deos senhor m’ha de ajudar’.

Decidi-me pelas terras de além-mar. Como um vassalo da Língua Portuguesa. Já, com Olavo Bilac, guardo a poesia do espaço e das estrelas, com que pretendo encerrar o discurso desta noite. Se com Amadeu Amaral partilho o amor pelo poeta de Florença, com Guilherme de Almeida abraço a coincidência dos opostos, em que corre a poesia, varada de rigor e paixão. De Odylo Costa, filho, sinto o acento das coisas que deixaram de ser, com algum lirismo bandeiriano. E de D. Marcos Barbosa evoco as crônicas matutinas da rádio Jornal do Brasil e a refinada tradução dos Salmos, que me faz pensar em Merton e Claudel. Cada qual mereceria longas digressões, pontuadas pelo mérito e pela biodiversidade de suas respectivas aventuras intelectuais. Decido-me, no entanto, e em consonância com o regimento da Casa, a tecer o elogio do Pe. Ávila, não sem antes referir as razões que dele me aproximam.

Desde menino, eu me senti convocado pela distância, medida em quilohertz ou anos-luz. Com o rádio de ondas curtas, eu pescava no oceano da estática as estações dos quatro continentes. E o pendor para as línguas se fortificou naquela babel eletrônica. Com o telescópio, tive a emoção de contemplar as luas de Júpiter e os anéis de Saturno. Tudo era motivo de júbilo e de espanto. Mas foi com a *Divina Comédia* que a paixão da distância, ou a nostalgia do mais, adquiriu uma terra definitiva, essencialmente literária.

Terceira pátria. Ou margem. A Filosofia da Idade Média marcou o início da demanda rumo ao Todo Diferente. Eu mergulhava no oceano da *Suma Teológica*, nos tratados de Bernardo e Boaventura, Anselmo e Agostinho. A Teologia era condição necessária, embora não suficiente, para adentrar a selva claro-escuro da *Comédia*.

Aos poucos, e na faixa dos 16 anos, comecei a migrar para os contrafortes da Teologia moderna, escalados nas férias de verão, em planos diversos e alturas: a Teologia da morte de Deus, a Teologia da cruz, da libertação e da esperança. Hoje me volto aos estudos da mística comparada e ao diálogo interreligioso, percurso que me levou ao amigo Faustino Teixeira, poeta do diálogo, como também a Leonardo Boff, Arturo Paoli e ao caríssimo Frei Betto. Não posso esquecer do jesuíta Paolo dall'Oglio, do mosteiro de Deir Mar Musa al-Habashi, no deserto da Síria, de que guardo a imagem tremenda do *Alcorão*: Deus está mais próximo do que a veia jugular. (وَلَسَوْفَ نُنزِّلُ الْكُتُبَ مِنَ السَّمَاءِ مِنْ تَحْتِهَا سَافِرَاتُ الْبُرُوقِ يَأْتِيهَا الرِّقَابُ وَأَنْزَلَ مِنَ السَّمَاءِ مَاءً طَهُرًا)

Nasci na tradição católica e mediterrânea, dos santos e dos místicos, no encontro da cultura erudita com as formas populares da devoção, fascinado pelo mistério do Rosto. Vivo com adesão as páginas de Emmanuel Lévinas. E sob a influência de Massignon, visitei o morro do Horto, com os romeiros do padre Cícero, a mesquita de al-Ualid, em Damasco, o mosteiro de Sfânta Ana, em Orşova, as sinagogas de Jerusalém, cidade três vezes santa, além de Shirâz e Isfahân, o Santuário de Aparecida e a Catedral de São Pedro. Nessas estações, sondo o *tremendum et fascinans* dos filhos de Noé ou de Abraão. Sou tomado pelo canto 33 do Paraíso de Dante, quando o amor se transforma em luz intelectual e avança Universo adentro. Sondo a luz tabórica da mística ortodoxa (a таборский свет) e o sabor do Cântico de Salomão, do *mel et lac sub lingua tua*, na sensação das coisas primordiais. Nesse percurso, busquei a poesia do diálogo, a terra sacra da Diferença.

Precisei daqueles estudos para me acercar do Inferno, Purgatório e Paraíso. Ao fim e ao cabo, fui tomado pela poesia do Empíreo, onde se plasma o desafio de pronunciar o inefável e de traduzir o que deixa a esfera do silêncio. Procuo a dimensão da lírica na interface com a mística, para atingir a segunda navegação platônica, a poesia da poesia, para correr melhores águas, sob o signo do inefável, da palavra áspera e sutil, segundo os referentes da treva superluminosa, de Dionísio Areopagita.

Importa sublinhar a densidade do diálogo, mesmo que se busque uma mística seca, desprovida de Deus ou de transcendência pessoal. Em todo o caso, o princípio mínimo da ética da leitura consiste na suspensão da descrença (*suspension of disbelief*), de modo que, como leitor, creio no céu descrito por Ptolomeu, na função dos motores celestes e no motivo das manchas da Lua. A literatura é o *ágon* do saber ecumênico, que me leva à cova de Montesinos, com dom Quixote, ao mundo da Lua, com o paladino Astolfo, ou aos sertões, onde refulge o rosto luminoso de Diadorim.

A literatura e o rosto!

Minha *suspensão da descrença* aumentou após a grande tempestade de areia, que me envolveu em 2009 na Arábia Saudita. Uma nuvem de 300 metros de altura, com velocidade aproximada de 30 nós. Meus olhos se tornaram outros. Algo excessivos, talvez. Marcados pela urgência de uma nova educação dos sentidos, como queria Dante na viagem para Beatriz.

Chego ao Pe. Ávila, portanto, levado pelas mãos dessas afinidades eletivas. Sem descurar da cultura laica, absorvo essas questões de fundo *sub specie intellectualis*.

Valho-me das memórias de Fernando, *A Alma de um Padre*, de leve sotaque agostiniano, ao indagar a voragem da memória e sua intensa prospecção:

Sinto-me descer como que por um poço vazio que, de repente, se abre para uma grande nave subterrânea [...] Esses espaços interiores são como galerias noturnas iluminadas apenas pelo meu próprio olhar.

E, contudo, o livro não se mostra varado por uma áspera beleza, como Papini, dramático e noturno, como no admirável *O Nariz do Morto*, de Antônio Carlos Villaça, ou ainda harmonioso e ensolarado, como em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco. É, antes de tudo, um livro apolíneo, com ligeiras encrespações, que se dissolvem, tão logo se desvelam, na superfície do fluxo narrativo. Um livro quase sereno: a história de uma alma, o prefácio de uma segunda vida, interminável, perfeita e simultânea, conforme a expressão de Boécio.

Mas voltemos à Terra, para a história de uma alma, sim, mas dentro de um corpo, o *software* e o *hardware*, como propôs Umberto Eco, não sem uma ponta de ironia, ao amigo e Cardeal Martini.

Filho de José Bastos de Ávila e de Cinyra Muniz Freire, Fernando nasceu na Cidade do Rio de Janeiro, em 17 de março de 1918, numa Copacabana, hoje, impensável:

A rua em que nasci era tranquila, com casas esparsas que tinham jardins e quintais com árvores de abio, cambucá, abricó, sapoti. Grandes terrenos baldios separavam as residências e nas minhas incursões nunca ia além do traçado da Rua Barata Ribeiro, onde começava o deserto residencial até a Rua Toneleiro.

Uma percepção da natureza avulta em seu diapasão lírico, que o acompanhará, sem interrupção, até os últimos dias de vida, quando completou a viagem de volta para a última Roma, em seis de novembro de 2010. Noventa e dois anos de vida – 75 dos quais dedicados ao sacerdócio, sem dispensar os embates da História com a Metafísica, *all'eterno dal tempo*, na dialética de Dante.

Fernando completou o antigo primário na Escola Sarmiento, de cujo passado restaram *flashes* de sonhos e folguedos infantis. O Colégio Santo Inácio veio depois, trazendo-lhe os germens impressentidos da vocação.

Em 1930, Fernando ingressou na Escola Apostólica de Nova Friburgo, partilhando a mesma emoção de Sérgio, às portas de *O Ateneu*:

Na tarde daquele dia, minha mãe me levou à estação de Mauá. Quando da plataforma do trem, eu a vi sumindo, desatei a chorar. Na inocência de meus 11 anos, talvez eu pressentisse que um novo destino começava para mim.

Segue-se um período de formação, em que permanece afastado da família e sob árdua disciplina, livre, contudo, de américos e aristarcos da obra de Raul Pompeia, que lhe toldassem o delicado horizonte em que havia de crescer.

O noviciado veio cinco anos depois, ainda sob o guarda-chuva da *ratio studiorum*, dos últimos raios de uma escolástica crepuscular, ávida de coligir etíquetas e aplicá-las ao coração de universais e transcendentais, fora dos rumores do mundo, alcançado melhor *a priori*, no manejo de uma lógica sem nervos, em território de escombros, por onde vagam esquálidos fantasmas.

Mais que censurar uma razão desenganada (antes do socorro de Garrigou-Lagrange ou de Jolivet), tratava-se de levar a cabo uma ansiada quebra de paradigma, que se fazia urgente para alcançar, de modo frontal, os desafios de um mundo em conflito e tensões ideológicas. A *philosophia perennis*, como queriam Farges e Barbedette, apostilando o alto pensamento de São Tomás, dispunha da mesma consistência de uma bolha de sabão, não passando de um raso anteparo, que pretendia isolar, ou antes, proteger o sujeito do contágio dos modernos, tal como vemos em *Mundos Mortos*, de Otávio de Faria, na figura complexa e, até certo ponto, fascinante, do Pe. Luís, afogado, muito embora, nas águas mornas de um labirinto pietista.

Fernando recebe sólida formação clássica, de que muito se vale na parte mais espessa de sua obra. Soube reunir dois mundos que se pensavam irreductíveis. E, de ambos, auferiu visadas abertas. Não só não se fechou para a modernidade, como decidiu arrostar as demandas sociais e filosóficas da *era dos extremos*, para tomar a fórmula de Hobsbawn.

Fernando viajou em 1945 para Roma, Cidade declarada aberta, como no filme de Rossellini, e por onde passavam, entre as ruínas morais e políticas do Pós-Guerra, não apenas Anna Magnani e Aldo Fabrizi, mas, sobretudo, para o nosso homenageado, Giorgio La Pira e Giuseppe Dossetti. No tempo em que o futuro acenava com uma longa duração, Fernando terminou o mestrado em Filosofia e Teologia na cinco vezes centenária Universidade Gregoriana, *di quella Roma onde Cristo è romano*, sobre a qual, aliás, escreveu Affonso Arinos páginas gloriosas.

Sentia por Roma uma atração plural, como humanista e homem da Igreja, a Roma de Gibbon e de Von Pastor, a Cidade de César e do Papa, as antiquilhas do fórum e o altar de Bernini: uma das coisas que mais me deliciava em Roma era subir até a Igreja de Santa Maria in Ara Coeli. E completa: “Deslumbrava-me a Roma clássica [...] uma verdadeira emoção em ver com meus olhos o cenário onde ocorreram os grandes lances da história.”

Vencido o abismo da vocação, foi ordenado sacerdote em 1948, quando sopravam os ventos da Teologia de Chenu, Congar, Rahner e de Lubac, arautos do Concílio Vaticano II, que a Igreja não conseguiu de todo absorver, criando, em muitas partes, uma certa eclesiologia do impasse.

Como sacerdote, Fernando defendeu sua tese de doutorado, “L’immigration au Brésil”, junto à Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da

Universidade de Lovaina, de cujo percurso textual emerge uma vasta saudade do presente, bem como uma premência irremovível dos problemas de nosso País. Da riqueza dos estudos na Bélgica, aprofundados na França, responde a *Introdução à Sociologia*, compêndio que formou toda uma geração de cientistas nos anos 60 e 70. Aflorava no espírito de Fernando o interesse crescente pelo social, na ótica dos mais pobres, dos *anawim*, dos que vagam nos livros do Antigo Testamento e se multiplicam na periferia do capitalismo.

A publicação do Manifesto Solidarista respondia pelos anseios de mudança, ao mesmo tempo em que pensava uma alternativa aos projetos então considerados radicais. De base estritamente reformista, o programa tomou distância do conflito entre Capital e Trabalho, ou das teses de livre mercado, onde predomina a *invisible hand*, colocando-se o drama da desigualdade social entre parênteses, segundo as tendências conservadoras daquele período.

O manifesto de Fernando constitui uma declaração de princípios, que, se hoje pode soar tímida, não esconde a nobreza de propósitos, na defesa das liberdades individuais, em conjunção com a doutrina social da Igreja, que começava a ocupar boa parte de sua redação. Assim, ao redigir *Antes de Marx – as Raízes do Humanismo Cristão*, Fernando cobrava do autor de *Das Kapital* uma suposta dívida contraída com os pensadores católicos, que o precederam:

A crítica do capitalismo como sistema global já se consumara, antes da publicação do Manifesto do Partido Comunista, em 1848. Todos os pontos vulneráveis do modelo tinham sido denunciados com clareza inequívoca, pelo catolicismo social. Muitos elementos integrados por Marx em sua síntese, como dados originais, de fato ele os encontrou elaborados numa corrente de pensamento que inundara o espaço cultural europeu. Antes de Marx, pensadores cristãos já conheciam o mecanismo da plus-valia e tinham descoberto, no processo espoliador do capitalismo, a causa secreta da questão social.

Mesmo que bem comprovadas tais aproximações, nenhuma delas poderá embargar a energia e a imaginação dialética de Marx, eliminando-lhe a espessura filosófica e a densidade, que faltou, com efeito, aos que o teriam precedido, no plano rigoroso de uma elaboração sistêmica, operando apenas com uma semântica de conceitos nômades e dispersos. E, no entanto, o estudo se revela singular, por trazer ao debate como que um grande arquipélago, senão de todo esquecido, ao menos raramente visitado.

Como homem do diálogo, Fernando convocou a Sociologia para examinar as cordas vocais do sujeito teológico. E tomou distância, tanto da *perspectiva* de Mannheim (do *Standortsgebundenheit des Denkers*), quanto do Marxismo mecânico, segundo o qual a Literatura não passa de falsa consciência, e, *a fortiori*, a Teologia, não passando de uma desprezível monstruosidade. O livro *Fé Cristã e Compromisso Social*, escrito em parceria com Pierre Bigo, releva os condicionantes da produção teológica:

Ainda que a Teologia seja uma só, existem modos diversos de realizar a tarefa teológica. A razão pela qual se constrói a Teologia é sempre uma razão histórica. O teólogo não é um ser errático, desarraigado da realidade. Ele participa dos condicionamentos de seu tempo tanto materiais como espirituais. A elaboração teológica é sempre afetada pelo lugar social que ocupa o teólogo dentro da Igreja e dentro da sociedade.

De acordo com essa hermenêutica, aponta-se para a relação delicada, entre o núcleo duro da Teologia clássica e as nascentes teologias, que desejo aqui chamar de regionais. Todas marcadas pela crítica do sujeito, por uma demanda de novos olhares.

Parece-me oportuno abordar o sentimento teológico, por onde se espria a obra do Pe. Ávila, como parte de um diálogo radial ou multidisciplinar, que lhe é caro. Sublinho, para tanto, um episódio de sua infância, agora na casa de Botafogo, quando subia a pedreira, desde o quintal:

até um alto patamar de onde descortinava quase todo o bairro. Ali, do alto, eu me perdia a contemplar aquele horizonte de casas simples e pequenos jardins [,] as tardes de São João com os deslumbrantes ocasos que palpitavam com as dezenas de lanterninhas dos balões.

Da precisão dessa reminiscência, desprende-se um lirismo das alturas. Como se inaugurasse o colóquio da misteriosa transparência do mundo, sem tirar daquele episódio a trama social que o circunscreve, nas festas de São João, na pedreira dos fundos da casa, diante de cujos detalhes atingimos uma chave

de leitura que explica algo daquele menino, sem esgotar, contudo, o sentimento de uma tarde antiga.

Feita a ressalva de ordem sociológica, urge perscrutar a transparência em que flutuam aqueles balões peregrinos.

Subir e descer, como nas festas de São João, os mistérios da Teologia, eis o que fazem os estudiosos, quando optam pela forma alta ou baixa da Cristologia, partindo do Verbo ou de Jesus, sem perder de vista o espaço de transição das coisas terrenas e celestes, anjos e estrelas, tempo e eternidade, refletidos no espelho da criação, no meio intradivino.

Para o teólogo Gisbert Greshake, não se deve perder a ideia da criação no seio trinitário, a partir do Verbo, que responde pela gênese do Universo. Seria preciso ultrapassar o recorte excessivamente biográfico, uma bela, embora limitada, expressão jesuânica, que dilui seu alcance universal. Todo um cuidado para não raptar a profusa dimensão do Logos em Jesus. Os pensadores cristãos da primeira década deste século tendem a referendar a ideia de um Cristo cósmico, mediante uma teologia dupla, alta e baixa, *positiva e negativa*, que se comove com o rosto humano de Jesus no mistério trinitário, tal como disse Dante: *or fu sì fatta la sembianza vostra!*

Trata-se de uma forma de migração do imanente para o transcendente, suprimindo-se o abismo feroz da exegese que os separou durante séculos, com uma barreira de todo intransponível. A categoria da transparência surge como forma de articular a passagem entre esses dois reinos, à primeira vista irreduzíveis. A transparência não é um ponto cego, mas um olhar transitivo.

Diante de uma possível história da transparência, Teilhard de Chardin mereceria um capítulo à parte, ao definir o problema nesses termos:

Como essas matérias translúcidas que ficam todas iluminadas por um raio de luz que nelas se encerra, o mundo, para o místico cristão, aparece banhado da luz interna que lhe intensifica o relevo, a estrutura e as profundezas.

Tese fundamental para ampliar a tensão atópica da imanência com a transcendência, e, sobretudo, para combater a negação do mundo, a morte dos sentidos, que, desde o *Fédon*, inauguram uma tradição, dentro do Ocidente, tornada mais aguda com Plotino, na desleitura do *Parmênides*.

A transparência é o centro da visão da natureza, que inspira o Pe. Ávila, ideia que o leva a atingir as partes dispersas do texto do mundo, feito de múltiplas camadas, segundo a tradicional exegese cristã, como quando, *mutatis mutandis*, Dante se vale de um repertório de formas análogas às da Terra, com as quais elabora o terreno evanescente do Paraíso. A transparência é um dos maiores trunfos da poesia dantesca, a que lhe facultou diluir o impacto de uma elevada taxa de abstração, que pudesse anuviar a transparente beleza da última Cantiga.

O Pe. Ávila insiste naquele modo diáfano de interpretar o livro do mundo, para além de balões peregrinos e lanterninhas, quando aborda, por exemplo, um variado acervo de temas ligados à natureza, como no elogio da palmeira:

admirável sucesso arquitetônico da natureza. De tronco tão longo e duro, como é que chegam, com tanta perfeição, até a flecha no alto as mensagens enviadas pelas raízes obscuras?! Quando as vejo alinhadas em fila dupla, elas me lembram a coluna perfeita de uma catedral invisível a céu aberto.

Eis um condensado de imagens, em que a palmeira traduz a um só tempo sua condição vegetal, ao lado da vertente arquitetônica e da *figura* teológica. A transparência desenha uma superfície metafórica, ao longo da qual se projeta uma igreja invisível, marcada por dois planos interagentes, das raízes obscuras à pura altitude, com a misteriosa flecha ascensional, teilhardiana, a celebrar os mistérios da criação, como nas sinfonias de Olivier Messiaen, nas vozes dos pássaros imateriais, que também voam nos versos de Hopkins e Jorge de Lima.

A dimensão da natureza ameaçada levou estudiosos das mais diversas áreas ao conceito da transparência. A ela se referem essencialmente os teólogos da libertação, que entendem o planeta como protagonista de um drama árduo, da Terra crucificada, como Cristo, no calvário dos rios e dos mares poluídos, junto aos pobres de todos os quadrantes, com os quais o planeta se identifica, dos que esperam e forjam a libertação. Para esses teólogos, o pecado social ou estrutural levou a *sora nostra madre terra* aos limites da sobrevivência, no rastro de uma constelação pós-capitalista.

Em paralelo, Hans Küng esboça um projeto ambicioso, de uma ética planetária, vivida nos extremos da modernidade, como forma de criar um mundo em diálogo, sem elidir o acervo das diferenças que unem os povos.

Desde os anos de 1990, o Pe. Ávila condena a corrosão do caráter no mundo capitalista, quase que ao lado de Richard Senett, chamando a atenção, no livro *Meio Ambiente*, para o fato de que a Igreja sempre defendera a natureza, a partir de um *ethos* difuso, longe das escolhas de um museu natural ou de um quadro redutor de mera preservação. A Igreja, segundo Fernando, “já alertara para a exaustão dos modelos quantitativos, já denunciara o egoísmo dos grupos e nações, já fizera apelos patéticos em favor da solidariedade”.

Um quadro terrível, é bem verdade, que não dilui o domínio da espera, cuja dicção ressurgiu, mais uma vez, na coletânea de ensaios *Folhas de Outono*, onde Fernando sublinha três tendências que parecem alvissareiras: a consolidação da dignidade da pessoa humana, a compreensão de uma ampla interdependência dos povos e a convicção do valor inestimável da Ecologia. Seguindo de perto as intuições de Teilhard de Chardin, ele sublinha as ideias gerais de *O Fenômeno Humano*. O homem não é o fim da evolução, mas a flecha ascendente de um processo que se aterra no ponto Ômega, na superconcentração de tudo em Deus, de acordo com a primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios – *εν πάσι πάντα θεός* –, a nostalgia do transparente, na comunhão do mundo com Deus.

A esfera da consciência é a razão primeira da gênese humana. Para Teilhard,

hoje mesmo, para qualquer marciano capaz de analisar tanto psíquica como fisicamente as radiações siderais, a primeira característica de nosso planeta seria certamente o fato de este lhe aparecer não com o azul dos seus mares ou com o verde de suas florestas – mas fosforescente de Pensamento.

Uma espécie de salto sem precedentes da natureza, um mistério irrevogável. E prossegue:

O que pode haver de mais revelador para a nossa ciência moderna é saber que todo o precioso, todo o ativo, todo o progressivo originariamente contidos no retalho cósmico de onde saiu o nosso mundo, se acha, agora concentrado na ‘coroa’ de uma Noosfera.

Essa grande poética da vida, com sua feição, ao mesmo tempo severa e apaixonada, repousa no conceito de finalidade, que tanto aborreceu Jacques Monod,

em *Le Hasard et la Nécessité*, igualmente revisto, por sua vez, e criticado mais tarde por Ilya Prigogine, com *A Nova Aliança*. Mas é assunto que levaria longe demais. Importa fixar a poesia da vida, em Teilhard e em nosso homenageado.

Ainda em *Folhas de Outono*, Fernando sublinha a causa final da Antropogênese, em Teilhard, destinada ao nascimento de Cristo, “o mais prodigioso evento na história do cosmos”, que prepara “a realização progressiva do plano do amor infinito de um Deus, que é a própria transcendência”.

O resumo teilhardiano do Pe. Ávila, acerca da plenitude dos tempos, encerra-se com a expressão do amor, que move o sol e as demais estrelas. E lembro com Olavo Bilac:

Quem poderá contar tantas estrelas?
Toda a abóbada está iluminada:
E o olhar se perde e cansa-se de vê-las.

Surgem novas estrelas imprevistas...
Inda outras mais despontam...
Mas acima das últimas que avistas,
Há milhões e milhões que não se contam...

Milhões de estrelas, que na Cosmologia atual revelam, no desvio para o vermelho, a velocidade de fuga das galáxias, que se deslocam entre nuvens de aglomerados estelares, segundo o modelo atual do Universo. Ou, mais propriamente, do Multiverso, com seu volume de infinitos, pontes de Einstein-Rosen, viagens ao passado, de acordo com os cálculos de Kurt Gödel, nas curvas de tempo fechado.

Um cosmos regido pela teoria das supercordas, que promove o diálogo possível e desafiador entre a relatividade geral e a Mecânica Quântica, como no livro do físico Brian Greene, *The Hidden Reality*. Hoje, o maior fantasma da Física não é Deus, mas uma certa desconfiança, em níveis bem demarcados, da Matemática.

Feito este comentário *a latere*, sabemos quanto é preciso abraçar uma economia de pressupostos autossustentáveis para que o planeta não se reduza, no terceiro milênio, ou bem antes disso, a um estranho fragmento sideral, como no desenho “Futurama”, de Matt Groening, em que os animais, que

hoje conhecemos, convivem com espécies híbridas, mutantes e extraterrenas, ao lado de uma bizarra população de robôs, movidos a etanol.

Para pensar a vida no planeta, deve-se olhar para o céu, como fez Bilac, na contemplação da Via Láctea que “como um pálio aberto cintila.” E, ainda, nesta senda de esperança – na trama de uma Ecologia cósmica – sigo o altíssimo poema de Joaquim Cardozo, na última viagem do trem subindo ao céu, em sua propensão para o infinito, sob a chuva torrencial de zeros. A viagem segue

no âmago desse espaço, último e total
 Sem métrica e metria, sem ordem física,
 Sem orientação e sem origem;
 - No centro dos centos, do anúncio de todos os possíveis,
 Erguido em Glória, em Majestade, em Grandeza,
 O acontecimento Branco
 Divino? Eterno.

Na luz difusa da Terra e da poesia, o mistério abraça o imponderável. E como Dante, frente à beleza de Beatriz, devemos realizar uma espécie de salto, à beira de um precipício descontínuo – *saltar lo sacrato poema*.

Para não encompridar a viagem, no trem de que vos faço passageiros, informo que chegamos ao destino.

O modo generoso com que fui recebido nesta Casa me emociona. Não pelos 34 dos 38 votos possíveis, ou pelo fato de entrar aos 47 anos. Mais que os números, que se apequenam diante “desta abóboda infinita”, comove-me o afeto que venho recebendo. Tenho pouco a oferecer. Não passo de um leitor voraz. Sempre curioso. E em tudo independente. Com saudades de Machado e do futuro. Meu lema para o mundo dos livros e para as formas do diálogo é o de Alfieri: *io vollen, e vollen sempre, e fortissimamente vollen*. Não me inclino a distinguir a idade ou geração de meus interlocutores. O pensamento habita o tempo *aion*. Assim, sou o acadêmico mais velho desta Casa, ao passo que Cleonice Berardinelli ou Evaristo de Moraes Filho são os mais jovens. Na “minha faixa etária”, aproximo Lygia e Ana Maria, Cony e Rouanet.

Desejo evocar Evandro Lins e Silva, uma das figuras de proa da história do Brasil, que há mais de uma década lançou meu nome para a ABL. Lembro igualmente de três acadêmicos que me conhecem há mais de 20 anos. Nélida Piñon: com sua inteligência meridiana e generosa, a pentear-me os cabelos, desalinhados pelo regime de ventos que sopram em *A República dos Sonhos*. Sua leitura confirmou o estatuto de duas línguas e uma amálgama superior; Eduardo Portella: na Biblioteca Nacional ou no encontro, tramado pelo acaso, na porta da livraria La Hune, num fim de tarde em Paris. Declaro-me aqui atento leitor de sua obra e nutro a esperança de que me considere amigo, dentro e fora da página; e para não aumentar a *vertigem da lista*, termino com Tarcísio Padilha: homem de absoluta integridade, da família dos raros pensadores, cuja visão de mundo coincide com a própria vida. O princípio-espérance o representa de forma inadiável.

Não posso não assinalar, no livro imaterial das grandes amizades, meu reconhecimento a Luciana Villas-Boas e Sérgio Machado, pela cumplicidade refinada, constante e generosa. Aos amigos desta noite, de tantas línguas, países, religiões, agradeço comovido. Saúdo os funcionários da Biblioteca Nacional, de que destaco o trabalho admirável de Célia Portella. Cumprimento, em nome dos que trabalham na Academia Brasileira de Letras, nossa querida D. Carmen.

Termino com um poema de *Meridiano Celeste & Bestiário*, através do qual declaro parte de minhas dívidas, nomeando meus amáveis credores: Constança Hertz, a irmã Rosalie Baptista, Elizabeth Paulon, Ana Miranda e Sauro Lunardini. Não me esqueço da memória de Nise da Silveira. E, particularmente, de Quintília Lorenzoni, Egidio Lucchesi e Elena Dati:

Obrigado
céu em chamas
infância melancolia

obrigado
gerânios antúrios
quintais infinitos
praias do Leme e Arpoador



obrigado
rádio relógio
movendo meus anseios
e eu não dando pelas horas

*(depois do sol
quem ilumina seu lar
é a galeria silvestre*

obrigado por tarefa
tão sublime
essa de iluminar
todas as casas)

obrigado
parque xangai
largo da penha dezenove

obrigado
tardes e madrugadas
bazares especiarias
amores e devaneios

obrigado
línguas e povos
de todos os quadrantes
objetos do céu profundo
anéis de Saturno
crateras da Lua
e espinhas no rosto adolescente

obrigado
febres pela herança
de torpor e imprecisão
que deixais ao partir

obrigado
Vieira e os dias
que passei guardando
as armas
de Portugal contra as de Holanda

obrigado

sonhos noturnos
igrejas barrocas e mesquitas
primeiras orações e terço azul-escuro

obrigado

cães gatos passarinhos
que por mim passaram
e me fizeram mais sutil

obrigado

inocência que me resta
e cinismo que me atenta

obrigado sangue

difamação joelhos feridos
ao cair da bicicleta
e de há muito cicatrizados

desertos e façanhas

breves e bizarras
mas que me são
e me atravessam

obrigado

amigos
não tenho palavras e silêncios
espadas flamejantes
e mares de calor

muito obrigado

obrigado de verdade

Marco Lucchesi

agradecido

II

RESPOSTA DO SR. TARCÍSIO PADILHA

Sr. Acadêmico Marco Lucchesi,

Olhar e rosto constituem palavras-chave de vosso itinerário. Empreendestes um voo de largo fôlego entre os dois conceitos, configurando um percurso literometafísico raramente encontrado na cultura brasileira.

Após haverdes singrado múltiplos mares bravios, estais ancorando maviosamente no porto mítico da nossa cultura, a Academia Brasileira de Letras. Depois de um trilhar fecundo pela diversidade de planos de atuação cultural, bem assim pela acuidade e criatividade de vossos escritos ingressais em nosso recinto acolhedor. Vossa incorporação aos quadros da ABL traduz a sinalização em se beneficiar a Casa de Machado de Assis da aragem da juventude, identificada com as marcas da modernidade. A propósito, não seria desarrazoado lembrar a palavra prudente e mesmo sábia de Romano Guardini: “A idade avançada só alcançará um sentido positivo na medida em que o homem tenha assumido nos anos anteriores uma atitude diante da morte que não seja um mero desviar de olhos.”

Despertastes para o mundo em 1963 como filho único de pais italianos oriundos de Massarosa, província de Lucca, na Toscana. O sobrenome de vossa mãe, Dati, é originário de uma nobre família florentina de escritores e jaz imorredouro no inferno de Dante. A Cidade de Lucca por igual frequenta as páginas da *Divina Comédia*. O estabelecimento de vossa família no Brasil se prendeu ao conhecimento de vosso pai com Assis Chateaubriand e ao trabalho

marcante por ele desenvolvido na história da radiodifusão no Brasil. A mudança do Rio para Niterói ocorreu quando tínheis apenas oito anos.

Antes dos 12, iniciastes os estudos de piano com vossa mãe. Com razão dissestes que “o piano, o mundo e a literatura operam no campo das grandes amizades”. Ao piano adicionastes uma nova devoção: o canto lírico.

Um forte impulso interior vos levou a, desde cedo, vos interessardes por línguas estrangeiras. Aos nove anos já vislumbráveis o horizonte que o conhecimento de outros idiomas vos proporcionaria.

O grego e o latim serviram de base para muitas de vossas arremetidas em busca da expansão de vosso especial domínio de línguas estrangeiras.

Dedicastes oito anos ao estudo do russo e do alemão. O árabe vos atraiu de modo particular, levando-o ao deserto e a Beirute. Para vós, o árabe é “de uma beleza espantosa, língua de flechas e de arqueiros”. As línguas eslavas, em grande número, vos enriquecem a coleção de idiomas que dominais. Sem falar nas línguas neolatinas, pelas quais surfais com desenvoltura.

Vós vos insurgíeis contra o estudo formal e convencional de idiomas, daí buscando, como autodidata, vos ampliar os horizontes com o aprendizado pessoal de numerosas línguas, confiando na palavra de Goethe de que cada idioma incorporado ao patrimônio cultural descortina para o estudioso nova janela para o mundo. E assim atingistes o conhecimento de cerca de 18 idiomas.

Encarais com naturalidade a vastidão de vosso tirocínio para outros falares e escritas. Tanto que citais um caso especial, o do Cardeal Giuseppe Mezzafanti, bibliotecário-chefe do Vaticano no século passado que, ao que se dizia, falava 50 línguas com fluência, e era capaz de traduzir outras 114.

De 1975 a 1982, frequentastes o Colégio Salesiano, onde concluístes então os cursos ginásial e científico.

Vosso foco maior eram a leitura e a escrita, trabalho árduo principiado aos 12 anos, ao colaborardes para o boletim do colégio. No tradicional jornal *O Fluminense*, de Alberto Torres, publicastes vosso primeiro artigo, aos 15 anos, evocando os 2000 anos da destruição de Herculano e Pompeia sob as lavas do Vesúvio.

Aos 19 anos, concluístes o vosso primeiro livro, *Breve Introdução ao Inferno de Dante*, publicado dois anos depois. Desde os 20 anos, pertenceis a numerosas instituições culturais de vossa Cidade adotiva, e também destaca-se o vosso ingresso no tradicional PEN Clube.

É relevante assinalar vossa amizade com Antônio Carlos Villaça e Nise da Silveira. No primeiro caso, as afinidades avultaram nas esferas literária, filosófica e teológica. Nise da Silveira, em carta a vós endereçada, escreveu: “Você escolheu o certo. Até o alemão de Hölderlin você conseguiu amaciar.” E, com propriedade, a ilustre psiquiatra avançou que vós fostes alfabetizado na *Divina Comédia*. Dois espíritos lúcidos e marcados por tocante sensibilidade se encontraram e teceram um roteiro de reciprocidades eletivas. Publicastes a reunião de correspondência por vós recebida de Nise da Silveira sob o título de *Viagem a Florença*, em 2003.

Aos 26 anos, ingressastes, por concurso, como professor de graduação e pós-graduação no Departamento de Letras Neolatinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na mesma universidade concluístes o mestrado e o doutorado em Ciência da Literatura, com textos dedicados à *Divina Comédia*, que configura vossa “Paixão pelo Infinito”. O pós-doutorado em Filosofia do Renascimento foi obtido na Universidade de Colônia, na Alemanha, em 1994, com tese devotada ao estudo de Marsílio Ficino, alcançando-vos à condição de pesquisador do CNPQ.

Vós conciliais a *theoria* com a *praxis*, infletindo no concreto vossas criações vigorosas. Dentre vossas atividades mais recentes, pinçamos a edição da revista *Poesia Sempre* e a coleção de fac-símiles da Biblioteca Nacional, na qual constais como curador dos centenários de morte de Machado de Assis e de Euclides da Cunha e do bicentenário desta tradicional guardiã de nossa cultura. Sois também redator-chefe da revista *Tempo Brasileiro*, de tão relevantes serviços prestados à cultura brasileira, há mais de 40 anos, sob a inspiração criativa de Eduardo Portella. Assumistes a direção acadêmica do Colégio Brasil, por igual fundada pelo referido mestre da crítica literária, que enalteceu vossa direção segura. Professor da pós-graduação do Museu da Vida, na Fundação Oswaldo Cruz, espargistes o vosso talento como professor visitante em diversas universidades da Europa.

Uma vida em que o concreto e o abstrato mantêm sadio equilíbrio rejeita a tentação de vivermos o paradoxo de julgar que o imaterial deve expulsar o material e vice-versa, quando a verdade é que o sensorial atrai o nosso ser imediatamente, mas possibilita adiante o despertar da inteligência, a partir do mesmo concreto, para pincelar de universalidade o individual.

Não pode passar sem registro a vossa participação na criação da Universidade do Professor, no Paraná. Sem falar em vossa atuação preciosa na organização de seminários para diversas instituições.

O reconhecimento do valor de vossas obras se traduziu em prêmios literários como o Prêmio Alceu Amoroso Lima – Poesia e Liberdade 2008 pelo conjunto da obra poética; Premio Nazionale per la traduzione (2001) do Ministero dei Beni Culturali da Itália; Prêmio Marin Scorescu, na Romênia; o Mérito da União Brasileira de Escritores; o Premio San Pablo, da Cidade de Torino.

Participastes por duas vezes do júri do Prêmio Camões (2008-2009), da última edição do Prêmio Literário Massarosa (da Cidade de vossos pais e o terceiro prêmio mais antigo da Itália), além das últimas edições do Prêmio Nápoles de Literatura.

De vossos livros de ensaios, destacam-se *Ficções de um Gabinete Ocidental* (Prêmio Ars Latina, da Romênia, e Prêmio Orígenes Lessa da União Brasileira de Escritores, UBE) e *A Memória de Ulisses* (Prêmio João Fagundes de Meneses, da UBE 2007), onde avultam ensaios de Crítica Literária, História, Filosofia, Teologia, Música e Matemática, ordenados sob a metáfora e um título, de um sentimento, como aliás em toda a vossa ensaística, como em *O Sorriso do Caos* (em torno dos fractais) e *Teatro Alquímico* (Prêmio Eduardo Frieiro 2000 da Academia Mineira de Letras).

Cada livro de ensaio dialoga com outros livros vossos, de poesia ou de ficção, como se houvesse uma ligação entre todos eles, às vezes com um evidente sentido de continuidade. A aconchegar todos estão a consciência do leitor e a inserção do sujeito na hermenêutica ou na história de suas leituras.

Ao final de 2010, embelezastes o vosso rico filão literário com a ousadia de um primeiro romance, *O Dom do Crime*. A partir de um crime passional do século XIX, estabelece-se um diálogo com personagens reais e fictícios, que transitam pelo Rio de Janeiro da época de Machado de Assis, acolhendo ótima crítica.

Publicastes em poesia alguns livros relevantes, como *Meridiano Celeste & Bestiário* (Prêmio Alphonsus de Guimaraens 2006, da Biblioteca Nacional, finalista do Prêmio Jabuti 2007) obra em que o eu-lírico se mostra mais intenso e com uma presença musical mais determinada, como escreve Letícia Malard no prefácio. Já *Sphera* (Menção Honrosa do Prêmio Jabuti 2004, Prêmio Da Costa e Silva da UBE, 2004) tece um diálogo maior com a

Filosofia, mas de modo sutil, como escrevem Eduardo Portella e Antonio Cícero. Poemas reunidos (finalista do Prêmio Jabuti 2002) guarda vossa produção anterior e reúne importante fortuna crítica. Vosso primeiro livro de poesia, *Bizâncio* (Comenda Espatário da Trebizonda), reflete a Cidade de Istambul e a busca de novas raízes de identidade. Destacam-se os sonetos barrocos, escritos em italiano e português antigos.

Recebestes, quando muito jovem, mais de uma carta e dedicatória de Drummond e Maria Julieta, que vos encorajaram na tradução e na poesia.

Em italiano, publicastes os livros: *Poesie* (Prêmio Cilento 1999), *Lucca Dentro* (Prêmio da Câmara de Comércio de Lucca), *Hyades e La Gioia del Dolor*, que levaram a integrar diversas antologias de poesia italiana moderna. São poemas que refletem a nostalgia bilíngue e o denso diálogo com a poesia naquela língua, com Dante, Leopardi, Petrarca, Ungaretti e Campana, poesia visionária, como foi definida, e de forte lirismo. Ressalta a vossa amizade com o grande poeta da segunda metade do Novecento, Mario Luzi, de Florença, bem como de vossa relação quase que igualmente visceral com a poesia da Romênia e vossos amigos, dentre os quais Marin Mincu e George Popescu. Também ligada a essa relação com a Itália, correspondem as edições que organizastes no Brasil, da *Jerusalém Libertada*, de Torquato Tasso, da obra de *Leopardi*, esta pela Nova Aguilar, bem como as traduções que realizastes de *A Ilha do Dia Anterior e Baudolino*, de Umberto Eco, de quem sois amigo, *A Scienza Nuova*, de Vico (Prêmio União Latina 2000, Premio Speciale del Presidente della Repubblica Carlo Ciampi: Prometeo d'Argento) traduções de grande complexidade, como reconhece a crítica, além de *A Trégua*, de Primo Levi, dentre outros.

Ainda no campo da tradução e sempre com desafios, publicastes dois livros dedicados a Rûmî – o primeiro, *A Sombra do Amado – Poemas de Rûmî* (Prêmio Jabuti 2001), e o segundo, *O Canto da Unidade – em Torno da Poética de Rûmî* (Prêmio Mário Barata da UBE).

Vossa primeira tradução foi concluída aos 16 anos, com o *Cântico Espiritual de San Juan de la Cruz*, que inseristes em *Faces da Utopia*. A tradução dos poemas de Hölderlin foi elaborada aos 23 anos, revista depois e republicada.

Traduzistes, também, *Poemas à Noite*, de Rilke e Trakl (Prêmio Paulo Rónai da Biblioteca Nacional 1996), dentre outras obras do francês e do romeno, além da *Teologia Mística*, do Pseudo-Dionísio Areopagita, transposta do

grego e do latim, que vos ajudaram na compreensão dos aspectos neoplatônicos da obra de Dante.

Os “Versos de Iúri Jivago”, do romance *Doutor Jivago*, de Boris Pasternak, fazem *pendant* com a tradução dos poemas de Khliebnikov e do capítulo “Visitações”, do já citado livro *Bizâncio* e de vosso grande amor pela cultura russa.

O livro *Bizâncio* reforça a vossa vizinhança com o Oriente. Sobretudo o Oriente Médio, na cultura árabe, mas também turca e persa. Essa aproximação pode ser apontada em *Saudades do Paraíso*, em que vemos, dentre outros, o vosso encontro no Cairo com o Prêmio Nobel Nagib Mahfuz, além do Marrocos. Em *Os Olhos do Deserto*, livro que abrange também a Palestina, nas diversas viagens que realizastes, de 1997 a 1999, e que se completou afinal com vossa pesquisa sobre Rûmî (que vos levou ao Irã), é um livro que reitera vossa grande afinidade com Beirute e mais especialmente com Damasco. Escrevestes poemas diretamente em árabe, revistos por Ibrahim Khalil.

Organizastes ainda *Caminhos do Islã*, primeiro livro lançado no Brasil com textos da alta qualidade de conhecidos islamólogos, como Louis Massignon, pouco depois do atentado às torres gêmeas. Conhecestes os poetas Adônis e Unsi Al-Hajj, dentre outros, como declarastes em palestra na feira do livro de Riyadh em 2009, quando mergulhastes na tradição de diversas tribos da península arábica, reunidas no encontro da “Janadria”, ocasião em que saudastes em árabe, de improviso, o ministro do Reino.

Com o tempo, passastes a serdes traduzido. E a primeira tradução veio de Curt Meyer Clason, a quem agradecestes, com um poema em alemão, em que sublinhastes o mistério da transposição de idiomas. Seguiram-se versões de vossa obra em uma dezena de línguas.

Vosso percurso é aureolado por uma nítida presença da simplicidade. Dissestes que “a casa em que morei quando menino hoje em dia mora em mim”. Mas a seriedade do existir comparece diuturnamente em vossa biografia, como vossa admiração pelo silêncio. É a falta deste que Pascal profliga com vigor. “Tenho abismos”, declarastes, atestando a vossa vocação poético-metafísica. “Quero sentir-me prisioneiro de um nomadismo absoluto.” A densidade do humano existir está configurada em vossa observação de que “não consigo imaginar-me sem Dostoiévski”.

A vossa acolhida ao próximo parece emergir espontaneamente de vossa natureza. Daí a tolerância com o diverso, sobretudo levando em conta a riqueza de experiências e contatos frequentes com outras culturas e seus valores díspares, quando não conflitantes. É certo que os preconceitos nos batem às portas no afã de nos subjugar aos seus imperativos até por vezes aparentemente éticos. Na verdade o preconceito é uma falha geológica em nossa estrutura anímica. Infelizmente, muita vez, povoa a nossa mente e teima em nela fazer sua morada.

Vós tendes consciência dos enormes desafios lançados à face do homem contemporâneo ao assentirdes que “o Ocidente perdeu o sentimento da unidade com a natureza e o divino. Desejou transformar tudo em propriedade”. A assertiva evocou em mim o pensamento sempre agudo de Paul Ricœur, para quem não faz sentido afirmar-se que o homem possui a verdade, pois ela penetra no tecido existencial do ser humano e se faz presente na totalidade da vida.

A consistência da existência e suas situações-limite levam-me a referir aqui vossa menção penetrante ao filósofo dinamarquês: “não ter desespero para Kierkegaard é uma forma de desespero”.

É o momento de nos adentrarmos na fortuna crítica de vossa obra.

Assim, Ivo Barroso afiança que sois um “espeleólogo da solidão, escanfandrista das profundezas do multiego...” E adiante: “Quis encontrar seu caminho nos seus descaminhos, e partiu aparentemente à cata de Deus, mas vê-se que é de si mesmo que estava à procura.” Para adiante completar: “toxicômano do livro, adicto terminal da cultura”.

É de Umberto Eco o juízo de valor: “Seu trabalho intenso, criativo, resultou numa obra belíssima.”

Michel Mafesoli, da Académie Française, atribuiu à vossa obra uma comovente ária de ópera.

Para Antonio Cícero, “a poesia de Lucchesi é a um só tempo essencialmente cosmopolita e essencialmente solitária”. Daí as fragmentações observadas ao longo de seus poemas.

Fábio Lucas vislumbra “a justaposição do silêncio eterno das esferas e do questionamento interminável do eu poético”.

Wilson Martins surpreende em vós um goetheano integrado na *Weltliteratur*.

Toda a vossa trajetória, no sentir de Nello Avella, é marcada pela nostalgia do mais.

Em prefácio de *Sphera*, Portella “detecta um Lucchesi que consegue alcançar ‘a espontaneidade sábia ou a sabedoria espontânea’”.

Assente Constança Hertz que vossa obra “ensina que o impossível existe e assume a forma perene de sua Poesia”.

E Vós, como vos definis? “Sou uma nuvem de livros e ideias fervilhantes.”

Cuido necessário recordar que vos sentis prisioneiro de um nomadismo absoluto. Jamais vos deixais coartar. Sois um espírito liberto de entraves ao vosso pleno desabrochar existencial. Por isto cultivais a distância, até porque sabeis ser esta a melhor forma de se falar de Deus. “Quero apenas a distância.” Tal assertiva me recorda a clássica obra de Jean-Luc Marion, *L’idole et la distance*.

Vós caminhais pela tradução, crítica literária, ensaio, como editor de revista, curador de exposições, – sempre premiado – transitais por essas distintas formas de pensar e sentir com plena coerência e rigor metodológico. Tudo se encaixa neste vórtice criativo invulgar na ânsia de encontrar um sentido aparentemente perdido para o mundo que habitamos com perplexidade. É de interpretação do mundo que se trata quando pusestes vossa pena ágil a serviço, eu diria, da verdade e não das certezas. Da verdade como pureza do olhar que constrói o mundo dentro de si e à sua volta, numa torrente literária de forte ímpeto e de uma rara consistência entre pensadores com genuína densidade intelectual. Tudo isto impregnado por um impulso dialogal que há de ser sempre considerado pilastra de sustentação ontológica do eu profundo a se constituir no trilhar do espaço-tempo com que modelamos nossa existência.

A multiplicidade de gêneros frequentada por vós não nos veda o olhar para as interfaces que ocorrem a todo momento entre as áreas de vossa atuação intelectual, assim como a presença de temas que pervadem igualmente diversos gêneros. Poesia, ensaio, crítica literária, tradução não formam compartimentos estanques em vossos escritos. Vós sois um raro exemplo concreto da disquisição de Eduardo Portella sobre os gêneros literários, ao apontar a interação entre os mesmos, sem a rigidez de fronteiras nitidamente demarcadas.

O caminho entre o olhar e o rosto foi o escolhido por vós para criar o périplo de rara beleza em que a poesia e prosa convivem harmoniosamente, pois jamais perseguem as sombras das diferenças, senão que se deixam ventilar pela sadia vizinhança.

O olhar principia no plano sensorial. Sensação, percepção, intelecção é a ascensão cognitiva tradicional. Mas o olhar pode significar a admiração de que cuidava Platão. Ou nos conduzir suavemente à distinção tomista entre *curiositas* e *studiositas*. São maneiras de aprofundar o olhar que não nos deve orientar na direção de um cemitério de objetos mencionado por Baudrillard.

Mas o olhar pode e efetivamente se volta continuamente para si mesmo, a fim de constituir um referencial necessário à posterior construção existencial almejada.

Na verdade, vós nos descreveis vosso percurso em que o olhar inicial aparentemente ingênuo será ultrapassado pela penetração na esfera ontológica e, portanto, constitutiva do mais-ser. No fundo, a vossa perquirição deita raiz mais ancorada no solo firme do real, já agora estendendo seus tentáculos à subjetividade. É a busca nunca olvidada da autenticidade da investigação da interioridade, a intimidade de si para consigo mesmo na ânsia de que o olhar, que perpassa a chamada realidade objetiva, sobe ao eu profundo para, afinal, se expressar num Rosto que lastreia o nosso próprio perfil, neste amplexo em que a nossa vocação se une ao nosso destino, mercê da liberdade que molda o nosso ser, através dos atos livres postos à nossa disposição por uma benemerência do Criador. Assim, vós transitais pela estrada real que parte de um olhar ao encontro de um rosto, que ao termo da caminhada será um Rosto. É a Transcendência de que cuidais com engenho e arte a modelar vossa *Weltanschauung*. É a paixão do Absoluto “que marca o olhar de Beatriz e o rosto de Deus”.

Vós tendes nítida consciência da fragilidade dos ombros humanos para enfrentar os desafios do mistério da existência e do Ser. Mas também sabeis que não podemos fugir ao apelo da vida e da vida em plenitude. É por isto que a Filosofia e a Poesia continuarão presentes em vossa caminhada, nas amplas estradas ou nos atalhos da capilaridade poético-metafísica, invariavelmente em busca de sentido, de razão de ser, de perseguição ao mais-ser do homem.

Antônio Carlos Villaça, mais de uma vez, referiu o vosso nome ao lado do de José Guilherme Merquior, uma das mais potentes inteligências de nosso panorama cultural e afirmou que “Marco tem a vantagem da leitura teológica, que Merquior não tinha, com o seu iluminismo”.

Em vossa obra se vislumbra uma articulação substancial entre a Poesia e a Metafísica, hoje por vezes relegada ao olvido.

Mas vós bem sabeis que há um refúgio ante as nuvens sombrias que cercam o homem contemporâneo: é o recurso às armas encantadas da poesia que não abandona o ser humano em sua luta cotidiana pela busca, no mínimo, de um lugar no cosmo, quando não ao superar a fenomenalidade, abrindo-se ao grande Encontro.

A riqueza, a consistência e o estilo inteiramente original de vossos escritos atraíram as atenções dos verdadeiros humanistas que a natureza dotou de sólido embasamento cultural, baseado num despojamento pessoal que apenas salientou o vosso perfil humano, demasiadamente humano.

O sempre citado Villaça volta ao cenário para asseverar que vós sois um dos maiores leitores da história brasileira. “Um mestre renascentista”, ao lado de Rui Barbosa, Pontes de Miranda, Alceu Amoroso Lima, San Thiago Dantas e José Guilherme Merquior.

Sois um peregrino, sedento de conhecer outras plagas, outros costumes, beber na fonte de outras culturas. Mas o solo pátrio muito vos atraiu a atenção. Pinço um exemplo, mercê da importância que atribuis a *Os Sertões*, quando contáveis 17 anos. Canudos e sua tragédia vos tocaram fundamente, a ponto de haverdes descrito o espaço-tempo da grande tragédia: “Tudo submerso. O cemitério, a cultura, a história. O que resta de Canudos é um sentimento doloroso de que o futuro não chegou aos sertões. Passaram 100 anos, mas foi ontem.” É um toque ajustado ao estilo sempre surpreendente de Guimarães Rosa.

Deus, presente em vossa obra, era pura altitude, pura vertigem... Inicialmente, escrevestes que “Deus era para mim um esplêndido dicionário bilíngue greco-latino”.

Cabe aqui recorrer à forte assertiva de Unamuno: “Aquele Deus lógico, obtido *via negationis*, era um Deus que, a rigor, não amava, nem odiava, porque não gozava, nem sofria, sem pena nem glória, inumano, e sua justiça, uma justiça racional ou matemática, isto é, uma injustiça.” Vós queríeis um Deus solar. Um incêndio.

A causa perfeita e unitária de todas as coisas está acima de toda afirmação, e a existência d’Aquele que está absolutamente separado de tudo e acima de tudo supera toda negação.

Não há encanto em manipular conceitos, deixando o coração deserto. Concluístes acertadamente que nenhum sistema leva a Deus.

Por vezes ofereceis a falsa impressão de que o vosso trilhar se choca frontalmente com a Metafísica. Obtemperastes sem reboços: “Metafísica, teu nome é uma pedra”. Assertiva que não deve ser compreendida superficialmente, uma vez que aquilo que nos move é a busca incansável de um plano não abstracionista para o percurso metafísico, que é o vosso, por incontida vocação. A Metafísica não é um saber puramente abstrato divorciado do real, senão que um modo de percorrer os escaninhos do real, com intuição privilegiada e o incontido desejo de ir além do que se nos apresenta de modo meramente fenomênico. Isto porque as categorias tradicionais da Metafísica jamais vos satisfizeram a inata e torrencial *studiositas*.

Hoje, falar de Metafísica é temerário e atrai críticos inflamados e plenos de racionalização da razão. Pobre razão, quando não se opulenta com a sensibilidade superior, com a intuição intelectual, volitiva ou emotiva. Sem falar no plano desafiante do mistério. As chamadas potências do eu se somam e se enriquecem num olhar mais envolvente em que o real, em acepção mais abrangente, não é apenas uma aparência, mas transita nos altiplanos que tanto nos atraem. Especialmente a quantos não se contentam com a veste que encobre a genuína realidade não nos permitindo sentir o fragor do que se tenta esconder de nós a ambição desmedida, e mesmo insensata, de geometrizar a Filosofia ou de logificá-la nos manuais didáticos de escassa densidade.

No sentir de Edgar Morin, a racionalização “é o delírio lógico, o delírio da coerência que deixa de ser controlada pela realidade empírica”. Isto equivale a dizer que a razão é dinâmica, o que se observa pelo vosso cuidado metodológico para quem não há rigidez nas categorias lógicas que presidem ao desabrochar de vosso pensamento robusto a vos inflamar a veia poética de largo espectro.

Desde cedo vistes com olhos de lince a profundidade do mistério que não se deixa penetrar por visões perfunctórias. A riqueza do mistério nos atrai o espírito pela força imperiosa que ele mal consegue ocultar. Os que lhe negam o peso e a significação respiram a atmosfera rarefeita dos negativismos e niilismos.

É raro lobrigar-se escritores que tenham a coragem de desafiar os acenos de uma contínua e progressiva desconstrução, vez por outra e, raramente, oferecida com requintes hermenêuticos.

Não foi à toa que Peter Wust nos legou sua *Die Aufstehung der Metaphysik* (A ressurreição da Metafísica) e que, na França, René Le Senne e Louis Lavelle inauguraram a coleção *Philosophie de l'Esprit*.

Sr. Acadêmico Marco Lucchesi:

Diz-se que todo filósofo é um pedagogo. Atirando a barra mais longe, quando à riqueza especulativa se acrescenta o filão poético, o impacto produzido por tal densidade de comunicação atinge o paroxismo. Eis o vosso caso. Daí a vossa nomeada cultural, que já transpôs nossas fronteiras, alargando o raio de ação de nossa cultura neste mundo superlotado de desafios.

Hoje, ingressais nesta Casa de Cultura ímpar com títulos extremamente significativos, com a publicação de numerosos e ricos poemas, ensaios e críticas literárias de fina sensibilidade, traduções cuidadosas e com plena consciência da dificuldade da transposição de idiomas, e mesmo um romance, a par de superior exercício docente em centros universitários do país e do exterior.

A Academia Brasileira de Letras vos recebe com incontido júbilo na certeza de que estará mais enriquecida com a vossa presença entre nós.

Bem-vindo àquela que, a partir de hoje, é também a vossa Casa ainda mais luminosa com o vosso olhar em busca de novos rostos.

**Discurso do
SR. MERVAL PEREIRA**

e

**Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA**

*Sessão solene extraordinária
do dia 23 de setembro de 2011*

I

DISCURSO DO SR. MERVAL PEREIRA

Quis o destino que eu ocupasse, graças à vossa generosa acolhida, a Cadeira 31 da Academia Brasileira de Letras, já ocupada anteriormente por vários jornalistas, a começar por seu Patrono, Pedro Luís Pereira de Souza, jornalista, poeta, político e Ministro de Negócios Estrangeiros. Considerado orador excepcional, foi grande amigo de Machado de Assis, o Fundador de nossa Casa.

Em *O Velho Senado*, texto clássico de Machado de Assis, está relatado que ele, Pedro Luís e Bernardo Guimarães começaram a “cobrir” o Senado praticamente juntos, em 1860 ou 1861. Machado, pelo *Diário do Rio de Janeiro*; Pedro Luís, pelo *Correio Mercantil*; e Bernardo Guimarães, pelo *Jornal do Commercio*.

Jornalistas também foram Luís Pereira Magalhães, José Cândido de Carvalho, Paulo Setúbal, Cassiano Ricardo, e Moacyr Scliar, a quem sucedo mas não substituo, assíduo cronista de jornais, que definiu o jornalismo como “um espaço literário”.

Todos os meus antecessores, no entanto, foram eleitos para a Academia graças a outros dons: foram grandes historiadores (Paulo Setúbal), grandes poetas (Cassiano Ricardo), grandes romancistas (José Cândido de Carvalho e Moacyr Scliar).

Embora tenha já escrito alguns contos, e continue a escrever outros tantos, quase na clandestinidade, sei que eles não me levariam tão longe. Ser um ficcionista é, para mim, uma doce utopia. Aqui chego como jornalista pura e simplesmente.

Na história da ABL, está registrada a presença de grandes jornalistas como Joaquim Nabuco, Hipólito da Costa, Austregésilo de Athayde; João Neves da Fontoura, Pedro Calmon, Alceu Amoroso Lima, Carlos Castello Branco, Antonio Callado, Otto Lara Resende, Odylo Costa, filho, Roberto Marinho, Assis Chateaubriand, Barbosa Lima Sobrinho, para ficarmos apenas em alguns que já não estão entre nós.

Ao ver-me alçado a essa turma, e diante de tantos outros grandes jornalistas sentados à minha frente, toma conta de mim um orgulho que não consigo esconder.

A própria ABL nasceu em uma redação, a da *Revista Brasileira*, fundada por José Veríssimo. O historiador Helio Vianna afirmava que, sem a história do jornalismo brasileiro, não seria possível a elaboração da verdadeira História do Brasil independente, desde a chegada do Príncipe Regente D. João ao Rio de Janeiro em 1808.

Para Peregrino Júnior, a imprensa no Brasil foi sempre uma escola de escritores. João Francisco Lisboa, José de Alencar, Machado de Assis, Coelho Neto, Olavo Bilac, Euclides da Cunha são apenas alguns escritores cujas obras aparentemente pouco devem ao jornalismo, mas que inicialmente foram jornalistas militantes.

Trago o jornalismo, a literatura e a política em meu sangue, nas minhas raízes. Meu avô materno, Clodomir Cardoso, foi senador da República, interventor no Maranhão, constituinte de 1946.

Atuante jornalista, participou como redator e diretor do jornal *A Pacotilha*. Grande intelectual, foi membro fundador da Academia Maranhense de Letras, onde foi sucedido pelo poeta e jornalista Odylo Costa, filho, também membro desta Academia. Traduziu *A Imitação de Cristo*, foi professor fundador da Faculdade de Direito do Maranhão.

Em 1917, eleito prefeito de São Luís, introduziu a iluminação elétrica na Cidade, fato registrado no romance *Degraus do Paraíso*, do acadêmico Josué Montello.

Em outro romance, *Coroa de Areia*, Montello coloca as características físicas de meu avô em um personagem da sua história, caminhando pelas ruas de São Luís.

Graças a meu pai, Merval, médico de clínica geral, os cada vez mais raros “médicos de família”, e a minha mãe, Lenita – aqui presente, no esplendor de seus 93 anos –, vivi minha infância e adolescência entre livros.

Marca minha juventude uma coleção mais velha que eu três anos, de couro vermelho, comemorativa do centenário de nascimento do grande autor português, na qual li toda a obra de Eça de Queiroz.

Ainda guardo nas mãos, cujos dedos hoje repassam páginas de livros digitais nos *Ipads* da vida, a memória daquele manuseio.

Gosto de lembrar duas iniciativas, partes de um mesmo processo, mas que muitos ainda querem ver em lados opostos: o mundo dos computadores e o mundo dos livros.

A modernização de *O Globo* exigiu de nós estarmos ainda mais atentos ao espírito de nossa época. Foi assim que, como editor-chefe, fui um entusiasta do lançamento do caderno “Informática Etc.”, em 1991, quando os computadores pessoais apenas engatinhavam, e era preciso difundir esse novo mundo para que um número cada vez maior de pessoas se familiarizasse com a revolução digital.

Foi uma iniciativa pioneira do saudoso amigo Evandro Carlos de Andrade, então diretor de redação de *O Globo*, mesmo se levarmos em conta jornais americanos, que apenas tardiamente seguiram o mesmo caminho.

Ao mesmo tempo, tão logo assumi a direção de redação do jornal em substituição a Evandro, que fora para a televisão, em 1995, fiz questão de lançar, com o apoio irrestrito do João Roberto Marinho, um suplemento literário, o “Prosa e Verso”, dedicado àquilo que, em qualquer plataforma, mostra-se insubstituível, o livro, tão caro a todos os aqui presentes.

Não é o papel ou os *chipes* que importam, mas o mundo que os livros trazem consigo, seja em celulose ou em *bytes*.

O Patrono da cadeira que ocuparei, Pedro Luís, foi escolhido por Luís Guimarães Jr., o primeiro a sentar na Cadeira 31. Quando ocupava a função de Ministro de Negócios Estrangeiros de D. Pedro II, temporariamente Pedro Luís teve que acumular essa função com a de Ministro de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, devido à morte do ocupante anterior.

Como não tinha muito tempo para exercer as duas funções, alçou Machado de Assis, que já trabalhava no Ministério da Agricultura, a oficial de seu gabinete, fazendo com que se sentisse, nas suas palavras, “quase ministro”.

Se foi Machado de Assis quem apoiou Luís Guimarães, incentivando sua literatura, foi Pedro Luís quem levou Luís Guimarães para a diplomacia.

Machado gostava de Pedro Luís como poeta de cunho social e político, colocado entre os “condoreiros”, precursor de Castro Alves.

Mas o julgamento de Machado parece ter sido dominado pela amizade, a julgar o que dele disse José Veríssimo:

Deixou meia dúzia de poemas, os melhores no tom épico (“Os voluntários da morte”, “*Terribilis Dea*”), que todo o Brasil conheceu, recitou e admirou. Mas a sua obra dispersa, de mero diletante, se lhe criou um nome meio lendário como os de José Bonifácio e Francisco Otaviano, não basta a assegurar-lhe um posto de primeira ordem na nossa poesia.

Luís Caetano Guimarães Jr., diplomata, poeta, romancista e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro em 17 de fevereiro de 1847 e faleceu em Lisboa, Portugal, em 20 de maio de 1898. Foi um dos dez membros eleitos para se completar o quadro de fundadores da Academia Brasileira de Letras, onde criou a Cadeira 31.

Aos 16 anos, escreveu o romance *Lírio Branco*, dedicado a Machado de Assis, e em troca recebeu uma carta de Machado animando-o a prosseguir na carreira das letras.

Fez o curso de Direito no Recife entre 1864 e 1869, onde assistiu ao desenvolvimento da “Escola Condoreira”, de que tomou parte.

Ao lado do jornalismo, escrevia contos, comédias e poesias. O poeta e amigo Pedro Luís, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, ofereceu-lhe um lugar na diplomacia como Secretário de Legação em Londres.

De 1873 a 1894, passou por vários outros postos. Suas principais obras são *Corimbos*, que representa a fase em que viveu no Brasil, de 1862 a 1872, e *Sonetos e Rimas*, do período em que residiu na Europa. É considerado um precursor da poesia de Raimundo Correia, Olavo Bilac e Alberto de Oliveira.

O segundo ocupante da Cadeira 31, João Ribeiro, foi jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor, tradutor. Desde 1881, dedicou-se ao jornalismo e fez amizade com os grandes jornalistas da época: Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio e Alcindo Guanabara.

Sua primeira coletânea de poesias, os *Idílios Modernos*, mereceu de seu amigo e conterrâneo Sílvio Romero um artigo na *Revista Brasileira* em 1881.

Tinha especial predileção por pseudônimos criativos. No jornal *Época*, de 1887 a 1888, escreveu em várias seções, sob diversos pseudônimos: Xico-Late, Y., N., Nereu.

De 1888 a 1889, no *Correio do Povo*, assinava sob o pseudônimo Rhizophoro (o que tem raízes) a seção “Através da Semana”. Em *A Semana*, trabalhou ao lado de Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Rodrigo Octavio, entre outros, e publicou os artigos que se constituiriam nos seus *Estudos Filológicos*, de 1902.

João Ribeiro desde cedo dedicou-se ao magistério, em diversas áreas: Filologia, História e Ensaio. A partir de 1895, fez inúmeras viagens à Europa, ora por motivos particulares, ora em missões oficiais, mas nunca deixou de escrever para jornais brasileiros, através de colaborações no *Jornal do Commercio*, no *Dia* e no *Comércio de São Paulo*. A última fase de atividade na imprensa foi no *Jornal do Brasil*, desde 1925 até a morte.

Na Academia, fez parte de numerosas comissões, entre as quais a do Dicionário e a de Gramática. Foi um dos principais promotores da reforma ortográfica de 1907.

Uma curiosidade: em 22 de dezembro de 1927, depois de ter recusado por diversas vezes, a Academia o elegeu presidente. João Ribeiro apresentou, imediatamente, sua renúncia ao cargo.

Terceiro ocupante da Cadeira 31, eleito em 6 de dezembro de 1934, na sucessão de João Ribeiro, Paulo Setúbal, advogado, jornalista, ensaísta, poeta e romancista, nasceu em Tatuí, SP, em 1.º de janeiro de 1893, e faleceu em São Paulo, SP, em 4 de maio de 1937.

Órfão de pai aos quatro anos, mudou-se com a família para São Paulo, e foi no Ginásio Nossa Senhora do Carmo, dos irmãos maristas, que Paulo Setúbal começou o interesse pela Literatura e pela Filosofia. Leu Kant, Spinoza, Rousseau, Schopenhauer, Voltaire e Nietzsche.

Na Literatura, influenciou-o, sobretudo, a leitura de Antero de Quental e Guerra Junqueiro, clara influência de seu primeiro livro de poesias, *Alma Cabocla*.

Era a época da campanha civilista quando foi procurar emprego no diário *A Tarde*, enquanto cursava a Faculdade de Direito. A publicação de uma de suas poesias no jornal deu-lhe notoriedade imediata, e ele ganhou sua primeira coluna.

A saúde precária, com os primeiros sinais da tuberculose, o obrigaria a frequentes interrupções no trabalho, para repouso.

Advogado bem-sucedido, iniciou sua produção literária especializado no romance histórico, que escrevia de maneira a tornar agradável a leitura, longe dos academicismos, o que o levou a ser o escritor mais lido do País com *A Marquesa de Santos* (1925) e *O Príncipe de Nassau* (1926).

A série de livros sobre o ciclo das bandeiras, começando em 1933 com *O Ouro de Cuiabá* e encerrando dois anos depois com *O Sonho das Esmeraldas*, levantava o orgulho paulista na fase pós-Revolução Constitucionalista de 1932.

Na definição do poeta Cassiano Ricardo, que o sucedeu na Cadeira 31,

quando o chão brasileiro ainda estava povoado de napeias, hamadriadas, nereidas e egiptãs, ele já se havia colocado ao lado dos sacis, dos juruparis, das uiaras e dos caaporas. O romancista histórico surgiu, pois, com a sua posição definida. Num momento muito claro de afirmação brasileira.

Em 1935, Paulo Setúbal, ao mesmo tempo em que chega ao apogeu com a eleição para a Academia Brasileira de Letras, entra em profunda crise existencial, que terá repercussão em sua literatura.

Ele, que era expansivo e frequentador de festas, passou a frequentar a Igreja da Imaculada Conceição, a ler a *Bíblia* e livros como a *Psicologia da Fé* e *A Imitação de Cristo*. É quando escreve o *Confiteor*, livro de memórias, a narrativa de sua conversão, que ficou inacabado.

Cassiano Ricardo, jornalista, poeta e ensaísta, o quarto ocupante da Cadeira 31, nasceu em São José dos Campos, SP, em 26 de julho de 1895, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 14 de janeiro de 1974. Aos 16 anos, publicava o primeiro livro de poesias, *Dentro da Noite*.

Foi um dos líderes do movimento da Semana de Arte Moderna de 1922, participando ativamente dos grupos “Verde Amarelo” e “Anta”, ao lado de Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Raul Bopp, Cândido Motta Filho e outros.

No jornalismo, Cassiano Ricardo trabalhou no *Correio Paulistano*, como redator, e dirigiu *A Manhã*, do Rio de Janeiro. Também foi o criador das revistas *Planalto* (1930) e *Invenção* (1962).

Em 1937 fundou, com Menotti del Picchia e Motta Filho, a “Bandeira”, movimento político que se contrapunha ao Integralismo e que tinha o jornal *O Anhanguera*, para defender sua ideologia, assim definida: “Por uma democracia social brasileira, contra as ideologias dissolventes e exóticas.”

Adota a posição nacionalista do movimento de 1922, revelando-se um modernista ortodoxo até o início da década de 40.

Em 1924, fundou a *Novíssima*, revista literária dedicada à causa dos modernistas e ao intercâmbio cultural pan-americano.

As obras *Vamos Caçar Papagaios*, de 1926, *Borrões de Verde e Amarelo*, de 1927, e *Martim Cererê*, de 1928, estão entre as mais representativas do Modernismo.

Com *O Sangue das Horas*, de 1943, inicia o que a crítica classifica de “uma nova e surpreendente fase”, um lirismo introspectivo-filosófico que se acentua em *Um Dia depois do Outro*, de 1947, obra considerada o marco divisório da sua carreira literária.

Acompanhou de perto as experiências do Concretismo e do Praxismo, movimentos da poesia de vanguarda nas décadas de 50 e 60. A sua obra *Jeremias Sem-Chorar*, de 1964, é bem representativa desta posição de um poeta experimental.

Essa sua permanente busca pelo moderno fez com que, na Academia Brasileira de Letras, como relator da Comissão de Poesia em 1937, concedesse a láurea a *Viagem*, de Cecília Meireles, o primeiro livro da corrente moderna consagrado na Academia.

Na década de 30, Cassiano dedicou-se à pesquisa histórica, interrompendo por quase um decênio sua atividade propriamente poética.

Defensor dos postulados do Estado Novo, foi assessor de Getúlio Vargas, tendo trabalhado no Departamento de Imprensa e Propaganda, o famigerado DIP, ocasião em que dirigiu o jornal *A Manhã*, de propriedade do governo, que possuía dois suplementos literários, *Autores e Livros*, dirigido por Mucio Leão, e o *Suplemento da América*, dirigido por Ribeiro Couto, ambos acadêmicos.

Publicou em 1940 um livro de grande repercussão, *Marcha para o Oeste*, em que estuda o movimento das entradas e bandeiras.

Cassiano Ricardo, aliado e propagandista da figura de Vargas, em suas pesquisas históricas e estudos focalizava o que considerava elementos definidores da cultura brasileira e suas implicações na esfera política.

Foi através da imprensa, e dentro desse espírito de brasilidade, que Cassiano Ricardo travou um célebre debate com Sergio Buarque de Hollanda sobre “o homem cordial”.

Coube a ele inaugurar a polêmica, através de um artigo de 1948 publicado originalmente na revista paulistana *Colégio*, defendendo a “bondade fundamental dos brasileiros”.

Declarando-se pouco propenso às “esgrimias literárias”, o historiador Sergio Buarque de Hollanda rejeitou o que considerou o caráter deformador que Cassiano impôs às suas ideias, a noção do brasileiro como “homem cordial”, aquele que, na sua concepção, age segundo o “coração” – não no sentido de ser bondoso, mas por pautar suas ações pelo afeto e pela intimidade e ser incapaz de separar vida pública de vida privada.

Quinto ocupante da Cadeira 31, eleito em 23 de maio de 1974, na sucessão de Cassiano Ricardo, José Cândido de Carvalho, jornalista, contista e romancista, nasceu em Campos, RJ, em 5 de agosto de 1914, e faleceu em Niterói, RJ, em 1.º de agosto de 1989.

José Cândido, entre 1930 e 1939, exerceu funções de redator e colaborador em diversos jornais de Campos, como a *Folha do Comércio*, onde trabalhava um dos jornalistas mais brilhantes de sua geração, R. Magalhães Júnior, *O Dia*, onde comentava a política internacional, e ainda a *Gazeta do Povo* e o *Monitor Campista*.

Começou a escrever, em 1936, o romance *Olha para o Céu, Frederico*, publicado em 1939, pela Vecchi, na coleção “Novos Autores Brasileiros”. Formado em 1937, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, entrou para a redação de *A Noite*, um jornal de quatro edições diárias.

Com o desaparecimento de *A Noite*, em 1957, vai chefiar o copidesque de *O Cruzeiro* e dirigir, substituindo Odylo Costa, filho, a edição internacional da revista, então a mais importante do País.

Somente 25 anos depois do primeiro romance, José Cândido de Carvalho publica, em 1964, pela Empresa Editora de *O Cruzeiro*, o livro *O Coronel e o Lobisomem*, uma das obras-primas da ficção brasileira, que teve imediatamente grande sucesso, com sucessivas edições até hoje e traduções em diversos idiomas.

Obteve o Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, o Prêmio Coelho Neto, da Academia Brasileira, e o Prêmio Luísa Cláudio de Sousa, do PEN Clube do Brasil.

José Cândido de Carvalho foi diretor da Rádio Roquette-Pinto, do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC; presidente do Conselho Estadual de Cultura

do Estado do Rio de Janeiro; da Fundação Nacional de Arte (Funarte) e do Instituto Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Rioarte).

José Cândido publicou também dois livros de “contados, astuciados, sucedidos e acontecidos do povinho do Brasil”, e reuniu, em *Ninguém Mata o Arco-Íris*, uma série de perfis jornalísticos.

Sexto ocupante da Cadeira 31, eleito em 30 de novembro de 1989, Geraldo França de Lima, romancista e professor, nasceu em Araguari, MG, em 24 de abril de 1914, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 22 de março de 2003.

O seu primeiro escrito, descrevendo a viagem de cinco dias pela antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, de Uberaba a Belo Horizonte, foi publicado no jornal *Araguari*. Em 1932, os estudantes do último ano do ginásio criaram o grupo literário Arcádia Ginásiana de Letras, e Geraldo França de Lima foi eleito seu presidente e diretor do jornal *O Kepi*, onde publicou suas primeiras poesias.

Em 1934, no Rio de Janeiro, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e obteve o primeiro emprego, como revisor do jornal *A Batalha*, de Júlio Barata, estreando também como articulista.

Em 1935, Bastos Tigre publica suas poesias na revista *Fon-Fon*. Em Barbacena, durante a II Guerra Mundial, conheceu o escritor francês Georges Bernanos, de quem se tornou amigo e confidente.

O autor do *Diário de um Cura de Aldeia* vivia, desde 1938, no Brasil, numa espécie de autoexílio, depois de condenar o regime franquista e o armistício que a França celebrara com a Alemanha nazista.

Geraldo França de Lima escreveu importante ensaio sobre Bernanos, publicado por Paulo Rónai em *Comentário* de 1960. Nesse trabalho, revela a definição que Bernanos fazia de si mesmo:

sou um antifascista que odeia a mediocridade, a falsa modéstia, a virtude fingida e estudada, a mentira e a superficialidade. Sou um antifascista e pouco me importa que o fascismo esteja na Itália, na Alemanha, na Espanha, em Portugal, na Rússia ou nos Estados Unidos.

Geraldo França de Lima foi membro da Procuradoria-Geral da República e da Consultoria-Geral da República e assessor do Presidente Juscelino Kubitschek e do presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves.

O ano de 1961 marca o ingresso de Geraldo França de Lima em definitivo na vida literária.

Guimarães Rosa, a quem conhecera ainda em Barbacena em 1933 como capitão-médico do 9.º BCM da Força Pública Mineira, encontrou na escrivania do amigo os originais do romance *Uma Cidade na Província*, e estimulou-o a publicá-lo. Mudou o nome para *Serras Azuis* e o indicou ao editor Gumercindo Rocha Dórea dizendo que estava diante “de um grande romancista”.

Seu último romance *O Sino e o Som* foi lançado em 2002.

Minhas amigas, Meus amigos,

A primeira vez em que encontrei Moacyr Scliar fui surpreendido por um gesto afetuoso de um desconhecido. Estava aqui mesmo na Academia Brasileira de Letras, numa homenagem ao historiador José Murilo de Carvalho, quando o avistei de longe, fazendo sinais para mim.

Achei que era um engano, mas ele se aproximou, gestos largos, para dizer: “Sou seu fã.” O espanto não impediu que respondesse de pronto: “Há um engano aqui. Eu é que sou seu fã.”

A partir desse diálogo inicial, criamos uma relação que, se não era nada íntima, era proveitosa para mim sempre que nos encontrávamos.

Conversávamos sobre política, ele tinha sempre um comentário a fazer sobre minhas colunas – dizia que eu era o Thomas Friedman brasileiro –, me cobrava um livro de ensaios sobre os temas de que trato no cotidiano: democracia, ética, liberdade, direitos humanos, comunicações, livro que ainda pretendo organizar.

Tinha um especial gosto pelo jornalismo, tratava-o como um espaço literário, mas se interessava vivamente pelos aspectos éticos da profissão, dava a ela uma importância ampla dentro da democracia.

Foi colunista do jornal *Zero Hora* e colaborou com a *Folha de S. Paulo* desde a década de 70, onde assinava uma coluna no caderno “Cotidiano” com crônicas em que romanceava fatos reais publicados pelos jornais.

Sétimo ocupante da Cadeira 31, eleito em 31 de julho de 2003, Moacyr Scliar, um dos escritores mais representativos da literatura brasileira contemporânea, nela introduziu a temática do imigrante judeu e urbano, mas fazia questão de esclarecer que não se considerava um escritor judeu, como

Isaac Bashevis Singer – de cujo livro *47 Contos*, da Companhia das Letras, fez o prefácio –, mas “um escritor brasileiro de ascendência judaica”.

No contato com os imigrantes, ouviu muitas histórias interessantes, e vem daí a influência da condição judaica na sua ficção. Estudou em uma escola ídiche, que Singer definiu como “um idioma do exílio, não ligado a um território, não amparado pelo poder estatal, um sábio e humilde idioma, o idioma de nossa atemorizada, mas esperançosa, humanidade”.

O rico folclore ídiche inclui numerosas anedotas, e, segundo Scliar, considerado o escritor brasileiro que melhor se utilizou do humor judaico, esse é “um humor peculiar, contido, melancólico, filosófico. Não é um humor para gargalhadas, antes para um sorriso”.

Seus pais, José e Sara Scliar, oriundos da Bessarábia (Rússia), chegaram ao Brasil em 1904, e seu nome, escolhido por sua mãe após a leitura de *Iracema*, de José de Alencar, significa “filho da dor”.

Ele próprio dizia: “Os nomes são recados dos pais para os filhos e são como ordens a serem cumpridas para o resto da vida.” E ele cumpriu à risca, com uma literatura de cunho humanista, próxima dos excluídos sociais.

A família acabou indo do interior para Porto Alegre, radicando-se no bairro do Bom Fim, onde, segundo sua descrição, viviam em casas minúsculas, exercendo profissões como as de marceneiro, alfaiate, vendedores ambulantes.

Uma vida difícil, de muitas carências, compensada pelo espírito comunitário, pela coesão familiar. Todas as noites, estas famílias se reuniam para aquilo que era quase um ritual: ficavam tomando chá (logo substituído pelo chimarrão) e conversando – contando histórias, em geral sobre suas primeiras experiências de Brasil.

“Estas narrativas, que me encantavam, despertaram em mim a vontade de contar histórias – mas de contá-las por escrito.”

Segundo o crítico literário José Castello, três grandes influências marcam a literatura de Scliar: a presença contínua de Franz Kafka, como ele um judeu deslocado de sua condição; a escrita fantástica de Julio Cortázar; e a leitura laica da *Bíblia*, em particular do Novo Testamento, em que as parábolas proliferam.

Castello lembra que em *Manual da Paixão Solitária*, de 2008, vencedor do Prêmio Jabuti de Melhor Livro do Ano de Ficção em 2009, Scliar utiliza-se da *Bíblia* para falar de Judá, o quarto filho de Jacó, e de seus três filhos, Er, Onan e Selá e suas difíceis relações com o amor.

Seu mais importante romance, *O Centauro no Jardim*, de 1980, incluído na lista dos 100 melhores livros de temática judaica dos últimos 200 anos organizada pelo National Yiddish Book Center, dos EUA, usa a figura do centauro, metade cavalo, metade homem, para abordar a divisão da alma humana.

Nasceu de um texto que escreveu para jornal, sobre uma corrida de cavalos que se realiza todos os anos em Porto Alegre. Por uma associação de ideias, pensou no centauro – o gaúcho é chamado de o centauro dos pampas –, o que o levou ao conflito de identidade, pela simbologia mitológica do centauro, entre os aspectos racionais e irracionais, “entre o judaísmo e a brasilidade, o homem do campo e o da cidade, o pacato cidadão da classe média, acomodado, e o aventureiro que há em todos nós”.

Sua condição de filho de imigrantes aparece em obras como *A Guerra no Bom Fim*, *O Exército de um Homem Só*, *O Centauro no Jardim*, *A Estranha Nação de Rafael Mendes*, *A Majestade do Xingu*.

A outra influência é a sua formação de médico de saúde pública, que o levou a uma vivência de dor e sofrimento que já carregava com seu nome.

Esse conhecimento da realidade brasileira aparece em obras, como *A Majestade do Xingu*, *A Paixão Transformada – História da Medicina na Literatura*. Seu primeiro livro, publicado em 1962, foi *Histórias de Médico em Formação*, contos baseados em sua experiência como estudante. Ainda menino, gostava de ir ao pronto-socorro do Bom Fim para acompanhar o atendimento aos pacientes.

Especialista em Saúde Pública e Doutor em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública, exerceu a profissão junto ao Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU).

Tinha obsessão pela ciência e pelos grandes cientistas, e não é por acaso, portanto, que dois de seus livros tenham como personagens o médico e indigenista Noel Nutels, em *A Majestade do Xingu*, romance de 1997, e o sanitarrista Oswaldo Cruz, de *Sonhos Tropicais*, de 1992.

Foi professor visitante na Brown University (Department of Portuguese and Brazilian Studies) e na Universidade do Texas (Austin), nos Estados Unidos.

É autor de 74 livros em vários gêneros: romance, conto, ensaio, crônica, ficção infanto-juvenil. Obras suas foram publicadas em muitos países: Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha, Portugal, Inglaterra, Itália, Rússia, Tchecoslováquia, Suécia, Noruega, Polônia, Bulgária, Japão, Argentina, Colômbia, Venezuela, Uruguai, Canadá e muitos outros, sempre com grande repercussão

crítica. Teve textos adaptados para o cinema, teatro, tevê e rádio, inclusive no exterior.

Scliar recebeu três vezes o Prêmio Jabuti, a mais tradicional distinção literária do País: em 1988, pelo volume de contos *O Olho Enigmático*; em 1993, pelo romance *Sonhos Tropicais*; e em 2009, pelo romance *Manual da Paixão Solitária*. Pelos contos de *A Orelha de Van Gogh*, ganhou o prestigioso Prêmio Casa de Las Americas em 1989. Também recebeu o Prêmio José Lins do Rêgo, da Academia Brasileira de Letras, pelo romance *A Majestade do Xingu*, em 1998, entre outras honrarias.

O espírito generoso de Moacyr Scliar teve chance de ser testado em um episódio de repercussão internacional: o escritor canadense Yann Martel recebeu o Booker Prize em 2002 pelo seu romance *A Vida de Pi*, claramente inspirado no livro de Scliar *Max e os Felinos*.

Ambos os livros tratam do mesmo tema: um naufrago num escaler diante de animais: no de Scliar, um jaguar, no de Martell, um tigre e outros bichos. Para Moacyr Scliar, o jaguar era a imagem de um poder absoluto e irracional. “Como foi o poder do nazismo, por exemplo. Ou, numa escala bem menor, o poder da ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964.”

O canadense Martel dá uma conotação religiosa à imagem. Ao contrário do que a maioria esperava, Scliar não o processou por plágio, e em um texto que revela pontos importantes de seu pensamento, como ser humano e como escritor, que aparece como introdução nas edições de *Max e os Felinos*, ele explica por quê:

A pergunta que mais me faziam? e, nos Estados Unidos, faziam-me de forma insistente? dizia respeito a um processo judicial. Algo para o qual eu não tinha a menor disposição. Não só porque demandaria tempo e energia, como também porque minha atitude não era, e nem nunca foi, litigante. (...) Se, ao tempo em que começou a escrever seu livro, Yann Martel tivesse entrado em contato comigo dizendo que queria aproveitar a ideia, eu teria concordado, e de bom grado.

Ele não o fez, o que pode ser considerado inadequado? mas, ilegal? Eu relutava em ver a coisa dessa maneira.

Se é possível definir uma característica principal da literatura de Moacyr Scliar, essa seria o humanismo. E, para mim, nenhum outro livro reflete tão bem esse seu sentimento do que *Os Voluntários*, de 1982, que narra a história da tentativa frustrada de um moribundo para ver Jerusalém antes de morrer e a

solidariedade de amigos, a bordo de um velho rebocador que sai de Porto Alegre com destino ao porto de Haifa, em Israel, numa viagem utópica que mal se inicia.

Na zona portuária de Porto Alegre, entre as décadas de 1930 e 1970, desenrola-se a história de um grupo de amigos, vizinhos do bairro, o narrador Paulo, de pais imigrantes portugueses chegados ao Brasil em 1935, proprietários do bar-restaurante Lusitânia.

Benjamim, amigo de infância de Paulo, filho dos proprietários de uma loja próxima à Lusitânia, sofre de problemas afetivos derivados da superproteção materna, marca do folclore judaico, é obcecado por Jerusalém, obsessão que herdou dos pais, imigrantes judeus nascidos na Polônia. Sua obsessão doentia acaba-lhe provocando um câncer.

Samir é um palestino cristão oriundo de Jerusalém, comerciante ambicioso, que chega a Porto Alegre depois de 1967, em consequência da Guerra dos Seis Dias. Monta seu negócio ao lado da loja de Benjamim, o que estimula a reprodução do conflito do Oriente Médio na pitoresca Rua Voluntários da Pátria, que Paulo tem que mediar.

O projeto utópico desde o princípio está destinado ao fracasso e é frustrado de maneira insólita: ao zarpar, o rebocador é atacado por uma lancha onde está Cachorrão, o gigolô de Elvira, amante de Paulo, que quer impedir que ela siga viagem com o grupo.

Uma verdadeira batalha naval acontece, e o rebocador “Voluntários” vai a pique, com vários mortos, entre eles Benjamim. Para completar a bizarrice do episódio, e como estamos nos anos 1970 do regime militar, a polícia confunde a tosca expedição com um plano subversivo de comunistas.

É este grande escritor que sucedo na Cadeira 3I, mas, volto a ressaltar, não substituo. É esse homem generoso que hoje homenageamos aqui.

Minhas amigas, meus amigos,

É como jornalista que me apresento a esta Casa, um jornalista que acredita ser um imperativo ético da profissão a responsabilidade com o cidadão.

O filósofo alemão Jürgen Habermas se refere à dupla função que a imprensa de qualidade desempenha: atender a demanda por informação e formação. Ele ressalta que, para o leitor enquanto cidadão, a imprensa de quali-

dade, que ele chama de “jornalismo argumentativo”, desempenha um papel de “liderança”.

É como jornalista comprometido com esses princípios que me apresento nesta Casa, e é exatamente por isso que desejo destacar a questão ética, base do êxito no jornalismo.

É nossa atribuição fazer com que o Estado conheça os desejos e intenções da Nação, e com que esta saiba os projetos e desígnios do Estado.

“Um bom jornal é uma nação conversando consigo mesma”, na definição do teatrólogo inglês Arthur Miller.

Para nosso confrade Rui Barbosa,

a imprensa é a vista da nação. Através dela a mão acompanha o que se passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa e se acautela do que ameaça.

O Presidente americano Thomas Jefferson entendeu que a imprensa, tal como um cão de guarda, deve ter liberdade para criticar e condenar, desmascarar e antagonizar. “Se me coubesse decidir se deveríamos ter um governo sem jornais ou jornais sem um governo, não hesitaria um momento em preferir a última solução”, escreveu ele.

No sistema democrático, a representação é fundamental, e a legitimidade da representação depende muito da informação. Os jornais nasceram no começo do século XIX, com a Revolução Industrial e a democracia representativa. Formam parte das instituições da democracia moderna. A “opinião pública” surgiu através principalmente da difusão da imprensa, como maneira de a sociedade civil nascente se contrapor à força do Estado absolutista e legitimar suas reivindicações no campo político.

Não é à toa, portanto, que o surgimento da “opinião pública” está ligado ao surgimento do Estado moderno. O jornalista espanhol José Luis Cebrian, diretor do *El País*, talvez o jornal mais influente hoje da Europa, considera que os jornais perderam a exclusividade da formação da opinião pública, com o surgimento de novas tecnologias de comunicação, mas continuam sendo um “contrapoder”, com uma enorme influência, importantes para a institucionalização democrática dos países.

É o jornalismo, seja em que plataforma se apresente, que continua sendo o espaço público para a formação de um consenso em torno do projeto democrático. E é nos jornais que ainda se abriga a maior parte do jornalismo de qualidade.

O jornalismo profissional tem uma estrutura, uma deontologia, uma forma profissional de colher e checar informações que a vasta maioria dos blogueiros não tem.

Da mesma maneira que a internet e as novas mídias sociais permitem que as informações circulem mais largamente, com versões de várias fontes, elas também levam as reportagens da grande imprensa aos recantos mais longínquos do país.

As reportagens da grande imprensa são replicadas no *Facebook*, no *Twitter* e em outras mídias sociais, amplificando sua repercussão.

Exatamente por isso, a questão ética está em primeiro plano. O problema da ética jornalística tem uma complicação própria, o fato de que enorme parcela da informação de interesse público atinge a privacidade de alguém.

Decisões irresponsáveis e levianas produzem o sensacionalismo, os escândalos gratuitos e, em pouco tempo, a desmoralização da imprensa.

A gravidade do que aconteceu no *News of the World* na Inglaterra, com escutas ilegais e chantagens, liga perigosamente a prática de crimes comuns ao jornalismo, o que é inaceitável e põe em risco a própria essência da liberdade de expressão.

O jornalismo, instrumento da democracia, não pode transformar-se em atividade criminosa. É uma decisão ética cotidiana e obrigatória do jornalista determinar se o interesse público é servido ou não pela invasão da privacidade de alguém.

Vivemos novos desafios, como o de explorar uma intensa variedade de meios de levar informação ao leitor (e a oferta de informação só tende a crescer) sem ao mesmo tempo sufocá-lo com informação demais.

“A desinformação vem da profusão da informação, de seu encantamento, de sua repetição em círculos”, dizia o filósofo francês Jean Baudrillard.

Nicholas Carr, ex-diretor da *Harvard Business Review*, é mais pessimista. Para ele, a internet permeia de tal modo o cotidiano, que estaríamos caminhando para uma capacidade cada vez maior de consumir informação frag-

mentada e desconexa. Mais informação e menos conhecimento, e, sobretudo, pouca reflexão. A internet estaria induzindo a um pensamento raso.

Para o Prêmio Nobel de Literatura Mario Vargas Llosa, por outro lado, a revolução digital que estamos vivendo significa uma transformação tão grande em nossa vida cultural e na maneira de operar do cérebro humano quanto a descoberta da imprensa por Gutenberg no século XV, que generalizou a leitura de livros, até então exclusiva de uma minoria insignificante de clérigos, intelectuais e aristocratas.

Como todos os jornalistas no mundo, nós na América Latina enfrentamos os novos desafios do mundo multimídia. A Revolução Digital está transformando profundamente o mundo em que vivemos e tem como impacto mais importante a repartição de poder dos meios de comunicação de massa com os indivíduos.

A sociedade civil global que se está formando, segundo a definição do sociólogo Manuel Castells, da Universidade Southern, Califórnia, nos Estados Unidos tem agora os meios tecnológicos para existir independentemente das instituições políticas e do sistema de comunicação de massa.

Como ficou demonstrado nas recentes manifestações populares que desaguaram na Primavera Árabe ou na vigorosa ação dos “indignados” na Espanha e outros países europeus.

Aqui no Brasil, estamos vendo os primeiros efeitos, ainda incipientes, dessas mobilizações pelas redes sociais contra a corrupção.

Ao mesmo tempo, na América Latina, espalha-se pela região um movimento de contenção da liberdade de imprensa em diversos países, como Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador, onde televisões, rádios e jornais vão sendo fechados sob os mais variados pretextos, e muitos outros são ameaçados com diversas formas de pressão, seja financeira, seja através de medidas judiciais.

No Brasil, uma exceção em um continente cada vez mais dominado por governos autoritários ou simples ditaduras, também enfrentamos ameaças à liberdade de expressão. Os mesmos grupos tentam mais uma vez aprovar no Congresso uma legislação que controle os meios de comunicação, embora a própria Presidente Dilma já tenha declarado que a liberdade de expressão é fundamental na democracia.

O jornalismo é uma forma de conhecimento, uma forma de apreensão da realidade.

É a verdade imediata, o primeiro indício de verdade. Estará sempre longe, muito longe, de encontrar toda a verdade. Mas buscá-la é o seu propósito.

Trago comigo um exemplo de como o jornalismo pode auxiliar essa busca da verdade. Em 5 de maio de 1981, eu escrevia a coluna política de *O Globo* chamada “Política Hoje Amanhã” e tive acesso à informação de que o laudo da explosão do Riocentro, ocorrida dias antes, no dia 1.º de maio, havia confirmado a presença de outras duas bombas no Puma dirigido pelo Capitão Wilson Machado.

A notícia foi manchete de *O Globo*, deixando claro que a versão oficial de que a bomba fora colocada no carro por terroristas de esquerda apenas encobria a verdade da tentativa do atentado.

Dezoito anos depois, em 1999, *O Globo* deu outro “furo”, que provocou a reabertura do caso. A série de reportagens de Ascânio Seleme, Chico Otavio e Amaury Ribeiro Jr. ganhou o Prêmio Esso de Reportagem daquele ano e reabriu o caso, transformando o Capitão Wilson Machado e o Sargento Guilherme Pereira do Rosário de vítimas em réus.

O crime prescrevera, mas a verdade estava restabelecida. Eu era o diretor de redação de *O Globo* naquela ocasião e senti como se um ciclo histórico tivesse sido fechado, com a minha participação.

Iniciei-me nesse ofício aos 18 anos e ainda era estagiário quando trabalhei na edição extra de *O Globo* que anunciou a chegada do homem à Lua. Fui à rua para fazer o que o jargão da profissão chama de “o povo fala”: colher opiniões dos cidadãos sobre aquele grande feito da Humanidade.

Era uma pequena tarefa, que abracei com enorme entusiasmo, já com a consciência de que estava participando de algo realmente importante, ajudando, de algum modo, a registrar a História, a produzir conhecimento.

É engraçado quando leio algum livro sobre a missão heroica de Neil Armstrong, Edwin Aldrin e Michael Collins e deparo com o registro de que muitos acreditavam então que tudo não passava de uma encenação. *O Globo* daquele dia já registrava essa descrença.

De lá para cá, como repórter ou editor, sempre com a ajuda valorosa de muitos colegas, cobri ativamente os grandes acontecimentos da história do Brasil e do mundo. Acompanhei como repórter credenciado no Palácio do Planalto o passo a passo da abertura política do Governo Geisel, que culmi-

nou com a anistia no Governo Figueiredo, que também acompanhei de perto como diretor da sucursal de *O Globo* em Brasília.

Vieram, então, a luta por eleições diretas, a eleição de Tancredo Neves, sua tragédia pessoal e política, que deixou a nosso hoje Decano, José Sarney, a tarefa de, com todas as dificuldades, garantir a transição para a democracia, tarefa fundamental que proporcionaria a realização da primeira eleição democrática para presidente depois da ditadura. E cobri também o *impeachment*, também democrático e dentro da lei, do primeiro presidente eleito.

Acompanhei, com preocupação, o fracasso de cada plano econômico que visava dar fim à chaga da inflação, um mal que parecia não ter fim. Mas que se exauriu graças ao Plano Real, que, estabilizando a moeda, permitiu organizar o país de modo a colocá-lo no rumo de resgatar da miséria alguns milhões de brasileiros, tarefa que vem sendo levada a cabo pelos últimos governos, a começar pelo de Fernando Henrique, seguido pelo de Lula, e agora, o da Presidente Dilma.

No campo internacional, cobri ou editei revoluções, golpes de Estado, atentados, guerras, tragédias naturais, mas também o avanço da Ciência, com benefícios incontáveis para o ser humano.

Uma das primeiras páginas que fechei com o espanto de quem registra e tenta entender o mundo em mudança radical foi a que estampou a queda do Muro de Berlim, em 1989, que pôs em movimento o último ato para o fim do bloco comunista.

Teria aquela edição um gosto especial para mim porque, dois anos depois, eu estaria no meio de uma pós-graduação em Stanford de Política Internacional, aprendendo história em tempo real, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos que levaram ao fim da União Soviética. O interessante é que as aulas, ao lado de livros, usavam como base para o estudo as edições diárias do *New York Times*.

Em 2008, acompanhei, vivendo em Nova York, a campanha histórica para a Presidência dos Estados Unidos vencida por Barack Obama e a crise financeira mundial iniciada com a quebra do Banco Lehman Brothers.

Enfim, se acompanhar os fatos tão de perto me deu a certeza e o otimismo de que não há entrave que não possa ser superado, deu-me também a convicção de que as conquistas só perduram à custa de muita vigilância.

Se, hoje, no exercício diário do meu ofício, vivo a chamar a atenção para os riscos de retrocessos, quando os vejo no horizonte, não é por pessimismo ou militância: é porque aprendi no dia a dia de minha profissão que o jornalismo tem por obrigação defender valores sem os quais não pode existir, o maior deles a liberdade.

É só ela que nos permite produzir o conhecimento necessário para que os povos se autogovernem, em sistemas plenamente democráticos.

O jornalismo, contudo, exerce essa função também nos acontecimentos da vida cotidiana, prosaicos, do País e do mundo. Se mencionei aqueles que marcaram a História, foi apenas porque eles vêm mais facilmente à cabeça de todos nós.

Mas o registro de todos os fatos, mesmo os mais comezinhos e a análise deles são fundamentais para que nós, cidadãos, nos movamos em sociedade: o bueiro que explode, o crime de grande repercussão, a nova praça que se inaugura, a Cidade, o País e o mundo em seu fluir ininterrupto.

A especificidade de nossa profissão é que cobrimos os grandes e os pequenos eventos, com os mesmos propósitos: conhecer, informar, contextualizar, para que todos possam formar as suas convicções e viver em harmonia democrática.

Se lanço mão das situações que vivi, é para mostrar o que penso do jornalismo, definir as suas características, o seu modo de ser e de fazer. E também para dizer que, embora não seja mais aquele menino que foi às ruas colher as reações à chegada do homem à Lua, ao iniciar minha vida nesta Academia, meu sentimento é o mesmo de 42 anos atrás: entusiasmo diante de uma jornada que cobrará muito de mim, mas também a consciência de que agora faço parte de uma Casa cujo propósito é aquele que busquei a vida inteira, com meu ofício: produzir conhecimento e difundi-lo, para o bem de nosso País, de nossa cultura.

Prometo honrar a confiança que depositaram em mim.

II

RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

A Academia Brasileira de Letras, pela decisão soberana dos seus integrantes, recebe hoje Merval Pereira. Acolhe o jornalista, o escritor, o publicista.

O jornalista é hoje, mais do que nunca, se me permitir o idioma midiático, o escritor em tempo real.

O escritor nele, surgido nos dias matinais do narrador ficcionista, foi tomado pela voracidade do tempo do jornal. Ficou, não se sabe até quando, aquela saudade latente da literatura. A prosa transparente e equilibrada, mesmo hoje, não consegue esconder esse incontido objeto de desejo.

Já o publicista é antes o jornalista que se acompanha visceralmente de ideias e leva adiante uma linhagem muito grata a esta Casa de Machado de Assis e que remonta a João Francisco Lisboa, fundador do *Jornal de Timon*, Patrono da Cadeira 18, e depositário autorizado da consciência crítica da época. Torna-se fácil identificar no publicista o traço literário individualizador. O publicista nada tem a ver com o publicitário, esse extrovertido personagem dos nossos dias.

O jornalista é aquele que se debruça cotidianamente, infatigavelmente, sobre a notícia da hora, limitado pelo instável serviço de meteorologia da vida política. Não é esporte para ser praticado por amadores, por melhores que sejam as condições físicas do suposto atleta. A sua condição de escritor em regime de urgência aumenta ainda mais os seus desafios. Esse trabalho é uma atividade arriscada e, não raro, temerária. O seu horizonte corta a linha move-

diça do efêmero. A aposta maior consiste em contribuir com algo mais, que o habilite a transpor a fugacidade da manchete, a revitalizar a permanência do instante. Tudo com a necessária rapidez, mas sem perder de vista o olhar da história. Nunca a escravização à ocorrência, porém o fato e o horizonte do fato. Ou seja, o feito do fato.

A corrida de obstáculos da democracia de massas é produtora de ruídos e armadilhas imprevisíveis. Mas a imprensa, falada, escrita e televisionada tem resistido a essas perturbações incessantes. Continua sendo a tribuna, insubmissa, enérgica, demarcada hoje nos tempos nublados da derradeira modernidade, que de há muito prefiro chamar de baixa modernidade. Quem tiver alguma dúvida leia ou escute a palavra elucidativa de Merval Pereira.

Ela e ele são protagonistas veementes dessa narrativa democrática, justamente agora, quando a indiferença e a agonia começam a anunciar a pós-democracia. A imprensa independente tem conseguido barrar a corrida frenética do “hiperpresidencialismo”, do parlamentarismo desidratado e dos aparelhos ideológicos de Estado. A tripartição dos poderes, que foi um dia o sonho republicano, não se encontra menos abalada.

Merval Pereira pratica o jornalismo de qualidade. Atravessa a fronteira, ainda persistente, entre a sociedade da informação e a sociedade do conhecimento, reconhecendo ser fundamental evitar que se choque a expansão virtual da mídia eletrônica com o que fora sua base virtuosa. Esse jornalismo nunca deixou de instaurar o saber propedêutico dos homens, das coisas, do viver do mundo. E Merval Pereira não se cansa de predicar pela relevância da informação, pelo “papel educativo”, pela “função social” da imprensa. E também não deixa de rejubilar-se diante de ações, como é o caso do combate à corrupção, onde “a sociedade e a imprensa – são palavras suas – estiveram muito próximas uma da outra”. Muito menos transige com o esfacelamento dos partidos políticos.

Merval Pereira se preparou pacientemente, aqui e no exterior, para sua opção profissional. Trabalhou em diferentes órgãos da imprensa e escolheu *O Globo* como a sua morada preferida. Aí escalou todos os degraus, até chegar e se dedicar ao jornalismo de opinião.

Descende de uma linhagem de político e de educadora. Porque já houve época, neste País tão exilado de si mesmo, na qual educadores e políticos caminhavam lado a lado.

O papel da imprensa, agora só comparável ao período que antecipou a abertura democrática e a campanha que possibilitou a destituição de um governo eleito, vem sendo vigorosamente exemplar. E os combatentes desse bom combate ético têm nomes bem conhecidos: o próprio Merval Pereira, Jânio de Freitas, Elio Gaspari, Miriam Leitão, Boris Casoy, Villas-Boas Correia, Clóvis Rossi, Eliane Cantanhêde, Fernando de Barros e Silva, Otávio Frias Filho, para citar alguns nomes mais regulares. Eles sabem informar e analisar criteriosamente, com o saber agudo e ágil do imprevisível, e levar a efeito o cuidadoso e isento acompanhamento moral dos passos em falso da política doméstica, a propósito do que a palavra antecipada do Prof. Francisco de Oliveira sobre a “irrelevância da política”, insiste em ressoar como verdade incômoda.

O publicista, nascido do direito de cidade, desde a *polis* grega a *civitas* romana, é o servidor devotado da *respublica*.

Quando tudo se confunde, quando os homens e as coisas vão perdendo a singularidade, em meio ao nevoeiro que encobre a cena pública baixa moderna, o publicista se destaca como o vigilante incansável do cotidiano democrático e dos bons costumes éticos, na mesma hora em que a moral privada, ou privatizada, parece substituir a ética pública.

Aliás, a cada dia, somos perigosamente tolerantes com a ausência de delimitação de fronteiras entre o público e o privado.

São subprodutos da ciclotimia do poder, que vai desde a anorexia intelectual generalizada até o neopopulismo expansionista, na verdade o paleopopulismo, orientados e conduzidos pela propaganda enganosa. Os produtos oferecidos nas prateleiras eleitorais estão, em geral, falsificados. E, porque falsificados, falsificam. É quando imaginamos oportuno recorrer à competência de algum especialista em teoria do caos. Porque a democracia brasileira vem operando no vermelho. Até quando? Não se sabe. Ela tem fôlego de gato.

O mais recente livro de Merval Pereira, *O Lulismo no Poder*, corresponde à radiografia reveladora, ao retrato sem retoque, ao rosto sem maquiagem, do teatro político brasileiro nos últimos períodos. Perpassa por suas páginas o fio da navalha ético, em franco dissídio com a amnésia moral que parece institucionalizar-se. Ele analisa, avalia, pesa cuidadosamente. Sem ceder à crise de nervos, como nos esclarecera metaforicamente o timoneiro espanhol Pedro Almodóvar. Tudo serenamente, criteriosamente. No que a coragem moral se

distingue radicalmente da bravata, uma vez que a primeira é substantiva, enquanto a segunda é tão só adjetiva. Daí a alta credibilidade que o rodeia: o reconhecimento da enérgica tomada de posição toda vez que desponta qualquer sinal de degradação dos valores.

Democracia, mais do que um conceito, é o caminho. Por isso, devemos percorrê-lo com severa honradez. Sei que o vocábulo honradez é velho; mas estamos falando de velhos hábitos, que acreditamos devam persistir.

Dizem que a democracia traz consigo, desde cedo, desde a academia grega, graves defeitos de fabricação, sobretudo na hora de falar a verdade. Isso, contudo, não nos autoriza a ampliar a lista de inverdades. Quando a democracia se mostra infensa aos questionamentos, as taxas de racionalidade se reduzem substancialmente. Merval Pereira afirma que, quando se tem opinião, “não há temas tabus”.

A morte da opinião, o controle do repertório temático, camuflado ou explícito, conduzirá inevitavelmente à parada cardíaca da democracia representativa. A própria ideia de representação vai sendo acometida pela falência múltipla dos seus órgãos. Apagam-se as diferenças, e promove-se a coalizão das colisões, em meio ao carnaval das impunidades. No lugar de uma sólida democracia representativa, o que se percebe é o baixíssimo nível da representatividade, a produção viciada dos diferentes poderes, apontando para a decisão dos patrocinadores, sejam eles laicos ou religiosos.

A corrupção na democracia e, o que é mais grave, a corrupção da própria democracia estimulam distúrbios e transtornos de consequências imprevisíveis.

Não é justo deixar de garantir a justiça redistributiva, legal e legítima; instaurando instâncias de responsabilidade que passarão normalmente pelo crivo dos meios de comunicação. A guerra ao jornalismo é uma guerra inglória, porque a opinião pública independente participa do mesmo compromisso com a verdade. De nada adiantará ocultar e dissimular, vigiar e espionar. É inadiável dialogar, compreender e encaminhar, em regime realmente aberto.

Constantemente, deparamos com a máquina insana de desmantelamento da democracia. Mas ela só se desmantela quando, insisto, a representação é ilícita; e a representatividade, ilegítima.

Na outra margem do rio, aguarda a convocação da consciência emancipatória, necessariamente dialógica e múltipla, em condições de sustentar o avanço histórico. Como consequência primeira, devemos pôr no lugar da

assembleia de locutores desconectados o pódio de interlocutores qualificados. A velha contenda maniqueísta entre liberdade e igualdade, que já havia excluído a fraternidade, merecerá o tratamento novo, sob os auspícios da negociação equânime da cidadania verdadeira. Aí se impõe, como item prioritário, evitar misturar negociação e negócio. Porque é comum confundir-se os dois níveis. A negociação é um instrumento hábil da democracia, uma via autorizada para a obtenção de consensos livres. Já o negócio tende a resvalar, com licença da palavra, em negociata.

A organização partidária vem sendo naturalizada, em vez de historicizada. Vai-se tornando natural o uso abusivo do aparelho administrativo público, das licitações fraudadas, do lobismo desfigurado, dos discutíveis, até hoje jamais discutidos, dízimos partidários. A transparência se assemelha àquelas moedas que foram retiradas de circulação. Basta tentar decifrar a gestão, indigesta, dos fundos de pensão públicos e privados.

Em nossa pré-história colonial, houve uma aparição estranha, conhecida como os “bolseiros do Rei”, que parece ressurgir. A ação cultural como distribuição de brindes e a bolsa família sem monitoramento e sem avaliação vão nesse rumo. Não está de todo descartada a hipótese de uma sociedade saudavelmente de trabalhadores vir a ser, em grande parte, reduzida a uma sociedade de bolsistas. Falo apenas dos bolsistas ociosos, evidentemente.

A aceleração inóspita do Estado provedor traz, dentro de si, as ameaças do Estado autoritário, sem os benefícios do Estado previdência. Enquanto isso, o país se apresenta como forte candidato à medalha de ouro na olimpíada internacional da sobrecarga tributária.

O pleito sobre a liberdade de expressão, bem ostensivo nas propostas de regulamentação dos veículos de comunicação, conforme o seu andamento, provavelmente nos dirá a quanto andamos. É possível notar, em vários campos da atividade societária, fortes taxas, diretas ou indiretas, de violência. A ponto de se tornar impossível saber quem detém o monopólio da violência. Muitas vezes sob a forma de defesa da pátria. A pátria, convenhamos, sempre alvo de patriotadas, ou patriotices, inócuas.

O tão louvável sufrágio universal – marca registrada do republicanismo – tem perdido força no expediente retórico de mercadores inescrupulosos e no vazio deixado pela insuficiência educacional. Equivocam-se os que concluem que a economia dispõe, em suas contas bancárias, de todas as respostas para

nossos problemas sociais. Observe-se que as pautas do aumento salarial do servidor público, em qualquer escalão, sem dúvida inadiável, ignoram a qualidade e a lisura do desempenho. E a esdrúxula reforma eleitoral em curso, a uma só vez retardatária e apressada, prefere fazer vista grossa. Daí a objeção que vem provocando na imprensa.

Merval Pereira sabe, ou aprendeu com Gabriel García Márquez, por ele citado, quando “a realidade beira a ficção”. De minha parte, como profissional da área, e prestando atenção à contracena política, ousaria acrescentar: às vezes ultrapassa a ficção.

O jornalismo não deixou de ser uma pedagogia pública, e a questão da qualidade se encontra no cerne do seu projeto. O novo acadêmico valoriza, porque tem consciência do seu alcance social, tudo o que diz respeito à cultura e à educação. A degenerescência do espaço público político decorre muito da fragilização do espaço público cultural. A própria cisão dos dois lugares já foi consequência do fosso estabelecido.

A correlação entre sociedade moderna e tempo livre abriu possibilidades e gerou desafios existenciais. A modernidade performática se expandiu incontrolavelmente, e o saldo desse empreendimento continua insatisfatório. Como preencher o tempo livre? A cultura nos oferece um leque variado de opções, para além das soluções salvacionistas, emergenciais e transitórias.

Como a Casa de Machado de Assis é também casa do livro e da leitura, vale destacar, até segunda ordem, que a leitura é uma dimensão constitutiva da experiência humana. Não devemos subestimar a sua complexidade. A leitura pode ser interessada ou instrumental, prazerosa ou simplesmente vital – ler para viver. Ler não apenas para ter ou para fazer, mas para ser. Longe de uma estratégia pedagógica fechadamente funcionalista, caudatária de uma estreita política de resultados. Importa, assim, proteger e desdobrar a qualidade da leitura. O que implica reescolarizar a leitura e até reescolarizar a própria escola. A escola nunca é a estação de chegada, porém o ponto de partida. E neste momento deve reprogramar o leitor inerte ou refém, aquele que se entrega ao consumismo passivo. Não basta quantificar a leitura; é urgente qualificá-la. Os gestores culturais de plantão se esforçam em esquecer esse dever de casa e se dedicam a alardear os índices quantitativos. O silêncio é amplo, geral e irrestrito quanto aos indicadores qualitativos.

Em vez disso, esses gestores anônimos inventam a roda a cada novo dia e põem em circulação bravatas midiáticas, sejam com relação ao preço unitário do livro ou à normatividade dos direitos autorais, sem a audiência prévia e larga dos diferentes atores envolvidos nessa cenografia sensível. O que é válido para outras emblemáticas áreas culturais, como o teatro, o cinema, a televisão, o rádio, o circo, as festas populares e todo o seu cortejo lúdico. Merval Pereira conhece por dentro essa trama delicada e fascinante. Temos muito que aprender com ele. Com este leitor compulsivo desde os arredores da adolescência.

Com a despolitização da esfera pública e o depauperamento do espaço cultural, crescem o vazio e a indiferença, apontando para o que já chamei de baixa modernidade. O esvaziamento cultural do espaço público, na sua versão majoritária e menos sigilosa, mal resiste aos abalos sísmicos que o cercam e repercute diretamente na queda qualitativa da democracia.

A cultura é plural, sim. Mas sem permitir que o pluralismo se desvirtue na versão demagógica do politicamente correto. Convém resistir ao domínio do capitalismo tardio sobre o inconsciente coletivo, uma vez que o capital simbólico deve manter-se imune às infiltrações indevidas do capital financeiro. O empobrecimento do capital simbólico, o propalado desencantamento do mundo, deságua na representação servil ou descalibrada. Cabe educar e reeducar para libertá-lo da fúria burocrática, da blindagem mercantilista, da opção instrumental, de tantas outras patologias que o século XX não conseguiu curar.

A educação sem qualidade, tão presente nas estatísticas oficiais e oficiosas, no lugar de promover a inclusão social – ferida aberta –, realimenta a exclusão, especialmente em tempos globalizados, quando a competitividade adquire contornos mais alarmantes. Logo, a inclusão desqualificada é sinônimo de exclusão.

Em recente artigo sobre “A qualidade em xeque”, Merval Pereira, acompanhado de interlocutores qualificados, transmitiu, com um realismo incômodo, porém oportuno: “Não há nada no panorama educacional brasileiro que justifique razão para o otimismo.”

Pelo visto, os sinais trocados da mobilização social não foram satisfatoriamente corrigidos, pesando seriamente sobre a qualidade da própria vida democrática.

Além do mais, surgem no ar algumas irrupções menos aguardadas: a radioatividade do saber e do parecer, a revitalização da espionagem, o sigilo

desvendado ou vazado, a sua propagação vertiginosa, para intranquilidade dos governos e das corporações. A coabitação entre o virtual e o virtuoso, o formato e a forma, o discurso e o desempenho não conseguiram ainda estabelecer complementaridades criativas, no interior das quais venham a ter lugar as recíprocas reoxigenações.

Não se podem desconhecer, na sociedade dos nossos dias, os impulsos, não raro insólitos, das redes sociais. Nada disso tem passado despercebido às antenas parabólicas do jornalista multimidiático Merval Pereira.

Seus olhos abertos para o instante não significam investir no espontaneísmo predatório, nem se entregar à estratégia orgiástica do entretenimento. O homem moderno reconhece a necessidade compensatória do divertimento. Mas todo cuidado é pouco para dosar o exagero do presentismo, a mais-valia da urgência e o delírio da velocidade. O Império Romano declinou com a mímica da representação, patrocinada pelo pão e o circo. Essa lição Merval Pereira sabe de cor e salteado e ministra diariamente na sua idônea pauta jornalística.

O livro de Merval Pereira traz a valorização do melhor universalismo, aquele que procura afastar-se da sua ancestralidade puramente idealista e abstratizante. Parte da constatação implícita de que foi perdendo vigor a estrutura imunológica de que dispunham o Estado e a nação.

Não se trata simplesmente de recusar o paradigma globalizador, mas de substituir a ideia de paradigma, troféu de guerra da hegemonia das ciências sociais, por um conjunto de referências críticas plausíveis, por um elenco de instrumentos argumentativos distantes da ditadura epistemológica. Menos ainda de repelir a globalização com as ferramentas da própria globalização. Trata-se também de desprovincianizar a nação, absorvendo a emergência do espaço público transnacional. Sem qualquer concessão ideológica, o que não implica que sejamos liberados para aceitar resignadamente o vaticínio de que perdemos a nação sem ganhar o mundo. Convém proteger-se, é claro, contra as sentenças daquele universalismo, filho dileto da autossuficiência eurocêntrica, inabilitado para a partilha e o reconhecimento do outro. Não tem faltado a Merval Pereira a compreensão sutil do xadrez internacional, da relativa despoticização das potências ou da eclosão internética, como comprova a sua interlocução com pensadores do porte de Jürgen Habermas, Alain Tourraine ou Manuel Castells. Já dialogara com Max Weber e Norberto Bobbio.

O mais recente livro de Merval Pereira chega a ser um programa de governo. E, quando falo de programa de governo, nunca tenho em mente a sequência de iniciativas desgarradas, porém o conjunto sistemático e coerente, socialmente plantado. O que assume papel relevante especialmente em geografia onde se multiplicam os governos sem programa.

Ao cair o nível qualitativo da educação, ou do seu correlato, a democracia de qualidade, ou ainda do vigor da representatividade política, sobe o número de eleitores inertes, terreno propício para a prosperidade da propaganda enganosa, da marquetagem desenfreada. Em meio a essa subversão cênica, entra no palco o previsível ator, embora superestimado pelo caixa dois; um prestidigitador até aqui bem-sucedido. É o marqueteiro, indecifrado herói do colapso político.

Já é hora de pensar com e para além da política. A nossa dieta reflexiva tem sido extremamente ascética. É inadiável retirar a política do seu gueto eleitoreiro. E esta constitui uma tarefa de todos nós, jornalistas ou simples leitores. Em qualquer hipótese, desde que sejam cidadãos, no exercício emancipado da cidadania. O cidadão é o homem que fez, acidentada e demoradamente, o trânsito da consciência solitária para a existência solidária. Por todos os lados, ganha corpo e alma a exigência de democratizar a democracia. Começando por isolar as zonas de sombra que se projetam sobre a luminosidade do que seria a democracia tropical. Merval Pereira jamais vacila na sua denúncia tranquila.

Com o alargamento digital do horizonte individual, outros parâmetros se impõem, intensificando os abalos e as turbulências do mundo da vida. As promessas “divinas da esperança” foram desacreditando-se. E desacreditaram a imaginação. A tecnoburocracia deletou o encanto do mundo e, sem matizar, propalou o fim da utopia. Preferiu desconhecer que toda construção que se quer viável necessita recorrer a doses razoáveis do impulso utópico.

Muitos consideram essa aspiração como ambição ilusória, completamente desdatada. Uns poucos se inclinam em confiar na esperança concreta e, a partir dela, e das batidas cardíacas da história, reinventar a democracia, sob o signo do risco e a inteligência serena das ameaças crescentes. Advindas, sobretudo, não da Filosofia, das Artes, da Literatura, porém dos caminhos frequentemente tortuosos e peremptórios da tecnologia performática. Quem viver verá.

A nação adiada espera, ansiosamente, concretizar a previsão generosa de Stefan Zweig, aquele que em dias distantes sonhou com o “país do futuro”.

A História vem privilegiando situações de fronteira; e a Literatura, criando outras territorialidades. Merval Pereira se fez beneficiário dessa localização ou dessa instabilidade estável. É um dos últimos passageiros da galáxia de Gutenberg e dos primeiros a ter entrada franca no cibermundo. É um operário da construção do amanhã.

Não posso concluir sem destacar um traço marcante de sua personalidade, hoje tão escasso nestes nossos dias de baixa modernidade. É claro que estou salientando a civilidade, essa força motriz da convivência. Do viver com, fraterno e íntegro.

Procurei, nesta exposição, seguir o roteiro temático oferecido pela obra de Merval Pereira. Se não consegui, não foi por culpa dele, porém somente minha.

Esta Casa sempre se constituiu de jornalistas referenciais: Austregésilo de Athayde, Roberto Marinho, Odylo Costa, filho, José Cândido de Carvalho, Antonio Callado, Carlos Castello Branco, para exemplificar com alguns nomes emblemáticos, que partiram deixando muitas saudades.

Ela, a Casa de Machado de Assis, agora é sua Casa também, Acadêmico Merval Pereira.